



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

EMMANUELE RIBEIRO DE MENDONÇA

**GEOGRAFIA PERNAMBUCANA ENTRE 1862 E 1946:
Instituições, Teses e Pesquisadores**

Recife

2024

EMMANUELE RIBEIRO DE MENDONÇA

**GEOGRAFIA PERNAMBUCANA ENTRE 1862 E 1946: Instituições, Teses e
Pesquisadores**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Geografia. Área de concentração: Regionalização e Análise Regional.

Orientador (a): Rodrigo Dutra Gomes

Recife

2024

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Mendonça, Emmanuele Ribeiro de.

Geografia pernambucana entre 1862 e 1946: instituições, teses e pesquisadores / Emmanuele Ribeiro de Mendonca. - Recife, 2024. 328f.: il.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2024.

Orientação: Rodrigo Dutra Gomes.

Inclui referências.

1. História da geografia brasileira; 2. Pensamento geográfico brasileiro; 3. Geografia pernambucana. I. Gomes, Rodrigo Dutra. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

EMMANUELE RIBEIRO DE MENDONÇA

GEOGRAFIA PERNAMBUCANA ENTRE 1863 E 1946: INSTITUIÇÕES, TESES E PESQUISADORES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em geografia. Área de concentração: regionalização e análise regional.

Aprovada em: 27/06/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodrigo Dutra Gomes (Orientador – Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Nilson Cortez Crocia de Barros (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Edvânia Tôrres Aguiar Gomes (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Dirceu Salviano Marques Marroquim (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. André Nunes de Sousa (Examinador Externo)
Instituto Federal da Bahia

DEDICATÓRIA

Dedicado as minhas filhas: Clarice, Cecília e Cibele, que me fazem querer ser mais do que eu jamais imaginei!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a espiritualidade amiga pelo amparo nessa difícil trajetória, cheia de reverses e expectativas não cumpridas, mas, que nunca me fizeram vacilar na fé de que esse trabalho seria concluído. A cada “não” recebido, diante dos pedidos de apoio, extremamente necessários, para que uma mãe de três crianças pequenas e professora pudesse também ser uma pesquisadora, eu recebi em dobro o “sim”. Eu ganhei muito mais do que perdi! Ganhei força, sabedoria, paciência e resiliência...

Antes de iniciar os agradecimentos, vou contar um pouco sobre a história dessa tese. No desenvolvimento inicial do doutorado, estava envolvida com outro tema: "Por uma Geografia de Gênero e Sexualidades no Recife (PE): análise das espacialidades LGBT nos bairros da Boa Vista e Recife Antigo". Desde então, meus olhos já brilhavam para a pesquisa documental, uma vez que estava determinada a pesquisar no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano um periódico dos anos de 1980, que retratava o cotidiano da população LGBTQIAPN+. Porém, a pesquisa estava encontrando dificuldades de conciliação com a maternidade.

Nessa época, observei que o Grupo de Estudos em História e Epistemologia da Geografia, coordenado pelo meu orientador, Rodrigo Dutra, estava se dedicando ao estudo da história da Geografia em Pernambuco. Na ocasião, já tinha sido aluna de Nilson Crócia, na disciplina sobre História do Pensamento Geográfico, que me despertou as afinidades com tema. Assim, com o apoio total de Rodrigo Dutra, mudamos a tese para o campo da história da Geografia. Essa mudança de rota foi pouco tempo antes da Pandemia da COVID-19, que obrigou muitos pesquisadores a replanejarem seus projetos, podendo assim dizer que foi providencial!

Essa pesquisa foi um presente, trouxe à luz a pesquisadora que estava adormecida. Esse despertar só foi possível com o apoio da minha família. Agradeço profundamente ao meu companheiro André, que acredita mais em mim do que eu mesma, me deu o suporte e a segurança de que era possível realizar essa empreitada, sendo um amigo e pai dedicado. Desde a seleção do doutorado, minha mãe, Marize e minhas irmãs, Monalize, Célia e Joana me apoiaram, cuidando de Cecília, com apenas dois meses, na sala ao lado, enquanto eu realizava a prova de seleção. Desde então, sempre recebi “sim” delas, especialmente de Mainha, que foi minha ouvinte, parceira nos cuidados das crianças e me tranquilizou nos momentos difíceis.

Agradeço ao painho, Gilvan, que me deu conselhos valiosos de como pesquisar na hemeroteca digital, converter os arquivos em OCR, me enviando biografias que encontrava em pdf, sempre me ajudando com seus poderes de bibliotecário. Tantos familiares, colegas e amigos torceram por mim! Agradeço a cada um que me enviou boas vibrações, especialmente Vovó Célia e minhas amigas Adrielle Soares, Rosali Bandeira, Yêda Silvino e Aline Sales. Agradeço a todas as minhas ajudantes, que dividiram comigo as tarefas domésticas, especialmente a Shisbelle Alves.

Aos que acompanharam de perto o trabalho acadêmico, agradeço imensamente ao meu orientador, Rodrigo Dutra, que com sua calma e confiança em meu potencial me permitiu chegar até aqui. Sua postura leve tirou o peso que eu carregava por estar diante desse desafio. Sempre com empatia, ele soube exigir sem extrapolar meus limites. Gratidão às mulheres do GEHPEG, Marina Medeiros, Milka Beserra e Gerlane Gomes, que compartilharam seus conhecimentos e trilharam comigo o início da jornada na pesquisa em história da Geografia. Agradeço com carinho aos funcionários e funcionárias do IAHP e FUNDAJ, sempre solícitos e assertivos diante da minha inexperiência na pesquisa documental.

Agradeço aos funcionários, especialmente Eduardo Antônio, e docentes do PPGEU-UFPE, que em todas as disciplinas me levaram aos novos horizontes da pesquisa geográfica, em especial ao Caio Maciel, Edvânia Torres e Nilson Barros, que vão além dos conteúdos, ensinando formas de ver o mundo, mestres e mestra dos “olhares geográficos”. Aos professores de História da UFPE, Dirceu Marroquim e George Cabral, que generosamente acolheram as minhas dúvidas.

Por fim, diante das dificuldades no âmbito profissional, que me levaram a ter apenas um ano de afastamento total, agradeço aos colegas do IFPE, Marcos Lima, que sempre atendeu aos meus pedidos de reorganização da carga horária e a Lúcia Lirbório, que aceitou me substituir por 90 dias, para que eu pudesse concluir a tese, sendo fundamentais na realização desse sonho. Muito obrigada!

RESUMO

Certos de que há uma história regional da Geografia em diferentes escalas, nos debruçamos sobre o Estado de Pernambuco. A escala regional “provinciana” (Livingstone, 2010; Raj, 2015), num país de dimensões continentais, multicultural e profundamente desigual é relevante em pesquisas sobre a Geografia brasileira. Assim, há um período intrigante e pouco estudado, que vai do final do século XIX até a década de 1930, tendo por referência o advento da República até a fundação da Universidade de São Paulo. Mas, como se processou essa fase da Geografia Brasileira em Pernambuco? A partir dessa questão, o objetivo geral da tese é de analisar a produção de pesquisas geográficas desenvolvidas entre 1862 e 1946, no âmbito do IAHGP, Ginásio Pernambucano e Escola Normal Oficial. Assim, foram definidos os seguintes objetivos específicos: I) Identificar os trabalhos geográficos, vinculados às instituições escolhidas; II) Contextualizar essas pesquisas, tendo em vista o perfil socioprofissional de seus autores, as tendências geográficas e demandas sociais; III) Caracterizar os círculos de afinidades entre esses pesquisadores. O procedimento metodológico recorreu à pesquisa documental e abordagem contextual de Vincent Berdoulay (2017). Resultaram da pesquisa documental 99 artigos da Revista do IAHGP e sete teses de Geografia vinculadas ao Ginásio Pernambucano e Escola Normal Oficial. Elegemos para a análise os textos dos autores recorrentes na Revista do IAHGP e das teses de Geografia. A compreensão desses textos nos permitiu reinterpretar o passado científico pernambucano e brasileiro, caracterizado por pesquisas geográficas que uniram ciência e cultura.

Palavras-chaves: História da Geografia Brasileira; Pensamento Geográfico Brasileiro; Geografia Pernambucana; Abordagem contextual.

ABSTRACT

Certain that there is a regional history of Geography at different scales, we focus on the State of Pernambuco. The "provincial" regional scale (Livingstone, 2010; Raj, 2015), in a country of continental dimensions, multicultural and profoundly unequal, is relevant in research on Brazilian Geography. Thus, there is an intriguing and little-studied period, from the late nineteenth century to the 1930s, referring to the advent of the Republic until the foundation of the University of São Paulo. But how did this phase of Brazilian Geography unfold in Pernambuco? From this question, the general objective of the thesis is to analyze the production of geographical research developed between 1862 and 1946, within the scope of the IAHGP, Ginásio Pernambucano and Escola Normal Oficial. Thus, the following specific objectives were defined: I) Identify the geographical works linked to the chosen institutions; II) Contextualize these researches, considering the socio-professional profile of their authors, geographical trends, and social demands; III) Characterize the circles of affinity among these researchers. The methodological procedure resorted to documentary research and contextual approach of Vincent Berdoulay (2017). The documentary research resulted in 99 articles from the IAHGP Journal and seven Geography theses linked to the Ginásio Pernambucano and Escola Normal Oficial. We selected for analysis the texts of recurring authors in the IAHGP Journal and Geography theses. Understanding these texts allowed us to reinterpret the scientific past of Pernambuco and Brazil, characterized by geographical research that united science and culture.

Keywords: History of Brazilian Geography; Brazilian Geographical Thought; Pernambuco Geography; Contextual Approach.

RESUMEN

Convencidos de que existe una historia regional de la Geografía en diferentes escalas, nos centramos en el Estado de Pernambuco. La escala regional "provincial" (Livingstone, 2010; Raj, 2015), en un país de dimensiones continentales, multicultural y profundamente desigual, es relevante en las investigaciones sobre la Geografía brasileña. Así, hay un período intrigante y poco estudiado, desde finales del siglo XIX hasta la década de 1930, referente al advenimiento de la República hasta la fundación de la Universidad de São Paulo. Pero, ¿cómo se desarrolló esta fase de la Geografía brasileña en Pernambuco? A partir de esta pregunta, el objetivo general de la tesis es analizar la producción de investigación geográfica desarrollada entre 1862 y 1946, en el ámbito del IAHGP, Ginásio Pernambucano y Escola Normal Oficial. Así, se definieron los siguientes objetivos específicos: I) Identificar las obras geográficas vinculadas a las instituciones elegidas; II) Contextualizar estas investigaciones, considerando el perfil socioprofesional de sus autores, tendencias geográficas y demandas sociales; III) Caracterizar los círculos de afinidad entre estos investigadores. El procedimiento metodológico recurrió a la investigación documental y al enfoque contextual de Vincent Berdoulay (2017). La investigación documental resultó en 99 artículos de la Revista IAHGP y siete tesis de Geografía vinculadas a la Escola Normal Oficial y de Ginásio Pernambucano. Seleccionamos para el análisis los textos de autores recurrentes en la Revista IAHGP y en las tesis de Geografía. La comprensión de estos textos nos permitió reinterpretar el pasado científico de Pernambuco y de Brasil, caracterizado por investigaciones geográficas que unían ciencia y cultura.

Palabras clave: Historia de la Geografía Brasileña; Pensamiento Geográfico Brasileño; Geografía Pernambucana; Enfoque Contextual.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros Estaduais (1838-1979).....	33
Figura 2 - Pátio do Carmo na década de 1860.....	43
Figura 3 - Territórios separados de Pernambuco no século XIX.	44
Figura 4- Províncias de Pernambuco, Alagoas e Sergipe em 1848.....	46
Figura 5 – Retrato de Pereira da Costa em 1902.....	80
Figura 6– Mapa da Comarca do Rio São Francisco, elaborado por Pereira da Costa em 1896	84
Figura 7– Mapa da Antiga Comarca do Rio São Francisco por Gonçalves Maia	91
Figura 8– Capa do Dicionário Topográfico, Estatístico e Histórico da Província de Pernambuco.....	101
Figura 9 – Retrato de Sebastião Galvão	105
Figura 10 – Capa do primeiro volume do Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco publicado no Recife.....	111
Figura 11 – Capa do Diccionario Chorographico, Historico e Estatistico de Pernambuco de 1910, volume 2.....	117
Figura 12 – Gravura da Bandeira da Confederação do Equador	118
Figura 13– Retrato de Alfredo de Carvalho (ano desconhecido).....	122
Figura 14– Mapa Geológico da Região Oriental de Pernambuco	126
Figura 15 – Contracapa de “O Tupi na Corografia Pernambucana” (1907).....	129
Figura 16 – Capa de “O Tupi na Geografia Nacional” (1901)	129
Figura 17 – Mapa Etnográfico da América Meridional por Alfredo de Carvalho (1909)	132
Figura 18 – Retrato de Mário Melo.....	139
Figura 19 – Desenho de porção do Arquipélago de Fernando de Noronha por Branner (1890).....	143
Figura 20 – Mapa do Arquipélago de Fernando de Noronha por Branner (1890) ...	143
Figura 21 – Fotografia do Morro do Pico e Quartel da Marinha por Mário Melo (1916)	144
Figura 22 – Fotografia da Vila de Fernando de Noronha por Mário Melo (1916) ...	145
Figura 23 – Fotografia do Morro do Frade por Mário Melo (1916)	145
Figura 24 – Estação de rádio por Mário Melo (1916)	146

Figura 25 - Cartões de visita dos geógrafos no 5º Congresso Brasileiro de Geografia (1916).....	147
Figura 26 – Nota sobre a participação de Mário no 5º Congresso Brasileiro de Geografia (1916)	148
Figura 27 – Delegação pernambucana enviada ao 5º Congresso Brasileiro de Geografia (1916).....	149
Figura 28 – Contracapa do trabalho apresentado no 6º Congresso Brasileiro de Geografia (1919).....	152
Figura 29 – Contracapa do trabalho apresentado no 5º Congresso Brasileiro de Geografia (1916).....	153
Figura 30 – Fotografia das indígenas Fulni-ôs	163
Figura 31 - Fotografia de líder Fulni-ô, por Mário Melo, 1928	163
Figura 32 – Mário Melo entre os indígenas Fulni-ôs, 1928	164
Figura 33 – Fotografia da 13ª Sessão Ordinária do Conselho Nacional de Geografia (1953).....	167
Figura 34 – Esquema do Círculo dos Geógrafos Historiadores do IAHGP	174
Figura 35 – Ginásio Pernambucano	180
Figura 36 – Antiga Escola Normal Oficial	180
Figura 37 – Fotografia de Agamenon Magalhães.....	185
Figura 38 – Capa da Tese “O Nordeste Brasileiro”, reedição de 1970	186
Figura 39 – Dácio Rabello (1922?).....	201
Figura 40 – Albuquerque Filho (1970?).....	201
Figura 41 – Capa da Tese de Dácio Rabello em 1932	202
Figura 42 – Capa da Tese de João Feliciano Motta e Albuquerque Filho em 1932.....	203
Figura 43 – Tabela 1 da Tese de Dácio Rabello	209
Figura 44 – Tabela 2 da Tese de Dácio Rabello	209
Figura 45 – “Plantação de Cana” na Tese de Albuquerque Filho em 1932	211
Figura 46 – “Leito pedregoso de um rio” na Tese de Albuquerque Filho em 1932 ..	211
Figura 47 – “Sertão de Pernambuco” na Tese de Albuquerque Filho em 1932	212
Figura 48 – Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais de 1933	223
Figura 49 – Casarão onde funcionou a Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais de 1933	224
Figura 50 - Faculdade Frassinetti do Recife.....	225
Figura 51 – Dácio Rabello e Gilberto Osório em 1939.....	226

Figura 52 – Antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Manoel da Nóbrega	227
Figura 53 – Capa da Tese de Albuquerque Filho publicada em 1946	230
Figura 54 – Mário Lacerda de Melo	233
Figura 55 – Capa da Tese de Mário Lacerda de Melo em 1940	237
Figura 56 – Tabela das áreas dos Estados Brasileiros por Mário Lacerda	239
Figura 57 – Mapa do Brasil com destaque em Pernambuco por Mário Melo	239
Figura 58 – Infográfico da distribuição populacional por Zonas Fisiográficas	240
Figura 59 – Gilberto Osório de Oliveira Andrade	251
Figura 60 – Capa da Tese “Um complexo antropogeográfico: lineamentos para uma geografia total da Amazônia”	255
Figura 61 – Fotografia em matéria sobre a Amazônia por Gilberto Osório	256
Figura 62 – Fotografia em matéria sobre os <i>Seringueiros</i> por Gilberto Osório	256
Figura 63 – Matéria de Capa no Diário da Manhã por Gilberto Osório	257
Figura 64 – Retrato de Hilton Sette	269
Figura 65 – Capa da Tese de Hilton Sette	271
Figura 66 – Regiões Geológicas de Pernambuco por Hilton Sette	276
Figura 67 – Regiões Orográficas de Pernambuco segundo Hilton Sette	278
Figura 68 – Regiões Climáticas de Pernambuco por Hilton Sette	278
Figura 69 – Regiões Hidrográficas de Pernambuco por Hilton Sette	281
Figura 70 – Regiões Botânicas de Pernambuco por Hilton Sette	282
Figura 71 – Regiões Naturais de Pernambuco por Hilton Sette	283
Figura 72 – Círculo de afinidades dos Professores Catedráticos de Geografia (1920-1946)	292

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1– Percentual de artigos geográficos e híbridos	74
Gráfico 2– Quantidade de artigos publicados entre 1880 e 1946	74
Gráfico 3– Percentual de Artigos por Escalas de Apreciação Temática	76
Gráfico 4– Percentual de perfis dos Artigos da RIAHGP	77

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Instituições estrangeiras que se corresponderam com o IAHGP entre 1890 e 1945	51
Quadro 2 - Palavras-chaves com resultados nulos na busca por temas na RIAHGP (1863-1946).....	64
Quadro 3 - Resultado da seleção dos textos da RIAHGP (1863-1946)	67
Quadro 4– Dicionários Geográficos das Províncias/Estados (1850-1930).....	113
Quadro 5– Trabalhos Geográficos de Mário Melo publicados na RIAHGP (1915-1945)	141

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Números e volumes da RIAGP nos séculos XIX e XX	60
Tabela 2- Resultados da busca por Temas na RIAHGP (1863-1946).....	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNG	Conselho Nacional de Geografia
FAFIRE	Faculdade Frassinetti do Recife
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
IAGHP	Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
RBG	Revista Brasileira de Geografia
RIAHGP	Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano
SGRJ	Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNICAP	Universidade Católica de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	UMA INSTITUIÇÃO GEOGRÁFICA EM PERNAMBUCO: O IAHP	32
2.1	Instituições oitocentistas geográficas no Brasil	33
2.2	A criação do IAHP: entre o local e o global	39
2.3	O IAHP e as congêneres geográficas	50
3	O PERIÓDICO DO IAHP: por uma geografia de Pernambuco	56
3.1	Em busca do “Geográfico” na RIAHP	57
3.2	Os agentes de produção e divulgação do conhecimento geográfico	78
3.2.1	<i>Francisco Augusto Pereira da Costa e a integridade do território pernambucano</i>	79
3.2.2	<i>Sebastião Galvão e sua Geografia Pernambucana</i>	104
3.2.3	<i>Alfredo de Carvalho: traduzir para interpretar o Brasil</i>	122
3.2.4	<i>Mário Melo: entre a Toponímia e a Geografia Moderna</i>	138
3.3	Os geógrafos historiadores do IAHP	170
4	AS TESES DE GEOGRAFIA: a pesquisa em nome do ensino	177
4.1	As instituições e suas cátedras de Geografia	178
4.2	O Nordeste de Agamenon Magalhães	184
4.3	A geografia dos professores: Dácio Rabelo e Albuquerque Filho	200
4.3.1	<i>A tese de Albuquerque Filho sobre os rios de Pernambuco</i>	229
4.4	Mário Lacerda e a Geografia Humana de Pernambuco	232
4.5	Por uma Geografia Total: Gilberto Osório de Andrade	250
4.6	As regiões naturais de Pernambuco por Hilton Sette	268
4.7	Os olhares geográficos dos Catedráticos	285
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	293
	REFERÊNCIAS	298

1 INTRODUÇÃO

Essa tese versa sobre um período da história brasileira da Geografia intrigante e pouco estudado. É a época que antecede a criação das Universidades, com seus cursos de licenciatura em Geografia, que conferiam um *status* maior de cientificidade. Em relação à historiografia da disciplina, em geral, esse período vai do final do século XIX até a década de 1930, tendo por referência a abolição da escravidão, o advento da República até a fundação da Universidade de São Paulo. Mas, como se processou essa fase da Geografia Brasileira em Pernambuco?

O olhar sobre os pernambucanos decorre da “empatia” diante dos sujeitos históricos pouco ou não citados pela historiografia da Geografia brasileira. Benjamin (1987) nos oferece um entendimento de que a “escavação” da história que pretendemos desenvolver nesta tese está “à contrapelo” das análises que dão ênfase ao eixo São Paulo-Rio de Janeiro, isto é, à “história dos vencedores”.

Acreditamos também que há histórias regionais da Geografia em diferentes escalas. A história pernambucana é interessante na medida em que destaca uma escala regional “provinciana”, termo empregado por Livingstone (2010) no contexto europeu. No nosso caso, aplicamos essa perspectiva ao Brasil. Esse país de dimensões continentais, multicultural e profundamente desigual, demanda estudos regionais da história da disciplina que observem as nuances entre particularismo e universalismo inerentes à prática científica.

Portanto, nesta introdução, inicialmente vamos expor alguns aspectos da Geografia desenvolvida no Brasil durante o final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Por ser um esforço de síntese, os eventos e personagens são deliberadamente citados em virtude das afinidades e relações com a Geografia Pernambucana da época, tendo por base os estudos anteriores e a pesquisa preliminar sobre o tema. A seguir, apresentamos as teorias norteadoras da tese, os objetivos e métodos. Por fim, tratamos da organização do trabalho, explicando o modo pelo qual os capítulos estão organizados.

No contexto de uma ex-colônia, o Brasil passa durante o século XIX por um processo de crescimento das instituições culturais e efervescência de produção de conhecimento geográfico imbuído pela demanda de identidade nacional e de conhecimento sobre o território. Sua condição colonial foi marcada sobretudo pelos estudos estrangeiros, no estilo de crônicas e narrativas de viagens.

Ainda no contexto colonial, com a chegada da corte portuguesa, houve a fundação de instituições culturais no Brasil, com intuito de transformar a colônia “em um centro produtor e reproduzidor de sua cultura e memória” (Schwarcz, p. 26, 1993). Nesse período foram criadas a Imprensa Régia, 1808, Biblioteca Nacional, 1810, Real Horto, 1808, Museu Real, 1816, Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica, 1808, Observatório Astronômico, 1809, Academia Militar, 1811 e Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, 1816 (O Real [...], 2022).

Sendo assim, no bojo desse impulso científico e educacional esteve a publicação do livro “Corografia Brasílica” (1817) do padre português Manuel Aires de Casal (1754-1821). Nessa obra, há um compilado de informações sobre a localização, natureza e população das províncias que formavam o Brasil. A corografia foi uma tradição geográfica clássica, praticada pelos gregos na antiguidade. Ela era caracterizada por ser uma descrição regional, que reunia os variados aspectos naturais, culturais ou a combinação de ambos (Barros, 2020b). Strabão foi o filósofo grego representante dessa abordagem. Em sua “*Geographica*”, de 17 volumes, desenvolveu um modelo histórico-descritivo no qual recorreu aos elementos históricos, etnográficos, econômicos e naturais de diversas paisagens do mundo conhecido (Gomes, 2000). Há um viés enciclopédico nessa perspectiva, uma vez que reúne informações de diferentes áreas do conhecimento. A Geografia manteve um caráter enciclopedista, uma herança aristotélica, sendo guarda-chuva de outras ciências que foram ganhando autonomia a partir do iluminismo (Barros, 2020b).

Também associada à formalização clássica da Geografia, estava a cosmografia, tendo por representante Claudio Ptolomeu. Ele desenvolveu o modelo matemático-geral, direcionado à cartografia e aos temas relativos à escala Mundo, como a forma da Terra (Gomes, 2000). Essas duas perspectivas, cosmografia e corografia, serão as origens da Geografia Geral e da Geografia Regional, por vezes tratadas antagonicamente. Ao longo do tempo, os geógrafos/as trabalharam essas duas formas de desenvolver as pesquisas. Alguns adotaram a cisão entre elas, enquanto outros procuraram sua combinação. Assim, a Geografia Geral se dedicava ao estudo dos princípios gerais, propunha generalizações, conferindo um impulso teórico à disciplina, enquanto a Geografia Especial/Particular/Regional, pesquisava sobre lugares específicos, suas singularidades espaciais (Barros, 2012).

Em relação à Geografia brasileira do final do século XIX e início do século XX, o impulso regional é dominante. O termo “corografia” é recorrente nos manuais,

compêndios e livros. A cisão clássica entre o “geral” e o “regional” reverberou no ensino, sendo os nomes das disciplinas variando entre “Cosmografia”, “Geografia Geral” e “Corografia” até a década de 1940. A exemplo da “Corografia Brasílica” de 1817, inúmeros trabalhos desse tipo foram desenvolvidos no Brasil, dedicados às províncias e depois Estados. Por vezes, foram denominados por “Dicionários históricos e geográficos”, numa combinação entre a tradição corográfica e enciclopédica.

Tendo isto em vista, podemos concluir que desenvolvimento da ciência geográfica seguiu no Brasil um roteiro semelhante aos demais exemplos de Estados-nação que buscavam consolidar-se. Com o interesse em forjar a nação, a Geografia colaborou inicialmente no ensino, como disciplina que dava ênfase aos objetos naturais e técnicos do território. Esse conteúdo, presente nos compêndios por exemplo, estava relacionado às enciclopédias e dicionários que conferiam um caráter corográfico ao conhecimento geográfico.

Essas tradições clássicas, que foram continuadas ao longo da história da disciplina, chegaram ao Brasil de várias maneiras. A narrativas de viagens, tributárias da corografia de Strabão (Gomes, 2000), elaboradas pelos estrangeiros em território brasileiro podem figurar nessa circulação. Assim como, por meios das enciclopédias, manuais e compêndios de Geografia franceses ao longo do século XIX (Neto, 2012).

No encontro entre as tradições geral, regional, enciclopédica e a conformação da ideia de nação, está a obra do senador Thomás Pompeu de Souza Brasil (1818-1877). Esse intelectual cearense, elaborou um compêndio para auxiliar na sua lida de professor secundarista. Esse livro ganhou atualizações até que, em 1859 é lançado sob o título de “Compêndio Elementar de Geographia Geral e Especial do Brasil” (Neto, 2012). Essa obra foi adotada pelo Colégio Pedro II, por conseguinte, em diversas instituições de ensino do país. De acordo com Neto (2012), o compendio se inspirou no modelo francês, assim como na corografia de Aires de Casal.

Thomás Pompeu tentou equacionar o geral e regional numa interpretação comum aos manuais tradicionais de geografia moderna, nos quais se apresentava a cosmografia seguida por descrições regionais (Gomes, 2000). No caso do compêndio brasileiro, a terceira parte do livro era dedicada às províncias do país, em suas dimensões “físicas e políticas”, isto é, descrição de características naturais, históricas, econômicas, infraestruturais e populacionais (Souza, 1864).

No Brasil oitocentista também foi inaugurada a primeira fase do romantismo na literatura, após a Independência. Esse movimento, que tem suas origens na Europa do século XVIII, valorizava o tema da natureza, com repercussões no nacionalismo. Por isso, a primeira fase do romantismo foi caracterizada pela criação de “heróis” nacionais (povos indígenas) e exaltação da natureza, tendo em vista a invenção de uma nacionalidade. Nesse sentido, os romancistas como Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães e José de Alencar, vão contribuir para a construção dessa ideia de nação, com ênfase ao indianismo.

Nesse contexto político e literário, há esforços na criação de uma narrativa sobre a história do Brasil. Daí emerge a poética indianista, na qual se procura encobrir o genocídio dos povos originários ao passo que os destacava como fundadores da nação brasileira. Encadeado ao contexto de um projeto de nação, está o surgimento de agremiações voltadas ao conhecimento geográfico, dando suporte à criação de um “modo brasileiro de olhar” as paisagens, nos termos de Moreira (p. 30, 2019, v. 2).

A fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838) e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (1883-1945) representaram o esforço de produzir conhecimentos geográficos sobre o grande território. Essas instituições se espelhavam nas “Sociedades da Geografia” surgidas na Europa, que acumulavam informações, divulgavam e estimulavam a ampliação do conhecimento diante dos espaços incógnitos. Isto se dava mediante publicações de periódicos, patrocínio de expedições, iniciativas de ensino, cursos, conferências e estudos com fins comerciais (Berdoulay, 2017).

Com esse referencial, as congêneres brasileiras buscavam realizar a pesquisa geográfica, sobretudo de modo descritivo, nos institutos históricos e geográficos provinciais, que contaram com o empenho local para sua realização. No bojo da construção da ideia de nação, a Geografia foi fundamental, uma vez que o reconhecimento de fronteiras e dos bens naturais gerou condições para a narrativa nacionalista ser construída. Nesse período, os regionalismos provinciais, herdeiros da condição colonial, tentavam equacionar suas perspectivas com as visões de unidade nacional. Era uma tarefa difícil, afinal, não se desejava abandonar as narrativas históricas próprias, nas quais as paisagens faziam parte, ao passo que não era politicamente interessante levantar indícios de separatismo.

Diversos intelectuais fizeram parte do IHGB e da SGRJ, impulsionando suas atividades no desenvolvimento da pesquisa no Brasil. Essas instituições eram

diretamente relacionadas ao Império. No caso da SGRJ, participaram dela diversos integrantes do governo, exército e os chamados diletantes, isto é, intelectuais dedicados a diversas áreas do conhecimento, não relacionadas diretamente à sua formação profissional (Cardoso, 2013). Eles estavam imbuídos pelo projeto de nação, se preocupando também com o futuro do Brasil. Esse tema era caro para a “geração de 1870”, um outro grupo de intelectuais da época, marcado pela heterogeneidade e críticas ao regime monárquico imperial (Alonso, 2000).

A “geração de 1870” é uma denominação conferida aos intelectuais envolvidos no positivismo comtiano que criticavam instituições, práticas e valores da sociedade imperial, como a escravidão (Alonso, 2000). As ideias de Augusto Comte (1798-1867), se espalharam entre abolicionistas e republicanos da elite letrada que tinha acesso às ideias europeias. Comte ofereceu um modelo de evolução civilizatório baseado no cientificismo francês. A produção de conhecimento passa então de imaginativa e argumentativa para a experimental.

Como os intelectuais brasileiros estavam preocupados com os problemas advindos de uma estrutura colonial, esse pensamento se tornou, para eles, adequado (Machado, 2012). Nesse sentido, em termos positivistas, haveria uma “evolução” para o Brasil experimentar, que por meio da ciência, resolveria seus problemas e o tornaria uma nação nos moldes europeus. De forma geral, houve um apego à descrição estrita, como consequência do apelo ao visível e palpável, com efeitos no ensino, marcado pela classificação e compartimentalização das disciplinas (Campos, 2011).

Portanto, o período republicano aqui observado, que vai de 1889 a 1946, tem por marcadores iniciais o positivismo e o evolucionismo, que estavam circulando no Brasil desde o final do período imperial, com repercussão no conhecimento geográfico. Essas ideias não foram mobilizadas ao acaso. Ângela Alonso (2000) destaca que a oposição ao Império, que colocou a geração de 1870 como um dos agentes da queda do regime monárquico, esteve pautada nas ideias positivistas, liberais e evolucionistas. A pesquisadora chama atenção para a centralidade das motivações políticas, que direcionaram a atenção desse grupo para teorias fundamentais aos seus discursos.

Em relação ao pensamento geográfico, Lia Osório Machado (2012) afirma que o aporte no positivismo de Augusto Comte ofereceu uma visão de ordem e hierarquia interessante na manutenção do *status quo* das classes conservadoras, bem como sua combinação com as ideias evolucionistas implicavam numa progressiva e gradual

mudança. Ela cita Silvio Romero, Capistrano de Abreu, Arthur Orlando, Oliveira Vianna e Roquette-Pinto como intelectuais interessados nos temas geográficos relacionados ao sistema de ideias positivistas e evolucionistas.

O positivismo no âmbito da política brasileira, manifestado pelos republicanos, era aparentemente incompatível com instituições apoiadas pela monarquia. No entanto, apesar das dificuldades no apoio financeiro durante os primeiros anos republicanos, a SGRJ abriu caminhos de aproximação com o novo regime, mantendo a tradição de vínculos com o poder político (Cardoso, 2013). Na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, o caráter pragmático e estímulos à pesquisa sobre o território, estavam afins com o positivismo crescente. A Geografia, em termos epistemológicos, praticada pelos membros dessa sociedade ainda não está elucidada, sendo os artigos de seu periódico tributários de diversas perspectivas teóricas. Contudo, há de se notar o apelo ao empirismo, pela valorização das pesquisas de campo.

Outro exemplo do pensamento positivista está na obra “Os Sertões”, 1901, de Euclides da Cunha (1866-1909). A leitura dualista do território na perspectiva deste autor, sobre o sertão e o litoral foi muito explorada por outros intelectuais, suscitando uma constituição bipolar do país (Esteves, 2014). O imaginário dos “dois Brasis” se popularizou com esta obra (Machado, 2000). Com marcas das teorias evolucionistas e geográficas, como do pensamento de Friedrich Ratzel e Alexander von Humboldt (Azevedo, 1950), Euclides da Cunha buscava uma interpretação histórico-territorial do Brasil que combinava racionalidade científica e subjetividade poética (Morais et al, 2023).

As obras de Euclides da Cunha, assim como as de Joaquim Nabuco e Capistrano de Abreu, foram voltadas à problematização da nação, que de acordo com Puntoni (2016), marcaram uma mudança dos estudos voltados à construção de uma imagem de Brasil, para pensar os problemas da nação.

Nessa época, o positivismo também ecoou nos estudos antropológicos, que estavam intimamente relacionados à Geografia. Antropólogos como Roquette-Pinto (1884-1954), que era um positivista declarado no âmbito político, defendia a “progressão” da condição humana a partir de estágios, estando as culturas indígenas brasileiras no teológico e metafísico. Portanto, não eram “raças inferiores” (Souza, 2012).

As nuances entre Geografia e Antropologia são marcantes no desenvolvimento dessas ciências no período estudado em nossa tese. Por exemplo, no Congresso Internacional de Geografia de Paris, em 1875, a antropologia encontrava-se no grupo “físico”, ao lado da Geografia Física, Geologia, Meteorologia, Geografia Botânica e Zoológica (SGRJ, 1885). Na “Grande Enciclopédia” de Emile Lévasseur (1828-1911), o livro sobre o Brasil, escrito em colaboração com o Barão de Rio Branco (1845-1912), na segunda edição, em 1889, consta a antropologia como seção do capítulo “Geografia Física” (Lévasseur, 1889). Na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em 1885 foi definida a Comissão de “Geografia Americanista”, na qual o objeto de estudo eram os grupos étnicos do Brasil (Cardoso, 2013).

Nos Congressos Brasileiros de Geografia (1909-1944) era comum a seção de “Antropologia e Etnografia”, na qual as “memórias” apresentadas se referiam à descrição dos povos originários, com especial atenção aos territórios por eles ocupados, denúncias de extermínio e roubo de suas terras (SGRJ, 1911). Isto ocorria porque, de acordo com Petschelies (2019), Johann Cristoph Gatterer (1727-1799) determinou a Etnografia como um subcampo da Geografia. Tal concepção foi adotada pelos geógrafos alemães Carl Ritter e Friedrich Ratzel.

Assim, explica Machado (2012) que intelectuais como o antropólogo Rouquette-Pinto, eram leitores de Friedrich Ratzel, utilizando de uma certa “heurística geográfica” para combater o pessimismo racial, por meio da abordagem etnográfica que privilegiava a relação entre “tipos raciais” e regiões, com ênfase no ambiente.

Na Geografia brasileira, haverá ecos da antropologia dos “tipos brasileiros” na primeira metade do século XX, porém admitidos por “tipos regionais”. É importante observar que nas obras de Ratzel, no final do século XIX, se mobilizavam os conceitos de “tipo étnico” e “classificação antropogeográfica” (Ratzel, p. 96, 1990). Outra importante contribuição da antropologia no Brasil foi a valorização do trabalho de campo, observação e descrição enquanto métodos científicos (Souza, 2012). Nesse aspecto há semelhanças com a antropogeografia de Ratzel, que preconizava uma ciência empírica, fundamentada na observação e indução (Moraes, 1990).

A ciência geográfica ainda teve intersecções com a biologia, geologia e história, sendo comuns intercâmbios dos temas e conteúdos com essas ciências por pertencerem aos campos de estudos da Medicina, Engenharia e Direito. Um exemplo disto é o debate sobre cultura, que estava em vigor especialmente nas ciências

jurídicas e literatura. Por conseguinte, perspectivas de culturalismo ecoaram nos estudos geográficos.

O culturalismo em âmbito filosófico, conferindo a oposição entre cultura e natureza foi elaborado por Tobias Barreto (1839-1889), jurista da Escola do Recife e considerado um precursor do culturalismo brasileiro. Em contraposição ao determinismo social do positivismo, ele admitia que a cultura era uma especificidade da criação humana, assim: “O homem tem a capacidade de realizar um plano por ele mesmo traçado, de atingir um alvo que ele mesmo se propõe” (Barreto *apud* Paim, p. 31, 1995). Assim, Tobias Barreto enfatiza um afastamento das causas naturais: “Ao causalismo das forças naturais onde se poderia instalar um saber determinante das relações de fenômenos, opõe a liberdade, a cultura, a causalidade, e a força do sentimento” (Souza, p. 11, 2001).

Dando continuidade, porém com matrizes diferentes, Silvio Romero (1851-1914), também jurista da Escola do Recife, traçou uma abordagem sociológica da cultura (Souza, 2000; Paim, 1995). Silvio Romero desenvolveu seu pensamento de acordo com o evolucionismo de Herbert Spencer: “É a esta doutrina do organicismo spenceriano que mais se atém a busca de Sílvio Romero, ligada não só ao pensamento especulativo, teórico, mas à observação dos fatos e à história do desenvolvimento humano” (Souza, p. 17, 2000). Outra base de sua sociologia são as ideias de Le Play. Assim, Romero vai pensar o Brasil também a partir da cultura popular, com a publicação das obras “Cantos populares do Brasil”, 1883, “Contos populares do Brasil”, 1885 e “Estudos sobre a poesia popular do Brasil”, 1888.

A perspectiva culturalista de Silvio Romero, detalhada em obras como “Zonas sociais e a situação do povo”, 1906, foi continuada na intelectualidade na virada do século XIX para o XX, como Alcides Bezerra, com o culturalismo voltado para a antropogeografia, Oliveira Vianna, com o estudo de adaptação das populações e Câmara Cascudo, com a etnologia, o estudo dos costumes e etnografia (Souza, 2000).

O culturalismo brasileiro, como observamos, foi inaugurado pelas reflexões de Tobias Barreto e Silvio Romero. Uma gama de intelectuais vai seguir as linhas filosófica e/ou sociológica dessa corrente de pensamento, conferir suas interpretações e acrescentar elementos novos ao longo do tempo. Nesse sentido, a atuação de Gilberto Freyre (1900-1987) é emblemática. Com bases teóricas na Geografia Cultural americana e na Antropologia Cultural de Frans Boas, Gilberto Freyre desde a década

de 1920, se dedicou a elaborar o “regionalismo tradicionalista”. Sendo a ele atribuída uma perspectiva cultural de Nordeste, em contraposição ao viés naturalista veiculado pelos relatórios técnicos da Inspetoria de Obras contra as secas (Albuquerque Júnior, 2011).

Mesmo afastado das teorias evolucionistas, os temas de raça e miscigenação serão destacados em suas obras, tendo em vista sua formação em antropologia cultural. A suas ideias sobre a cultura regional, que mesmo envolvidas na diversidade de paisagens brasileiras, conferiam uma integração ao país, sendo úteis durante o regime do Estado Novo (Mesquita, 2013), pois em busca da brasilidade/nacionalidade, o governo varguista cooptou de diversas maneiras estudiosos da cultura brasileira.

Gilberto Freyre vai dar continuidade ao impulso de “pensar o Brasil”, que vinha desde o final do século XIX, juntamente com outros intelectuais como Caio Pardo Júnior e Sérgio Buarque de Holanda. Contudo, essa geração da década de 1930 vai contestar o pensamento anterior, que estava fundado na conotação negativa acerca da miscigenação, bem como no ímpeto de criar uma narrativa histórica sobre Brasil. Sendo assim, a “geração de 1930” abriu outros caminhos de interpretação (Puntoni, 2016).

Nesse momento, o pensamento geográfico novamente será fonte para os intelectuais brasileiros, assim como os geógrafos vão recorrer aos seus escritos. Como no caso de Gilberto Freyre, que ao publicar as obras “Casa Grande e Senzala”, 1933, “Sobrados e Mucambos”, 1936, “Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil” de 1937 e “Açúcar”, 1939, manifesta influências do pensamento geográfico cultural de Carl Sauer (Medeiros, 2021; Barros, 2021). Ao passo que utilizava as noções de região e paisagem cultural, Gilberto Freyre ofereceu aos geógrafos análises inéditas sobre o Nordeste. As quais, além de combinar os aspectos naturais e humanos sob o ponto de vista cultural, valorizou a temática regional e forneceu informações sobre a relação entre as pessoas e a natureza do “outro” nordeste, diferente do sertão.

Conforme aponta Medeiros (2021) as obras de Freyre tiveram repercussão nas Teses de Geografia produzidas em Pernambuco nas décadas de 1940 e 1950. De acordo com Albuquerque Júnior (2010), antes do movimento regionalista tradicionalista de Gilberto Freyre, a descrição literária-naturalista da paisagem predominava, a exemplo da obra “Os Sertões” de Euclides da Cunha. Com a atuação de Freyre e demais envolvidos no movimento, inclusive literatos que já estavam

desenvolvendo essa perspectiva, a descrição com ênfase na cultura é a norma da vez.

Ao observar as relações entre literatura e ciência geográfica, percebemos no Brasil de 1930 uma geração de romancistas que descreveram as paisagens a partir do tradicionalismo de Freyre, da valorização do folclore e linguagem popular, das poesias de tradição oral, ou seja, tudo que se poderia retirar de suas memórias espaciais (Albuquerque Júnior, 2011). A exemplo disto são as obras “A Bagaceira”, de José Américo de Almeida, em 1928, “O Quinze”, de Rachel de Queiroz, em 1930, “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, em 1938 e “Menino de Engenho” de José Lins do Rêgo, de 1932.

Esse material, especialmente sobre as regiões norte e nordeste, serão aliados às análises geográficas. Pois, traziam descrições regionais, tanto em aspectos naturais, como culturais, enfim, da relação entre as pessoas e a natureza. Um exemplo disto, é a reiteração dos “tipos regionais” nessas obras literárias, que faziam parte do imaginário regional brasileiro.

Além do culturalismo e dos romances regionalistas, a década de 1930 marca a trajetória da ciência geográfica brasileira pela criação de instituições voltadas ao conhecimento especializado. Isto conferiu um caráter de autonomia em relação às demais ciências afins. À despeito dos esforços de padronização, da pesquisa científica e do ensino de Geografia, contidos nas ações da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vão figurar como organizações norteadores do pensamento geográfico.

A partir disto, os pesquisadores(as) terão por referência essas instituições. Desde então, mediante periódicos, reuniões e congressos, os e as pesquisadoras terão acesso às teorias ditadas pelas novas instituições geográficas do país, que buscarão por fontes específicas de conhecimento, como nos núcleos de produção acadêmica estrangeiros.

A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), por exemplo, foi criada em 1934 por iniciativa de um geógrafo francês, Pierre Deffontaines (1894-1978) em virtude da sua contratação para organização do curso superior em Geografia e História na recente Universidade de São Paulo, logo seguido por Pierre Monbeig (1908-1987). Esses professores impregnaram os estudos geográficos por abordagens francesas: “Assim, foi um marco da produção acadêmica da Geografia no Brasil do

que da produção de uma geografia brasileira” (Campos, p. 139, 2011). O discurso da “Geografia Modena” é evocado por eles, que avaliaram os estudos anteriores a sua chegada por ultrapassados e apegados à nomenclatura (Zusman, 2017).

Zusman (2017) atenta para o contexto histórico da criação da AGB, pouco tempo depois da “Revolução de 1930”. Em 1932, houve uma resposta ao Governo Provisório, a “Revolução Constitucionalista de 1932”, a qual o Estado de São Paulo participou. O levante armado durou cerca de três meses, com dezenas de mortes e vitória do Governo Provisório. Esse fracasso não impediu as pretensões da elite paulista de nortear a política e desenvolvimento do Brasil, estando voltadas ao âmbito cultural. Nesse contexto, a Universidade de São Paulo surgiu como uma via dos planos políticos da elite paulista para o futuro do Brasil, uma vez que iriam formar a classe de dirigentes do país.

Com a fundação da Universidade vieram os “mestres estrangeiros”, um reflexo das ambições desse projeto. Como já mencionado, Pierre Deffontaines foi um deles, que tão logo estabeleceu a AGB. Portanto, essa associação surgiu na esteira de um amplo projeto de “regeneração nacional”, nos termos de Zusman (2017), capitaneado pelo Estado de São Paulo.

À despeito dos objetivos de irradiação, há uma lacuna entre 1934 e 1945 em relação à criação de filiais regionais, sendo a AGB uma entidade eminentemente paulista (Andrade, 1991). Com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), as atenções ao projeto de expansão foram pausadas. Portanto, a difusão de uma perspectiva geográfica francesa esteve limitada nesse período, sendo evidenciada após a segunda Guerra Mundial. Mas, outra via de circulação surgiu nesse interim, o IBGE.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fundado em 1938 e diretamente relacionado ao Estado, marca o desenvolvimento da Geografia no Brasil, especialmente no campo do planejamento. Por meio do Conselho Nacional de Geografia (CNG), o IBGE cumpria a função de promover e difundir o conhecimento sobre o território nacional. Em 24 de março de 1937, foi baixado o decreto n.º 1.527, que criou o Conselho Brasileiro de Geografia, incorporado ao Instituto Nacional de Estatística, autorizando-o aderir à União Geográfica Internacional. Ainda em 1937 passou para a denominação de “Conselho Nacional de Geografia”. Um ano depois, em 1938, o instituto de estatística muda a nomenclatura para “Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística”, envolvendo os conselhos de Geografia e de Estatística.

A criação do Conselho Nacional de Geografia foi fruto de demandas internas e externas, como proposta da AGB em 1936, Criação do Instituto Nacional de Estatística no mesmo ano e a exigência para adesão à União Geográfica Internacional. A função do conselho era de reunir e coordenar estudos sobre a Geografia do país (Conselho [...], 1939a). Em 1967 foi extinto, juntamente com o IBGE em virtude da criação da Fundação IBGE, durante a ditadura militar (BRASIL, 1967).

O CNG é representativo, pois, nele encontramos os anseios de padronização da produção geográfica e os esforços de formação de uma “cultura geográfica” (Cardoso, 2013), que no bojo das políticas do Estado Novo (1937-1945), era um conjunto de demandas estatais: regionalização do Brasil, ordenação da toponímia, cartografia, limites interestaduais, fronteiras, integridade territorial, povoamento, ou seja, diversos aspectos da gestão e planejamento do território.

Em 1938, por iniciativa do CNG, é criada a Revista Brasileira de Geografia “considerando a necessidade da difusão da metodologia geográfica moderna, caracterizada pelo espírito explicativo dos fenômenos de superfície, observados segundo aspectos peculiares” (Conselho [...], p.7, 1939c). A Revista Brasileira de Geografia, que teve seu primeiro número em 1939, será amplamente divulgada diante das facilidades de publicação oriundas do seu vínculo estatal. Esse periódico é um retrato dos sistemas de pensamento operantes entre 1939 e 1946. Desse modo, observamos a valorização do método geográfico, reiterado nas publicações de autores como Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig e Delgado de Carvalho, inclinados aos estudos dos geógrafos franceses.

Por fim, percebemos que entre o final do século XIX e primeira metade do século XX, há diversos contextos que poderiam conduzir a adoção de determinadas perspectivas pelos pesquisadores(as). Em nossa introdução, pode-se notar no período estudado, um ambiente intelectual aberto às teorias estrangeiras, conveniente às conjunturas políticas e relacionado ao espaço geográfico de origem dos estudiosos.

Assim, nossa perspectiva teórica é norteadada pelo pensamento do geógrafo David N. Livingstone (2010), no qual se admite que as culturas regionais se apropriam do conhecimento científico de modo diferente, ressaltando as particularidades. Nessa Geografia das ciências, que considera “a ciência em sua expressão regional”, há também especificidades de ordem religiosa, racial, de classe e política. Nesse sentido, a abordagem regional da história das ciências é também contextual.

Diante disto, adotamos a perspectiva do geógrafo Vincent Berdoulay (2017), a qual segue as seguintes premissas: a) a identificação dos sistemas de pensamento, tendo em vista descontinuidades e continuidades; b) o exame integrado dos fatores internos e externos, isto é, questões íntimas da ciência e o contexto social articulados num *continuum*; c) a consideração equitativa das tendências geográficas, evitando a atribuição de superioridades e preconceitos; d) o estudo aprofundado das principais questões sociais, que levaram a certas demandas de estudos; e) análise dos círculos de afinidades, uma vez que ultrapassam as relações institucionais.

Em relação aos sistemas de pensamento, se destacam as teorias e ideias que subjacentes aos discursos científicos, produções intelectuais e estilos dos trabalhos elaborados em determinado período. Mesmo que não fossem expressamente citadas pelos intelectuais, como explica Berdoulay (2017). As particularidades compõem diversos contextos, que revelam a combinação única que existe por trás das ideias sustentadas por um indivíduo ou grupo, sendo necessário também traçar um perfil socioprofissional. No caso francês, Vincent Berdoulay (2017) destaca o contexto social no tocante aos círculos de afinidades e às questões que preocupavam a sociedade da época. O debate social demanda determinadas ideias e pode elucidar as razões das inclinações ideológicas dos cientistas.

A ciência geográfica no Brasil passou por metamorfoses e adaptações oportunistas, comuns às teorias e métodos oriundos de outros lugares, que por sua vez também resultaram dos encontros de ideias. A conformação da ciência, tendo em vista a circulação de pessoas, instrumentos, técnicas, métodos e teorias, se dá nesse movimento, seja colaborativo ou forçado. Nesse sentido, Livingstone (2007; 2010) afirma que há um componente geográfico na circulação de textos, porque esse movimento implica em diferentes interpretações de acordo com o lugar onde os leitores se encontram.

Entendemos que a abordagem de Kapil Raj (2015, p. 173) está atrelada a essa ideia, pois: “[...] a perspectiva circulatória permite ver a ciência como sendo coproduzida pelo encontro e pela interação entre comunidades heterogêneas de especialistas de diversas origens.” Outra premissa desse pesquisador é a ideia das “contingências locais”. Kapil Raj entende que elas sejam as condições dos lugares de produção científica, assim como a negociação e adaptação nos processos de difusão. Não admite a recepção passiva de práticas, técnicas e ideias científicas, considerando que as condições de admissão são também contingentes. Essa perspectiva coloca

em destaque o espaço, outrora desconsiderado nas abordagens positivistas sobre história global das ciências (Raj, 2015).

Já deslumbramos, nessa introdução, que a Geografia brasileira esteve inserida no amplo processo de circulação científica desde seu período colonial, ora como objeto de estudo, ora enquanto produtora de conhecimentos. Algumas conclusões e noções desse processo estão estabilizadas na historiografia da disciplina, tais como: o caráter interno da Geografia brasileira (Machado, 2000); a produção geográfica por diletantes e autodidatas (Moreira, 2015; Cardoso, 2013) durante o período da Primeira República; a apropriação pragmática ou oportunista das teorias estrangeiras (Campos, 2011).

A descrição regional era um trabalho recorrente nesse período. A descrição com um “olhar analítico”, nos termos do geógrafo Pierre George (1942 *apud* Besse, 2006), é uma dissecação da paisagem, num primeiro momento de observação, o qual se diferenciam os elementos particulares naturais e humanos que compõem o quadro geográfico. Essa descrição analítica deve ser seguida pela “sintética”, a qual se chega a uma conclusão do conjunto da paisagem observada. O olhar geográfico progride, então, da análise à síntese num processo hermenêutico. Os olhares geográficos que os brasileiros desenvolveram na consolidação da ciência em questão, são repletos de contextos, que terão impactos no nível de análise ou síntese, apresentadas em seus estudos. O equilíbrio entre esses níveis de observação perpassa por diversas condições, sejam elas de ordem científica ou não.

Esse entendimento será crucial ao analisarmos os trabalhos geográficos dos pernambucanos no período em estudo. Isto se fará partindo de um recorte institucional, que é elucidativo no sentido de reconhecimento da disciplina, assim como um limite temporal, que correspondesse ao período da historiografia da Geografia no Brasil. Portanto, destacamos a fundação do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) em 1862 e da Universidade do Recife, em 1946, que agregou a Faculdade de Filosofia do Recife, onde funcionava o curso superior de Geografia e História desde 1941.

Assim, nosso estudo está compreendido entre 1862 e 1946. Nesse recorte temporal, está atrelado o institucional, que abarca o IAHGP, o Ginásio Pernambucano e a Escola Normal Oficial. Essas instituições foram escolhidas em virtude dos estímulos à pesquisa geográfica, que marcaram essa época no desenvolvimento da disciplina em Pernambuco (Rocha, 1954; Andrade, 2007).

Isto não implica na ausência de produção de conhecimento geográfico fora dessas instituições, mas, diante da vasta presença de entidades culturais e educacionais, foi necessário recorrer ao delineamento escolhido. Dentre elas, cabe mencionar a Escola de Engenharia de Pernambuco, a Sociedade de Medicina de Pernambuco e o Instituto de Pesquisas Agronômicas.

Portanto, o objetivo geral da nossa tese é de analisar a produção de pesquisas geográficas desenvolvidas entre 1862 e 1946, no âmbito do IAHGP, Ginásio Pernambucano e Escola Normal Oficial. Tendo isto em vista, foram definidos os seguintes objetivos específicos: I) Identificar os trabalhos geográficos, vinculados às instituições escolhidas; II) Contextualizar essas pesquisas, tendo em vista o perfil socioprofissional de seus autores, os sistemas de pensamento, as tendências geográficas e demandas sociais; III) Caracterizar os círculos de afinidades entre esses pesquisadores.

Nesse sentido, para o objetivo I, realizamos a pesquisa documental. No levantamento documental, foram encontradas: edições da Revista do IAHGP de 1863 a 2010, no Arquivo Digital da instituição e sete teses de Geografia, sendo duas do Arquivo do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Epistemologia e História da Geografia da UFPE, cinco no Arquivo de Obras Raras da Fundação Joaquim Nabuco. Esses documentos, tornados em fontes, tiveram um tratamento distinto segundo as necessidades de cada um.

No caso da Revista do IAHGP, um periódico científico permeado por diversos temas, demandou uma revisão detalhada, assim como uma análise dos dados narrativa e tabular, de acordo com a abordagem metodológica de Cardoso (2013) e Guimarães (1995). Na revisão detalhada dos artigos da revista, selecionamos primeiramente os textos geográficos, que resultaram em 99 artigos. Em seguida, escolhemos os textos dos autores recorrentes nessa área do conhecimento, para compor nossa análise. Nesse caso, quatro autores se destacaram: Francisco Augusto Pereira da Costa, Sebastião de Vasconcelos Galvão, Alfredo Ferreira de Carvalho e Mário Carneiro do Rêgo Melo.

No caso das teses de Geografia vinculadas ao Ginásio Pernambucano e Escola Normal Oficial, encontramos as publicações dos seguintes autores: Agamenon Magalhães, Dácio Rabello, João F. Motta e Albuquerque Filho, Mário Lacerda, Gilberto Osório e Hilton Sette. Sendo que, foram encontradas duas teses do mesmo autor, João F. Motta e Albuquerque Filho. Há mais teses nesse período, porém não as

descobrimos nos arquivos consultados. Contudo, as sete teses retratam a Geografia desenvolvida na época de modo significativo, além dos seus autores terem se projetado no âmbito do ensino superior em Pernambuco.

Uma vez selecionados os documentos, tendo em vista também o objetivo II, procedemos de acordo com Bacellar (2008), segundo o qual: nenhum documento é neutro; é necessário entender a história do documento; o contexto da época; atentar sobre os significados das palavras e expressões ao longo do tempo; identificar os autores e propósitos das produções, bem como seus interesses.

Essa abordagem da pesquisa documental é coerente com a perspectiva contextual da história da Geografia desenvolvida por Berdoulay (2003; 2017). Portanto, elaboramos o objetivo III, que buscou estabelecer os círculos de afinidades, tanto de cada autor, como entre si. Esses círculos demandam o perfil socioprofissional de cada estudioso, necessitando do aporte biográfico. Diante da complexidade das relações pessoais, profissionais e políticas desses intelectuais, procuramos nos ater aos vínculos que estavam implicados em suas produções bibliográficas. Certos da complexidade desses círculos, uma vez que um sujeito participa de diferentes relações, nossa intenção é de caracterizar apenas o círculo de afinidades entre os autores dos estudos que analisamos. Mesmo assim, eventualmente destacaremos as relações entre eles e demais sujeitos, pertencentes a outros círculos de afinidades.

O estudo do passado é desafiador e cativante. Não procuramos realizar uma reconstituição dos fatos, tampouco descobrir uma “verdade” nos documentos. Nossa perspectiva histórica é de interpretação de uma reminiscência, de acordo com Walter Benjamin (1987). A atenção aos ecos do passado, no próprio período estudado, nos traz a percepção das continuidades de ideias e estilos.

Sendo assim, nossa tese está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta a primeira instituição geográfica do Estado, tendo em vista seu contexto histórico e geográfico. Esse capítulo introduz à história do IAHGP, seus objetivos, sua dinâmica de funcionamento e relações com congêneres. Essas características institucionais vão permear os trabalhos de seus membros.

Em seguida, o segundo capítulo traz à luz trabalhos geográficos dessa instituição. Nós destacamos os autores recorrentes, contextualizando seus textos, tendo em vista o perfil socioprofissional dos intelectuais, os sistemas de pensamento, as tendências geográficas e demandas sociais das pesquisas em apreço. Ao término

do capítulo, estabilizamos o círculo de afinidades entre eles, que foi sendo esboçado ao longo do texto.

O mesmo encaminhamento foi dado ao terceiro capítulo, que discute as teses de Geografia vinculadas ao Ginásio Pernambucano e Escola Normal Oficial. O período desses trabalhos, entre 1920 e 1946, confere uma perspectiva linear da nossa reflexão, mas, em termos didáticos. Ao longo do capítulo recorreremos aos contextos e sujeitos anteriormente discutidos. A reflexão também se dá entre as teses, numa perspectiva integrada que busca relacionar seus autores em termos socioprofissionais e teórico-metodológicos. Por fim, também elaboramos um círculo de afinidades entre os autores das teses de Geografia.

Os textos, elementos centrais de nossa tese, além da abordagem contextual, são por vezes retratados literalmente, com a reprodução de imagens e palavras na íntegra. Essa abordagem tem o intento de apreensão da obra original, mesmo que por um vislumbre. Os textos nos trazem seus autores, instituições, regiões, enfim, “contextos”, nas palavras do geógrafo Nilson C. C. de Barros. Esse é o nosso fio condutor, para nos levar à tese de que havia um pensamento científico ou pesquisas geográficas, anteriormente à cientificidade apregoada à disciplina universitária, em 1946 no Recife. Sendo assim, se almeja endossar a perspectiva de Rui Ribeiro de Campos (2011), de que não há uma fase “pré-científica”, mas “pré-acadêmica” do pensamento geográfico brasileiro.

2 UMA INSTITUIÇÃO GEOGRÁFICA EM PERNAMBUCO

Os institutos históricos e geográficos marcaram o desenvolvimento científico do século XIX no Brasil. O IAHGP foi o primeiro do gênero regional que se perpetuou¹ no Brasil, não apenas no sentido da localização, sobretudo nos seus objetivos e ideais. Esses institutos são reconhecidos pelos trabalhos históricos, no entanto, pouca atenção é dada às produções geográficas, especialmente nos estudos sobre a trajetória do pensamento geográfico no Brasil. Moreira (2019, v. 2), ao discorrer sobre as instituições de trabalho geográfico antes de 1950, escreve que:

[...] Devotando-se mais a uma geografia do Brasil que uma Geografia no Brasil, como diz José Veríssimo da Costa Pereira, esse impressionante acúmulo de leitura e visualização das paisagens e da trajetória das formas de organização geográfica da sociedade brasileira – inexplicavelmente até hoje desprezada pela pesquisa geográfica – traça um amplo quadro do ambiente em que se vai plasmar o pensamento geográfico brasileiro e, de alguma maneira, formar o solo epistemológico da Geografia que se consolida no anos 1950. (Moreira, p. 30-31, 2019, v. 2).

O IAHGP faz parte dessa história, que se prolonga até o início do século XX. O termo “geográfico” em sua denominação confere o caráter prioritário da disciplina. Por isso, esse capítulo objetiva avaliar a atuação do IAHGP na produção e circulação do conhecimento geográfico, tendo por embasamento o pensamento de Kapil Raj (2007; 2015) e de David N. Livingstone (2007; 2010).

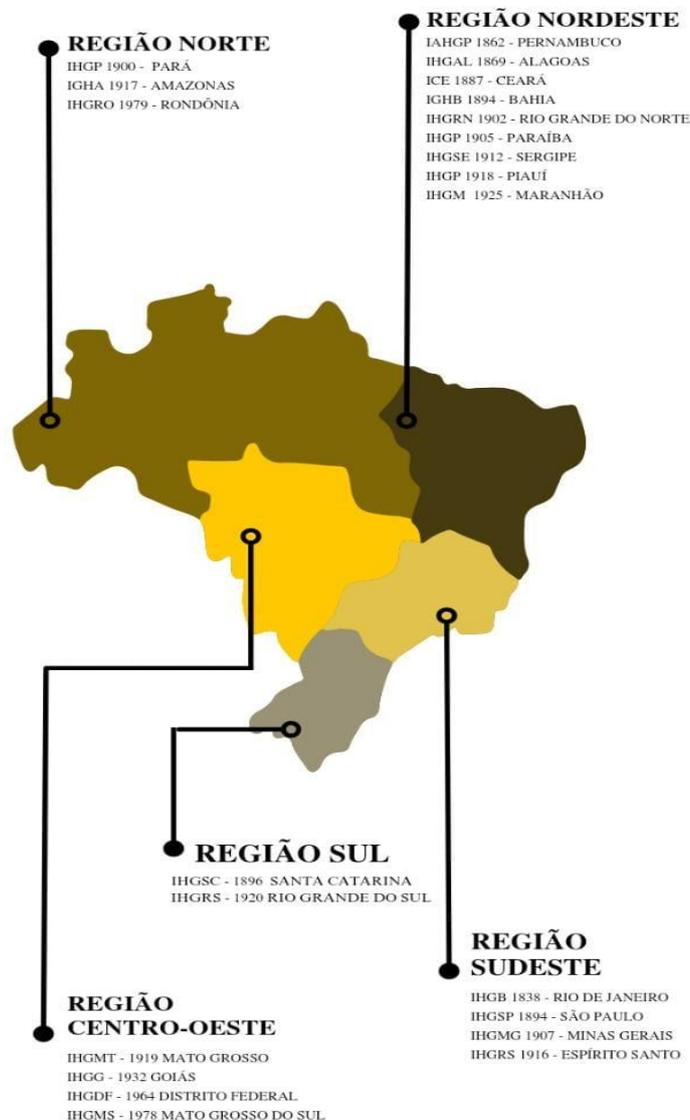
O capítulo que se inicia também vai destacar o contexto de criação dessa instituição, seguindo as premissas da abordagem contextual de Berdoulay (2017). Os ecos do passado desde o período colonial serão evocados pelo IAHGP, repercutindo nas escolhas temáticas de suas comissões de pesquisa, enfim, em todo seu trabalho histórico e geográfico.

¹ A primeira iniciativa de instituto local foi o “Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro” em 1860, onde hoje é situado o Estado do Rio Grande do Sul. Houve uma solicitação para filiar-se ao IHGB que, até então, não tinha nenhuma filial. Esse pleito levou cerca de um ano para ser atendido, devido à elaboração de diretrizes para a aprovação de filiais pelo IHGB (Guimarães, 1995). Todavia, teve curta duração, de apenas quatro anos, devido à Guerra do Paraguai (1864-1870). Dentre as atividades, houve a publicação de um periódico até 1863. Seu objetivo era de ressaltar as lutas pela nação em solo rio-grandense, conciliando as perspectivas dos literatos e militares. Assim, o instituto, que continha quase um terço do total de sócios composto por militares, valorizava os chamados triunfos e atos heroicos (Lazzari, 2007).

2.1 Instituições oitocentistas geográficas no Brasil

No afã de tornar o Brasil uma nação tal qual as demais, sobretudo europeias, houve a criação de instituições culturais no modelo francês. É o caso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, que eram a um só tempo, herdeiras de uma tradição cultural estrangeira e propulsoras de pesquisas particularmente brasileiras. A Figura 1 representa os institutos regionais por Estados e datas de fundação.

Figura 1 – Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros Estaduais (1838-1979)



Fonte: RIAHGP (1863-2010).
Nota: Designer de Milka Lopes.

A Geografia brasileira² é marcada pela condição periférica de uma ex-colônia. A independência (1822) e o advento da República (1889) suscitaram a formação de uma *intelligentsia*³, uma classe de intelectuais que fundou agremiações, participou da administração pública, sendo lentes das faculdades de Direito, Engenharia e Medicina, militares e políticos. Apesar da diversidade, eles comungavam das questões desafiantes da recém nação que se forjava, como: integridade territorial, miscigenação racial, desenvolvimento econômico, saúde pública e educação num país de dimensões continentais. Para tanto, se propagou a valorização dos institutos históricos e geográficos em todo o território nacional, sendo um retrato da diversidade de histórias regionais, assim como do engajamento nas narrativas da história nacional que emergiam.

A Sociedade de Geografia de Paris, fundada em 1821, é considerada a primeira agremiação do gênero na Europa, tendo expansão de membros e ações após 1860. Em 1871 aumentou significativamente o número de membros devido seu apoio ao movimento colonial. De acordo com Berdoulay (2017) e Capel (2008), na França, a expansão colonial e o crescimento do número de sociedades de geografia foram concomitantes, pois estavam ambas relacionadas com a exploração e as viagens. Elas conciliavam os interesses científicos e comerciais. Assim, em 1884, havia em torno de 26 sociedades geográficas com mais de 18 mil membros, sendo na época o país que mais continha essas agremiações no mundo (Berdoulay, 2017). A Sociedade de Geografia de Berlim foi fundada pouco tempo depois da congênere francesa, no ano de 1828. A expansão desse tipo de associação também se verificou na Alemanha, assim como a inauguração em outros países (Mary, 2010)

Das 130 sociedades existentes, entre 1821 e 1900, 70% estavam localizadas na Europa: 31 delas na França e 25 na Alemanha. As outras estavam distribuídas em capitais como Budapeste, Estocolmo, Copenhagen, Lisboa e Madrid e também em outros países, como Rússia e Itália. As demais se encontravam fora do espaço europeu, em países como Estados Unidos, Japão, Índia, Austrália, Argélia, e, na América Latina, que contava com 12 sociedades. Destas, mais de 1/3 se encontrava no Brasil (Mary, 2010, p.27).

² Por uma questão de clareza textual, exclusivamente, nos referimos por “Geografia brasileira”, apenas ao conhecimento sistemático. Pois, admitimos que existe uma variedade de saberes geográficos brasileiros, conhecimentos oriundos das populações indígenas, quilombolas, rurais, dentre outras, que não serão contemplados em nosso estudo.

³ Esse termo é atribuído aos homens cultos de um país, responsáveis pela educação e difusão do patriotismo na Rússia e Polônia do século XIX. Sendo no caso russo, composto por nobres liberais e jovens socialistas, manifestando um conflito de gerações (Vieira, 2008). No caso brasileiro, existiu também uma classe de intelectuais, forjada no século XIX, sem o componente socialista, mas com objetivos encadeados aos discursos patrióticos.

Mas, há casos diferentes, de outras instituições do gênero alocadas nas cidades das colônias francesas, que eram caracterizadas por serem filiais da Sociedade de Geografia Comercial de Paris, como em Túnis (Tunísia), Hanói (Vietnã) e Constantina (Argélia) entre 1880 e 1890 (Berdoulay, 2017).

Segundo López-Ócon (1996), entre 1833 e 1933 existiam 50 sociedades geográficas na América Latina. Ao estudar cinco dessas instituições, o pesquisador conclui que elas estavam voltadas para organização dos Estados-nação em construção. Ele mostra também indícios de que essas sociedades geográficas estavam também envolvidas no funcionamento das redes internacionais de comunicação científica. O objetivo era de mostrar a capacidade dos países latino-americanos de produzir conhecimento, ao passo que se buscava o reconhecimento internacional de seus trabalhos científicos. Um exemplo disto era a tradução de artigos de autores estrangeiros e troca de correspondências.

É interessante essa diferença, de um “olhar para dentro” das congêneres latino-americanas e a perspectiva colonialista das sociedades europeias. A necessidade de forjar uma nação era comum aos dois contextos, um nacionalismo direcionado à manutenção da unidade territorial. No caso brasileiro, essa demanda política vai desencadear o início de estudos sistemáticos da Geografia produzidas no país.

As agremiações históricas e geográficas carregavam uma certa cientificidade no final do século XIX. Há de notar a heterogeneidade da visão do que seria a ciência Histórica e a Geográfica, mas, pode-se dizer que foram empreendidos esforços de pensar a história do Brasil de forma sistematizada desde a fundação do IHGB (Guimarães, 1988). Por conseguinte, também atribuímos essa forma sistematizada de pensar às paisagens e regiões.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi fundado em 1838, com a missão de reunir conhecimentos históricos e geográficos que fomentassem o sentimento nacional. No âmbito interno mirava na construção de uma memória do país e nas ambições externas, visava aparentar que o Brasil estava atualizado em termos de instituições culturais típicas de nações avançadas. Esse *status* de país equivalente aos Estados-nações do continente europeu era relacionado à criação de uma estrutura intelectual e científica, tendo em vista a presença da corte portuguesa no Brasil, entre 1808-1821, assim como o contexto pós-independência a partir de 1822.

O IHGB foi patrocinado pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, estabelecido meses depois da criação do Arquivo Público, sendo o primeiro uma

entidade privada e o segundo pública. Ao longo de suas atividades, desenvolveu missões de coleta documental no exterior, cursos, exposições, publicação de periódico, mapas e correspondência com congêneres estrangeiras. É interessante notar que inicialmente, foi estipulado o limite de 50 sócios efetivos, sendo igualmente divididos entre as seções de Geografia e História, não estimulando uma preferência entre as disciplinas (Guimarães, 1995).

Mesmo não sendo uma sucursal de outra instituição, o IHGB conservou a perspectiva da antiga metrópole. Guimarães (1995) afirma que a memória nacional forjada pelo IHGB transmitia a ideia de que o Brasil seria o legítimo herdeiro e sucessor do império ultramarino português. Isto era corroborado pela presença de um representante lusitano no trono brasileiro. Outra observação da estudiosa era o modo com o qual se retratava a independência brasileira, como um processo natural, caracterizado pela ausência de traumas e rupturas.

A Geografia completaria o quadro nacional que se desejava construir, tendo em vista o delineamento de uma nação recém estabelecida. Para Manoel Guimarães (1988) o conhecimento dos aspectos físicos e sociais eram entendidos como momentos do mesmo processo. O pesquisador apontou que o iluminismo português, sobretudo católico e conservador, caracterizou a geração fundadora do IHGB, sendo a história tratada como um processo linear, marcado pelas ideias de evolução e progresso. Carregando assim traços, que mais tarde vão ser continuados pelo positivismo⁴, filosofia que impregnou o pensamento científico brasileiro no final do século XIX e dos primeiros anos republicanos.

⁴ O positivismo em diversos momentos e por diferentes interpretações impregnou-se na Geografia. Na própria formação da “Geografia Moderna”, a ideia de progresso, por exemplo, teve importância. O positivismo de Comte foi um dos sistemas filosófico-epistemológicos que se basearam no polo da racionalidade, iniciada no Século das Luzes. Gomes (2000a) explica que a ciência geográfica combinou dois conjuntos epistemológicos atuantes no bojo da modernidade. A citada racionalidade, apresentando o método lógico racional, com vistas à construção de sistemas explicativos através da análise baseada em observação e raciocínio, e as contracorrentes, que tiveram uma variedade de matrizes, mas que, grosso modo, combateram a ideia de universalismo do saber racionalistas. Isto implica na valorização da singularidade, que impediu a generalização e abstração conceitual, uma vez que, os fatos e fenômenos exprimem o que lhes é único e característico. Em meio à racionalidade e suas contracorrentes se forjou a Geografia científica, que combinou elementos desses dois polos da modernidade. Nessa amálgama, há dois exemplos interessantes: Alexander von Humboldt (1769-1859) e Paul Vidal de la Blache (1845-1918). No caso do geógrafo alemão, ele conciliou aspectos do racionalismo, como comparação, raciocínio geral e evolutivo, análise e explicação às ideias do romantismo alemão, que admitia uma perspectiva orgânica, sentimental e viés holístico. Nesse sentido, é importante ressaltar que “o romantismo valorizou temas como o individualismo, temas místicos e religiosos, valorização das emoções, a criatividade, o sofrimento amoroso, a Natureza, e temas nacionais, como costumes, linguagens, folclore (nacionalismo)” (Gomes, p. 42, 2010).

Como já observamos, nas instituições estrangeiras, há o vínculo com os interesses do Estado, semelhante ao caso do IHGB. Nas metrópoles essas sociedades faziam parte da engrenagem colonialista, enquanto nas recentes ex-colônias, fomentava o pertencimento nacional e contestava o caráter marginal da produção científica internacional, conforme demonstra López-Ócon (1996).

Nesse sentido, pode-se observar uma certa ambiguidade, tanto uma perspectiva colonizadora subjacente aos trabalhos do IHGB, ao passo que era também uma estratégia de enfrentamento à imagem colonial periférica. No caso da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil, fundada em 1878, isto era institucionalizado. Afinal, ela era uma filial da Sociedade de Geografia de Lisboa (1875). De acordo com Mary (2010) essas instituições manifestavam uma “geografia pátria”, visto que o objetivo principal era de pensar a nação, tanto na matriz, em Portugal⁵, como na filial, no Rio de Janeiro. Como o Brasil não era mais uma colônia, a perspectiva foi de continuidade do império lusitano, semelhante ao que ocorreu nos anos iniciais do IHGB. Todavia, diferente deste, que priorizou os temas sobre o território brasileiro, inclusive às questões de limites e fronteiras, a Seção se dedicou também aos assuntos referentes às colônias africanas.

A Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil teve suas atividades encerradas em 1889, quando houve uma desarticulação em prol da nacionalização da instituição. Desde 1881, uma parte dos membros desejava tornar a seção independente, sendo, em 1883 foi criada a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ). Seu objetivo era de pesquisar sobre a geografia do Brasil, bem como realizar explorações científicas, mediante comissões específicas. Assim, publicou periódico, promoveu cursos, efetuou expedições e criou os congressos nacionais de geografia.

A SGRJ defendia sua posição nacional em todos os aspectos, desde a sua natureza aos seus trabalhos. Assim como as congêneres de passado colonial, ela almejava o conhecimento sobre o território, se envolvendo em diversas questões polêmicas, como regionalizações, limites e fronteiras (Cardoso, 2013). Ao que parece, a SGRJ não pretendeu rivalizar com o IHGB na perspectiva de Cardoso (2013), tendo membros em comum, manteve uma relação cordial. Sua existência abalou a Seção

⁵ O tema de resgatar o orgulho nacional emergiu do contexto político e econômico de Portugal do século XIX, que estava em decadência e perdia prestígio dentre as nações europeias. Diversos fatores causaram o abatimento da nação, como: a independência do Brasil; baixa escolaridade; perda de competitividade de produtos no comércio externo; inviabilidade de grandes investimentos; emigração e diminuição da oferta de mão-de-obra (Mary, 2010).

da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil, que conforme a Proclamação da República se aproximava, teve um arrefecimento das suas atividades (Mary, 2010).

Na circulação das ideias, há também a participação dos pernambucanos nos projetos da SGRJ. Esse intercâmbio era interessante para o engajamento em atividades como o “Dicionário Geográfico do Brasil” e “Congressos Brasileiros de Geografia”. Em relação ao dicionário, organizado pelo professor da Escola Militar Alfredo Moreira Pinto (1847-1903), foram solicitadas informações sobre as províncias, tendo em vista a inviabilidade de se percorrer todo o Brasil. Diante disto, as pesquisas em torno dessas obras eram documentais e bibliográficas.

Além da colaboração com o dicionário de Moreira Pinto, que foi publicado entre 1887 e 1889, a SGRJ necessitou das congêneres para a execução dos congressos de Geografia. A ideia dos eventos foi inicialmente lançada em 1809, por Arthur Boiteux, a fim de comemorar os 87 anos da independência. Assim, a primeira edição foi em 1909, marcada por demandas do Governo, tais como: destaque ao ensino de Geografia, cartografia geral do Brasil, revisão de nomenclaturas, litígio entre o Brasil e o Peru, elaboração de regulamentos ambientais (Cardoso, 2013). As demais edições, que foram 10 ao total, ocorreram entre 1910 e 1944. Em alguns casos houve a publicação de Anais, os quais tivemos acesso aos da 4ª edição, realizada no Recife em 1915.

A participação dos pernambucanos, como os membros do IAHPG, na organização do certame do Recife, em 1915, bem como congressistas nos demais eventos, foi significativa para a identificação de determinadas tendências em seus estudos. A circulação dos periódicos do IHGB e SGRJ nas primeiras décadas da República também foram importantes para o acompanhamento do que estava sendo produzido no Brasil.

O caráter pragmático da SGRJ contrastava com as atividades da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil, que enfatizaram as discussões, reuniões e palestras (Mary, 2010). A aplicação dos estudos geográficos para uma demanda específica também é evidenciada na Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (1886-1931). Esse grupo de trabalho foi criado pela Lei Provincial nº 9 em 27 de março de 1886, com claros objetivos práticos direcionados à expansão da economia cafeeira no território do atual Estado de São Paulo. Segundo a pesquisadora Silvia F. de M. Figueirôa (2008), o avanço para Oeste, denominado o “sertão paulista”, dependia

desses estudos e expedições, que enfatizaram as condições para a estrutura de produção cafeeira no interior de São Paulo.

Os resultados de 45 anos da Comissão foram variados, como: relatórios científicos inéditos, ocupação do território paulista, subsídios para as futuras instalações de hidrelétricas, publicação de mapas, expansão da cafeicultura, e por fim, serviu de base para o Instituto Geológico, Instituto Geográfico e Cartográfico, Instituto de Botânica, Instituto Florestal, Instituto Astronômico e Geofísico, Museu Paulista e Museu de Zoologia (Figueirôa, 2008).

Portanto, por um lado havia a SGRJ e Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo com perfil pragmático, enquanto a Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil era de caráter literário (Mary, 2010). O IHGB era um híbrido dessas duas abordagens, publicando em seu periódico diversos estudos geográficos ao passo que participou e/ou fomentou expedições científicas (Guimarães, 1988). Contudo, a exemplo do IHGB, no qual é notável a maior produção em relação à memória (Guimarães, 1995), os institutos históricos e geográficos brasileiros apresentaram, proporcionalmente, menos pesquisas geográficas do que históricas. Mas, é necessário o exame minucioso dessa premissa, haja vista o hibridismo entre História e Geografia, característico da época.

À despeito do objetivo do IHGB de abertura de filiais, contido em seu primeiro estatuto, essa ação não foi iniciada pela matriz. Como já citamos em nota, o primeiro caso foi de uma instituição histórica rio-grandense que solicitou o *status* de filial do IHGB (Guimarães, 1995). Em outras ocasiões, ocorreu a fundação de instituição cultural congênere, sem filiação formal ao IHGB. É o caso do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, estabelecido em 1862, com o objetivo de resistir à narrativa histórica única, dominada pelo IHGB. Essa reação é interessante do ponto de vista de uma Geografia da ciência em escala regional (Livingstone, 2010).

2.2 A criação do IAHGP: entre o local e o global

A Sociedade Arqueológica Pernambucana nasceu em 28 de janeiro de 1862, com 27 fundadores. Destes, cinco proponentes foram precursores, conforme Souza *et al.* (2010): Joaquim Pires de Machado Portella, de maior projeção social, desempenhou cargos nas áreas da educação e da justiça, Antônio Rangel Torres Bandeira, professor de Geografia, Retórica e História, Salvador Henrique de

Albuquerque, professor de História, Geografia, Aritmética e Gramática, Antônio Virtúvio Pinto Bandeira e Acioli de Vasconcelos, de família tradicional da zona canavieira e José Soares de Azevedo, nascido no Porto, graduado na Europa, se dedicou ao magistério.⁶

Poucos meses depois, com a aprovação de seu estatuto, ocorreu a mudança de nome para Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP). A partir do número 105 de seu periódico, em 1919, passa a ser denominado Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP). Na assembleia geral de 24 de março de 1919 a nova denominação foi acatada e justificada:

Entre outros pontos aprovados resolveu na assemblea que a sociedade passe a denominar-se “Instituto Archeologico, historico e geographico pernambucano” – As sociedades congengeres do Brasil se denominam institutos historicos; seria entretanto irreverencia deixar de conservar o titulo de archeologico com que é conhecido este instituto desde 1862, proferindo-se assim apresentar o qualitativo historico sem prejuizo do anterior. (Riahgp, 1919, p. 379).

Na reforma dos estatutos, a questão do nome foi debatida com outro argumento: “Instituto geographico diria tudo, porque a geographia abrange tambem a historia e as outras sciencias de que nos ocupamos” (Melo, 1920, p. 77). Apesar disto, os membros decidiram acompanhar o progresso e acrescentar a denominação “Histórico”⁷. Isto sem excluir o “Arqueológico”, por ser localmente conhecido. A população comum denominava a instituição por “o arqueológico”, respeitando assim, uma característica do lugar.

O objetivo era de produzir conhecimento histórico na perspectiva dos pernambucanos. Nas primeiras páginas do primeiro número do seu periódico é colocada a instituição como símbolo do progresso de uma sociedade, que valoriza da ciência e a memória. Um patriotismo que respeita a versão local dos episódios de repercussão nacional. Ressalta o século XIX como progressista, com avanços científicos e morais, sem perder de vista o passado, com as tradições e história. Há claramente um viés positivista adaptado aos objetivos regionalistas nessas palavras:

[...] sonhamos com a sciencia em suas multiplices desenvolvções: queremo-la examinada, aprofundada, cultivada com aprimorado lavor, queremo-la,

⁶ Todos esses pioneiros, além de se dedicaram ao ensino de História e Geografia, publicaram diversas obras de caráter histórico, geográfico, pedagógico, didático e literário.

⁷ De acordo com Souza *et al.* (2010) a sugestão foi dada pelo sócio benemérito Oliveira Lima (1868-1928).

ainda mais, em seu doce enlace com as artes e com as letras, que a idealizam e aviventam, e em suas relações de apertado amplexo com as tradições e com os monumentos de nossa particularíssima historia. (Riagp, 1863, p.04).

No discurso de inauguração da sociedade arqueológica, Joaquim Pires Machado Portella (1827-1907), manifestou que a Província de Pernambuco era berço de fatos históricos relevantes, tendo arquivos inexplorados. Por isso, objetivara também esclarecer a “verdade histórica” por investigar no local onde os fatos aconteceram, dirimindo os erros das versões externas. Cita instituições congêneres pelo mundo, assim como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, um exemplo a ser seguido. Ressalta a satisfação da reunião ser na biblioteca, um espaço intelectual. Por fim, encerra enaltecendo a data de fundação, que é aniversário da entrada dos restauradores no Recife em 1654 (Portella, 1863).

Esse discurso é representativo. Tanto mostra uma reação à narrativa histórica unilateral que estava sendo construída pelo IHGB, com riscos de omissões e interpretações que não agradavam aos pernambucanos, quanto um cientificismo histórico (Souza *et al.*, p. 43, 2010), já com alguns elementos positivistas.

Na perspectiva de Antônio Vicente do Nascimento Feitosa (1816-1868)⁸, a missão do IAGP era de estudar os fatos históricos e geográficos evidenciados localmente, tendo em vista que “[...] a archeologia, tendo por matéria as antiguidades, e a geographia referendo-se a tudo quanto faz objecto dessa sciencia, com aplicação a Pernambuco [...]” (1863, p. 22). Nesse sentido, o intelectual ressaltou que o conhecimento histórico de um “território circunscrito” não perde sua aplicação, porque “Não se vê que o Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano pode prestar immensos serviços á historia da provincia, e por conseguinte á historia do Brazil?” (p. 23). Nessas palavras, observamos a conjunção do interesse nacionalista e o regionalista, o “pensar a nação” a partir da província pernambucana, comum na época, conforme explica Albuquerque Júnior (2011).

O desejo de criar uma organização para conservar documentos e estudar a história provincial era latente, conforme as tentativas anteriores nos anos de 1837, 1848, 1860 e 1861. As visitas do Imperador Dom Pedro II em 1859 e do historiador oficial da corte Francisco Adolfo Varnhagem, em 1861, influenciaram para a criação da sociedade arqueológica pernambucana, diante das críticas de que a província não

⁸ Discurso proferido na sessão magna de posse da primeira administração do IAGP em 21 de setembro de 1862.

dava devida importância aos seus monumentos e ao seu passado. Outro fato determinante foi o impacto da aquisição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) de cópias de documentos holandeses e artigos de pesquisadores pernambucanos em 1861 (Souza *et al.*, 2010).

É importante notar que, diferentemente do IHGB, o instituto pernambucano não teve um patrocínio de alguma entidade, passando por diversas dificuldades financeiras ao longo do tempo. Por ter um heterogêneo conjunto de membros, a depender da diretoria é que se estabeleciam apoios financeiros do governo provincial e depois Estadual, especialmente em relação às publicações de sua revista. Sua receita também dependia da filiação de sócios. Apesar de estar sob a “proteção do Imperador Dom Pedro II”, inclusive sendo um sócio honorário, os subsídios financeiros recebidos pelo Império não eram suficientes: “Mas é necessário para isso que todos aqui nos tragam seus pequenos ou grandes fundos [...] á imitação do que faz conosco o governo do S. M. o Imperador e a nossa illustrada Assembleia Provincial” (Azevedo, p. 75, 1867).

Essa questão financeira irá repercutir também no estabelecimento de uma sede. Os membros do IAHGP se reuniram até 1875 na Biblioteca Pública Provincial⁹, que estava alocada numa sala no Convento do Carmo do Recife, localizado por trás e ao lado da Basílica do Carmo. Na porção direita da Figura 2 pode-se observar uma parte desse convento.

Essa instalação tinha vantagens locacionais e conferiu um caráter científico. Segundo IPHAN (2010), provavelmente o Convento do Carmo foi construído no século XVII, sendo abrigo para diversas atividades concomitantes em alguns dos seus pavimentos e salas, como: Hospital Militar (1817), o Liceu Provincial (1825), a Sociedade de Medicina de Pernambuco (1841) e a Biblioteca Provincial (1852)¹⁰.

⁹ Essa biblioteca foi também fundada por Joaquim Pires de Machado Portela, membro fundador do IAGP (SOUZA *et al.*, 2010).

¹⁰ Por essa diversidade de usos, o Convento era chamado por “Casa das Muitas Histórias”, à despeito da sua vocação original, ganhando funções distintas, especialmente direcionadas para ações intelectuais.

Figura 2 - Pátio do Carmo na década de 1860



Fonte: Schlappriz (1863-1868)

A localização inicial do então Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano era privilegiada, pois permitia fácil acesso à Faculdade de Direito do Recife e da Assembleia Legislativa da Província, no Forte do Matos. A Biblioteca Pública Provincial foi transferida em 1875 para o Palácio do Campo das Princesas e ao IAHPG foi concedido um espaço no mesmo edifício, bem como manter as sessões magnas na Biblioteca. Neste local permaneceu por poucos meses. Em 1877 o instituto foi alocado na Escola Modelo, onde situa-se atualmente a Praça Joaquim Nabuco. Em 1911 foi transferido para o Ginásio Pernambucano, funcionando provisoriamente até 1920, quando se instalou na sede definitiva doada pelo governador Manuel Antônio Pereira Borba, na Rua do Hospício, n. 130 (Souza *et al.*, 2010).

Como já mencionamos, o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano emergiu no contexto das sociedades científicas do século XIX. Esses espaços simbolizavam o progresso porque eram congêneres aos estabelecimentos europeus, que por sua vez, foram forjados pela remota prática de reclusos lugares

para estudos e pesquisas, encontrados em variadas sociedades ao redor do mundo¹¹. Além disto, reiteramos que o ideário nacionalista era comum nessas instituições, seja na perspectiva colonial, seja na afirmação do Estados-nação recém independentes.

Sendo assim, numa perspectiva histórica que observa os ecos das vozes de outrora (Benjamin, 1987), nesse caso, contidas nos discursos dos membros do IAHGP, trataremos brevemente sobre o passado provincial que ecoou na narrativa histórica empreendida por eles.

Os fatos regionais da outrora Capitania e da então Província eram impactantes para a conformação de uma história nacional, que se forjava no período imperial e anos iniciais republicanos. Tais fatos eram o domínio holandês (1630-1654) e os movimentos da Revolução Pernambucana (1817), Confederação do Equador (1824) e Revolução Praieira (1848). Esses eventos da primeira metade do século XIX ecoam na conformação do IAHGP, por representarem pontos divergentes da narrativa histórica que estava sendo construída pelo IHGB. No âmbito interno, a questão holandesa também será objeto de diferentes abordagens ao longo do tempo.

Desde a expulsão dos holandeses, culminada em 1654 até os conflitos do início do século XVIII, com a Guerra dos Mascates e nas primeiras décadas do século XIX, com a Revolução Pernambucana e a Confederação do Equador, bem como na Revolução Praieira são encontrados os discursos nativistas. Andrade (2003) explica que essas ideias nativistas foram influenciadas pelas correntes de pensamento que alimentaram as revoluções Norte-americana e Francesa.

A circulação dessas ideias ocorreu mediante os estudantes que retornavam de Coimbra e Montpelier, bem como pelas sociedades secretas, Seminário de Olinda e pela abertura dos portos em 1808. No espaço pernambucano, o pensamento iluminista:

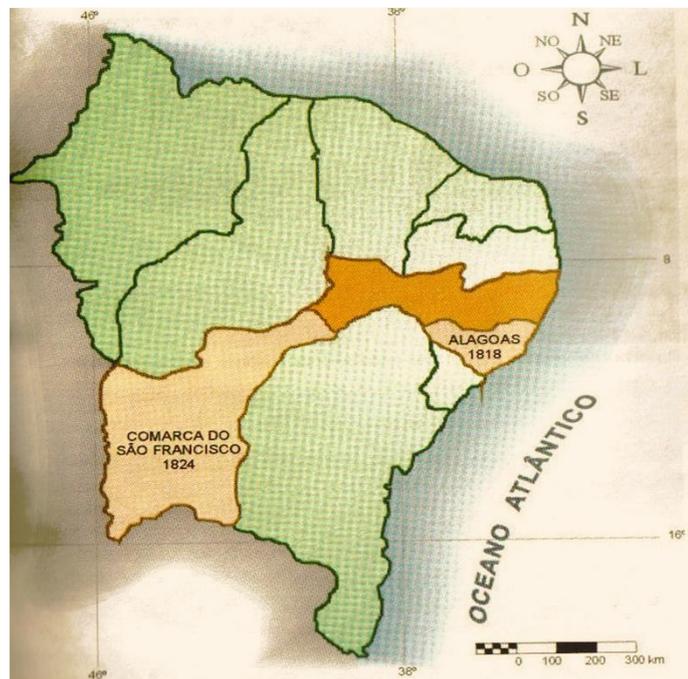
[...] encontrou na principal capitania do Norte um terreno fertilizado pelas concepções contratualistas elaboradas no fragor da batalha contra os contingentes das Companhia das Índias Ocidentais e requeentadas durante a Guerra dos Mascates no início do século XVIII (Souza *et al.*, p. 13, 2010).

¹¹ A geógrafa Doreen Massey (2009) revela que a produção do conhecimento esteve comumente atrelada às elites, quase todas masculinas. Um exemplo disto foram os lugares especializados como mosteiros, primeiras universidades e os mais recentes tecnopolos. Ao discutir sobre esses últimos, a autora exemplifica sua teoria do lugar enquanto encontro de trajetórias, nesse caso, os lugares do conhecimento são forjados por múltiplas histórias em diferentes escalas.

Sendo assim, esses conflitos do século XIX são alimentados tanto pelas discussões intelectuais locais de ideias estrangeiras, quanto pelo controle do território e engajamento popular. O porto do Recife conferiu as vantagens locais para a circulação das ideias, que desembarcavam dos navios e circulavam por meio tanto da palavra escrita, como pela verbal. Cabral (2006) apresenta indícios dessa circulação no caso da Revolução do Porto (1820), que cerca de dois meses depois de eclodir, atracou um navio inglês no Recife, munido de notícias do outro lado do Oceano Atlântico.

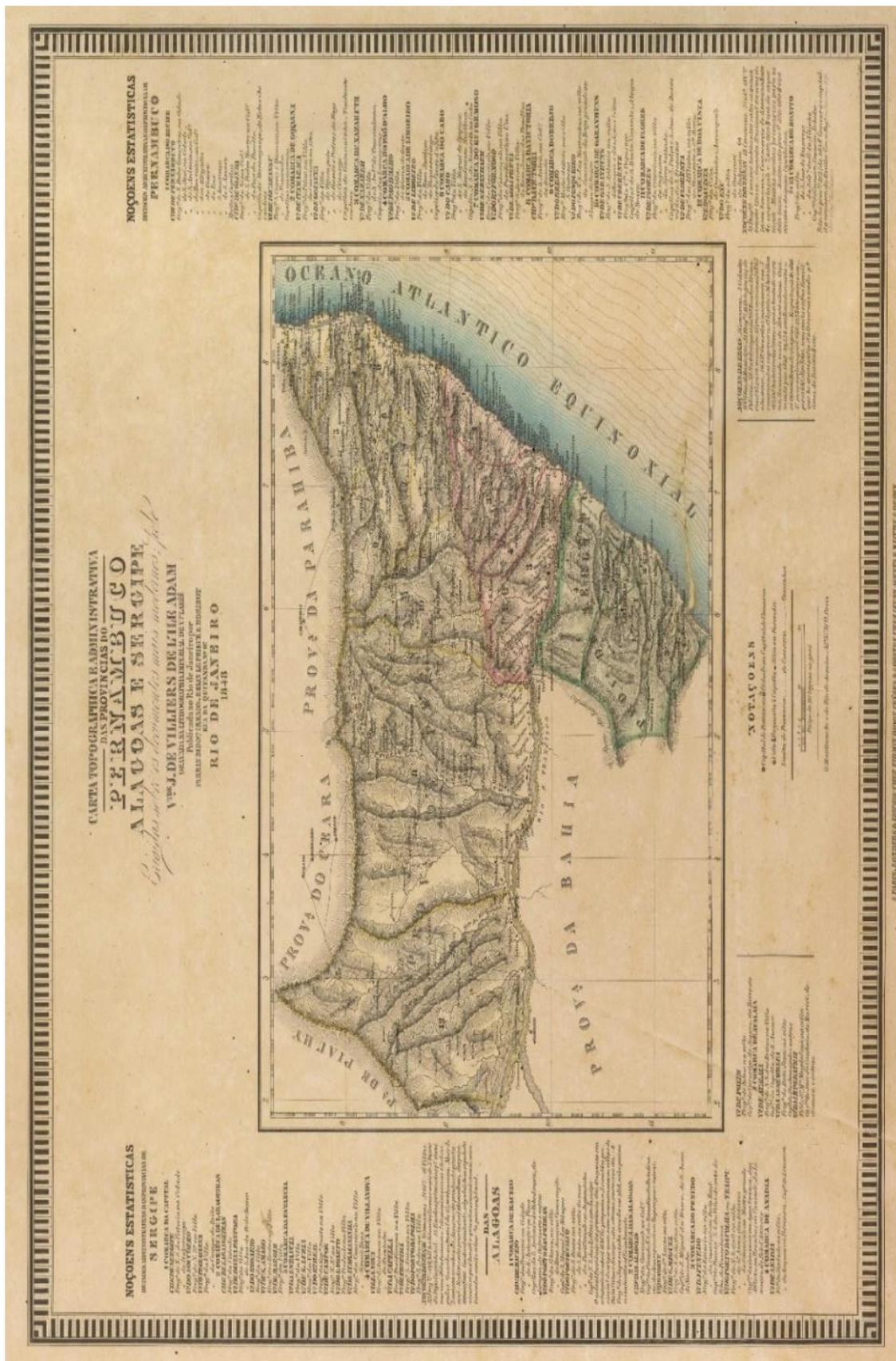
A agitação política do início do século XIX deixou marcas territoriais. Dentre as punições, estavam as perdas das Comarcas de Alagoas e do São Francisco em virtude das revoltas de 1817 e 1824 respectivamente (Figura 3). Assim, seus limites em 1824 (Figura 4) conferem aos mesmos de 1862, da fundação do IAHGP, bem como do atual Estado de Pernambuco.

Figura 3 - Territórios separados de Pernambuco no século XIX.



Fonte: Andrade (2004)

Figura 4- Províncias de Pernambuco, Alagoas e Sergipe em 1848



Fonte: Villiers De L'ile-adam (1848).

Em relação à Revolução Praieira (1848-1849), as ideias socialistas em certa medida foram admitidas, tendo por base o manifesto de Borges da Fonseca, “Ao Mundo”. Todavia não há consenso, como aponta Carvalho (2003), pela variedade interna do movimento, composta por grupos conflitantes. Essa revolução teve como causa a disputa de poder local entre os políticos do apregoado “Partido Praieiro” e os conservadores, havendo demissões dos cargos públicos para substituir por aliados. A insatisfação gerou resistência na entrega dos cargos, corroborando em conflitos. No decurso do movimento houve engajamento popular, através dos trabalhadores livres que reivindicaram a nacionalização do comércio a retalho, conferindo à revolta um caráter nativista. Carvalho (2003) explica que a convergência de interesses conjunturais promoveu essa junção de uma facção da elite local e as camadas subalternas do Recife.

Neste caso é interessante notar a complexidade dos movimentos nativistas, uma vez que

O nativismo nasceu nas Américas como um instrumento ideológico a serviço das elites crioulas, aglutinando em um nível ideal grupos sociais em condições distintas ou mesmo opostas. A construção dessa noção não implicava apenas excluir estrangeiros. O mais importante era a maneira como os demais eram assimilados. Ao amalgamar brancos, negros e mestiços livres nascidos no Brasil num bloco só, em oposição aos portugueses, o nativismo encobria diferenças mais profundas de raça, classe e condição legal. Isso sem falar no abismo cultural que separava os negros livres e libertos nascidos no Brasil, dos brancos das camadas dominantes. O discurso nativista dissolvia identidades profundamente enraizadas, colando os desiguais em face da utopia do Estado-nação provedor de direitos. (Carvalho, 2003, p.229).

Portanto, “O conhecimento, ao que parece, é um fenômeno geográfico. É adquirido em sítios específicos, circula de local para local, transforma-se e é transformado pelo mundo”¹² (Livingstone, 2010, p. 784). Essa compreensão permite inferir que, assim como diferentes ideias iluministas foram mobilizadas na Independência dos Estados Unidos da América, na Revolução Francesa e na Revolução Liberal do Porto, em Pernambuco esses pensamentos foram também aplicados ao seu modo. Além da circulação de textos, a aplicação do conhecimento segue interesses e oportunismos locais. O contexto nacional da primeira metade do século XIX se configura em recorrentes conflitos por todo o território, questionadores

¹² Tradução nossa.

do poder central. A despeito desses esforços, o Segundo Reinado consegue manter os planos de integridade territorial.

A criação do IAHGP estava imbuída no contexto político e econômico da época, de acordo com Schwarcz (1993) era um esforço para manter a hegemonia regional haja vista a perda econômica que vinha sofrendo desde o início do século XIX, com as quedas de preços dos seus produtos de exportação devido à concorrência internacional e poucas políticas voltadas para a província, especialmente na questão da imigração europeia. Nesse sentido, acrescentam Souza *et al.* (2010) que

O resgate da rica história local constituiria a legitimação da importância da província no contexto político imperial, espaço de afirmação que Pernambuco perdia para o eixo centro-sul que girava em torno da Corte. O papel de centro econômico e político no âmbito regional também aparece na intenção dos primeiros sócios de conduzir estudos sobre as províncias do Norte [...]. Com esses objetivos em mente, o IAGP trouxe para os seus salões as celebrações cívicas tradicionais, procurando legitimá-las como fundamentais para a construção e a valorização da nacionalidade, vista a partir de um prisma local e sob o ângulo da nascente cientificidade da História (p. 40).

Portanto, a criação do primeiro instituto regional do Brasil teve influência de variáveis políticas e econômicas gerais e de aspectos locais, haja vista o componente cultural de exaltação da província. Esses aspectos são relacionados entre si, uma vez que ao enaltecer a província no contexto da formação nacional, os pernambucanos buscavam apoio político do governo central e por conseguinte, maiores investimentos, além de valorizar o discurso nativista.

Para Schwarcz (1993), a criação do IAGP difere do ocorrido nos institutos do Rio de Janeiro e de São Paulo pelo componente regional específico, que envolveu as particularidades da sociedade local, como a ideologia nativista e a exaltação regional. O surgimento do IAHGP tem ecos do discurso nativista que marcou a primeira metade do século XIX ao enaltecer as vozes locais na escrita da história nacional, numa espécie de “nativismo provincial”, em oposição à narrativa tecida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O nativismo foi bem-visto ao exaltar a expulsão dos holandeses, sendo a data de fundação da instituição a mesma da restauração pernambucana (28 de janeiro), não podendo dizer o mesmo aos movimentos Revolução Pernambucana (1817) e Confederação do Equador (1824), que tiveram o nativismo sobrepujado pelo ideário republicano. Esse nativismo de que discorre Schwarcz (1993), integra o “regionalismo provinciano” que alude Albuquerque Júnior (2011), comum no Brasil, especialmente no Nordeste anterior à sua “invenção”, capitaneada pelo movimento regionalista tradicionalista da década de 1920.

Livingstone (2010) atenta para os espaços de fala, isto é, condições que os espaços sociais dão para as locuções, visto que há normas para o que pode ser dito ou não, temas em voga e tabus, vozes autorizadas e marginalizadas do debate. As observações de Doreen Massey (2009) sobre a geografia da produção do conhecimento revelam alguns aspectos da formação do IAHGP, tendo em vista a multiplicidade de trajetórias entrelaçadas na construção desse espaço. Cada trajetória tem sua própria espacialidade e temporalidade.

O instituto como lócus do conhecimento, carrega em si a tradição da separação entre sujeito e objeto, manifestada na reclusão da produção intelectual em um espaço específico, seguindo a trajetória dos espaços da produção de conhecimento ocidental como os mosteiros e universidades medievais. Isto implica também na questão do conhecimento legitimado, reconhecido por ser produzido num espaço congênere às sociedades e institutos estrangeiros.

Desse modo, Livingstone (2007) articula a produção do espaço de Henri Lefebvre com as teorias das relações de poder de Michel Foucault, afirmando que conhecimento, espaço e poder são interrelacionados. Nesse sentido, os espaços autorizados para a produção científica são privilegiados pelas relações de poder, porque os discursos que emanam desses locais específicos circulam pela sociedade através dos interlocutores credenciados.

Outra trajetória entrelaçada a esta é a masculinidade desse espaço, sendo uma instituição fundada por homens, seu estabelecimento estava inserido na distinção de gênero vigente. Anos após a fundação, o IAGP admitiu mulheres, sendo em 1883 a primeira sócia correspondente, Isabel Gondim e em seguida Ignez Sabino Pinho Maia, 1897. As correspondentes eram associadas não residentes, portanto, suas presenças não seriam frequentes na instituição. Décadas sem nomeação feminina se passaram e em 1980 teve a primeira sócia efetiva, Fernanda Ivo Neves, tendo aumentado o número de sócias desde então, inclusive na presidência da instituição. Contudo, até os dias atuais, o número de sócias ainda permanece minoritário.

Não há dados para inferências raciais dos membros do IAGP, entretanto, vozes pretas e pardas, bem como femininas, tiveram tribuna ao longo de solenidades da instituição desde o início. Assim como, jovens estudantes, militares e religiosos. O elo dessas vozes era o patriotismo e a demanda pela consolidação de uma nação brasileira, portanto, a raça e o gênero eram sobrepostos pelo endossamento do

discurso patriótico. O objetivo de contar a história a fim de forjar a nação era marcante nas instituições congêneres no Brasil, imbuídas pelo ideário positivista.

2.3 O IAHP e as congêneres geográficas

A circulação de textos é interessante nas histórias das ciências por manifestarem a existência de redes do conhecimento. O pensamento de Kapil Raj (2007; 2015) enfatiza as redes entre processos de escala global e seus intercâmbios com os locais. Assim, a história global das ciências considera as interações em diferentes escalas. A circulação, nessa perspectiva, é entendida como um processo de ida e volta, em duplo movimento de transformação, diferindo da disseminação de ideias e técnicas.

Entre as décadas de 1890 a 1940 encontram-se nas Atas das Sessões publicadas na RIAHP menções às “ofertas” recebidas pela instituição. Em relação ao material bibliográfico, foram doados livros, relatórios, mapas, jornais e revistas. A correspondência também continha pedidos de colaboração científica por meio da permuta de exemplares das revistas, solicitação de informações e convites para eventos¹³.

A comunicação com o IHGB, Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e institutos históricos regionais era recorrente e variada. Desde exemplares de suas revistas às congratulações e notícias sobre os membros. Pensar o regional não implicava em desconsiderar o nacional, visto que a circulação desse material bibliográfico de norte a sul do país era uma prática desses institutos. Isto também confere um caráter científico, uma vez havia a circulação de informações, métodos e técnicas. Museus, observatórios astronômicos, clubes de engenharia também se corresponderam com o IAHP, tanto doando material bibliográfico como solicitando sua revista.

Cabe destacar que o contato com as congêneres nacionais contribuiu para a integração do IAHP na produção geográfica, como mostra Mário Melo (1920, p. 82):

¹³ Essas informações resultaram da busca por palavras-chaves nas versões digitais das revistas do IAHP, que será detalhada no próximo capítulo. Cerca de 51 ocorrências da palavra-chave “Geografia” se referiram aos materiais recebidos pelo IAHP, além de convites e ofícios trocados entre as instituições congêneres nacionais e estrangeiras. Isto teve um impacto na percepção do IAHP como integrante na circulação do conhecimento geográfico no Brasil e no mundo.

Quanto à cooperação intelectual de Pernambuco, podem ficar tranquilos os meus coestadanos. Convidado pela Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro para escrever a Corographia de Pernambuco, a ser incorporada à Grande Geographia do Brasil, e convidado pelo Instituto historico brasileiro a fim de escrever a historia e a geographia do nosso Estado para o Diccionario Historico e Geographico do Brasil – um e outro trabalhos de summarios diversos - tenho dedicado a ambos as horas que me possam sobrar para descanso. Já concluí o primeiro e espero concluir o segundo dentro de cinco meses.

O IHGB e a SGRJ foram as instituições nacionais mais ativas nessa comunicação. Além do trabalho “Corografia de Pernambuco” (Melo, 1922), o IAHP participou de várias edições do Congresso Brasileiro de Geografia. A circulação com intercâmbios, isto é, a interação na qual há um duplo movimento de transformação (2015) é evidenciada nas escalas nacional e regional entre a SGRJ e o IAHP. Os primeiros Congressos Brasileiros de Geografia (1909-1944) foram capitaneados pela SGRJ, tendo a participação do IAHP na organização do 4º congresso, realizado em 1915, na cidade de Recife.

Na escala local, isto é, na cidade do Recife, a tarefa de circulação científica se dava pela venda de exemplares da RIAHP e de “folhetos” ou separatas, que eram edições especiais de estudos mais extensos. A doação desses materiais bibliográficos era destinada às bibliotecas públicas e instituições de ensino, conforme mostram as atas das sessões no período estudado.

Em relação à comunicação estrangeira, a Sociedade de Geografia de Lisboa foi a instituição que mais enviou material bibliográfico ao IAHP. A comunicação entre instituições geográficas nacionais e estrangeiras era comum, de acordo com o Boletim da SGRJ de 1902, no qual há uma lista dos títulos das revistas recebidas de países da América, África, Europa e Ásia (SGRJ, 1912). O mesmo ocorreu em Pernambuco, conforme mostra o Quadro 1, em que estão destacados os países e instituições que se corresponderam com o IAHP.

Quadro 1 – Instituições estrangeiras que se corresponderam com o IAHP entre 1890 e 1945

(continua)

PAÍS	INSTITUIÇÃO	PAÍS	INSTITUIÇÃO
Alemanha	Sociedade Geográfica de Hamburgo	Espanha	Congresso Internacional de História e Geografia Hispano-americanas

(conclusão)

	Instituto Ibero-americano de Hamburgo	Finlândia	Sociedade de Geografia da Finlândia	
	Biblioteca Real de Berlim	França	Sociedade de Geografia de Paris	
	Sociedade de Geografia de Hanôver	Itália	Touring Club Italiano	
Museu Nacional de Buenos Aires	Sociedade Geográfica Romana			
Argentina	Faculdade de Direito e Ciências Sociais de Buenos Aires	Japão	Sociedade Geográfica de Tóquio	
	Áustria	Museu Real de História Natural	México	Clube de Engenheiros de Minas do México
Bolívia		Oficina Nacional de La Paz		Instituto Geológico do México
	Sociedade de Geografia de La Paz	Panamá	Universidade Popular do Panamá	
	Cuba	Faculdade de Geografia de La Paz	Peru	Clube de Engenharia de Minas de Lima
		Sociedade de Geografia de Cuba		Sociedade de Geografia de Lima
Estados Unidos da América	Coperação Nacional de Assistência Pública	Portugal	Sociedade de Geografia de Lisboa	
	Sociedade de Geografia de Washington;	Romênia	Sociedade de Geografia Românica de Bucareste	
	Instituto Panamericano de Geografia e História	Suíça	Sociedade de Geografia da Suíça	
	União Panamericana		Sociedade Geográfica de Neuchâtel	
	Sociedade Geográfica Americana	Uruguai	Repartição de <i>Deposito Reparto e Conge de Montivideo</i>	
Instituto Smithsonian de Washington	Museu Nacional de Montevideu			

Fonte: Revista do IAHGP (1863-1947).

Dentre as revistas enviadas pelos países latino-americanos, foram mencionadas nas atas das sessões: Boletim do Museu Nacional de Montevideu; Boletim do Clube de Engenharia de Minas de Lima; Boletim da Sociedade de Geografia de Lima; Boletim do Instituto Geológico do México; Boletim do Clube de

Engenheiros de Minas do México; Boletim da Sociedade de Geografia de Cuba; Boletim da Faculdade de Geografia de La Paz; Boletim da Sociedade de Geografia de La Paz; Boletim da Oficina Nacional de La Paz; Boletim do Museu Nacional de Buenos Aires. Esse último foi o material bibliográfico mais recorrente entre as instituições da região. O Museu Nacional de Montividéu enviou também o livro intitulado “*Geographia Física e Esférica del Paraguay*” em 1914.

Em relação ao número de instituições, o país com mais diversidade foi Estados Unidos da América. Além da revista *Geographical Review*, Boletins da União Panamericana e do Instituto Smithsonian de Washington, foram recebidos dois ofícios interessantes: o primeiro, em 1932, oferecendo um mapa da Antártida, pela Sociedade de Geografia de Washington e o segundo, solicitando informações sobre as áreas de preservação ambiental e histórica de Pernambuco, pela União Panamericana em 1936.

Da Alemanha, houve pedido de intercâmbio intelectual pelo Instituto Ibero-americano de Hamburgo e recebimento das revistas: *Mitteilungen der Geographischen Gesellschaft in Hamburg*; *Niederdeutsche Zeitschrift für Volkskunde*. Além disto, foram pagas pelo IAHPG algumas cópias de manuscritos de Georg Marcgraf (1610-1644) enviadas pela Biblioteca Real de Berlim.

A revista *La Géographie*, da Sociedade de Geografia de Paris e o Boletim da Sociedade Geográfica de Neuchâtel (Suíça) mantiveram envios recorrentes. Mas não superaram as ofertas do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa. Além disto, essa agremiação enviava convites, livros e solicitações da RIAHPG. Nesse sentido, foi explícito o pedido de revistas pelo Instituto Ibero-americano de Hamburgo, Faculdade de Direito e Ciências Sociais de Buenos Aires, Museu Real de História Natural da Áustria, Cooperação Nacional de Assistência Pública de Cuba, *Touring Club Italiano* e Sociedade de Geografia de Lima.¹⁴

Diante dessas informações, se reconhece o esforço das instituições geográficas em realizar a divulgação científica em rede e coletar dados sobre os espaços do Mundo. Foi possível constatar também que o IAHPG era reconhecido por ser uma instituição geográfica, diante das agremiações nacionais e estrangeiras.

¹⁴ As demais instituições enviaram de modo pontual suas revistas. Apesar da presença de correspondência com diversos continentes, não há indícios de material bibliográfico recebido pelas congêneres da África e demais países que tinham sociedades geográficas.

Outras instituições estrangeiras participaram da circulação de textos. Um exemplo disto foi a missão para extrair cópias de documentos históricos e geográficos sobre o Brasil colonial na Holanda, Inglaterra e Portugal. O Arquivo Real de Haia e o Museu Britânico receberam o sócio do IAHGP José Higino Duarte Pereira (1854-1901). A missão dele resultou em 32 volumes e 11.500 páginas manuscritas em língua holandesa, mapas, atlas, livros, gravuras, cartas e documentos administrativos. Parte desses documentos foram traduzidos e publicados na RIAHGP¹⁵.

A exemplo do Instituto Histórico de Nova Iorque, José Higino comenta que o IHGP teve a mesma iniciativa daquela agremiação em 1841, quando um representante foi à Holanda em busca de documentos sobre o período holandês. Ressalta os frutos do trabalho dos novaiorquinos e o apoio financeiro que eles tiveram, em contraponto à experiência dele (Pereira, 1886).

Em 1937, Mário Melo (1884-1959) foi a Portugal por convite da Sociedade de Geografia de Lisboa, para realiza uma palestra. Portanto, com o objetivo secundário de visitar os arquivos do país, esteve no Arquivo de História Colonial, obteve cópias de 48 documentos sobre Pernambuco, especialmente sobre a Guerra dos Palmares (XVII) e verificou a existência de outros documentos relevantes (IAHGP, 1944). Essa priorização aos documentos está atrelada à perspectiva positivista na pesquisa histórica, a qual se buscava a “verdade” por meio de registros originais outrora elaborados.

A consideração do IAHGP em âmbito nacional e internacional vai na esteira das relações dessa instituição com o campo científico da época. Os efeitos disto são difíceis de verificação documental, como por exemplo, comprovar a hipótese de que os trabalhos externos recebidos impactaram na forma de pensar e fazer Geografia e vice-versa.

Portanto, em relação à produção e circulação do conhecimento geográfico pelo IAHGP, é possível inferir que existiu um esforço de acompanhar o debate científico da época, bem como de participar dos congressos brasileiros de geografia. O caráter geográfico da instituição era reconhecido em âmbito nacional e internacional. Para tanto, essa instituição contou com os “homens letrados” da época, que estavam na

¹⁵ Essa iniciativa do IAHGP é um marco da história da instituição e da pesquisa histórica em Pernambuco. O objetivo era de extrair material documental, seja textual ou cartográfico sobre a outrora Capitania de Pernambuco. José Higino iniciou seu trabalho em abril 1885, no Arquivo de Haia, no qual foi bem recebido e teve total apoio. Não disse o mesmo do governo imperial do Brasil, que mesmo autorizando a empreitada, cancelou seus proventos em janeiro de 1886 (Pereira, 1886).

esteira do pensamento positivista, certos de sua missão diante da nação que se forjava e atentos às suas origens. Esse processo se deu numa amálgama de nacionalismo e regionalismo provinciano.

Cabe saber: Quem se interessou pelo “geográfico”? Que estilo de Geografia foi adotado? Como era a literatura especializada? A resposta para essas questões e outros desdobramentos está em seu periódico: a Revista do IAHGP.

3 O PERIÓDICO DO IAHPG: por uma geografia de Pernambuco

O IAHPG nasceu das indagações se haveria uma “história pernambucana”, imbuídos pelo regionalismo provinciano que dava os primeiros passos para a organização da história regional. Por conseguinte, a consubstancialidade entre história e geografia, trouxe a importância da instituição se dedicar ao conhecimento geográfico da outrora Capitania de Pernambuco.

Haveria, portanto, uma Geografia pernambucana a se debruçar. No período em estudo, o campo de estudos geográficos em Pernambuco estava com lacunas, haja vista dificuldades técnicas e procedimentais, especialmente na geografia física. As questões econômicas não permitiam amplos investimentos em pesquisa, além da cultura política não priorizar essa demanda. Diferentemente da pesquisa documental, na qual os arquivos estavam dispostos em igrejas e órgãos públicos das cidades, a pesquisa geográfica requeria percorrer os ambientes e utilizar instrumentos especializados.

Por isso, dentre outros motivos e contextos, ao observar a literatura produzida pelo IAHPG há preponderância dos temas históricos sobre os geográficos. Isto causa a falsa impressão de que a instituição não os desenvolveu. A partir dessas observações, surgiu a necessidade de uma pesquisa documental de revisão dos trabalhos geográficos da RIAHPG afim de descobrir “o geográfico” dessa instituição.

Uma vez identificados os trabalhos, emergem os autores recorrentes, que representam os intelectuais engajados na Geografia durante o período estudado, entre 1862 e 1946. Portanto, o objetivo desse capítulo é de identificar os trabalhos geográficos do IAHPG, para em seguida contextualizar essas pesquisas, tendo em vista o perfil socioprofissional dos autores recorrentes, as tendências geográficas, os sistemas de pensamento e demandas sociais dos seus estudos. Por fim, ao término do capítulo, estabilizamos o círculo de afinidades entre eles, que vai sendo esboçado ao longo do texto.

Sendo assim, a análise dos textos dos autores recorrentes será desenvolvida sob a abordagem contextual de Vicente Berdoulay (2007), combinada à perspectiva crítica na pesquisa documental explicitada por Bacellar (2008), associada à abordagem histórica de Benjamin (1987) na condução da nossa interpretação.

3.1 Em busca do “Geográfico” na RIAHGP

O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano pouco é destacado em relação à história da Geografia brasileira. Por ser uma instituição prioritariamente histórica, há uma ideia de que a Geografia estava em segundo plano ou seria um suporte à História. Desse modo, parafraseando os anseios dos fundadores do IAHP, perguntamos: Haveria uma Geografia Pernambucana?

Ao se debruçar sobre o tema do desenvolvimento da Geografia em Pernambuco foi desenvolvida a pesquisa documental, especialmente de arquivos privados, isto é, centros de memória e documentação institucional (Bacellar, 2008). A localização de fontes é a primeira etapa da pesquisa documental, neste caso, o acervo do IAHP, a Biblioteca Nacional Digital, a Fundação Joaquim Nabuco e a Biblioteca Central da Universidade Federal de Pernambuco foram as bases dos conjuntos documentais utilizados nesta tese.

A Revista do IAHP apresenta acervos físico e digital, sendo este último disponibilizado em computadores da instituição. Assim, foi permitido que realizasse uma cópia do arquivo digital para um *pen drive* em janeiro de 2020. À despeito da digitalização, alguns documentos apresentaram desconforto visual, sendo necessária a impressão de alguns exemplares. Seguindo a sugestão de Bacellar (2008), em seguida, foram testadas diversas estratégias de levantamento, seleção, notas e registros das referências do objeto de análise. Nessa etapa, marcada por diversos testes, a estratégia de busca escolhida foi de seleção por termos-chaves, seguida por critério qualitativo dos textos encontrados.

O desenvolvimento da perspectiva crítica na pesquisa documental tem as seguintes premissas: nenhum documento é neutro; é necessário entender a história do documento; o contexto da época; atentar sobre os significados das palavras e expressões ao longo do tempo; identificar os autores e propósitos das produções, bem como seus interesses (Bacellar, 2008).

Em relação à qualidade das fontes, isto é, a capacidade de fornecer a informação que se deseja, foi observado que o acervo da Revista do IAHP é privilegiado por se tratar de um periódico científico. A Biblioteca Nacional Digital ofereceu material dos jornais da época, permitindo o cruzamento de fontes, além disto, disponibiliza *on line* o arquivo do Boletim da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, relevante para entender as relações entre os pernambucanos e o desenvolvimento da Geografia em âmbito nacional.

A Fundação Joaquim Nabuco possibilitou o acesso às obras raras, como o “Diccionario chorographico, histórico e estatístico de Pernambuco”, 1908, de Sebastião Vasconcelos Galvão. Portanto, no decurso da análise documental, ao seguir as premissas elencadas por Bacellar (2008) foi possível cruzar essas fontes, aferir informações, justapor documentos, relacionar texto e contexto, observar as constantes, verificar mudanças e permanências, preceitos correlacionados à abordagem contextual de Vincent Berdoulay (2017).

No tocante à Revista do IAHGP, além do tratamento de pesquisa documental, foi aplicado o exame minucioso do conteúdo, com as análises tabular e narrativa propostas por Cardoso (2013) e Guimarães (1995) ao pesquisarem o periódico da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e a Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, respectivamente.¹⁶ Esse método consiste em periodizar, classificar, selecionar e quantificar o material pesquisado. É importante realizar diversas triagens, reduzir as classes de temas e, por fim, categorizar os documentos encontrados. Essas operações foram expostas de maneira diluída ao longo da tese.

Em 1863 foi lançado o primeiro número da Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (RIAHGP), com o objetivo de publicizar suas atividades, ideias e obras. A revista é um periódico científico, inicialmente trimestral, que divulgava atas de sessões ordinárias, extraordinárias, discursos e relatórios, logo nos anos seguintes ocorreram números semestrais e plurianuais, com conteúdo variado (Souza *et al.*, 2010). Em suas publicações, encontram-se poemas, artigos científicos, ensaios, traduções, republicações de outras revistas e jornais, cópias de documentos históricos, mapas, croquis, desenhos e fotografias.

De 1863 até 2014 as publicações da RIAHGP somam cerca de 67 volumes, passando por várias interrupções durante esses 151 anos, especialmente por questões orçamentárias. Esses períodos foram de dois a quatorze anos, além disto, entre 1984 e 2002 foi publicado apenas um número (Souza *et al.*, 2010). O recorte temporal aplicado para analisar os conteúdos geográficos da Revista foi de 1863 a 1946, tendo em vista o objetivo de compreender a pesquisa geográfica anterior à fundação da Universidade do Recife.

A impressão e distribuição da Revista era mantida pela receita do Instituto, gerada a partir das mensalidades dos sócios, as assinaturas e vendas avulsas para

¹⁶ As pesquisadoras adaptaram o método sugerido por Alain Corbin, aplicado no trabalho “Materiaux por un centenaire. Le contenu de la Revue Historique et son évolution (1876-1972), em 1975.

não sócios. Exemplares eram doados para outras instituições, cumprindo um dos objetivos do IAHGP: “O Instituto procura sustentar correspondências com sociedades estrangeiras de igual natureza, e se ramifica nas províncias do Imperio, para mais fácil desempenho dos fins a que se propõe” (IAGP, p. 33, 1864).

A assinatura anual era de 10\$000 e avulso 3\$000 em 1903 (IAGP, 1903). A venda pelo país se dava por meio das livrarias e institutos históricos, como relatado em 1918, sobre a edição comemorativa do centenário de 1817, que custava 10\$000, disponível em Manaus, Pará, Maranhão, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba (IAGP, 1918).

Os envios de exemplares das revistas eram pontuados nas atas das sessões. Ocorreu também o movimento contrário, de recebimento dos periódicos das demais congêneres. Aparecem nessas atas as seguintes instituições: Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Institutos históricos e geográficos da Paraíba, Bahia, Alagoas e Maranhão por exemplo.

Diversas instituições estrangeiras receberam a RIAHGP, bem como doaram exemplares de seus periódicos, oriundas de: Washington, Chicago, Lisboa, Colúmbia, México, La Paz, Havana, Coimbra, Missouri, Montevidéu, Berlim, dentre outros. Além dessa circulação entre instituições nacionais e estrangeiras, o periódico era doado às instituições intelectuais, de ensino e bibliotecas, como: Gabinete Português de Leitura, Biblioteca Pública e Faculdade de Direito do Recife.

Assim, o IAHGP estava de acordo com as práticas de comunicação científica internacional das instituições do gênero na América Latina. Como mostra López-Ócon (1996), isto se expressa pela participação em congressos internacionais, correspondência com colegas de outros países, intercâmbio de publicações, a transferência e divulgação do conhecimento científico adotado em outras partes do mundo, por meio de traduções e reproduções.

Neste caso, a função de vulgarizar os conhecimentos relevantes para a população segundo o IAHGP, simbolizando o progresso de um Estado-nação e a construção de uma nação brasileira, assim como sobre Pernambuco:

Para que porem, melhor o conheçam [o IAHGP]; para que a todos e em tudo seja presente o que se passa em sua mesma vida de associação, sae o Instituto a correr o mundo, com o transumpto de suas idéas e de suas obras, bem patente na Revista que lhe servirá de organ, d’hoje em diante, e com as suas divisas muito especiaes e significativas nos trabalhos d’espírito que compreende na sua marcha de fervoroso progresso. (IAGP, 1863, p. 5).

A Revista do IAHPG estava imbuída pelo ideário positivista e pela construção da narrativa histórica. A ciência simbolizava o progresso social ao passo que abarcava os vieses das demandas sociais da época, de grupos interessados na difusão do patriotismo e da ideia de uma nação brasileira. A materialização dessa prática é a Revista do IAHPG, que através de circulação pelo espaço atingiu o seu objetivo de vulgarizar seus estudos e ideias.

A Tabela 1 mostra a relação entre os números da RIAHPG e os anos de elaboração, em alguns casos a publicação ocorreu após o ano referido. Na tabela se optou pelos anos de elaboração, que constam nas capas das revistas. Algumas vezes houve atrasos, a distribuição ocorreu em média três anos após a elaboração do número da revista.

Para Melo (1918) a fase brilhante da Revista teve início após a lacuna de 1870 – 1883, na qual os discursos e atas foram cedendo espaço para os estudos. A partir de 1937 os números são correspondentes aos volumes, por isso há na tabela 1 uma quebra de sequência numérica. Os números entre 1863 e 1946 somam 169 ou 41 volumes, totalizando 11.852 páginas em 38 arquivos digitais no formato PDF.

Tabela 1- Números e volumes da RIAGP nos séculos XIX e XX

(continua)

Ano	Nº	Vol.	Ano	Nº	Vol.
1863	1	1	1907	***	***
1864	2 – 5	1	1908	71 – 74	13
1865	6 – 9	1	1909	75 – 78	14
1866	10-13	1 e 2	1910	79 – 82	15
1867	14 - 18	2	1911	83	16
1868	19 - 21	2	1912	84	16
1869	22 - 25	2 e 3	1913	85	16
1870	26 - 27	3	1914	86	16
1871-1882	***	***	1915	87 – 90	17 e 18
1883	28	4	1916	91 – 94	18
1884	29	4	1917	95 – 98	19
1885	***	***	1918	99 – 102	20
1886	30 - 31	5	1919-1920	103-106	21
1887	32 - 34	5	1920-1921	107-110	22
1888	35	6	1921-1922	111-114	23
1889	***	***	1922	115-118	24
1890	36 - 38	6	1923	119-122	***
1891	39 - 42	6	1924	123-126	26
1892	***	***	1925-1926	127-130	27

1893	43 - 44	7	1927	131-134	28
1894	45 - 46	7	1928-1929	135-142	29
1895	47	7	1930	143-146	30
1896	48 - 49	8	1931	147-150	31
1897	50	8	1932	151-154	32
1898	51	9	1933-1935	155-158	33
1899	52	9	1936	159-162	34
1900	53	9	1937-1938	***	35
1901	54 - 55	9 e 10	1939-1940	***	36
1902	56	10	1941-1942	***	37
1903	57 - 60	10 e 11	1943	***	38
1904	61 - 64	11	1944	***	39
1905	65 - 66	12	1945	***	40
1906	67 - 70	12	1946-1947	***	41

Fonte: Revista do IAHGP (1863-1946)
Nota: Designer produzido por Milka Lopes.

É notável a evolução das publicações a partir de 1915, com dois ou três números anuais até 1936. Isto se deve às condições de impressão, que desde 1924 até 1961 foi realizada pela Imprensa Oficial do Estado de Pernambuco (Souza *et al.*, 2010). Além disto, não ocorreram interrupções durante a direção e/ou comissão editorial da Revista por Mário Carneiro do Rego Melo (1884-1959) de 1910 a 1959.

Os discursos presentes nas primeiras edições são relevantes, pois denotam o reconhecimento da Geografia como uma área do conhecimento importante para o IAHGP. Além disto, retratam os objetivos da revista, das perspectivas sobre ciência e progresso. Eram claras as intenções de avanço nos estudos históricos e geográficos com a designação de comissões e leitura dos trabalhos entre os pares, todavia, o período republicano é mais expressivo em relação à divulgação do conhecimento tanto autoral como de traduções.

Diante desta base de dados, foi realizada uma revisão do material, como objetivo de identificar os trabalhos geográficos publicados na revista. Isso não implica em ignorar a interdisciplinaridade entre a Geografia e demais ciências, uma vez que no final do século XIX estavam em desenvolvimento os processos de institucionalização das ciências humanas na França, marcado por limites disciplinares tênues, especialmente com a História (Berdoulay, 2017). No Brasil, essa autonomia vai sendo gradativamente conquistada, sobretudo após a criação da Associação dos Geógrafos Brasileiros e dos cursos universitários na década de 1930.

A vasta literatura geográfica brasileira abarca diversos estilos, assim, a RIAHGP reflete isto. Os esforços de sistematização nos chamam atenção, porque nesse período a Geografia estava se consolidando enquanto ciência autônoma na

Europa. No Brasil, o cientificismo crescente em meados do século XIX vai incentivar a produção de conhecimento sistematizado. Por fim, como identificar as iniciativas de sistematização na Revista do IAHP? Diante da realidade brasileira, com intercâmbios disciplinares e sistematização não consolidada.

Assim, a identificação dos textos geográficos foi inspirada pelo critério distintivo da literatura geográfica brasileira proposto por Ruy Moreira (2019), no qual se diferencia a Geografia informal e formal, sendo a primeira composta por obras da literatura colonial, dentre outras, a segunda por obras do saber especializado. O mesmo fundamento epistemológico serve para as duas categorias, colocando as obras lado a lado na sua análise do desenvolvimento da Geografia no Brasil.

Pode-se ver duas épocas distintas na trajetória da Geografia no Brasil, com ponto de inflexão nos anos 1930. Há uma Geografia e uma forma geográfica de ver na obra dos viajantes, cronistas e naturalistas. E uma outra na obra dos geógrafos de formação que para cá vêm nos anos de 1930 e 1940 a fim de fundar a Geografia formal. Difere nestes o olhar cultivado do especialista, não necessariamente a forma de ver e o modo interessado de olhar. Visto por esse prisma, podemos considerar esses momentos como duas formas, mais que duas fases, de pensamento geográfico no Brasil: a informal e a formal. É informal o pensamento dos viajantes, cronistas e naturalistas, em que podemos incluir os retratistas, romancistas e mesmo a *intelligentsia* brasileira que olha e perscruta com o concurso dos clássicos o enigma Brasil, pelo menos até os anos 1930 (Moreira, 2019, p.19, vol.3).

Portanto, pretende-se problematizar essas categorias de Ruy Moreira. As produções das instituições pernambucanas, por exemplo, são categorizadas como informais, da apregoada *“intelligentsia”*. Esses trabalhos sistematizados, que pertenceram aos periódicos do tipo revista científica, publicados em folhetos ou separatas e livros, eram considerados por científicos na época.

Desse modo, entende-se que na coleção da literatura geográfica informal brasileira há diversidade e nuances com a literatura formal. Na categoria informal de Ruy Moreira há variados tipos de publicações, podendo existir uma classificação de “informal sistemática”¹⁷ para as pesquisas geográficas das agremiações oitocentistas. Para identificar as publicações geográficas e admitir os intercâmbios disciplinares comuns da época, é necessária uma perspectiva contextual e síncrona da Geografia do final do século XIX e primeira metade do século XX, respeitando o passado do modo como ele se apresenta.

¹⁷ O termo “sistemático” é utilizado no sentido de metódico e ordenado. Não faz alusão à “Geografia Geral” ou “Sistemática” recorrente na literatura sobre história do pensamento geográfico (ANDRADE, 2008).

A nossa base de dados bibliográficos são todos os números publicados pelo periódico, entre os anos de 1863 até 1946. Reiteramos que esse período é significativo no entendimento do pensamento geográfico que antecedeu a fundação da Universidade do Recife. Além disto, os índices de revistas da RIAHGP, publicados no volume XLIV, em 1961 e número 63, em 2010, contêm em ordem alfabética autores e títulos de todas as publicações por um determinado período, o que facilitou nossa revisão. Por isso, a primeira revisão documental foi realizada a partir desses índices, sendo selecionados 89 títulos. Após a leitura dos resumos desses textos disponíveis no índice de 1961, foram excluídos 4 textos. Assim, resultaram para a análise, 85 artigos.

Para tanto, em primeiro lugar, foram definidos os critérios qualitativos de inclusão, isto é, baseados no conteúdo científico, tais como: artigos, pareceres, relatórios e ensaios. Isto foi necessário porque a Revista do IAHGP também tinha objetivos culturais, havendo uma diversidade de textos geográficos. Já os critérios qualitativos de exclusão foram determinados pelos textos não científicos: poemas, poesias, crônicas, discursos, leis, ofícios, convites e atas das sessões. Tendo em vista que a pesquisa documental se ateve à Geografia informal sistemática, que chamamos de um subgrupo da Geografia informal vigente no período.

Porém, a seleção apenas diante dos títulos, poderia deixar lacunas. Mesmo que sejam elas inevitáveis, decidimos complementar a revisão documental com outra estratégia de busca. Diante do elevado número de páginas para ser explorado, foi realizada uma busca por palavras-chaves.¹⁸ Portanto, a etapa seguinte do planejamento da revisão foi a elaboração da *string* de busca, isto é, da sequência dos termos-chave. Essas palavras foram elaboradas de acordo com o contexto da ciência geográfica da época, acrescidos termos semelhantes e a palavra “geografia”.

A diversidade de temas geográficos da época no Brasil acompanha o desenvolvimento científico internacional. Haja vista que as seções dos congressos internacionais são semelhantes às dos congressos nacionais do período. Como por exemplo, os seguintes temas foram encontrados tanto no IX Congresso Internacional de Geografia em Genebra (1908) como no I Congresso Brasileiro de Geografia (1909):

¹⁸ Isto foi possível porque os arquivos digitais, em formato PDF, foram convertidos para uma versão que pudessem ser reconhecidos os textos. O processo que converte uma imagem de texto em um formato de texto legível é denominado de *Optical Character Recognition* (OCR). Ao reconhecer os caracteres a partir de um arquivo de imagem, neste caso, os escaneamentos das páginas das revistas, foi viável a busca por palavras.

vulcanologia e sismologia; hidrografia (potamografia e limnologia); oceanografia; meteorologia; climatologia; magnetismo; geografia biológica (botânica e zoogeografia); etnografia; geografia econômica e social; explorações; ensino de geografia; regras e nomenclaturas; geografia histórica (Amaral, 1968; Cardoso, 2013).

Assim, para essa definição, foram tomadas por referência, as seções temáticas dos Congressos Brasileiros de Geografia, promovidos pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, entre os anos de 1909 até 1940, evidenciadas em seu periódico, o Boletim da SGRJ (1885-1948) e no trabalho de Cardoso (2013). O Quadro 2 expõe os termos não encontrados na busca, escritos nas devidas ortografias da língua portuguesa em diferentes períodos.

Quadro 2- Palavras-chaves com resultados nulos na busca por temas na RIAHGP (1863-1946)

Aerografia	Geographia Econômica	Hidrografia
Aerographia	Gegraphia Physica	Hydrographia
Aerologia	Geografia Histórica	Limnologia
Anthropogeographia	Geografia Humana	Meteorologia
Biogeografia	Geografia Industrial	Magnetismo
Ecologia	Geographia Industrial	Metodologia Geografica
Ensino de Geografia	Geografia Matemática	Methodologia Geographica
Ensino de Geographia	Geographia Mathematica	Monografia regional
Fisiografia	Geografia Médica	Nesografia
Fitogeografia	Geographia Medica	Oceanografia
Geodésia	Geografia Militante	Oceanographia
Geografia Agrícola	Geografia Política	Paleogeographia
Geographia Agrícola	Geographia Politica	Physiographia
Geografia Botânica	Geografia Social	Potamografia
Geographia Botânica	Geographia Social	Physiographia
Geografia Comercial	Geomorfologia	Phytogeographia
Geographia Commercial	Geomorphologia	Sismologia
Geografia Economica	Geopaleontologia	Vulcanologia
Geografia Biológica	Geoplantologia	Zoogeografia
Geographia Biologica	Geographia Humana	Zoogeographia

Fonte: Revista do IAHPG (1863 – 1946) Nota: Designer produzido por Milka Lopes.

Em relação aos termos encontrados, foram identificadas 560 ocorrências das palavras-chaves. A Tabela 2 mostra os termos pesquisados e o número de ocorrências correspondentes encontradas nos documentos em PDF.

Tabela 2- Resultados da busca por Temas na RIAHGP (1863-1946).

Palavras-chaves	Nº de ocorrências
Antropologia	
Biogeographia	
Climatologia	
Climatographia	
Cartographia	
Cosmographia	1
Geographia Historica	
Limites interestaduais	
Monographia regional	
Potamografia	
Antropogeografia	
Explorações Geographicas	2
Geografia Física	
Nesographia	
Corografia	
Limites inter-estadaes	3
Orographia	
Anthropologia	
Nomenclaturas	
Topographia	4
Topografia	
Cartografia	5
Ethnologia	
Etnologia	6
Mineralogia	10
Etnografia	15
Chorographia	26
Ethnographia	29
Geografia	72
Clima	74
Geologia	82
Geographia	183

Fonte: Revista do IAHPG (1863-1947) Nota: Designer produzido por Milka Lopes.

É interessante notar que os termos nulos são de temas mais específicos ou de ortografia diferente aos demais encontrados, como no caso de “Geographia Historica” e “Geografia Histórica”. A palavra mais recorrente foi “Geographia” com 183 resultados.

Nessa revisão documental foram identificados 345 textos a partir das ocorrências. Isto é explicado pelo fato de vários termos serem recorrentes no mesmo

texto. A análise desses dados quantitativos foi refinada com o exame qualitativo, através da leitura de todas as ocorrências. Além disto, o refinamento mostrou que no mesmo texto ocorreram palavras-chaves diferentes. Essa observação evitou a duplicação de textos, implicando nos resultados por um tema. Assim, o número de textos foi reduzido para 307, eliminando os já identificados por alguma das palavras-chaves.

Em seguida, foi realizada a exclusão e inclusão dos textos a partir dos mesmos critérios aplicados na revisão documental por títulos, isto é, admitindo os artigos, pareceres, relatórios e ensaios, evitando os poemas, poesias, crônicas, discursos, leis, ofícios, convites e atas das sessões. Assim, resultaram 58 textos, sendo 44 já identificados na primeira busca, que se deteve apenas aos títulos. Desse modo, a estratégia complementar de revisão documental, utilizando as ferramentas digitais, acrescentou 14 textos que não foram selecionados pelos títulos, além de contribuir para a pesquisa de modo mais amplo.

Portanto, aos 85 textos já selecionados foram acrescentados 14, resultando em 99 artigos, que estão expostos no Quadro 3 de acordo com os títulos, autor, referência e tema. Para simplificar a visualização desses resultados, excluímos a classificação de um texto em mais de um tema, categorizando-o em seu tema principal. O Quadro 3 revela os trabalhos geográficos do IAHGP, justificando a perspectiva de ser um espaço de produção e divulgação do conhecimento.

A nossa iniciativa de combinar uma seleção subjetiva, baseada na interpretação dos títulos, com uma seleção objetiva, que buscou as palavras nos arquivos em PDF suscita algumas reflexões. A pesquisa documental nos dois casos, foi direcionada pelo nosso olhar. No primeiro levantamento foi considerado nosso conhecimento prévio acerca dos temas de pesquisa geográfica na época, sendo facilmente excluídos os textos que denotavam em seus títulos um viés não científico ou um tema eminentemente de outra disciplina. No segundo levantamento a preferência por palavras dos campos de pesquisa em voga, trouxe-nos mais textos desconsiderados pelo título, que aparentemente não eram geográficos. Mas, a maior contribuição da busca digital foi nos textos das Atas de Sessões, que pelo volume de páginas e pouca indicação nos índices, estavam sem a nossa apreciação. A discrepância entre 85 e 58 resultados, mostra que houve desconsideração de 27 textos pelas ferramentas digitais. Acreditamos que seja por dois motivos: os termos pesquisados realmente não estavam presentes e a má qualidade da digitalização.

Quadro 3 - Resultado da seleção dos textos da RIAHGP (1863-1946) (continua)

N.	TÍTULO	AUTOR	REFERÊNCIA	TEMAS
1.	Notas do folclore.	PINTO, Estevão (1895-1968)	V. 32, n. 151-154, p. 303-307, jan./dez. 1932.	Antropologia e Etnografia
2.	Pré-histórica sulamericana : resposta às impugnações dos srs. S. Britto e Armínio de Mello Franco.	CARVALHO, Alfredo De (1870-1916)	V. 14, n. 76, p. 129-293, jun. 1909. il. gravuras	
3.	Antiguidade do homem no Brasil.	CARVALHO, Alfredo De (1870-1916)	V. 17, n. 90, p. 346-349, out./dez. 1915.	
4.	Mitos e lendas dos povos primitivos da América Meridional.	CARVALHO, Alfredo De (1870-1916)	V. 13, n. 71, p. 70-77, mar. 1908.	
5.	Os carnijós de Águas Belas.	MELO, Mário (1884-1959)	V. 29, n. 135-142, p. 179-227, jan. 1928/dez. 1929.	
6.	Etnografia pernambucana. Os Xucurús de Ararobá	MELO, Mário (1884-1959)	V. 33, n. 155-158, p. 43-45, out./dez. 1933.	
7.	Etnografia : tribos que habitavam Pernambuco na época do descobrimento. Sua organização social, seus usos e costumes. Estado atual.	ARAÚJO, Correia J. A. (-)	V. 24, n. 115-117, p. 149-188, 1922.	
8.	A religião dos índios e dos negros de Pernambuco.	ROESER, Pedro (-)	V. 24, n. 115-117, p. 189-209, 1922.	
9.	Etnografia pernambucana. Os praiás de Tacaratu.	MENESES, Hildebrando (1888-1982)	V. 33, n. 155-158, p. 45-48, jan./dez. 1933.	
10.	Cartografia portuguesa e cartografia holandesa.	CORTESÃO, Jaime (1884-1960)	V. 38, p. 328-331, 1943.	
11.	Carta geográfica de Pernambuco	BRANDÃO, João Coelho (1874-1961)	V. 21, n. 105-106, jul./dez. 1919.	
12.	A prioridade do nome Brasil nos mapas do século XVI.	RIBEIRO, João Coelho Gomes (-)	V. 17, n. 88, p. 126-135, abr./jun. 1915.	
13.	Um novo mapa do Brasil Oriental.	CARVALHO, Alfredo De (1870-1916)	V. 10, n. 58, p. 460-464, jun. 1903.	Climatologia
14.	O clima do Recife: a chuva.	LOMBARD, Louis (-)	V. 9, n. 51, p. 115-121, 1898.	
15.	Primeiras observações meteorológicas no Brasil.	COSTA, Francisco Augusto Pereira (1851-1923)	V. 9, n. 54, p. 113-119, 1900.	

(continuação)

16.	As mais antigas observações meteorológicas na América do Sul.	MORIZE, Henrique (1860-1930)	V. 9, n. 54, p. 107-111, 1900.	
17.	Revoluções do Brasil. Parte 2. Livro 6. Ideia geral de Pernambuco.	(-)	V. 4, n. 29, pv. 5-106, 2º sem. 1883.	
18.	Apontamentos sobre a Ilha de Fernando de Noronha.	ABREU E LIMA, José Inácio De (1796-1869)	V. 6, n. 38, p. 3-17, 1890.	
19.	Ensaio sobre alguns topônimos pernambucanos.	MELO, Mário (1884-1959)	V. 28, n. 131-133, p. 285-298, jan./dez. 1927; v. 29, n. 135-142, p. 129-140, jan. 1928/dez. 1929.	
20.	O Recife.	MELO, Mário (1884-1959)	V. 23, n. 111-114, p. 99-105, jan./dez. 1921.	
21.	Os arredores do Recife.	COSTA, Francisco Augusto Pereira Da (1851-1923)	V. 25, n. 119-122, jan./dez. 1923.	Corografia
22.	O tupi na corografia pernambucana: elucidário etimológico.	CARVALHO, Alfredo De (1870-1916)	V. 12, n. 68, p. 365-417, jun. 1906.	
23.	Cotas a um dicionário. Etimologias tupis.	GARCIA, Rodolfo (1873-1949); GARCIA, Aprígio (-)	V. 14, n. 78, p. 629-656, dez. 1909.	
24.	Corografia de Pernambuco.	MELO, Mário (1884-1959)	V. 24, n. 115-118, p. 1-148, 1922.	
25.	Toponímia pernambucana.	MELO, Mário (1884-1959)	V. 30, n. 143-146, p. 175-231, jan./dez. 1930.	
26.	O cometa de 1652.	MORIZE, Henrique (1860-1930)	V. 11, n. 63, p. 611-613, set. 1904. il.	
27.	América.	FREIRE, Adelino Antônio De Luna, (1829-?)	V. 7, n. 45, p. 9-33, 1894.	
28.	Explorações geográficas e geológicas.	LOMBARD, Louis (-)	V. 12, n. 66, p. 89-111, dez. 1905. il. 3 mapas.	
29.	Problemas Histórico-Geográficos	COSTA, João Batista Regueira (1845-1915)	V. 11, n. 64, p. 749-754, dez. 1904. V. 12, n. 69, p. 556-558, dez. 1906.	
30.	Município do Bonito: descrição do município do Bonito, no ano de 1881.	Francisco Benício Das Chagas (?-?)	V. 6, n. 37, p. 71-79, abr. 1890.	
31.	A Ilha de Itamaracá.	MELO, Mário (1884-1959)	V. 30, n. 143-146, p. 8-23, jan./dez. 1930.	Geografia
32.	Geografia pernambucana: município de Goiana.	GALVÃO, Sebastião De Vasconcelos (1865-1928)	V. 9, n. 51, p. 27-39, 1898.	

(continuação)

33.	Geografia pernambucana: município do Recife.	GALVÃO, Sebastião De Vasconcelos (1865-1928)	V. 9, n. 52, p. 233-338, 1898	Geografia
34.	Geografia pernambucana: município de Limoeiro.	GALVÃO, Sebastião De Vasconcelos (1865-1928)	V. 9, n. 54, p. 93-106, 1900.	
35.	O Recife cidade e capital.	GALVÃO, Sebastião De Vasconcelos (1865-1928)	V. 10, n. 55, p. 229-232, 1901.	
36.	Sesmarias.	GALVÃO, Sebastião De Vasconcelos (1865-1928)	V. 20, n. 102, p. 243-249, out./dez. 1918.	
37.	A furna da Serra do Cajá e o sumidouro da Serra Talhada.	MELO, Mário (1884-1959)	V. 40, p. 203-206, 1945.	
38.	A república dos Palmares	MELO, Mário (1884-1959)	V. 32, n. 151-154, p. 289-292, jan./dez. 1932.	
39.	Relatório sobre a Ilha de S. Aleixo.	DOMBRE, Louis Émile (1851-1876)	V. 35, p. 159-162, 1937-1938.	
40.	O baixo das Rocas, no arquipélago de Fernando de Noronha.	C., A. De (-)	V. 37, p. 215-218, 1941-1942.	
41.	Fernando de Noronha.	RODRIGUES, Lísias Augusto (1896-1957)	V. 38, p. 291-327, 1943.	
42.	Relatório sobre as pesquisas realizadas na Holanda, lido na sessão especial de 9 de maio de 1885.	PEREIRA, José Higinio Duarte (1854-1901)	V. 5, n. 30, p. 7-110, jun. 1886.	
43.	Dicionário corográfico do Estado da Paraíba.	MELO, Mário (1884-1959)	V. 17, n. 90, p. 358-362, out./dez. 1915.	
44.	Parecer do V Congresso de Geografia sobre a memória "Arquipélago de Fernando de Noronha".	COSTA, Afonso (1885-1955)	V. 18, n. 92, p. 261-263, abr./jun. 1916.	
45.	Esboço potamográfico: rios de Pernambuco.	MELO, Mário (1884-1959)	V. 21, n. 105-106, p. 231-335, jul./dez. 1919.	
46.	Parecer da 2ª seção do Congresso de Geografia de Belo Horizonte, sobre o trabalho do sr. Mário Melo, intitulado "Esboço potamográfico (rios de Pernambuco)".	SOARES, Pedro Eugênio (-)	V. 21, n. 105-106, p. 229-231, jul./dez. 1919.	
47.	Sexto Congresso Brasileiro de Geografia. Relatório do dr. Mário Melo	MELO, Mário (1884-1959)	V. 21, n. 105-106, p. 385-400, jul./dez. 1919.	

(continuação)

48.	O Monte das Tabocas: memória aprovada pelo VII Congresso Brasileiro de Geografia reunido na Paraíba em 1921.	MELO, Mário (1884-1959)	V. 25, n. 119-122, p. 1-9, 1923.	Geografia
49.	O porto de Pernambuco e a cidade do Recife no século XVII.	BÉRINGER, Emile (1840-1881). Traduzido Por CARVALHO, Alfredo De (1870-1916)	V. 11, n. 60, p. 37-60, dez. 1904.	
50.	Aspectos pernambucanos nos fins do século XVI.	BRANDÃO, Otávio	V. 16, n. 84, p. 147-157, jan./dez. 1912	
51.	A bandeira de Pernambuco.	lahgp	V. 19, n. 95-98, p. 168-171, 1917.	
52.	Quem descobriu a Ilha de Fernando de Noronha.	LEITE, Duarte (1864-1950)	V. 40, p. 273-277, 1945.	
53.	Quem descobriu o continente americano?	COUTINHO, Gago (1869-1959)	V. 38, p. 248-258, 1943.	
54.	Estudo sobre as causas eficientes da emancipação política do Estado de Alagoas.	COSTA, Francisco Augusto Pereira (1851-1923)	V. 23, n. 111-114, p. 5-70, jan./dez. 1921.	
55.	A Cachoeira de Paulo Afonso.	DÓRIA, Escragnolle (1869-1948)	V. 16, n. 84, p. 109-116, jan./dez. 1912.	
56.	O povoamento do Brasil oriental.	FALCÃO, Aníbal	V. 12, n. 65, p. 84-88, jun. 1905.	
57.	Sobre o povoamento do solo de Pernambuco.	MELO, Mário (1884-1959)	V. 27, n. 127-130, p. 104-106, jan./dez. 1925.	
58.	A introdução do café em Pernambuco.	GALVÃO, Anísio	V. 28, n. 131-134, p. 225-247, jan./dez. 1927.	
59.	Capitania de Itamaracá.	MACHADO, Maximiano Lopes (1821-1895)	V. 4, n. 29, p. 107-126, 2º sem. 1883.	
60.	A bacia carbonífera de Jatobá de Tacaratu.	NEVES, Franklin De Faria	V. 33, n. 155-158, p. 59-65, jan. 1933/dez. 1935.	
61.	A área do Brasil.	PAWELS, Geraldo José (1883-1960)	V. 27, n. 127-130, p. 356-358, jan./dez. 1925	
62.	A evolução da indústria de tecidos em Pernambuco.	MELO, Othon L. Bezerra de (1890-1949)	V. 29, n. 135-142, p. 51-60, jan.1928/dez. 1929. il. tabela.	
63.	Indústria e comércio açucareiro do Brasil neerlandês	REESSE, J. J.; Carvalho, Alfredo de, 1870-1916, trad.	V. 18, n. 88, p. 101-117, abr./jun. 1915.	
64.	A colônia inglesa em Pernambuco.	WATTS, Alfredo J.	V. 39, p. 163-170, 1944.	

(continuação)

65.	Parecer do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, unanimemente aprovado em sessão de 20 de fevereiro de 1919, ao trabalho de José Gonçalves Maia.	REGO, Artur da Silva; Melo, Mário; CAMPELO, Manuel Neto C.	V. 21, n. 103-104, p. 1-6, jan./jun. 1919.	
66.	A Bahia e o rio São Francisco.	LIMA SOBRINHO, Barbosa (1897-2000)	V. 30, n. 143-146, p. 127-174, jan./dez. 1930.	
67.	Direito territorial de Pernambuco sobre a comarca do rio São Francisco.	MAIA, José Gonçalves (1866-1924)	V. 21, n. 103-104, p. 7-174, jan./jun. 1919. il. mapa.	
68.	Em prol da integridade do território de Pernambuco.	COSTA, Francisco Augusto Pereira da (1851-1923)	Separata de n. 49, 1896	
69.	Origem das relações políticas e comerciais entre o Brasil e os E. U.A	CHANDLER, Charles Lyon (1883- 1961)	V. 40, p. 85-89, 1945.	
70.	Pernambuco versus Bahia.	BRANDÃO, Ulisses (-)	V. 28, n. 131-134, p. 5-176, jan./dez. 1927.	
71.	As portas da cidade do Recife, o Arco e Capela do Bom Jesus.	COSTA, Francisco Augusto Pereira da (1851-1923)	V. 6, n. 42, p. 285-299, 1891.	
72.	Origens de algumas praças e ruas do Recife.	COSTA, Francisco Augusto Pereira da (1851-1923)	V. 22, n. 107-110, p. 12-37, jan./dez. 1920.	
73.	Geologia de Pernambuco.	BRANNER, John Casper (1850-1922). Tradução de CARVALHO, Alfredo (1870-1916).	V. 10, n. 58, p. 381-402, jun. 1903. il. mapa; v. 10, n. 59, p. 507-525, set. 1903.	
74.	Geologia das regiões auríferas da Paraíba e de Pernambuco.	WILLIAMSON, E. Tradução de CARVALHO, Alfredo (1870-1916).	V. 11, n. 60, p. 110-118, dez. 1904. il. mapa.	
75.	A hipótese do deslocamento continental.	WEGENER, Alfred (1880-1930) Tradução de LOFGREN, Axel (-)	V. 40, p. 255-272, 1945.	
76.	Geologia de Fernando de Noronha.	BRANNER, John Casper (1850-1922) Tradução de COSTA, João Batista Rgueira (1845-1915).	V. 6, n. 36, p. 3-22, jan. 1890. 1 mapa, 6 il.	Geologia

(continuação)

77.	O Arquipélago de Fernando de Noronha.	MELO, Mário (1884-1959)	V. 18, n. 91, p. 1-44, jan./mar. 1916.	Geologia
78.	Os grés eólios de Fernando de Noronha.	BRANNER, John Casper (1850-1922)	V. 7, n. 44, p. 161-171, 1893. il.	
79.	Os recifes de grés do Rio Formoso.	BRANNER, John Casper (1850-1922). Tradução e notas de COSTA, João Batista Regueira (1845-1915)	V. 9, n. 54, p. 131-136, 1900. 2 mapas.	
80.	O recife de grés do Porto de Pernambuco.	DARWIN, Charles (1809-1882) Tradução de CARVALHO, Alfredo (1870-1916).	V. 11, n. 60, p. 196-200, dez. 1904.	
81.	Recifes de pedra do Estado de Pernambuco.	BRANNER, John Casper (1850-1922). Tradução de COSTA, João Batista Regueira (1845-1915)	V. 15, n. 79, p. 78-90, mar. 1910.	
82.	Haverá petróleo em Pernambuco?	ALBUQUERQUE, José Teófilo de (-)	V. 30, n. 143-146, p. 237-239, jan./dez. 1930.	
83.	Geologia do Estado de Pernambuco	SILVA, Rui de Lima (-)	V. 33, n. 155-158, p. 7-15, jan. 1933/dez. 1934.	
84.	O problema das águas subterrâneas no alto sertão do estado de Pernambuco.	SILVA, Edmundo (-)	V. 32, n. 151-154, p. 27-32, jan./dez. 1932.	
85.	As fontes termo-minerais de Carapotós.	MELO, Pedro Bandeira de (-)	V. 33, n. 155-158, p. 161-169, jan. 1933/dez. 1935.	
86.	Minerais de Pernambuco.	MELO, Mário (1884-1959)	V. 21, n. 103-104, p. 205-206, jan./jun. 1919.	Mineralogia
87.	Riquezas minerais de Pernambuco.	BRANDÃO, João Coelho (-)	V. 27, n. 127-130, p. 331-334, jan./dez. 1925.	
88.	Investigações sobre a mineralogia, flora e fauna de Pernambuco.	COSTA, Francisco Augusto Pereira da, (1851-1923)	V. 14, n. 78, p. 500-628, dez. 1909.	
89.	O nome Pernambuco nos mapas antigos.	DERBY, Orville A., (1851-1915)	V. 11, n. 64, p. 738-748, dez. 1904.	
90.	A origem do nome "Olinda". A lenda de langai.	AIRES, L. C. Cardoso (-)	V. 32, n. 151-154, p. 43-45, jan./dez. 1932.	
91.	A origem do nome da povoação Camela.	FIGUERÊDO, Naasson (-)	V. 38, p. 194-196, 1943.	

(conclusão)

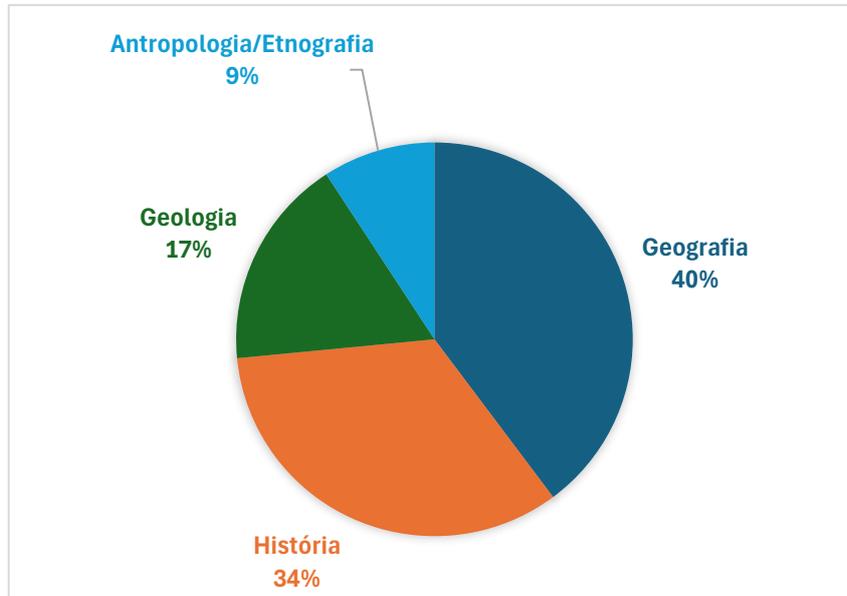
92.	Origem do nome Pernambuco.	COSTA, Francisco Augusto Pereira da (1851-1923)	V. 20, n. 101, p. 165-173, jul./set. 1918.	Nomenclatura
93.	O topônimo "Pernambuco".	GUIMARÃES, Gaspar (-)	V. 30, n. 143-146, p. 31-32, jan./dez. 1930.	
94.	O "porto de Pernambuco e o porto do "Rio de Pernambuco", em 1530.	CASTRO, Eugênio de (-)	V. 29, n. 135-142, p. 157-161, jan. 1928/dez. 1929.	
95.	O afro-indianismo na orografia pernambucana.	MELO, Mário, (1884-1959)	V. 40, p. 278-291, 1945.	
96.	Marim - Olinda.	COSTA, Francisco Augusto Pereira da, 1851-1923	V. 22, n. 107-110, p.128-136, jan./dez. 1920.	
97.	Abalos sísmicos na região da Pesqueira.	CLEROT, Francisco R. (-)	V. 40, p. 223-225, 1945.	Sismologia
98.	Terremotos em Pernambuco.	IAHGP	V. 22, n. 107-110, jan./dez. 1920.	
99.	Terremotos no Brasil	IAHGP	V. 18, n. 90, p. 341-342, out./dez. 1915.	

Fonte: Revista do IAHGP (1863-1947) e IAHGP (1961; 2010). Sobre os autores: FUNDAJ (2023)

A seleção desses 99 textos, mesmo com encaminhamento esmiuçado anteriormente, apresentou a dificuldade de discernimento entre conteúdos geográficos e intenções científicas geográficas, isto é, pesquisas cujo objetivo principal estava direcionado ao entendimento das paisagens e regiões. Haja vista a interdisciplinaridade com a Antropologia, Geologia e a História, diversos textos que selecionamos estão marcados pelo hibridismo da Geografia com essas ciências. Assim, elaboramos o Gráfico 1, com os percentuais de ensaios, artigos, pareceres e monografias predominantemente geográficos e os híbridos.

Percebemos que há significativo hibridismo com a História. Dentre os textos que observamos essa característica, há predominância de temas e abordagens da Geografia Histórica, na qual se busca entender o passado espacial. Contudo, não há indícios de que os autores estavam conscientes desse campo de estudo, que já era desenvolvido na segunda metade do século XIX nas Universidades Francesas, por exemplo (Berdoulay, 2017). Outro tema que correlacionava com essa disciplina era no campo das nomenclaturas, o qual se buscava a "origem" dos topônimos, por meio de pesquisa documental e história oral.

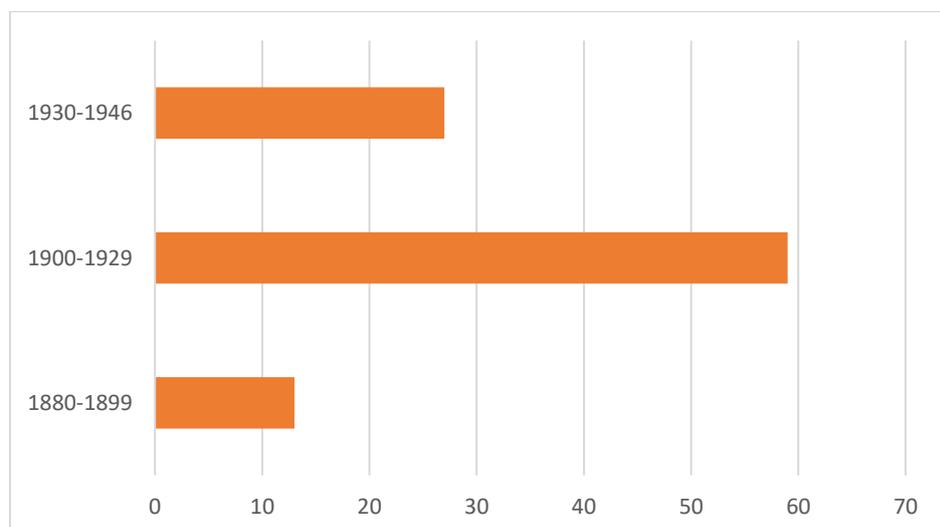
Gráfico 1– Percentual de artigos geográficos e híbridos



Fonte: Elaborado pela Autora (2024).

A fim de visualizarmos a produção por épocas, elaboramos o Gráfico 2, que exprime bem essa relação. Os períodos foram divididos em três grupos aproximadamente equitativos, tendo em vista a prevalência de certas ideias e eventos históricos: 1880 a 1899, ideia de nação, abolição da escravidão, fim do Império e início da República; 1900 a 1929, positivismo, ideia de nação, evolucionismo, determinismos racial e ambiental; 1930 a 1946, governo varguista, culturalismo, regionalismo e ideia de nação.

Gráfico 2– Quantidade de artigos publicados entre 1880 e 1946



Fonte: Elaborado pela Autora (2024).

O interesse pelo passado era uma pauta relevante na época. O positivismo crescente no Brasil, tanto influenciou nas escolhas temáticas, como nos procedimentos metodológicos. Nos trabalhos entre 1880 e 1929, isto é, durante a expansão do ideário positivista no Brasil, os textos seguem preferencialmente os temas sobre os objetos naturais, com ênfase no conhecimento sistemático sobre o território pernambucano.

Nesse sentido, destacamos os artigos sobre a Geologia de Pernambuco, os limites territoriais entre os Estados e algumas monografias e ensaios sobre determinadas regiões, na escala municipal ou distrital. A Geografia Histórica também se desenvolveu no interesse pela cartografia e climatologia de outrora, divulgando resultados de pesquisas documentais ou reproduzindo textos antigos. No grupo temático de Antropologia, os artigos estavam direcionados às questões de origem dos indígenas brasileiros até 1915. Essa questão era suscitada pelas narrativas históricas que buscavam a origem da nação.

Entre essas décadas, como já mencionamos, houve apoio do Governo do Estado para a publicação da Revista. Esse impulso permitiu a expansão das publicações, que ampliou seu leque de assuntos. Além dos tópicos de Geografia Física, surgem mais estudos sobre Toponímia, monografias acerca de Pernambuco, as participações nos Congressos Brasileiros de Geografia, algumas etnografias e ensaios para esclarecimentos a respeito de eventos naturais no Estado.

Os temas sobre a natureza são recorrentes nesse período, seja de modo específico ou tangenciando outros assuntos. Mas, temas incomuns como a indústria e agricultura também foram contemplados. Esse período em Pernambuco, é marcado por intervenções urbanas no Recife, crescimento das Usinas de Açúcar no período de 1914-1918 em virtude da Guerra Mundial e crise financeira internacional de 1929. Essas preocupações econômicas e de infraestrutura que suscitavam o debate sobre os bens naturais e suas aplicações.

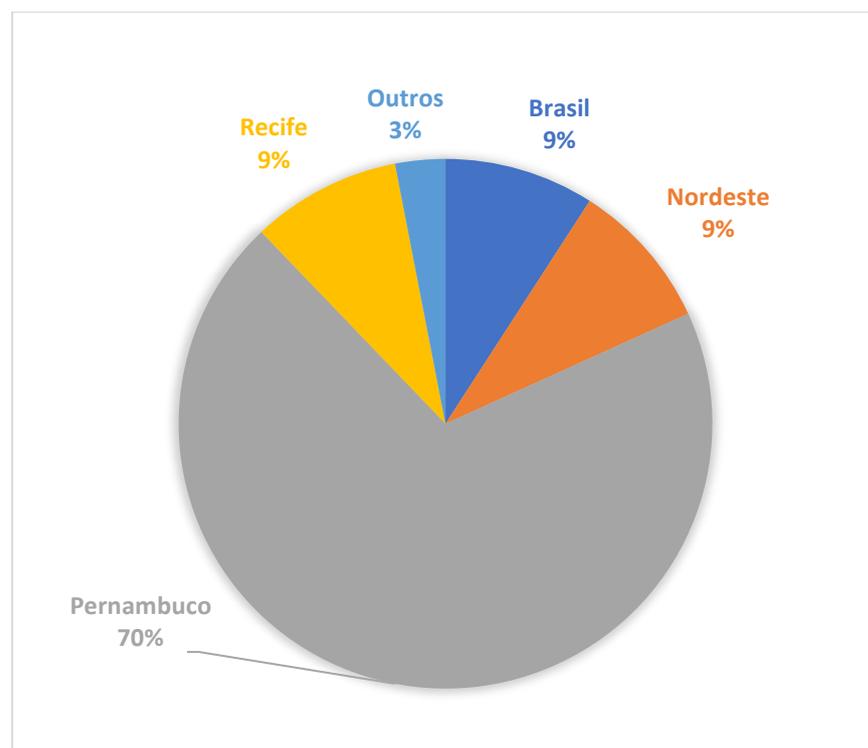
Como mencionamos, a Antropologia teve desenvolvimento no Brasil no final do século XIX. Os estudos pernambucanos não se referiam à antropologia física, estando voltados para a descrição das culturas e etnias, isto é, trabalhos etnográficos, que ganharam impulso a partir da década de 1920. Os artigos, no geral, foram publicados antes da 1ª Guerra Mundial e um ano após seu término, devido aos custos tipográficos que se elevaram.

De 1930 a 1946 há um declínio de publicações, que foi geral na Revista. Acreditamos que devido à 2ª Guerra Mundial os custos tipográficos também se elevaram, assim como no evento anterior. A evolução experimentada desde 1915 foi até 1936, aparecendo mais textos relacionados à cultura, como folclore e etnografias. O tema “Fernando de Noronha” é recorrente, assim como associações aos países vitoriosos da guerra, com artigos sobre uma colônia inglesa em Pernambuco e a história das relações políticas e comerciais com os E.U.A.

As questões sobre Fernando de Noronha serão um tema recorrente ao longo de todo o período estudado, diante das disputas de domínio desse território entre os governos do Estado e Federal. Assim como a questão da antiga Comarca do Rio São Francisco, objeto de disputa entre Pernambuco e Bahia. Há de se notar a divulgação da teoria da deriva continental, em tradução publicada no ano de 1945. A Toponímia perde força, mas ainda aparece em 1945, num artigo sobre terminologias africanas e indígenas presentes nas denominações dos objetos naturais e lugares do Estado de Pernambuco.

Sobre a escala de apreciação temática, elaboramos o Gráfico 3, para demonstrar o interesse pelo regionalismo provinciano, o qual o IAHPG era herdeiro.

Gráfico 3 – Percentual de Artigos por Escalas de Apreciação Temática



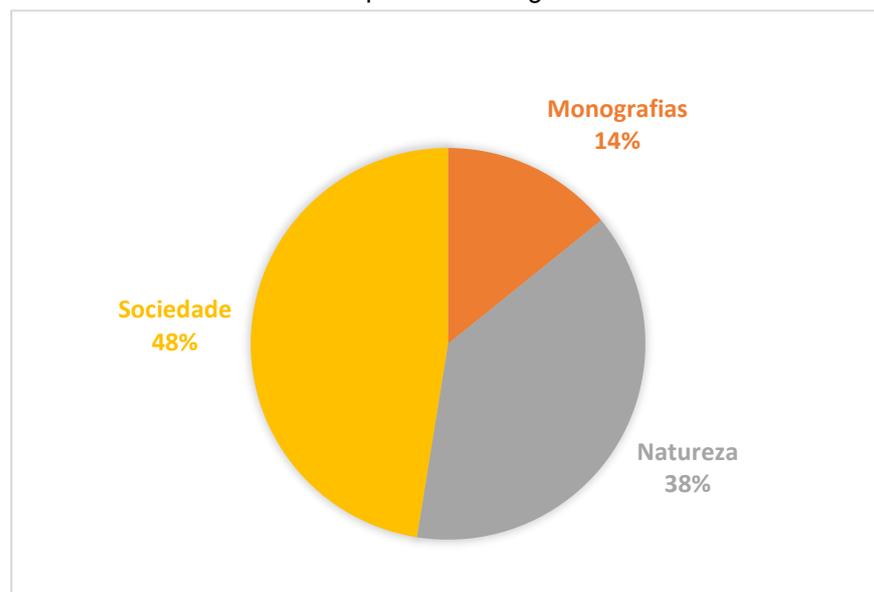
Fonte: Elaborado pela Autora (2024).

É notório o interesse no espaço pernambucano, presente em 70% dos artigos da revista. Isto reflete o objetivo da instituição de investigar sobre o território local. Essa questão sempre apareceu em seus Estatutos, conferindo um caráter regional de seus trabalhos. Era conveniente essa abordagem pela facilidade do acesso às fontes e campo de pesquisa. Associado a isto, há o contexto inicial de estabelecimento do IAHP, caracterizado pelo enaltecimento do local diante dos eventos políticos da virada do século XIX-XX.

À despeito das facilidades de execução, a escala Recife foi pouco considerada. Isto reitera que a pesquisa sobre Pernambuco não era meramente por comodidade, mas relacionada ao regionalismo em vigor nessa instituição. Admitimos por artigos sobre a região Nordeste, os que versavam sobre os Estados dessa Região, bem como o que se chamava por “Brasil Oriental”, que ao lado dos textos sobre o Brasil, tiveram pouca repercussão. Em “Outros” estão os artigos sobre temas da América e teoria da deriva continental.

Os artigos eram relacionados às temáticas sociais ou naturais, sendo as monografias o ponto de encontro entre os dois assuntos. Assim elaboramos o Gráfico 4 para melhor visualizarmos as publicações de caráter monográfico, isto é, que reuniam aspectos políticos, culturais e físicos sobre dada região, seja um município, Estado ou distrito, bem como os pareceres sobre elas.

Gráfico 4 – Percentual de perfis dos Artigos da RIAHP



Fonte: Elaborado pela Autora (2024).

Apesar das dificuldades técnicas e de treinamento para realização de pesquisas em temas da Geografia Física, esse campo foi contemplado pelas traduções, reproduções de estudos e revisões de literatura sobre o estado da arte sobre determinados assuntos. Por isso, entendemos as omissões de vários temas geográficos desse campo de estudos. As demais áreas da Geografia humana foram desenvolvidas em meio ao hibridismo com a Antropologia e a História, condizentes com a época. Contudo, também há omissões deliberadas em ambos os campos de estudos geográficos. É importante lembrar que essas publicações objetivavam também criar uma memória sobre o espaço geográfico pernambucano.

Há no total 8 traduções, que demonstram o interesse de divulgação do conhecimento científico. Dentre elas, a maioria é do geólogo americano Jonh Casper Branner, que realizou pesquisas no Nordeste brasileiro ente o final do século XIX e início do século XX. Também figuram Charles Darwin e Emile Béringer, com temas diretamente relacionados ao território pernambucano.

Por fim, identificamos a atuação recorrente dos seguintes autores: Mário Melo (1884-1959); Sebastião de Vasconcelos Galvão (1865-1928); Alfredo de Carvalho (1870-1916) e Francisco Augusto Pereira da Costa (1851-1923). Acreditamos ser representativa a apreciação dos contextos sob os quais esses autores desenvolveram seus estudos geográficos. Por isso, seguiremos nossa análise a partir deles.

3.2 Os agentes de produção e circulação do conhecimento geográfico

A produção de conhecimento geográfico, obedecendo um padrão científico da época, era protagonizada pelos chamados diletantes, isto é, homens letrados dedicados aos mais variados temas. Evidentemente, na ausência de formação especializada, esses homens eram oriundos dos cursos de Direito, Engenharia e Medicina. No caso pernambucano, a instituição geográfica oitocentista, IAHPG, era o *lócus* privilegiado onde se encontraria tais intelectuais. Uma vez identificados, cabe agora entender o contexto de suas produções e os esforços de circulação desse conhecimento. Assim como, perceber os esforços de sistematização do conhecimento, inclusive do método geográfico em alguns casos. Tendo em vista que, esses autores produziram ciência de acordo com suas condições pessoais, profissionais e culturais, concordamos com David N. Livingstone:

Apesar de toda a retórica de que a ciência é independente de classe, política, gênero, raça, religião e muito mais, vimos até que ponto ela carrega as marcas destas mesmas particularidades. Os botânicos não abandonam a sua etnia quando se envolvem no trabalho de campo. Os químicos não descartam o seu gênero quando entram num laboratório de biotecnologia. Os antropólogos não deixam de lado a sua política quando mapeiam diferenças étnicas. A ciência não é uma essência eterna que toma forma lentamente na história; pelo contrário, é uma prática social baseada em circunstâncias históricas e geográficas concretas (Livingstone, p. 180, 2010, tradução nossa).

Os contextos do perfil socioprofissional e de alguns círculos pessoais condizem com essas considerações de Livingstone. Além de circularem em diversas instituições, esses membros do IAHPG, publicaram estudos geográficos no periódico da instituição e fora dele. As relações entre eles, de contato direto e afinidades temáticas indicam a formação de um círculo de afinidades. Nesse sentido, salienta Berdoulay, que “[...] Estes compreendiam os geógrafos que estavam ligados entre si, não somente pelos contatos diretos que mantinham como também por meio de personalidades que frequentavam ou de correntes ideológicas às quais gostavam de se referir” (Berdoulay, p. 135, 2017).

Desse modo, seguiremos nossa análise com vistas à contextualizar essas pesquisas, de acordo com o perfil socioprofissional dos autores, as tendências geográficas, os sistemas de pensamento e demandas sociais dos seus estudos.

3.2.1 Francisco Augusto Pereira da Costa e a integridade do território pernambucano

O cronista e historiador pernambucano, que desperta ao longo do tempo inúmeras reverências é Francisco Augusto Pereira da Costa. O geógrafo Manuel Correia de Andrade, um dos seus biógrafos, reconheceu o viés geográfico desse intelectual (Andrade, 2007). Mais conhecido por Pereira da Costa, nasceu em 1851, no Recife, tinha origem humilde, filho de Mariano Pereira da Costa e Maria Augusta Pereira da Costa. Apesar de seu pai alimentar o sonho de Pereira de Costa se formar bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ele teve que trabalhar desde cedo numa livraria para ajudar na renda familiar. Acredita-se que ele tomou apreço pela literatura histórica em virtude desse trabalho. De acordo com Muniz (p. 341, 1903), a livraria era um reduto de intelectuais, onde: “A sua alma, sentindo o contacto das almas daqueles ilustres homens de letras, distendeu as azas, ensaiou o vôo, em procura das regiões onde ellas pairavam ...”

Conseguiu um emprego de amanuense¹⁹ na repartição de Obras Públicas e paulatinamente foi conquistando outros cargos. Desde 1871, em diversos trabalhos para o governo, esse autodidata mostrou seu talento na pesquisa documental, até que, em 1884 foi convidado a exercer o cargo de Secretário do Governo do Piauí (Gaspar, 2003c). Nesse interim, em 1872 já escrevia para a imprensa local. Logo retornou para Pernambuco, sendo do Conselho Municipal do Recife entre 1884 e 1891. Devido às dificuldades de se tornar um bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, realizou esse feito em 1891, aos 39 anos de idade, na Faculdade de Direito do Recife. Em 1876 tornou-se sócio efetivo do IAHGP e em 1897, benemérito. A instituição lhe fez uma homenagem em 1902, expondo um retrato seu no salão de honra, reproduzido na Figura 5. Em 1901 iniciou sua longa carreira política, como Deputado Estadual, sendo reeleito em 1904, 1907, 1910, 1913, 1916, 1919 e 1922 (Guaberto *et al.*, 2015).

Figura 5– Retrato de Pereira da Costa em 1902



Fonte: Marques (1903).

¹⁹ Função de escrevente, copista e responsável por correspondências em órgãos públicos.

Esse intelectual, teve experiência dentro da Administração Pública, que lhe deu acesso privilegiado aos documentos, que ampliaram seu conhecimento histórico e geográfico. Além das ocupações como funcionário público, participou da fundação da Academia Pernambucana de Letras, era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, Institutos históricos e geográficos da Bahia e Alagoas. Participou ativamente da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, criada em 1841, que organizava as atividades do Liceu de Artes e Ofícios. Em 1915, no 4º Congresso Brasileiro de Geografia, realizado no Recife, fez parte da comissão organizadora, sendo nomeado vice-diretor do evento e presidente da 12ª seção temática: Geografia Histórica (SGRJ, 1916).

Desde jovem, enquanto trabalhava para o governo provincial, circulava pelo IAHGP, que estava alocado na Igreja do Carmo, juntamente com a Biblioteca Pública. A entrada como sócio foi aprovada diante dos artigos históricos que vinha publicando desde 1873 na imprensa local (Muniz, 1903). Pereira da Costa (1903, p.361) reconhece o instituto como o lugar onde ele desenvolveu o seu potencial:

Sim, Meus Senhores. O Instituto foi minha tenda de trabalho, onde encontrei mestres provecos nos seus ensinamentos, que prodigalisaram-me os tesouros da sua sabedoria, e que, sem indagarem mesmo donde eu vinha, que credenciaes trazia, e o que aspirava, abriram-me, generosos e bons, as portas deste templo da sciencia, encaminharam os meus passos vacilantes, e guiaram-me até formar-se a minha humilfssima individualidade litteraria.

Ao transpor as barreiras de origem, o jovem talentoso Pereira da Costa adentrou no *lócus* de trabalho histórico e geográfico pernambucano, numa época em que dava seus primeiros passos, com apenas 14 anos de existência. Por isso, se o referido instituto o criou, ele forjou o instituto. As questões de “credenciais” e “origem” são importantes, uma vez que não era da elite pernambucana tampouco tinha formação acadêmica ou militar²⁰.

De qualquer forma, seu talento e discurso patriótico, sempre exaltando a “gloriosa” história de Pernambuco foi pertinente num momento de perda de prestígio diante das demais Províncias. Os artigos na imprensa local lhe conferiram fama, ao passo que ele devolvia motivos de orgulho para a população. Sua escrita envolvente e didática, foi aproveitada pelos leitores do Diário de Pernambuco, Jornal do Recife,

²⁰ Por isso também, é levantada a hipótese de que ele era negro (Sampaio, 2023).

Jornal da Tarde, Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, dentre outros (Costa, 1983; Mello, 1983).

De acordo com Ferreira (p. 10, 2009), em virtude de um artigo sobre Felipe Camarão, que refutava a hipótese de que o indígena era do Rio Grande do Norte, pode-se verificar o simbolismo dos estudos de Pereira da Costa para a sociedade pernambucana:

Logo, a vitória historiográfica e, por que não, simbólica de Pereira da Costa, representava para as decadentes elites rurais pernambucanas um alento frente aos ataques cada vez mais constantes dos demais estados nordestinos, visto que se havia sido difícil perder política e militarmente para a corte imperial antes de 1850 e ser ultrapassado economicamente pela Bahia depois de meados da segunda metade do século XIX.

Em vida e *post mortem*, Pereira da Costa teve vasta produção sobre história, linguística e temas correlatos, com mais de 50 obras editadas e cerca de 180 textos, entre artigos, relatórios e livros. À despeito do seu interesse pela história pernambucana desde jovem, é notável sua produção por incumbência dos seus trabalhos para o governo provincial e por demandas do IAHGP. Assim, entre seus trabalhos históricos, se destacam: “Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres”, 1882²¹; “Pernambuco ao Ceará”, 1884; “Enciclopedia Brasileira”, 1889; “A ideia abolicionista em Pernambuco”, 1891; “A verdadeira naturalidade de D. Antônio Filipe Camarão”, 1904; “Vocabulário Pernambucano”, 1937; “Anais Pernambucanos”, 1966; “Folk-lore Pernambucano”, 1908, reeditado em 1974 (Abrantes; Caeté, 1966).

A obra “Folk-lore Pernambucano” é um marco nos estudos culturais em Pernambuco. De acordo com Andrade (2001), esse interesse se originou por Pereira da Costa ser um homem curioso, que gostava de andar pelas ruas e observar o cotidiano, falando com as pessoas e fazendo variadas perguntas. Pereira da Costa valorizava o conhecimento popular e buscou, por meio da história oral, informações sobre diversos aspectos da cultura pernambucana. O olhar para os aspectos culturais, chamados de pitorescos, acompanha alguns trabalhos desse intelectual, que serviram de base para estudiosos como Gilberto Freyre (Andrade, 2001).

Há de se notar uma perspectiva geográfica em “Anais Pernambucanos”. Em todos os volumes, apresenta as transformações na paisagem pernambucana, limites e dimensões do território. Esses momentos da obra assemelham-se aos estudos de

²¹ Essa obra foi apreciada pelo IHGB, que o aprovou como membro correspondente.

Geografia Histórica. Descreve diversas paisagens, com suas palavras ou citações, bem como os objetos técnicos que não existiam mais. Sobre o sertão, faz uma análise interessante do ponto de vista geográfico:

A vasta e riquíssima zona sertaneja de Pernambuco, quando um dia o silvo da locomotiva ecoar nos seus desertos, e o caminho de ferro transbordar esses desertos de feracíssimas terras, essas incultas regiões em novos centros de população e riqueza, levar-lhes vida e animação, unindo todo esse extremo do Estado com a capital em rápida e cômoda comunicação, trazendo os seus produtos e fornecendo-lhe pelo seu comércio os elementos de vida e conforto, o sertão constituirá então um centro de grande importância pelos seus recursos, engrandecimento e progresso. E este futuro não está muito longe. O caminho de ferro no seu curso de penetração pelo interior do Estado, já vai atingindo as suas raias extremas (Costa, p. 449, 1966).

Essa perspectiva condiz com o pensamento do geógrafo Friedrich Ratzel (1844-1904)²², do ponto de vista de difusão e contato entre as culturas, nesse caso, da população letrada do litoral com as pessoas sertanejas. A importância da comunicação, via meios transportes, nas transformações, na criação de uma “nova região cultural” também é um aspecto trabalhado por Ratzel (Barros, 2012a).

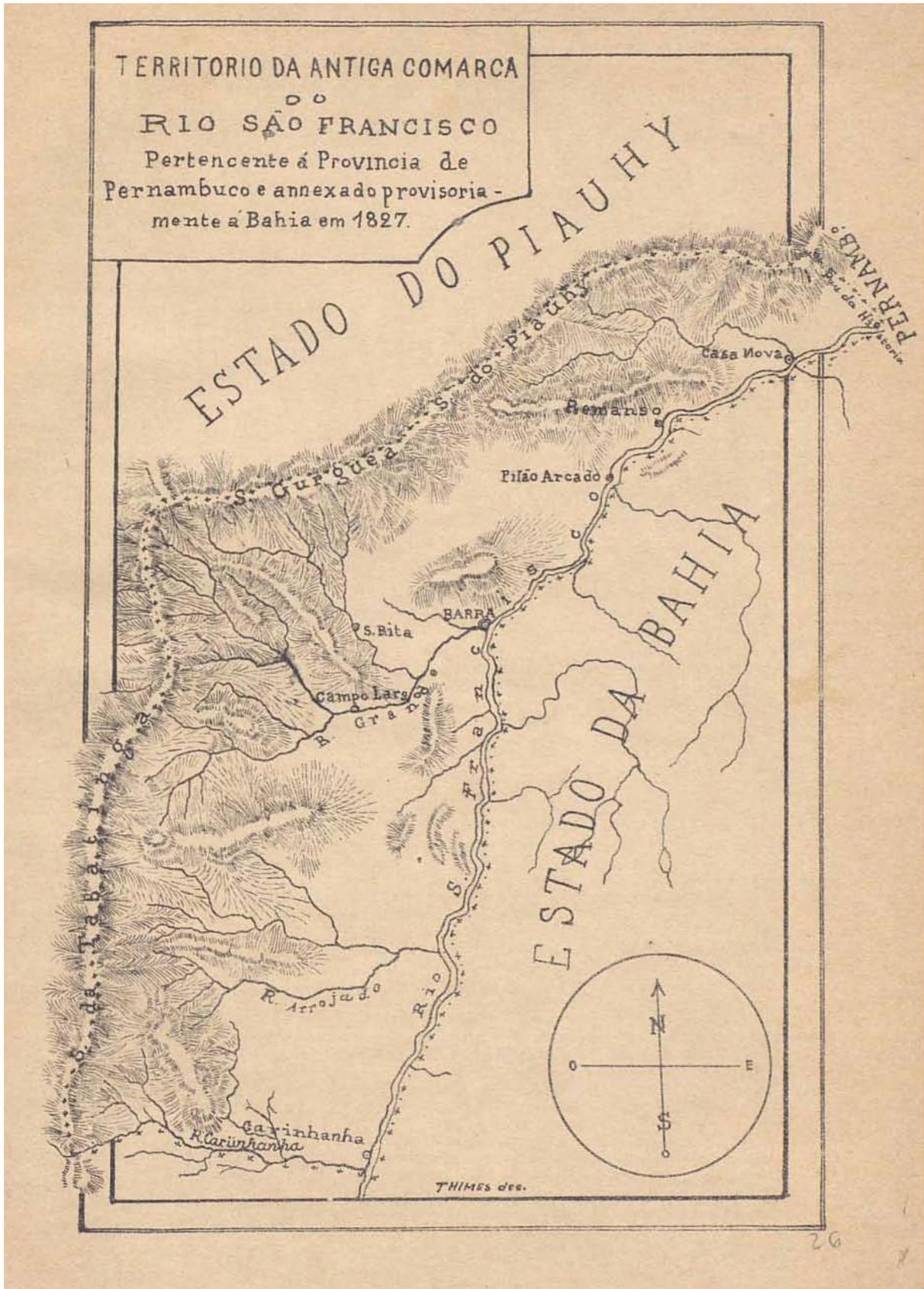
Na revista do IAHGP há 49 artigos de sua autoria, entre 1883 e 1936, sendo 9 considerados geográficos. Destes, há uma separata²³. Os artigos variam entre geografia histórica, geografia física e toponímia. O trabalho que fora publicado em separata, “Em prol da integridade do território de Pernambuco”, 1896, versa sobre a questão de limites interestaduais, tema também do trabalho em relação ao Estado de Alagoas, de 1918.

Todavia, o trabalho de 1896 ganhou mais repercussão, pois é sobre uma questão emblemática: a Comarca do Rio São Francisco, anexada ao Estado da Bahia, representada na Figura 6. A argumentação de Pereira da Costa era de que, como fora anexada em virtude do ideal republicano de 1824, uma vez proclamada a república, a medida deveria ser revogada. Ele também acreditava ter um precedente da questão.

²² A obra impactante de Ratzel “Antropogeografia”, de 1882, emergiu no contexto de institucionalização da disciplina na Alemanha, diante da necessidade de material pedagógico para as cátedras de Geografia do ensino superior (Capel, 2008).

²³ Além desses artigos, Pereira da Costa publicou os trabalhos: “Fernando de Noronha: notícia histórica, geográfica e econômica”, em 1887; “Comarcas da Província de Pernambuco”, 1884; “Notícia sobre as comarcas da Província do Piauí”, 1885; “Notícia histórico-topográfica da povoação do Poço da Panela”, 1897; “Em prol da integridade territorial de Pernambuco e de seus limites com o Estado de Alagoas”, 1918. Este último, foi solicitado pelo governador Manoel Borba, enviado ao 6º Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em Belo Horizonte (Abrantes; Caeté, 1966).

Figura 6– Mapa da Comarca do Rio São Francisco, elaborado por Pereira da Costa em 1896.



Fonte: Costa (1896).

No mapa, Pereira da Costa mostra que a região contestada fica na margem esquerda do rio São Francisco, de um lugar denominado “Páio da História” (atualmente nas proximidades de Petrolina) até o rio Carinhanha (na margem esquerda). Não mostra na imagem, mas nesse rio se encontrava o limite com Minas Gerais. Esse contato com Minas Gerais causou o temor de que as revoltas, tanto de 1817 como de 1824, se espalhassem ao longo do Rio São Francisco para essa região.

A Comarca do Rio São Francisco, segundo os documentos apresentados por Pereira da Costa, fazia parte do território pernambucano desde o período colonial, antes mesmo de se tornar uma comarca em 1820, desmembrada da Comarca do Sertão de Pernambuco²⁴. Inicialmente, delimita e descreve a região, a qual chama de “zona sertaneja” em aspectos naturais, citando outros trabalhos sobre clima e vegetação²⁵. Não obedece a uma enumeração rígida de aspectos da paisagem, comum em trabalhos descritivos na época.

Pereira da Costa paulatinamente relaciona os assuntos até chegar nas considerações históricas e documentais. Como valoriza os termos da cultura local, o autor destaca:

[...] o seu clima [sertão] é quente e seco nos lugares baixos vulgarmente chamados *Mimoso*, porem mui temperado e sobremaneira agradável no começo do verão, e durante a estação invernososa. É porem, húmido frio nas eminencias ou chapadas das serras, vulgarmente chamadas *Agreste* (Costa, 1896).

Aborda brevemente a seca, enfatizando que logo quando acaba, rapidamente a vegetação se desenvolve e por conseguinte as culturas de milho e feijão, sem esquecer da criação de rebanhos de gado e cultivo de algodão. Sobre a população, escreve que, apesar de predominar a “cor morena”, a raça branca tem “bela fisionomia”. Faz breve menção ao Tapuias, mostrando não diferenciar as etnias do vasto sertão pernambucano. Destaca que a população sertaneja não tem grandes ambições e se contenta com os frutos do seu trabalho, que produz excedentes suficientes para satisfazer suas necessidades. O autor traz argumentos de uma região próspera e reitera as condições climáticas favoráveis à inibição de doenças, assim

²⁴ Bernardes (p. 110, 2006) explica que essa comarca, criada em 1810, ampliou o poder de Portugal sobre o sertão brasileiro, colaborando assim para a denominada “interiorização da Metrópole” e “maior presença territorial do poder”.

²⁵ Sobre a vegetação cita o engenheiro João Martins da Silva Coutinho (1830-1889) e clima, cita o médico higienista Joaquim de Aquino Fonseca (1818-1882).

como de recuperação rápida para os casos de males respiratórios, ao contrário das áreas úmidas.

Desse modo, compara o litoral e o sertão favorecendo o segundo. Há um esforço em mostrar que não há muito do que reclamar do sertão pernambucano, ao ponto de desejar o território alheio. O autor ensaia uma certa oposição de litoral e sertão antes da publicação de “Os Sertões”, de Euclides da Cunha²⁶. A Guerra contra Canudos ainda estava por iniciar, no final do mesmo ano em que Pereira da Costa escreveu seu trabalho.

Pereira da Costa esboça brevemente o projeto de criação da Província do Rio de São Francisco, que ocorreu na década de 1870, o qual essa região ganharia autonomia político-administrativa. Um trabalho dessa época foi citado por Pereira da Costa: “A Província e a Navegação do Rio de São de São Francisco”, de Thomas Gracez Paranhos Montenegro, em 1875.

É interessante notar que, tanto no Império como na República, o sertão foi alvo dos projetos de nação, com objetivo de apropriação do território e modernização, permeados pela noção de espaço a ser conquistado (Moraes, 2005). Esse pensamento é evidenciado em alguns trechos, citações de outros autores, utilizadas por Pereira da Costa.

O Projeto de Lei, de autoria do Senador João Barbalho Uchôa Cavalcanti (1846-1909)²⁷, de 26 de maio de 1896, é reproduzido no texto de Pereira da Costa, que solicita a reintegração da referida comarca para Pernambuco. Esse projeto de lei foi a motivação do trabalho, que é dedicado “Ao Brasil, a Pernambuco, ao Congresso Nacional, a Imprensa do Paiz, ao emérito senador pernambucano Dr. João Barbalho Uchôa Cavalcanti” (Costa, 1896). A instituição responsável pela obra é o IAHGP. João

²⁶ À despeito da popularização, o tema “Sertão” não foi inaugurado por Euclides da Cunha. Sendo alvo do pensamento social desde o período colonial foi uma útil categoria no entendimento do Brasil enquanto colônia e nação. A tensão dialética do “outro geográfico” se manifesta no refinamento da identidade portuguesa ao construir o “sertão” no processo colonial (Amado, 1995). O sertão enquanto objeto de expansão da fronteira de ocupação do território, abarca um projeto de nação pautado no progresso. Assim, para Machado (2000), a ausência da unidade nacional revelada por Euclides da Cunha fomentava o discurso nacionalista.

²⁷ Nascido em Serinhaém, Pernambuco, estudou na Faculdade de Direito do Recife. Em 1873, foi nomeado Diretor-Geral da Instrução Pública da província de Pernambuco. Em 1891, foi Ministro das pastas do Interior e da Instrução Pública, passando mais tarde para a da Agricultura. Em decreto de 18 de janeiro de 1897, foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal. Publicou diversos trabalhos, destacando-se: os Comentários da Constituição Federal; Instrução Pública: Estudo sobre o sistema de ensino primário e organização pedagógica das escolas da Corte, Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco (1879); Constituição Federal Brasileira: Comentários (1902) e Constituição Federal Brasileira, com breves explicações para os que não são versados nas lições dos publicistas e para as classes superiores das escolas primárias (Lago, 2001).

Barbalho era sócio correspondente do instituto desde 1873 (Souza *et al.*, 2010). Portanto, o trabalho fora solicitado pelo IAHGP ao Pereira da Costa em virtude desse pleito.

Cerca de 72 anos após a Confederação do Equador, a solicitação do parlamentar ocorre num momento de transição de Províncias para Estados e definição de limites em diversas regiões do país, assim como, entre o Brasil e outros países. Ao longo de décadas, desde o período imperial, o Brasil definiu limites com Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela e as Guianas. Com destaque na resolução de limites externos, no período republicano, a atuação do Barão de Rio Branco (1845-1912), membro do IHGB e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.

Em relação aos limites internos, o mineiro Thiers Fleming (1880-1971) escreveu a obra “Limites Interestaduais” em 1917, que retrata 27 disputas em vigência na época envolvendo todos os Estados²⁸ e três casos já resolvidos em 1899, do Mato Grosso contra Amazonas, em 1900; Mato Grosso contra Pará, em 1900 e Paraná contra Santa Catarina em 1916 (Fleming, 1917 *apud* Fernandes, 2022).

Esse contexto justifica a evocação do termo “integridade territorial” por Pereira da Costa, utilizado pelos dirigentes e intelectuais do país em diversos momentos. Isto é uma das “ideologias geográficas” defendida por Moraes (1988), na qual ao longo da história do Brasil, desde os tempos coloniais até na Ditadura Militar (1964-1985) o território é componente fundamental da identidade nacional forjada pelas classes dominantes. Garantir a conquista das terras centraliza nos objetos naturais do espaço, o sentido do “nacional”.

Como já mencionamos, o tema da nação é emblemático no debate social. Diante disto, se buscava a construção de uma nação “civilizada”, na qual eram incompatíveis as populações negras e indígenas, bem como a inconveniente miscigenação. Para alguns, a solução foi excluir o fator humano do projeto de nação, buscando na natureza a identidade nacional (Esteves, 2014). O território era o elemento constitutivo da nação, isto teve repercussão na “integridade nacional” evocada ao longo da história do Brasil (Moraes, 1988).

Contudo, mesmo com o pensamento da época voltado às discussões da nação brasileira, com o debate racial também em vigor, não pode ser desconsiderada a

²⁸ Acre nessa época era um território federal.

questão econômica. Em relação ao aproveitamento econômico da Comarca do Rio São Francisco, Pereira da Costa aponta o trabalho do Desembarcador Paranhos Montenegro, que indicava: a fertilidade dos solos da região, com produtividade da cana-de-açúcar; a abundância de peixes; a ocorrência de minerais como ouro; a exploração de madeira em grande quantidade.

Com esse tipo de citação, Pereira da Costa vai ao longo do texto apontando mais elementos naturais da região, a fim de mostrar a importância econômica desse território para Pernambuco, que vinha sofrendo perdas econômicas desde meados do século XIX com as mudanças no mercado internacional do açúcar e abalos no tráfico de pessoas escravizadas.

É notável o esforço do autor em resgatar, via pesquisa documental, o domínio da região pela outrora Capitania e Província de Pernambuco. Ele cita diversos documentos geográficos, como “Esboço de Carta corográfica de Pernambuco”, 1880, “Carta do Rio de São Francisco da Província de Pernambuco”, sem indicação da data, “Mapa estatístico da Comarca do Sertão de Pernambuco”, 1826, “Atlas do Império do Brasil”, 1868, por exemplo. Além de cartas, decretos e demais documentos oficiais.

Há semelhanças com o trabalho de Geografia Histórica, no sentido de buscar, por meio da pesquisa documental e cartográfica, as características da região no passado, bem como os agentes de dominação do território de outrora. A pesquisa geográfica nesse estudo, se desenvolveu também na descrição da paisagem que elegeu apenas as características que julgou relevantes.

Pereira da Costa não aparenta ter realizado visitas à região, sua descrição decorre do conhecimento que se tinha, tanto científico como popular. Procurou representar cartograficamente, conforme demonstramos na Figura 6, o resultado da sua análise sobre os limites interestaduais. Diante do maior intercâmbio entre geografia e história, típico da época, esse trabalho é um híbrido das duas disciplinas. À despeito dos esforços, o prelo não foi atendido e os pernambucanos vão reivindicar esse território por décadas, de acordo com Coelho (p. 38, 1977): “A luta é antiga. Sustentaram-na, entre outros desde 1827, o Marques de Inhambupe, João Barbalho, Pereira da Costa, Gonçalves Maia, Estácio Coimbra, e, mais recentemente, Barbosa Lima Sobrinho, Arruda Câmara e João Roma”.

Assim sendo, nas câmaras federais, podem ser citados o Projeto de Lei nº 3.011-A, de 1961, do Deputado Monsenhor Arruda Câmara, que solicitava a revogação dos decretos de 1824 e 1827; o Projeto de Lei nº 141, de 1977, de Fernando Coelho,

pedindo a reincorporação, assim como o Projeto de Lei nº 88, de 1983, de Nilson Gibson (Coelho, 1977; Gibson, 1983).

A questão esteve presente nos Congressos Brasileiros de Geografia, sendo o trabalho “Direito territorial de Pernambuco sobre a comarca do rio São Francisco”, pelo consócio José Gonçalves Maia (1866-1924), em nome do IAHGP, elaborado para o 6º congresso, em 1919²⁹. Em virtude da republicação do trabalho de Pereira da Costa, houve uma réplica do eminente jurista baiano Eduardo Espínola (1875-1967)³⁰, por isso, o trabalho de Gonçalves Maia foi considerado oportuno, como uma tréplica a ser apresentada no congresso de Belo Horizonte (Rego; Melo; Campelo, 1919).

Contudo, Maia (1919) informa que sua motivação era a esperança de ver a questão de limites entre Pernambuco e Bahia resolvida diante da elaboração da Carta Geográfica do Brasil, que estava em curso devido à comemoração do centenário da independência, em 1922. A empreitada estava a cargo do Clube de Engenharia, que recebeu um ofício do secretário perpétuo Mário Melo em 1919. No qual, o IAHGP solicita que, se não estivesse definida a questão, colocasse na região contestada “[...] uma designação especial que não fira os nossos direitos nem pareça que aquella região está **definitivamente** incorporada à Bahia” (Melo, p. 197, 1919, grifo do autor). Isso denota a dimensão política da cartografia. Uma vez que essa representação gráfica emite informações e mensagens intencionais, imbuídas por diversos contextos, era mister que a Carta Geográfica do Brasil não ratificasse o domínio baiano.

Nesse contexto, o trabalho de Gonçalves Maia enfatiza os aspectos históricos e jurídicos, transcrevendo diversos documentos na íntegra. Reitera e cita Pereira da Costa, exceto na questão de haver um precedente. Costa (1896) acreditava ter ocorrido duas anexações, primeiramente à Província de Minas Gerais, em virtude do evento de 1817, que fora revertida e a segunda, nos decretos de 1824 e 1827³¹. Assim

²⁹ É importante notar que o trabalho de Pereira da Costa, “Em prol da integridade territorial de Pernambuco e de seus limites com o Estado de Alagoas” também foi direcionado ao referido congresso, que não teve publicação dos Anais. Portanto, o representante do Estado, Pedro Celso de Uchôa Cavalcanti (1864-1949) tinha em mãos esses dois trabalhos para participar das rodadas de negociações.

³⁰ Os debates com Eduardo Espínola são expostos em outra publicação do IAHGP, “Pernambuco versus Bahia”, de Ulisses Brandão, em 1927. Na qual o autor reproduz textos oficiais e comentários de especialistas jurídicos sobre o assunto (Brandão, 1927).

³¹ Em 1824, derrotada a Confederação do Equador, o império brasileiro desliga provisoriamente a Comarca do Rio São Francisco e a anexa à Província de Minas Gerais. Em 1827, esse decreto foi transformado em lei pela Assembleia Geral Administrativa que o anexa à Bahia, também provisoriamente, até que se fizessem a organização dos limites das províncias do Império (Maia, 1919).

ele apoiava a ideia de haver o precedente, uma vez que a região teria sido anexada e reintegrada após 1817. Todavia, Maia (1919) demonstra que os documentos não denotam o desmembramento do território, mas, apenas ordenavam o corte das comunicações entre Pernambuco e Minas Gerais. Terminado o conflito houve o reestabelecimento dessa comunicação.

Assim como Pereira da Costa, Gonçalves Maia fez usos de ampla pesquisa documental e cartográfica. Não se atém à descrição da região, porém, seu trabalho mostra os limites territoriais em diferentes épocas. A geografia histórica de Gonçalves Maia enfocou o domínio do território e as transformações sofridas pelos arranjos de poder. Remete no texto ao mapa que foi disposto na primeira página da edição separata, demonstrando a importância da cartografia na questão. É um mapa colorido, sem indicação de autoria (Figura 7).

Esse mapa, graficamente mais elaborado que o de Pereira da Costa, mostra o esforço de pesquisa geográfica, em representar cartograficamente o resultado do estudo. Assim como Pereira da Costa, não sabemos se Gonçalves Maia desenhou o mapa ou foi um trabalho encomendado. Em alguns trechos do texto, pode-se notar a noção pragmática que Gonçalves Maia tinha sobre a Geografia: “A Geographia é um dos fundamentos da soberania do sólo e da unidade de uma Patria” (p.7), “O papel do jurista, do historiador, do geographo, é assignalar a exactidão do direito, dos factos e das divisas” (p. 174).

Figura 7 – Mapa da Antiga Comarca do Rio São Francisco por Gonçalves Maia



Fonte: Maia (1919).

Portanto, esses dois trabalhos, com envolvimento do IAHGP, marcaram a questão emblemática da Comarca do Rio São Francisco. Pereira da Costa inaugurou o estudo histórico e geográfico de rigor documental sobre o tema, no qual ecos podem ser notados nos trabalhos de Barbosa Lima Sobrinho (1897-2000), “Pernambuco e o São Francisco”, 1929, “A Bahia e o rio São Francisco”, 1930 e “Documentos Históricos sobre a Comarca do São Francisco”, 1950.

Publicado pela Revista do IAHGP, o trabalho “A Bahia e o rio São Francisco”, de Lima Sobrinho, é um compilado dos artigos em réplica às críticas do jurista baiano Pedro Calmon, autor de artigos com epígrafe homônima. Os artigos de Lima Sobrinho foram divulgados no Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, entre janeiro e março de 1930 (Sobrinho, 1930). Diversos pontos são tratados nos artigos, especialmente sobre a interpretação dos limites territoriais em documentos consultados por ambos os pesquisadores, o povoamento da região e as relações econômicas entre a referida comarca e demais núcleos da Bahia e de Pernambuco.

Entre os juristas e parlamentares, esteve Pereira Costa citado por décadas em meio às discussões sobre a Comarca do Rio São Francisco, uma questão geográfica, que mobilizou conhecimentos sobre pesquisa documental e cartográfica. Na esteira da temática territorial está o “Estudo sobre as causas eficientes da emancipação política do Estado de Alagoas” de 1901, republicado em 1921 pelo IAHGP diante de artigos da imprensa alagoana sobre o assunto (Costa, 1921).

A elevação da Comarca de Alagoas ao *status* de Província em 1817, é objeto de pesquisa documental de Pereira da Costa, que dedica boa parte do seu trabalho às transcrições dos documentos encontrados. O interesse do autor reside na comemoração do “Dia da Emancipação política de Alagoas”, em 16 de setembro, data do decreto que a torna autônoma em relação à Província de Pernambuco. Na perspectiva dele, há incoerência em se comemorar, nos tempos republicanos tal data, pois remete à vitória da monarquia.

Dentre seus trabalhos geográficos, se interessou pela geografia histórica do Recife. Em “As portas da cidade do Recife, o Arco e Capela do Bom Jesus”, de 1891, descreve como era a paisagem da cidade e a evolução dos acontecimentos que levaram à demolição desses objetos técnicos, destacando a iniciativa do IAHGP de colocar lápides nos locais.

Nos artigos “Os Arredores do Recife”, 1923 e “Origens de algumas praças e ruas do Recife”, 1920, o autor pesquisou sobre a origem e evolução dos nomes dos

bairros, ruas e praças, descreveu a quantidade de moradores e aspectos da paisagem. Nesses artigos, combina pesquisa documental e lendas populares. Na sua bibliografia há diversos trabalhos desse tipo, dispersos em artigos de jornais, nos Anais Pernambucanos e na revista do IAHGP. Esses estudos sobre os bairros do Recife, serviram de apoio ao “Guia prático, histórico e sentimental do Recife”, de Gilberto Freyre, 1934 (Andrade, 2002).

Ainda sobre a origem de nomes dos lugares, parte do campo de estudos denominado “Toponímia”, combinou a pesquisa documental e o significado dos termos em “Origem do nome Pernambuco”, 1918 e “Marim-Olinda”, 1920. Sobre o nome “Pernambuco” cita o trabalho do geógrafo baiano Theodoro Sampaio (1855-1937)³², “O Tupi na Geografia Nacional”, de 1901. Esse livro teve impacto no meio intelectual brasileiro, sendo uma separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. É uma obra volumosa, com rigor técnico, contendo vários verbetes sobre os termos indígenas que nomeavam os objetos naturais e lugares do Brasil (Sampaio, 1901)³³. A toponímia foi evocada no Brasil numa época de construção da identidade nacional, na qual os idiomas dos povos originários eram objeto de estudo e de iniciativas de conservação das heranças linguísticas. Temas sobre as relações entre linguística e cultura estão presentes na bibliografia de Pereira da Costa, mostrando afinidades com o assunto.

Em relação à Geografia Física, Pereira da Costa escreveu “Investigações sobre a mineralogia, flora e fauna de Pernambuco”, 1909 e tangenciou o tema em “Primeiras observações meteorológicas no Brasil”, 1900. Nesse último, seu viés documental é aplicado ao tema da climatologia, a pedido do amigo Ceciliano Mamede, que por sua vez, recebeu uma questão duvidosa do colega Henrique Charles Morize (1860-1930). Esses estudiosos queriam saber sobre as localidades dos dados meteorológicos de Georg Marcgraff (1610-1644)³⁴. Pereira da Costa apresentou documentação que

³² Theodoro Sampaio foi um dos poucos geógrafos negros de sua época. Afro-baiano, filho de uma escrava e um senhor de engenho. Teve oportunidade de estudar sob a tutela de um padre da região. Assim, conseguiu se formar em Engenharia no Rio de Janeiro em 1878. Produziu vasta literatura sobre Engenharia, Geografia, Geologia, Antropologia e Sociologia, sendo um colaborador da obra “Os Sertões” de Euclides da Cunha (UFMG, 2020). De acordo com Souza e Vaz (2023) esse ecletismo estava presente nas formas e conteúdos dos seus trabalhos, na abordagem que fez dos hibridismos que se manifestavam na sociedade e na atenção que dava à produção estrangeira do conhecimento científico.

³³ Sobre esse tema, trataremos mais adiante na seção sobre Alfredo de Carvalho, que citou Theodoro Sampaio anteriormente ao Pereira da Costa.

³⁴ Esses dados meteorológicos decorrem de documentos do período colonial de dominação holandesa.

indica Garanhuns como uma possível resposta.

Em 1898, Pereira da Costa escreveu para o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, o artigo intitulado “Investigações sobre a mineralogia de Pernambuco”, republicado pela *Revista do IAHGP* em 1909 com uma nota, que reproduz carta de notável geólogo estado-unidense John Casper Branner (1860-1922)³⁵. Na carta, Branner elogia o trabalho e informa que irá inseri-lo na sua obra “*A Bibliography of the Geology, Mineralogy and Paleontology of Brasil*”. De fato, o trabalho foi colocado na bibliografia de Branner, que ainda acrescentou “Fernando de Noronha: notícia histórica, geográfica e econômica”, elaborado por Pereira da Costa em 1887.

Na publicação do IAHGP, foram acrescentados os artigos “Flora de Pernambuco” e “Fauna de Pernambuco” divulgados também no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, porém no ano de 1897. Portanto, o compilado de 1909 divulga trabalhos de temas diferentes da seara de Pereira da Costa, contudo, o viés documental estava presente.

No trabalho sobre mineralogia, Pereira da Costa busca entender a natureza do território pernambucano. Para tanto, explica sobre as denominações, recorrendo às origens indígenas, descreve algumas características elementares e a distribuição geográfica. Os dados utilizados decorrem de documentos oficiais desde o período colonial e relatórios de engenheiros, naturalistas e geólogos a serviço do império ou do governo provincial. Com uma extensa revisão da literatura sobre o tema, transcreve diversos trechos dos textos encontrados e expõe didaticamente os tipos de rochas e minerais. Cita cientistas da Universidade de Coimbra (1808), o próprio John Casper Branner, Orville Derby (1851-1915), ambos da Comissão Geológica do Brasil e o engenheiro Louis Lombard³⁶.

³⁵ Branner foi convidado pelo geólogo Charles Frederic Hartt (1840-1878), seu professor, a viajar para o Brasil pela primeira vez em 1874, antes mesmo de concluir seus estudos universitários. Integrou a Comissão Geológica do Brasil e voltou aos E.U.A. em 1883. Nos anos seguintes, retornou ao Brasil algumas vezes e desenvolveu diversas pesquisas sobre o país ao longo da sua vida. Em relação a Pernambuco, esteve em 1876 na região, inclusive no Arquipélago de Fernando de Noronha. Branner publicou cerca de 371 artigos e foi membro de quinze sociedades científicas (Encyclopedia [...], 2023).

³⁶ Lombard, que chegou da França a Pernambuco em 1894, trabalhava para o governo do Estado em diversos projetos, sobretudo na Secretaria de Indústria e na Escola de Engenharia (Acto [...], 1896). Na *RIAHGP* estão presentes dois trabalhos desse engenheiro, são eles: “O clima do Recife: a chuva”, de 1898, no qual interpreta as observações meteorológicas dos últimos 20 anos até a data do artigo; “Explorações geográficas e geológicas”, publicado em 1905, escrito nos anos de 1895 e 1896, que descreve e mapeia a região entre Palmares e Bom Conselho, bem como entre Garanhuns e Buíque. Esse texto possui partes do “Relatório sobre a exploração da parte sul do Estado de Pernambuco entre Palmares e Bom Conselho”, de 1895, citado por Pereira da Costa. Esses trabalhos estão divididos em “parte geográfica” e “parte mineralógica”. Na seção geográfica reitera a importância de se ampliar as

Sobre a fauna e flora, apresenta mesmo rigor metodológico e cita trabalhos da Comissão Geológica do Brasil, bem como “História Natural do Brasil” (1648), de Marcgraf e Piso. Não deixa de constar os nomes populares das espécies ao lado dos termos científicos, bem como a etimologia dessas palavras, remetendo às origens indígenas e transformações linguísticas ao longo do tempo.

Como já pontuamos, o autor valorizava a cultura. Nesses artigos, entre as citações e informações científicas sobre geologia e biologia, há algumas pausas na escrita, dando vez às poesias:

Desse bello phenomeno vegetal [sobre as mudanças de coloração das rosas], disse o seguinte o nosso épico Durão:
 Das flores naturais pelo ar brilhando
 É com causa entre as mais rainha a rosa;
 Branco subindo a aurora rutilante,
 E ao meio dia tinta em côr lustrosa [...] (Costa, p. 545, 1909).

[...] O poeta Manoel Botelho de Oliveira (1703) cousagrou estes versos ao bello e saboroso fructo do cajueiro:
 De varias cores os cajúos bellos,
 Uns são vermelhos, outros amarelos,
 E como vários são nas varias cores,
 Também se mostram vários nos sabores.
 E creou a castanha, que é melhor que a da França, Italia e Hespanha (Costa, p. 564, 1909).

Sobre o assumpto [abelhas e vespas] o nosso poeta Jeronymo Villela estes versos na sua bellissima poesia – *A minha terra natal*:
 Além do mel saboroso,
 Que a canna doce nos dá,
 Temos o mel das abelhas,
 Das vespas como não há;
 [...] (Costa, p. 610, 1909, grifo do autor).

Além das poesias, não apenas oferece dados documentais, mas problematiza as informações colhidas. Faz críticas sobre o não uso das informações geológicas pelo governo e levanta questionamentos sobre os fósseis encontrados no sertão pernambucano: “Mas, de onde provirá a grande disparidade dos quadrúpedes da fauna hodierna com os da fauna fossil, acaso anti-diluviana?” (Costa, p. 613, 1909).

Portanto, esses trabalhos tiveram um viés documental, com descrições analíticas que destrinchavam os aspectos de interesse do autor. Apesar dos temas

ferrovias na região, tendo em vista o progresso econômico que isto acarretaria. Pernambuco estava, desde a segunda metade do século XIX, sofrendo expansão de sua rede ferroviária. O mapeamento de Lombard foi facilitado pela existência da estrada de ferro Recife ao São Francisco, que promoveu esse deslocamento.

recorrerem ao meio natural, Pereira da Costa não deixou de lado as características culturais e o apelo literário poético.

Um salto qualitativo na pesquisa geográfica será evidente no trabalho “Fernando de Noronha: notícia histórica, geográfica e econômica”, de 1887, no qual ele vai mais além, ao realizar uma pesquisa de campo.

Para desempenho ele tão honrosa incumbencia servi-me de todos os trabalhos até hoje publicados sobre a ilha de Fernando de Noronha, de varias noticias ineditas e dos documentos officiaes existentes no archivo da Secretaria da Presidencia, alem de outros dados esparcos, e dos **estudos e indagações que pessoalmente procedi naquela ilha**, nos poucos dias em que alli estive em Abril do corrente anno; subsidios estes que forneceram-me os elementos para a confecção do meu trabalho (Costa, p.5, 1887, grifo nosso).

Diferentemente dos trabalhos histórico-geográficos, a seção dobre Geografia é a primeira do trabalho de Pereira da Costa, que era um autodidata também na pesquisa geográfica. Mas, com seu traço didático característico, expõe os conhecimentos novos, para ele, de forma compreensível. Ele traduz ao leitor as informações científicas que extraiu de relatórios e mapas. Sua descrição da paisagem é factual, se atendo aos objetos naturais e técnicos, bem como as características culturais da região em estudo.

Esse trabalho foi realizado a pedido do governador da então província, Pedro Vicente de Azevedo, não sendo publicado pelo IAHGP. O interesse num estudo com esse está relacionado às questões de jurisdição desse território, que iriam emergir após a Proclamação da República. Isto denota a questão estava latente e tinha atenção do governador da província.

No período colonial algumas ilhas foram habitadas temporariamente por diversos grupos, dentre eles, holandeses e franceses. Esteve sob domínio da Capitania de Pernambuco a partir de 1700. Com a independência, ficou sob poder imperial, passando pelos Ministérios da Guerra e da Justiça, uma vez que existia um presídio administrado pelo Império, oficialmente desde 1833.

Proclamada a República, se regularizou a jurisdição, que estava entre a esfera federal e a estadual, definindo que “o território continua a pertencer a Pernambuco” (Brasil, 1891 *apud* Melo, p. 10, 1916b). De acordo com Pessoa (2014), essa medida estava relacionada à promulgação do código penal republicano, que aboliu da pena

de galés (trabalho público forçado) e a de degredo (exílio), encerrando o motivo pelo qual o arquipélago devia continuar sob jurisdição federal³⁷.

O governo provincial, antecipado ou não sobre esse retorno de jurisdição total do território, confere a missão de realizar um estudo completo sobre o arquipélago ao Pereira da Costa. Andrade (2002) faz uma interpretação desse trabalho de Pereira da Costa:

Lá chegando, Pereira da Costa observou a paisagem como faria, hoje, um geógrafo, procurando olhar os morros e pequenas planícies, as costas altas de falésias, as praias arenosas e estudando a forma de como conviver com os seus habitantes, em geral militares, funcionários e presidiários, para coletar informações as mais diversas, diretamente das fontes. Parece que o contato com a ilha o transformou de historiador meticuloso e preocupado com a variedade dos fatos e a fidelidade das fontes documentais, em **geógrafo**, preocupado em ver e sentir a paisagem, não só físicas como humanas, avaliar a importância das construções, das plantações e as possibilidades de exploração dos recursos locais e do que poderia vir a ser introduzido (Andrade, p. 69-70, 2002, grifo nosso).

Concordamos com as palavras de Andrade. Esse trabalho teve um caráter monográfico regional, até então não explorado por Pereira da Costa. A estrutura em tópicos, a fim de realizar uma análise pormenorizada da paisagem, era comum na época. A obra “Corografia Brasílica” (1817), do Padre português Manuel Ayres de Casal (1754-1821), tem essa característica, inclusive citado por Pereira da Costa algumas vezes. Mas, diferentemente de Ayres de Casal, apresenta de modo recorrente as citações de trabalhos sobre os temas em questão.

De acordo com Neto (2012), os compêndios de Geografia também apresentavam essa estrutura em tópicos, comum no século XIX. Assim como era recorrente o pouco uso de citações. Esse fato tinha por vezes, segundo o pesquisador, relação com a ideia de homenagem ao texto original, dentro de dogmas católicos que

³⁷ Em 1894, o decreto n. 226, de 3 de dezembro, proibiu o recebimento de sentenciados em Fernando de Noronha. Até 1910 funcionou um presídio estadual na ilha. No Estado Novo, o decreto-lei n. 640, de 22 de agosto de 1938, criou no arquipélago uma Colônia Agrícola destinada ao cárcere, que foi transferida para Ilha Grande, no Rio de Janeiro em virtude da segunda guerra mundial, que motivou o decreto-lei n. 4.102, de 9 de fevereiro de 1942, criando o Território Federal de Fernando de Noronha (Pessoa, 2014). Em 1988, promulgada a Constituição Federal, o Arquipélago volta ao domínio de Pernambuco, sendo um distrito estadual. Recentemente, em 2022, na gestão de Jair Bolsonaro, a União fez um pedido de liminar em ação civil contra o Estado de Pernambuco, solicitando o domínio sobre o Arquipélago. Em 2023, sob a presidência de Luíz Inácio Lula da Silva, a União desistiu do pedido de transferência de titularidade do território de Fernando Noronha (Pleno [...], 2023).

seguiram a teologia de Thomás de Aquino, como no caso dos trabalhos de Tomás Pompeu de Sousa Brasil (1818-1877)³⁸.

Após as notas, que também reproduzem documentos e relatórios oficiais³⁹, bem como a lista dos documentos utilizados, duas seções aparecem: “Gírias”, um vocabulário dos presidiários, contendo os termos e significados; “Lendas”, poemas de Gustavo Adolfo Cardoso Pinto que fazem alusão às lendas contadas pelos prisioneiros, publicados em 1882. Mais uma vez, Pereira da Costa acrescenta o elemento cultural em sua análise.

A observação e descrição, características do método geográfico, foram realizadas nesse trabalho de Pereira da Costa. Contudo, não há uma combinação de elementos afim de conduzir à síntese geográfica. Como era um trabalho de caráter técnico, relatório para a administração pública, o autor organiza o texto em tópicos, com aspectos naturais, históricos e sociais subdivididos em seções.

O modo como organizou do texto, é diferente em relação ao trabalho anterior sobre o mesmo tema, escrito por Abreu e Lima (1796-1869). O general Abreu e Lima foi encarcerado no presídio de Fernando de Noronha em virtude da sua participação, sobretudo na imprensa, na Revolução Praieira (1848). De acordo com Pinto (1983) isto suscitou a obra, mesmo que anos depois. Porém, conforme Costa (1887) esse texto estava no Livro de Comissões Diversas, na Secretaria da Presidência de Pernambuco, o que nos leva a crer que fora uma demanda do governo provincial, fazendo com que Abreu e Lima voltasse às ilhas com essa finalidade.

Em “Apontamentos sobre a Ilha de Fernando de Noronha”, elaborado em 1857, publicado na RIAHGP em 1890, também foi realizado o trabalho de campo. Nesse estudo, Lima (1890) aborda aspectos históricos, geográficos e penitenciários. À despeito das limitações técnicas, esboça uma análise dos aspectos da natureza, como geologia, pedologia e hidrografia sem enumeração desses tópicos, em um curto texto

³⁸ Tomás Pompeu nasceu no sertão cearense, sua família enfrentou dificuldades financeiras enquanto ele era criança devido aos períodos de seca. Graças a ajuda de parentes, conseguiu estudar no Seminário de Olinda, onde se tornou sacerdote e bacharel em Direito. Logo em seguida, retornou ao Ceará onde desempenhou, em Fortaleza, as funções de vigário e professor de Geografia e História. Foi Diretor da Instrução Pública de sua província e Senador do Império. Produziu vasta literatura geográfica, direcionada ao espaço geográfico do Ceará. Contudo, sua obra de destaque é o *Compêndio de Geografia Geral e Especial do Brasil*, que o projetou como membro do IHGB e da Sociedade de Geografia de Paris (Neto, 2012).

³⁹ Cabe destacar, dentre as 19 referências: “Apontamentos sobre a Ilha de Fernando de Noronha”, pelo General José Ignacio de Abreu e Lima, de 1857 e “Jazidas de Phosphato de cal existentes na ilha Rata, do archipelago de Fernando de Noronha. Relatório da comissão nomeada para examinar as Jazidas”, 1881, cuja comissão foi chefiada por Orville Derby (Costa, p. 107, 1887).

da seção “Aspectos da Ilha”. Ressalta a necessidade de se instalar uma colônia agrícola e do potencial do lugar para se tornar o “Celeiro de Pernambuco”.

Abreu e Lima não fez um trabalho tão extenso como o de Pereira da Costa, mas destacou as características que julgava pertinentes ao objetivo do relatório. Como um homem que viveu em diferentes lugares do Brasil e do Mundo, tendo passado anos em países latino-americanos, como Venezuela e Colômbia, assim como uma temporada na Europa e no Rio de Janeiro, teve possibilidades de acessar as correntes filosóficas da época.

Seu trabalho traz informações próprias da observação *in loco* na maior parte do texto. A descrição da paisagem, do lugar onde já tinha sido preso, tem função poética ao se utilizar de sentido conotativo das palavras: “Lúgubre e triste é o aspecto da Ilha de Fernando, cercada de morros e de grandes rochedos destacados, nus e pretos pela maior parte, ou rajados de branco pelas imundícias [dejetos] de inumeráveis bandos de passaros aquáticos” (Lima, p. 7, 1890).

Manifesta o desejo de ter realizado experimentos em relação à água da ilha: “Eu não podia fazer uma só experiência, nem exame de qualidade alguma e faltavam instrumentos, aparelhos, reagentes e tudo quanto é necessário para trabalhos d’essa ordem [...]” (Lima, p. 9, 1890). É interessante a valorização dos testes científicos, comuns nos trabalhos de Alexander von Humboldt.

O trabalho de Abreu e Lima traz diversas sugestões político-administrativas, inclusive sobre a penitenciária. Pereira da Costa também chama atenção para essas questões. Porém, seu trabalho se diferencia pelo olhar cultural. Atento às falas dos prisioneiros e as lendas locais, que nos remete à obra “Vocabulário Pernambucano” (1937), bem como às lendas ao “Folk-lore Pernambucano” (1908, 1974). Portanto, destacando os elementos culturais na descrição da região.

A revista do IAHGP publicou outros textos geográficos, não científicos. Dentre crônicas, como “Viagens no Brasil, províncias de Pernambuco, Ceará, Paraíba, Maranhão: usos e costumes dos habitantes desse país” de Henry Koster, literatura na “Poesia Pátria” e descrições. Sendo assim, foram publicadas algumas descrições de paisagens, que eram documentos administrativos.

A de Adriaen Verdonck, traduzida por Alfredo de Carvalho em 1901, datada de 1630, era direcionada ao governo holandês. Assim como a “Descrição Geral da Capitania da Parahyba”, por Elias Herckman tradução de José Higino em 1886. Em 1903, 1904 e 1906 foi publicada “Descrição de Pernambuco em 1746”, de origem

portuguesa, copiada do arquivo da Torre do Tombo, em Lisboa em 1845 pelo governo da Província de Pernambuco.

No geral, essas descrições analisam a paisagem, com observações dos autores e detalhes sobre a natureza, especialmente cursos de água, bem como sobre e sociedade, como a população indígena. Essas descrições, mesmo de origens diferentes, são caracterizadas pelo pragmatismo que o trabalho requeria. Portanto, conforme Barros (2021), ao relacionar a descrição de Elias Herckmans com as corografias do século XVII, aponta que era um trabalho realista/naturalista/factual, no qual se abordava o natural e o cultural. Mesmo com a presença do aspecto cultural, os trabalhos de Pereira da Costa se diferenciam destes pela transcrição dos autores populares.

Por fim, assim como no estudo sobre a Comarca do São Francisco, Pereira da Costa contribuiu para um tema recorrente no IAHGP, que publicou em seu periódico, além do já citado “Apontamentos sobre a Ilha de Fernando de Noronha”, de Abreu e Lima, 1890 (republicação de 1857), há também: “Geologia de Fernando de Noronha”, 1890 e “Os grés eólios de Fernando de Noronha”, 1893 por John Casper Branner; “O Arquipélago de Fernando de Noronha”, 1916, de Mário Melo; “O baixo das Rocas, no arquipélago de Fernando de Noronha”, 1942 (republicação de 1934), de C. A. (pseudônimo); “Fernando de Noronha”, do Coronel Augusto Lysias Rodrigues em 1943; “Quem descobriu a Ilha de Fernando de Noronha”, do ex-embaixador de Portugal no Brasil, Duarte Leite, em 1945.

Destacamos ainda que, em “A Ilha de Fernando de Noronha”, na apresentação do autor, há uma lista de publicações e “obras a publicar”. Nessa lista, escreveu que estaria em vistas de publicação o “Diccionario historico, geographico e estatístico da provincia de Pernambuco” (Costa, p. 3, 1887).

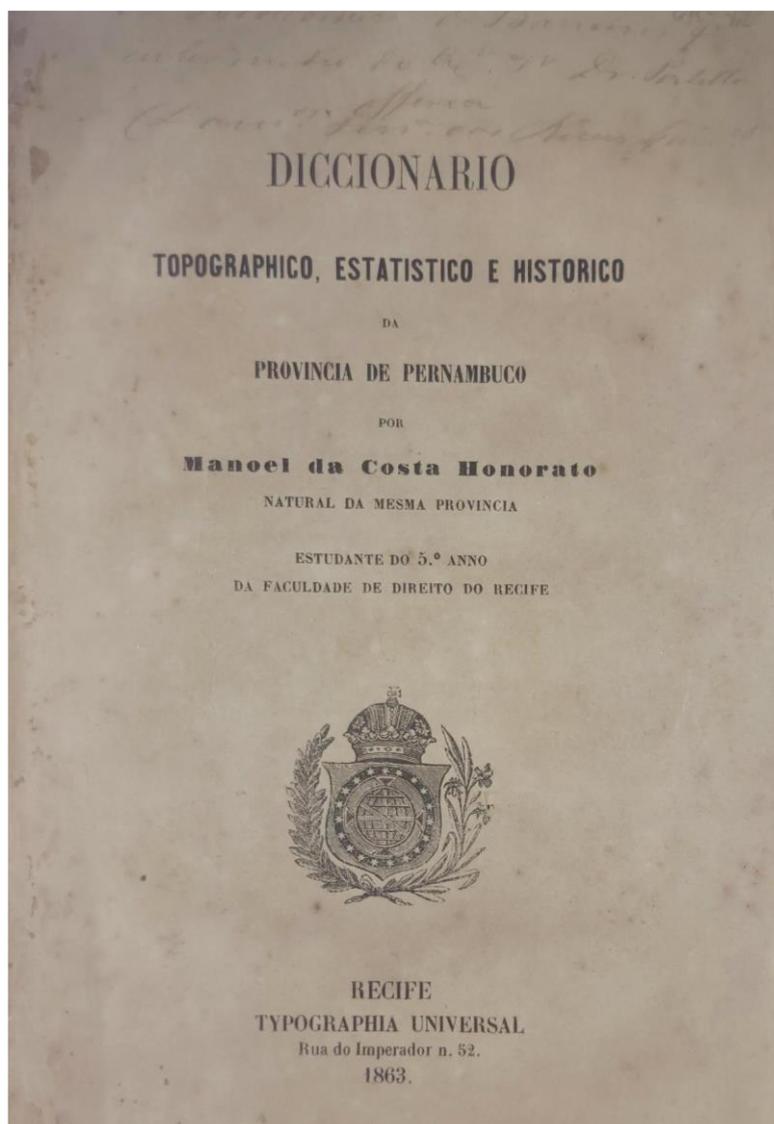
Esse projeto está relacionado à obra mais impactante da bibliografia de Pereira da Costa, “Anais Pernambucanos”, escrita ao longo de décadas de sua vida, com 5.566 páginas, nas quais expõe a história de Pernambuco entre 1493 e 1850. Portanto, a inspiração geográfica desse intelectual faz parte da história do seu trabalho mais conhecido.

Pereira da Costa narra, no prólogo da obra, que em 1870 teve contato com o “Diccionario Historico-Geographico da Provincia do Maranhão” de Cesar Augusto Marques (1826-1900) e partir desse momento despertou o interesse em publicar uma obra desse tipo, sobre Pernambuco evidentemente. Todavia, envolvido em outro

projeto, que estava relacionado a este, o “Diccionario Biographico de Pernambucanos Celebres”, deixou essa obra em aguardo.

Porém, chegou ao seu conhecimento que haveria uma segunda edição do “Diccionario Topographico, Estatistico e Historico da Provincia de Pernambuco” (Figura 8), escrito pelo Monsenhor Dr. Manuel da Costa Honorato (1838-1891) em 1863. Assim, optou por aguardar mais um tempo e acumular dados, omitindo seus achados das publicações administrativas, como em “Comarcas da Provincia de Pernambuco” (1884).

Figura 8– Capa do Dicionário Topográfico, Estatístico e Histórico da Província de Pernambuco



Fonte: Honorato (1863).

Assim, Honorato não utilizaria dessas informações oficiais do governo, coletadas por Pereira da Costa. Nesse trabalho sobre as comarcas, há dados

históricos, geográficos e estatísticos coletados por meio de um amplo questionário enviado aos juízes de direito, câmara municipais, promotores e vigários (Mello, 1983). Portanto, ele tentou resguardar o ineditismo de um dicionário histórico e geográfico atualizado ao passo que aproveitou as oportunidades de trabalho com o tema, como funcionário do governo, para ampliar os conhecimentos.

Nessa espera, Pereira da Costa se surpreendeu quando Sebastião de Vasconcelos Galvão, confrade do IAHGP publicou uma obra nesse estilo sobre Pernambuco, em 1897. Sebastião Galvão expôs, no prefácio da obra, que seu amigo Francisco Augusto Pereira da Costa (1851-1923) estava escrevendo o “Dicionário Histórico e Geográfico Pernambucano” na mesma época, que não foi publicado.

Portanto, a ideia inicial de escrever um dicionário foi modificada para o formato de sequência cronológica, que originou a obra “Anais Pernambucanos”. Pereira da Costa teve que diferenciar sua obra da publicação de Sebastião Galvão (Costa, 1983). Ao que parece no prólogo de “Anais Pernambucanos”, ele se irritou com a publicação de Galvão, uma vez que havia divulgado alguns trechos de seu dicionário em construção na imprensa local e notas em seus livros, explicitando que havia esse projeto em curso. Denunciou também que no trabalho de Galvão havia diversas citações diretas e indiretas que não faziam referência aos seus escritos (Costa, 1983)⁴⁰. Todavia, a imprensa também divulgava que Honorato iria reeditar seu dicionário e isso não estava impedindo Pereira da Costa de continuar com seu projeto⁴¹.

Contudo, Sebastião Galvão acreditava que seu trabalho não satisfazia a amplitude da história e geografia de Pernambuco, mas o dicionário de Pereira da Costa seria melhor que o seu: “Em breve talvez, [...], ter-se-á essa grandiosa obra no Dicionario Historico e Geographico Pernambucano do benemérito e modesto Dr. Francisco Augusto Pereira da Costa, nosso particular amigo [...]” (Galvão, 1897, p.2).

Pereira da Costa relata que, depois da publicação do volume 1, de 1897, sem ressentimentos, cedeu parte de sua pesquisa, incluindo dados colhidos pelo governo sobre todas as comarcas da Província, para Sebastião Galvão completar seu

⁴⁰ Anais Pernambucanos foi uma publicação póstuma, em 1928 veio à tona o prólogo, por meio do filho de Pereira da Costa, que estava organizando a publicação. Nesse prólogo, Pereira da Costa expôs sobre as citações não referenciadas de Sebastião Galvão. Mário Melo escreve na imprensa local sobre a polêmica gerada, solicitando que retirassem esse prólogo, pois Pereira da Costa não era vingativo, que tinha mostrado a ele o referido texto e desistido de publicar em vida (Melo, 1928).

⁴¹ Sobre a demanda por dicionários históricos e geográficos e suas querelas em Pernambuco, desenvolvemos mais adiante na tese, ao tratarmos de Sebastião de Vasconcelos Galvão.

dicionário. No entanto, Galvão não citou todas as publicações de Pereira da Costa que fez uso, contendo a sigla “P.C” em alguns trechos.

Diante disto, Pereira da Costa no prefácio do volume 1 de “Anais Pernambucanos” trouxe à tona as reproduções contidas no Dicionário e relatou sua decepção: “[...] bem podemos dizer, sem contestação, que uma boa terça parte da obra, pelo menos, nos pertence e assim associado o nosso nome na sua autoria, apesar de omitido na página de título dos seus volumes...” (Costa, 1983, p.11).

Talvez, a decepção era significativa por serem amigos (Melo, 1928) uma vez que os textos de Pereira da Costa foram copiados por outros autores. Por esse motivo, ele deixou de citar suas fontes em alguns momentos (Mello, 1983). Sebastião Galvão admirava Pereira da Costa, sendo um dos membros que o indicaram para sócio benemérito (Souza *et al.*, 2010), bem como insistia que o IAHGP publicasse seus escritos⁴².

Mesmo sem um dicionário, o adendo geográfico a bibliografia de Pereira Costa não foi insignificante. Admitir Pereira da Costa no grupo de geógrafos pernambucanos é importante, diante da trajetória desse pernambucano que, de origem pobre, conseguiu entrar no grupo dos intelectuais mais prestigiados do Brasil. Elogiado por Capistrano de Abreu, Silvio Romero, Moreira Pinto, Barão de Studart, Cunha Barbosa, José Veríssimo e Sacramento Blacke (Muniz, 1903) era considerado “o mestre de todos nós” por seu contemporâneo Oliveira Lima⁴³ (Melo, p.1,1928).

Como já mencionado no início desse tópico, Manuel Correia de Andrade reconhece a perspectiva geográfica de Pereira da Costa, que representa “[...] alguns estudiosos que marcaram sensivelmente a problemática, congregando o geográfico ao natural, ao político e ao social” (Andrade, p. 10, 2007). Acrescentamos que, seus principais trabalhos alinhados à pesquisa geográfica foram escritos no final do século

⁴² Em Ata da Sessão de 26 de maio de 1904: “O Dr. Sebastião Galvão apresentou uma extensa proposta no sentido de publicar o Instituto o esboço histórico de Pernambuco, obra escripta pelo consocio Dr. Francisco Augusto Pereira da Costa [...]” (RIAGP, p. 174, 1915). De acordo com Melo (1928) Galvão e Pereira da Costa foram amigos.

⁴³ Manuel de Oliveira Lima (1868-1928), foi um historiador e diplomata pernambucano que esteve envolvido na história intelectual da região de diversas formas. Filho de um comerciante português e pernambucana, passou a infância no Recife e logo se mudou para Lisboa, onde realizou sua formação acadêmica, concluindo o curso de Letras em 1888. Em pouco tempo, conseguiu trabalhar na diplomacia brasileira, na qual fez uma longa carreira. Contudo, seu interesse pela história da terra natal o perseguia. Assim, escreveu publicações sobre história de Pernambuco e do Brasil que lhe conferiram o título de notável historiador. Nas temporadas que passava em Pernambuco, estabeleceu relações pessoais entre Gilberto Freyre e Mário Melo, por exemplo (Forster, 2011). Sócio efetivo em 1885 e benemérito em 1913 do IAHGP, foi um lumiar dessa agremiação (Souza *et al.*, 2010).

XIX e primeira década do século XX, antes do Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia (1909) e da obra “*Le Bresil Meridional*” de Delgado de Carvalho⁴⁴, em 1910. Apesar da publicação dos apontamentos de Abreu e Lima (1890) ser anterior ao seu trabalho sobre o arquipélago, pontuamos as diferenças significativas entre eles.

A seguir, nosso estudo irá se debruçar pelo amigo de Pereira da Costa que o decepcionou em virtude da publicação de um dicionário geográfico, o qual faremos mais reflexões sobre o assunto. Acreditamos que esse livro é representativo, diante do interesse de três intelectuais em desenvolvê-lo (Costa Honorato, Pereira da Costa e Sebastião Galvão), sendo também alvo de rivalidades e controvérsias com os pesquisadores da etimologia (Rodolfo Garcia, Aprígio Garcia e Alfredo de Carvalho).

3.2.2 Sebastião Galvão e sua Geografia Pernambucana

Um dos poucos reconhecidos “geógrafos” do IAHGPP foi Sebastião de Vasconcelos Galvão (Figura 9). Nasceu em Limoeiro, Pernambuco, no dia 28 de junho de 1865, filho do político Francisco Olegario de Vasconcellos Galvão e de Maria Leopoldina de Castro Galvão. Casou-se em 1888, com Francisca Villarim Vasconcelos Galvão. Escreveu poemas na juventude, que foram publicados no “Almanach Luzo-Brasileiro” (RIAHGP, 1915; 1928).

Apesar de ter se matriculado na Faculdade de Medicina da Bahia, graduou-se na Faculdade de Direito do Recife, em 1889, devido à morte do seu pai que o obrigou a voltar para Pernambuco. Sua carreira foi de cargos públicos, como o de diretor geral da instrução pública municipal e funções no Arquivo Público Nacional (Gaspar, 2012b). Em 1895 se tornou sócio do IAHGPP, desempenhou funções de redator e 1º secretário, sendo elevado à sócio benemérito em 1908.

Foi um dos fundadores da Academia Pernambucana de Letras e participou de diversas instituições: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, dos Institutos da

⁴⁴ Esse intelectual, era filho de brasileiro, mas teve sua formação desde cedo na Europa, formando-se em Direito na Suíça e em Ciências Políticas na França. Sua tese foi elaborada no Brasil e desde então permaneceu no país trabalhando pela consolidação da Geografia em diversos aspectos, como no ensino e na pesquisa. No caso de Delgado de Carvalho, há uma preocupação com a geografia especial, pois, ele tinha um “[...] estilo cognitivo característico da visão regional clássica construída no horizonte europeu na passagem do século XIX para o XX [...]” (Barros, p. 323, 2012). Na formação francesa, esse geógrafo teve forte inspiração historicista, numa época em que a história e a geografia eram consideradas em unidade. Seus trabalhos mais conhecidos e de ampla aceitação, inclusive em Pernambuco, na época foram: *Le Brésil Meridional* (1910), *Geografia do Brasil* (1913), *Metéorologie du Brésil* (1917), *Physiografia do Brasil* (1923) e *Introdução à Geografia Política* (1925).

Bahia, Rio Grande do Norte, Ceará, São Paulo e Alagoas, Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, Social and Political Academy of Philadelphia, Columbia Society of Jurisprudence e Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco. Era doutor *honoris causa* da Faculdade de Montevideú, Uruguai. Colaborou com os periódicos recifenses “O Século” e “A Província”, em 1883, e “O Sorriso”, da Paraíba, em 1886.

Figura 9 – Retrato de Sebastião Galvão



Fonte: Galvão (1897)

A ampla formação em ciências humanas na FDR e a exaltação ao passado “glorioso” de Pernambuco, comungado na elite provincial, podem ter conferido ao Galvão interesse pelos temas históricos e geográficos regionais. A escrita histórica está evidenciada em “O Recife cidade e capital”, 1901, “Lições de história”, 1910, “Joaquim Nabuco”, 1913, “Crônica histórica da cidade do Recife: 1849-1915”, 1916, “Sesmarias”, 1918 (REVISTA..., 2010) e na Revista Acadêmica Pernambucana de

Letras escreveu um ensaio biobibliográfico de Pernambucanos. Em 1914, publicou um artigo sobre a Confederação do Equador na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará (Galvão, 1914).

Em relação à Geografia, escreveu para a Revista do IAGP “Geografia pernambucana: município de Goiana”, 1898; “Geografia pernambucana: município do Recife”, 1898; “Geografia pernambucana: município de Limoeiro”, 1900; “O Recife cidade e Capital”, 1901; “Sesmarias”, 1918. Sendo assim, o único autor da RIAHGP a colocar o termo “Geografia” nos títulos de seus trabalhos. Além disso adjetivou-a enquanto “pernambucana”.

Assim como no nome do instituto, que preferiu “Pernambucano” ao invés “de Pernambuco”, acreditamos que esse tipo de referência ao lugar é uma escolha do autor para indicar a especificidade do objeto de forma qualificada. Portanto, não se refere a um estilo de pensamento exclusivamente pernambucano, apesar de ter características do ambiente intelectual local. Outra acepção de “geografia pernambucana” é como sinônimo de território. Na imprensa e nos textos científicos, era comum se utilizar da expressão “sua geografia” para designar os objetos naturais e técnicos do espaço.

A “geografia pernambucana” de Galvão não traz referências explícitas de suas inspirações. O estilo descritivo, com estrutura em tópicos, escrita didática e com poucas citações remete aos compêndios de Geografia Geral e Especial do Brasil, escritos em cinco edições por Tomás Pompeu de Sousa Brasil (1818-1877), entre 1851 e 1869. Eles foram adotados pelo Ginásio Pernambucano e demais colégios imperiais, uma vez que foram submetidos à aprovação do IHGB (Neto, 2012).

A última parte do compêndio, dedicada às Províncias brasileiras, era dividida nas seções: fundação e território, posição astronômica, limites, dimensões, clima e salubridade, aspecto físico do terreno, orografia, hidrografia, produção do solo, indústria, comércio, fábricas, movimento comercial, movimento marítimo, marinha mercante, rendas públicas, estabelecimentos de crédito, população, representação, força pública, instrução pública, divisão eclesiástica, divisão administrativa, divisão judiciária e topografia (Brasil, 1864).

De acordo com Neto (2012), Pompeu seguiu o modelo dos compêndios franceses e da obra “Corografia Brasília” (1817), do Padre português Manuel Ayres de Casal (1754-1821). Isto explica o caráter descritivo e pouco uso de citações. Portanto, acreditamos que Sebastião Galvão também foi tributário dessa tendência.

Nos seus artigos sobre “geografia pernambucana” é encontrada a mesma estrutura, com poucas diferenças nas seções, sendo as mais comuns: histórico, posição astronômica, clima, salubridade, limites, divisão, população, extensão do território, topografia, povoação, orografia, hidrografia, instrução pública, reinos da natureza, indústria, comércio, agricultura e curiosidades naturais (Galvão, 1898a, 1898b, 1900).

Além disto, outra característica dos escritos de Galvão é a “pernambucanidade”, ou seja, um apelo sentimental à história e paisagem de Pernambuco. Esse geógrafo expressava elogios aos lugares que eram objeto de seus trabalhos, sejam aspectos históricos ou geográficos, como por exemplo, nas expressões utilizadas por ele: “planalto aprazível”, “linda e vasta planície”, “terra legendária e de recordações históricas”.

A seção histórica é mais longa que as demais, com exaltação à participação dos “filhos ilustres” dos municípios. Era uma característica dessa seção ter ao menos um dos eventos históricos mais evocados pelos membros do IAHGP, como a expulsão dos holandeses em 1654, a Revolução Pernambucana, 1817, a Confederação do Equador, 1824 e a Revolução Praieira, 1848. Sebastião Galvão era católico e sempre fazia referência às igrejas e personalidades religiosas. Outra referência comum em seus artigos na RIAHGP, são as devidas citações dos trabalhos de Francisco Augusto Pereira da Costa.

Os municípios objetos de estudos desses artigos foram o Recife, Goiana e Limoeiro, que fora sua cidade natal⁴⁵. Esses textos foram publicados num curto intervalo de tempo, entre 1898 e 1900. Nota-se que o autor dispunha de mais informações sobre o Recife, porque escreveu 105 páginas. Na seção sobre clima e salubridade desse artigo, Galvão cita os textos de Otávio de Freitas⁴⁶ e Rodolfo Galvão, ambos relatórios elaborados para o governo do Estado de Pernambuco.

⁴⁵ De acordo com Denis Bernardes (2006), esses municípios foram, historicamente, centros de “pouso” do gado, o que colaborou para o desenvolvimento econômico regional. Goiana recebia gado do Ceará e da Paraíba em demandas de Recife e Olinda, bem como ponto de passagem de cargas de algodão. Limoeiro, “porta do agreste e do sertão”, recebia gado e algodão do sertão pernambucano.

⁴⁶ O médico José Otávio de Freitas (1871-1949), expoente da Sociedade de Medicina de Pernambuco, teve especial interesse pelas questões geográficas relacionadas à saúde. Dentre seus escritos, estão: Anuário de estatística demográfico-sanitária da cidade do Recife e municípios do interior (1897); O clima e a mortalidade na cidade do Recife (1905); Geografia médica e climatologia do Estado de Pernambuco (1909). Nesse contexto, é interessante apontar a atuação da Sociedade Pernambucana de Medicina, que desde 1841 discutia as questões de saúde na cidade. Em 1906, no Congresso Médico organizado por essa sociedade, foram divulgadas as preocupações acerca da mortalidade diante da falta de saneamento. De acordo com Alves (2009) isto acarretou a criação da Comissão de Saneamento do Recife, chefiada pelo engenheiro Saturnino de Brito (1864-1929). Por fim, é importante lembrar que

Como já mencionamos, em 1886 a RIAHGP publicou a “Descrição Geral das Capitanias da Paraíba”, de Elias Herckmans. Esse relatório, retrata os estudos geográficos característicos do século XVII. Presumindo que Galvão teve acesso à descrição de Herckmans, podemos explicar a necessidade de detalhamento topográfico, discriminando as coordenadas do Recife de modo parecido à corografia holandesa. Conforme o trabalho de Elias Herckmans sobre a Paraíba:

Deste ponto sobe-se o rio ao sudoeste, deixando ficar a mão direita o pequeno canal de um riosinho que corre até o Gargaú. Depois, obra de meia légua do *Timmerwerf*, apresenta-se á mão direita um largo rio que tem na bocca uma pequena ilha redonda e coberta de altas árvores; esse rio tambem prolonga-se até o engenho Gargaú (Herckmans, p. 243, 1886).

Nas seções sobre “Aspecto da cidade e natureza do solo” e “Topografia”, esboça uma descrição com função poética, deixando de lado a objetividade e explorando a estética da paisagem:

A cidade tem um bello aspecto. Um braço de mar onde desaguam os dois rios Capibaribe e Beberibe, banhando-a inteiramente, lhe dá um ar todo alegre [...]. A cidade jaz a borda do mar, com seu porto repleto de embarcações, correndo-lhe, quase paralela á costa, uma admirável muralha de recifes que lhe serve de quebra-mar e forma-lhe o porto, cuja entrada tem logar por uma abertura natural, da mesma muralha, em enchentes das marés, ligeiramente saliente sobre a superfície das aguas, e ficando descoberta uns seis pés no refluxo das mesmas. Aquelle que vem do mar, quando se aproxima do Recife, logo ao despontar no horizonte, em dias luminosos como são aqui quase todos os do anno, descortina ante seus olhos, á direita, sobre terreno alcantilado e verdejante – Olinda, a terra legendaria e de recordações historicas; á esquerda, as ilhotas próximas, do Pina e Nogueira, florestal de coqueiros; e ao meio, no fundo desse quadro fulgurante, emergindo, graciosamente aos poucos, até surgir de todo, o – *Recife*, como uma cidade flutuante que se erguesse d’um banho no seio do oceano, tendo em sua frente o pharol, torre esguia, e verdadeira atalaia indicando a entrada da barra (Galvão, p. 293, 301, 1898b).

Sebastião Galvão explora uma descrição literária e logo em seguida, cita poema de Antônio Gonçalves Dias e texto de Joaquim Nabuco. Essas citações diretas, descreveram o Recife com admiração e função poética. Assim, observamos a necessidade de colocar uma escrita literária, autoral e de literatos, que valoriza a estética da paisagem.

É interessante a combinação das perspectivas realista e romântica ao descrever as paisagens em seus estudos regionais. Dada as devidas proporções,

Otávio de Freitas desenvolveu estudos de Geografia Médica e, além de ter sido citado por Sebastião Galvão, será ainda em diversos trabalhos geográficos destacado por nossa tese, como veremos mais adiante.

esse estilo foi praticado por Alexander von Humboldt, que imbuído pelo ambiente filosófico europeu, equacionou o racionalismo iluminista e reflexão de natureza romântica (Gomes, 2010).

O impulso literário, por assim dizer, foi pontual nesse artigo sobre o Recife. Nos demais textos, predomina a escrita factual, conduzida por rígidos tópicos enumerados. Em 1890, a Revista de IAHG publicou artigo, intitulado por “Município do Bonito: descrição do município do Bonito, no ano de 1881”, escrito pelo consócio Coronel Francisco Benício das Chagas⁴⁷, que tinha a mesma estrutura em tópicos, estilo descritivo e nenhuma citação bibliográfica.

Acreditamos que ele, assim como Galvão, também seguiu o modelo dos compêndios, obras amplamente divulgadas na época. A ausência das citações nessas obras, no caso dos aspectos da paisagem, poderia ser resultado das observações *in loco* dos autores. Como habitantes da região, seriam observadores privilegiados, contudo, não demonstraram realização das pesquisas de campo direcionadas para tal.

Aludimos que, a publicação do volume 1 do dicionário de Galvão, em 1897, foi antes dos artigos sobre “Geografia Pernambucana”, entre 1898 e 1900. O autor estava familiarizado com a escrita condicionada por verbetes. Isto refletiu nos seus artigos para a revista do IAHG. Assim, não houve esforço de comparação, explicação e síntese, características do método geográfico. Portanto, os trabalhos geográficos de Galvão se atêm à análise, uma dissecação da paisagem nos termos de Pierre George.

Diferentemente das descrições, após as “geografias pernambucanas”, Galvão publicou “O Recife cidade e Capital” (1901), com objetivo de esclarecer a informação sobre a data de definição do Recife enquanto cidade e capital de Pernambuco. Tal dado estaria equivocado no artigo anterior, sobre a geografia do Recife, por Galvão se basear em obras desatualizadas, como o “Diccionario Topographico, Estatistico e Historico da Província de Pernambuco” (1863), do Monsenhor Dr. Manuel da Costa Honorato (1838-1891). Revelou nesse artigo suas fontes de pesquisa e pormenores do trabalho de pesquisa documental, características dos defensores da pesquisa histórica positivista.

⁴⁷ O interesse pelo objeto de estudo reside pelo fato desse coronel ter sido um republicano e integrante da elite do município de Bonito, por isso ressaltou em seu texto a questão da Revolta do Rodeador, em 1820 (Medeiros, 2017).

Portanto, após pesquisa documental em arquivos do Estado, o autor conclui que a elevação à cidade foi em 1823 e passou a ser capital em 1827, não em 1823 como havia afirmado antes (Galvão, p.232, 1901). O esforço em corrigir o erro, denota a evolução de Galvão em relação ao rigor no tratamento das fontes.

Depois de publicar esse artigo de geografia histórica, Galvão não exibiu textos geográficos na RIAHGP até 1918 e depois disso, não há publicações com esse viés. Em 1917, estava no Rio de Janeiro. Nessa oportunidade, fez pesquisa documental no Arquivo Nacional e escreveu o artigo “Sesmarias”, publicado em 1918 na RIAHGP, no qual expôs dados sobre demarcações, proprietários, extensão e limites de sesmarias que compreendiam ao Estado de Pernambuco (Galvão, 1918).

É provável que a ausência de textos geográficos do autor na Revista do IAHP se deveu à dedicação aos quatro volumes do “Diccionario Chorographico, Historico e Estatistico de Pernambuco”. Como já mencionamos, foi primeiramente publicado no Recife, em 1897 (Figura 10) e depois pela Imprensa Nacional a partir de 1908.

Essa tendência geográfica se assemelha aos estudos do “inventário terrestre” realizados na França, no final do século XIX e início do século XX, por um círculo de geógrafos que procuravam levantar informações sobre as partes conhecidas do mundo, apegados à geografia histórica e mensuração (Berdoulay, 20217).

Os dicionários são publicações comuns na expansão da divulgação do conhecimento acumulado sobre algum tópico. Ao lado das enciclopédias, os dicionários geográficos foram amplamente produzidos, funcionando como guias para o conhecimento. Esses tipos de publicações ganharam impulso no início da modernidade na Europa, como repercussão da invenção da imprensa, dos grandes descobrimentos e da chamada “revolução científica” (Burke, 2003).

Acreditamos que esses dicionários geográficos eram também tributários das corografias, uma vez que descreviam as paisagens em aspectos naturais, históricos e populacionais, especialmente nos verbetes sobre Estados e municípios. Não deixavam também de manifestar a tradição enciclopédica, uma vez que as informações decorriam de diversas áreas do conhecimento como ao descreverem “fauna”, “minerais” e “flora”, por exemplo. Além de escrever um dicionário histórico e geográfico sobre sua terra natal, Galvão se envolveu também na produção do Dicionário de Moreira Pinto. Mário Melo, seu confrade do IAHP, também produzirá uma “Corografia de Pernambuco” à pedido da SGRJ na década de 1920.

Figura 10 – Capa do primeiro volume do Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco publicado no Recife

DICCIONARIO
CHOROGRAPHICO, HISTORICO E ESTATISTICO
 DE
PERNAMBUCO,
 CONTENDO DO ESTADO

A historia e fundação de cada logar, d'onde lhe vem a denominação, noticia de sua vida evolutiva: filhos illustres: e qual o papel que representa na historia patria. Posição astronomica. Altura sobre o nivel do mar. Dimensões do territorio do municipio e da freguezia. Aspecto e natureza do solo. Clima e salubridade. Limites, com determinação dos lugares por onde corre a linha divisoria das diversas circumscripções do Estado. Divisão, comprehendendo a administrativa, a judicial, a eleitoral e a ecclesiastica. População—total do municipio e parcial das outras subdivisões do territorio. Topographia de cada povoação. Orographia. Hydrographia. Produções. Curiosidades naturaes. Reinos da natureza. Industria, commercio e agricultura. Vias de communicação, com a capital e com outros pontos. Instrução e adiantamento moral,

POR
SEBASTIÃO DE VASCONCELLOS GALVÃO

Natural de Pernambuco, bacharel em sciencias jurídicas e sociaes pela Faculdade de Direito do Recife, socio effectivo do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, Director da Instrucção Publica do Municipio da Capital do Estado, etc.

A--F



RECIFE

Empresa d'A PROVINCIA, rua Quinze de Novembro ns. 49 e 51 e casa da
 Regeneração ns. 42, 44 e 44 A

1897

Galvão (1897; 1908) afirma que levou sete anos para escrever o primeiro volume, iniciando no último ano do curso na FDR. Um incêndio na Imprensa Oficial do Rio de Janeiro destruiu o terceiro volume que teve de ser refeito. Faleceu um ano após a publicar o último volume da obra da sua vida, no Recife em 1928.

A literatura enciclopédica, na Europa e no Brasil, era exitosa em termos de mercado, demanda administrativa e visibilidade nacional. Sebastião Galvão foi, portanto, contemporâneo da tendência enciclopedista e demanda por “Dicionários geográficos”. Esse tipo de publicação era comum na denominada “Geografia Pátria” ou “Geografia Nacional”. Na qual, o conhecimento sobre o território, em aspectos naturais e sociais, deveria ser ampliado. Como já foi observado, Galvão conhecia o primeiro dicionário sobre Pernambuco, escrito pelo Monsenhor Dr. Manuel da Costa Honorato (1838-1891) em 1863, intitulado “Diccionario Topographico, Estatistico e Historico da Província de Pernambuco”.

O dicionário de Honorato foi escrito quando ele cursava o último ano na Faculdade de Direito do Recife. No prólogo reconhece as lacunas e erros que seu trabalho apresenta, justificadas pela dificuldade que uma obra desse tipo apresentava diante da escassez de dados e inviabilidade de viajar pelo território. Qualifica seu trabalho como um “pequeno ensaio” movido pelo “amor que tenho á minha terra natal” e reitera seu ineditismo, pois é a única obra publicada nesse estilo sobre a província pernambucana. Contém 188 páginas de verbetes em ordem alfabética completa.

Em 1871, o IHGB emitiu parecer sobre a obra, em virtude da candidatura de Honorato a sócio dessa instituição. A comissão, formada por Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire Rohan (1812-1894) e Pedro Torquato Xavier de Brito (1822-1880) indica não dar parecer conclusivo diante das fontes de pesquisa, apesar de referenciadas no prólogo, terem sido pouco citadas, não sabendo ao certo o que era escrito pelo autor. Além disto, afirmam que as obras que Honorato se baseou tinha erros, como o “Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil”, J. C. Milliet de Saint-Adolphe de 1845.

A comissão manifesta a demanda social por esse tipo de literatura, ao declarar que “[...] Obras como esta, que são do maior interesse não só aos particulares, como á propria administração publica, poderiam servir de base a trabalhos mais perfeitos [...]” (Rohan; Brito, 1871).

Em termos de escala nacional, Alfredo Moreira Pinto (1847-1903), membro da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, publicou entre 1887 e 1899

“Apontamentos para o dicionário geográfico do Brasil”, com vistas a atualizar o “Dicionário Topográfico do Império do Brasil”, de José Saturnino da Costa Pereira, de 1834 e o “Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil”, J. C. Milliet de Saint-Adolphe de 1845 (Mary, 2010).

Sebastião Galvão reclamou que nos volumes 2 e 3 do dicionário de Moreira Pinto há reprodução de texto publicado no “Almanack Litterario Pernambucano”, em 1894, em relação à história eclesiástica em Limoeiro e no Recife, sem fazer referência ao seu nome (Galvão, p.95, 1900). Tendo em vista a inviabilidade de Moreira Pinto se deslocar por todo o território, ele utilizou o conteúdo das obras existentes sobre as Províncias. Décadas depois, como já observamos, Galvão cometeu o mesmo erro, apontado por Francisco Augusto Pereira da Costa.

Além de Pernambuco, diversas Províncias foram objetos de estudo para os dicionários históricos, ora acompanhados por “topográficos”, “geográficos” e/ou “estatísticos”, conforme mostra o Quadro 4. Alguns dicionários foram submetidos à avaliação do IHGB, assim como no caso de Honorato, a fim de serem sócios da instituição. Uma vez publicados, especialmente com a ratificação do IHGB, conferiam aos autores o mérito de autoridades no assunto. Seus nomes passavam a ser conhecidos nas sociedades geográficas e seus trabalhos apreciados pelos intelectuais notáveis da disciplina na época⁴⁸.

Quadro 4 – Dicionários Geográficos das Províncias/Estados (1850-1930)

(continua)

TÍTULO	ANO	AUTOR
Diccionario Topographico, Historico e Descriptivo da Comarca do Alto Amazonas	1852	Loureço da Silva Araújo Amazonas (1803-1864)
Diccionario Topographico e Estatistico da Provincia do Ceará	1861	Tomás Pompeu de Souza Brasil (1818-1877)
Apontamentos para um Diccionario Historico-Geographico da Provincia do Maranhão	1864	Cesar Augusto Marques (1826-1900)
Diccionario Historico e Geographico da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul	1865	Domingos de Araújo e Silva (1834-?)
Diccionario Historico-Geographico da Provincia do Maranhão	1870	Cesar Augusto Marques (1826-1900)

⁴⁸ Galvão (1921) exhibe nas primeiras páginas do volume 3 do Dicionário, uma carta do Barão Homem de Melo (1837-1918) que elogia seu trabalho.

(conclusão)

Diccionario Historico, Geographico e Estatistico da Provincia do Espirito Santo	1878	Cesar Augusto Marques (1826-1900)
Apontamentos para o Diccionario Chorographico da Provincia de Mato Grosso	1884	Augusto João Manuel Leverger (1802-1880)
Diccionario Geographico da Província de São Paulo ⁴⁹	1902	João Mendes de Almeida (1831-1898)
Diccionario geographico, historico e estatistico do Estado do Rio Grande do Sul	1907	Octavio Augusto de Faria (1881-1921)
Diccionario chorographico do Estado da Parahyba	1912	João Rodrigues Coriolano de Medeiros (1875-1974)
Diccionario historico e geographico do Estado de Santa Catharina	1915	José Boiteux (1868-1934)
Diccionario Chorographico e Estatística Chorographica de distancias do Estado de Minas Geraes	1917 ⁵⁰	Americo Ferreira Lopes (1877-1955)
Diccionario geographico e historico da Bahia	1923	Francisco Borges de Barros (1882-1935) ⁵¹

Fonte: Boletim [...] (1885-1948); Biblioteca [...] (2024); Garcia (1919); IBGE (2024); IHGB (2024).

No início do século XX, enquanto as obras de autores estrangeiros circulavam pelo país, como a “Grande Enciclopédia”, de Emile Lévasseur (1828-1911) e “Estados Unidos do Brasil”, 1900, volume 19 da “*Nouvelle Géographie Universelle*”, de Jean-Jacques Élisée Reclus (1830-1905), os demais Estados criaram seus próprios dicionários, em resposta às lacunas observadas nos dicionários nacionais e estrangeiros. Mário Melo, num artigo da RIAHGP sobre o dicionário da Paraíba, atenta que esses dicionários serviam na afirmação dos limites que porventura estivessem em litígio, como no caso de Santa Catarina (Melo, 1915).

Portanto, tanto no período imperial, como nos primeiros anos republicanos, os dicionários eram requeridos para atualizações do conhecimento acerca do território e utilidade ao público geral, para a comunicação e circulação pelo país. Além disto, eram trabalhos de notoriedade nacional, que abriam portas aos autores nos campos disciplinares que estavam se consolidando. Na ausência de uma instituição como o IBGE, essas obras reuniram dados de diversas fontes, compilando informações em um só trabalho.

⁴⁹ Obra póstuma.

⁵⁰ Ano da 2ª edição.

⁵¹ Organizador.

Diante disto, apesar da surpresa de Pereira da Costa ao ver a publicação de Sebastião Galvão, a ideia de elaborar um dicionário histórico e geográfico não era nova, tampouco sobre Pernambuco. Ao menos Pereira da Costa reconheceu a existência de dois dicionários provinciais antecedentes, mas Sebastião Galvão não citou obras semelhantes ao narrar as origens de seu ânimo para a literatura enciclopedista.

Em relação a isto, ele se defende no preâmbulo do volume 3: “Não se pode como tal indicar o trabalho inicial do monsenhor dr. Manoel da Costa Honorato *Diccionario Topographico e Historico da Provincia de Pernambuco*, 1863, 188 paginas, formato 8’, pois meu livro daquele so tem a similhaça do título [...]” (Galvão, p.9, 1921). Percebemos que há um esforço em mostrar ineditismo nos volumes publicados pela Imprensa Nacional, nos quais em nenhum prefácio há referência ao Francisco Augusto Pereira da Costa, diferente do que vimos na primeira publicação, realizada no Recife em 1897.

Além desse contexto, de um campo literário em ascensão, o dicionário de Galvão se insere num estilo de escrita, que valoriza a objetividade e descrição. Não há linhas suficientes para discorrer muito sobre um tema. Portanto, as escolhas que autores dos dicionários faziam (personalidades, lugares, formas de relevo fariam, ilustrações e informações) que entrariam no texto, denotam seus conhecimentos geográficos, experiências de vida, posicionamentos social e político.

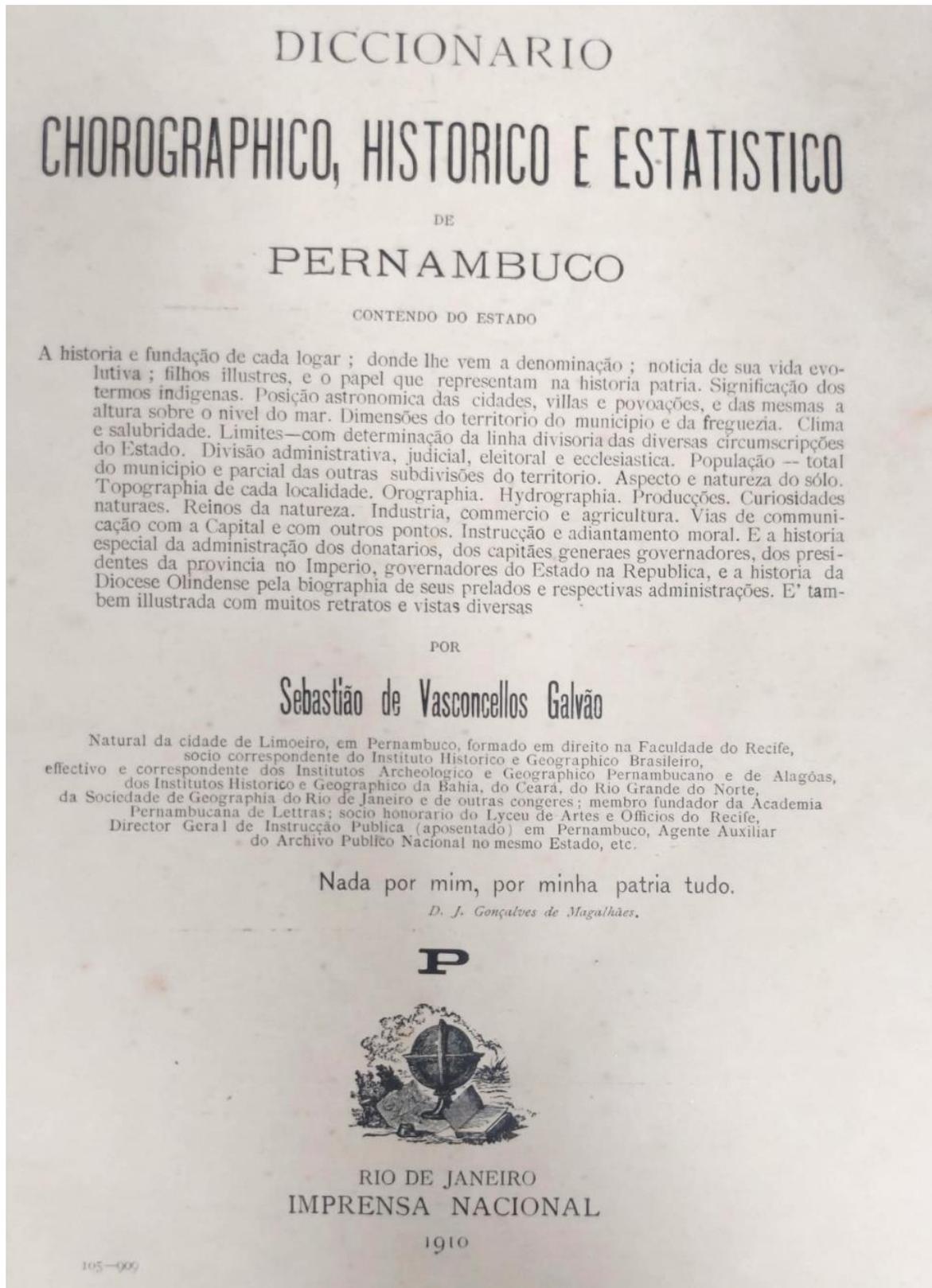
O volume 1 do primeiro dicionário de Galvão (1897), com 224 páginas, contempla de A à C, apesar de capa constar de A à F. Como todo dicionário, é organizado por verbetes, em ordem alfabética, contendo os nomes de lugares, rios, serras, isto é, referentes à paisagem. Quando um verbete remete aos municípios, são explicados a partir da história do lugar, esclarecendo sua denominação, remetendo às pessoas “ilustres”. Em seguida, dá atenção às coordenadas geográficas, altitude, área, solo, clima, salubridade, limites, regiões, população, topografia, orografia, hidrografia, curiosidades naturais, flora, fauna, indústria, comércio, agricultura, transporte, edificações, rochas, minerais e instrução. Esses tópicos são norteados por uma perspectiva de classificação, mensuração e descrição de objetos naturais e técnicos.

Os quatro volumes publicados pela Imprensa Nacional, somam, 1.917 páginas e eram acompanhados por um mapa de Pernambuco⁵². As diferenças entre esses trabalhos e o que fora publicado no Recife já podem ser notadas na apresentação que está nas capas (Figura 11). A mesma apresentação apareceu nos quatro volumes, na qual é percebido o acréscimo dos temas: história da administração pública e seus dirigentes e história eclesiástica. Outro aspecto que não estava no primeiro dicionário, publicado no Recife, foram as ilustrações.

O texto nos dicionários se assemelha ao dos artigos de Galvão e, conseqüentemente, aos compêndios de geografia da época. Uma diferença marcante é na linguagem geográfica, objetiva e técnica, sem adjetivações ou surtos literários como nos artigos da RIAHGP. Todavia, pouco aprofundamento, o que é esperado por um verbete. À despeito disto, Galvão confere mais linhas aos temas históricos e biográficos.

⁵² Não encontramos o mapa na pesquisa documental, que neste caso, foi realizada no arquivo da Fundação Joaquim Nabuco entre 2023-2024.

Figura 11 – Capa do Diccionario Chorographico, Historico e Estatistico de Pernambuco de 1910, volume 2.



Fonte: Galvão (1910).

Em relação à iconografia, é composta por ilustrações variadas, especialmente de “homens ilustres”, algumas paisagens e nenhuma dos povos indígenas e africanos. Expôs uma planta, do município de Jatobá, elaborada pelo engenheiro Eduardo José de Moraes em 1885. Era também acompanhado por um mapa de Pernambuco, mas, não tivemos acesso em nossa pesquisa documental. Nos chamou atenção que a única ilustração colorida no corpo do texto é da bandeira da Confederação do Equador (Figura 12).

Figura 1 – Gravura da Bandeira da Confederação do Equador



Fonte: Galvão (1910).

O fato dessa obra possuir ilustrações denota o avanço técnico e o prestígio do dicionário na impressão de livros e periódicos. A tipografia no Brasil surge com vinda da corte portuguesa, em 1808, era a Impressão Régia, depois nomeada por Tipografia Nacional. Na ocasião da impressão dos dicionários de Galvão, a então Imprensa Nacional, era uma tipografia pública que já tinha passado por reformas e alguns avanços técnicos, sobretudo a partir do segundo reinado (Tipografia [...], 2015).

Há de se imaginar que obras volumosas, como os dicionários de Galvão dispendiam um custo financeiro alto. As gravuras também eram um atrativo ao público curioso, além de agregarem valor à obra. Para serem publicados pela Imprensa Nacional, era necessária uma emenda parlamentar e aprovação pela câmara legislativa. O mesmo ocorria caso fosse publicado com financiamento do governo estadual, tramitando pela câmara do Estado.

O mercado editorial funcionava por meio da tipografia pública, a Imprensa Nacional e as tipografias privadas. O primeiro dicionário de Sebastião Galvão teve investimento próprio, numa tipografia privada, uma vez que não recebera um financiamento regular do governo de Pernambuco.

[...] Em Dezembro de 1895, o Dr. Alexandre José Barboza Lima, então governador do Estado, para este, subscreveu cem exemplares do nosso Dicionario, á razão de 20 \$ 000, cada um; mas, até agora, não nos foi possível aproveitar-nos semelhante vantagem. E, no corrente anno, o senador estadual Barão de Nazareth, ao projecto que manda o Estado auxiliar com a importancia de 5:000\$ 000 [...], apresentou uma emenda em favor da presente publicação. Tal projecto, porém, [...] determina que a importância votada seja paga sómente depois da publicação terminada. (Galvão, p. 3, 1897).

A evocação às terras pernambucanas é um tema característico do IAHGP, norteador da sua cultura institucional. Era também uma questão da sociedade pernambucana, de recuperação do prestígio diante do afastamento dos centros do poder político e econômico brasileiros. Isto pode ser percebido nas palavras da última edição do seu dicionário, em 1927: “Cheguei ao fim desta obra, ao ‘desideratum’, a terminação deste livro em que consumi uma parte da minha vida, mas tudo para recordar as glórias da minha terra!” (Galvão, 1927). Por isso também se deu a escolha das ilustrações, que estavam relacionadas à história, lugares e personagens dos eventos pernambucanos considerados importantes para ele e que representassem o Estado de Pernambuco como percussor dos ideais republicanos.

Contudo, à despeito da conveniência dessa obra para o poder local, Galvão se frustrou com as promessas não cumpridas. Assim sendo, ele enviou cartas aos deputados federais de Pernambuco, até que Celso Florentino Henrique de Souza (1859-?), sócio honorário do IAHGP desde 1904 (Souza *et al.*, 2010), atendeu ao pleito (Galvão, 1908). Portanto, a Lei 1.453 de 30 de dezembro de 1905, art. 3º, inciso II, alínea b, autorizou que fossem impressos pela Imprensa Nacional “3.000 exemplares do Dicionario Chorographico, Historico e Estatistico de Pernambuco, organizado pelo

Dr. Sebastião de Vasconcellos Galvão, pertencendo á União metade da edição;” (Brasil, 1905).

À despeito dos agradecimentos ao Celso Florentino, Galvão homenageia seu amigo de infância, Esmeraldino Olímpio de Torres Bandeira (1865-1928). Ambos se formaram na F.D.R. no mesmo ano de 1889. Esmeraldino Bandeira se tornou um importante jurista em criminologia e Direito Penal, sendo professor honorário da Faculdade Direito do Recife (Beviláquia, 2012). Sebastião Galvão foi Diretor da Instrução Pública Municipal do Recife entre 1896 e 1907. Esmeraldino Bandeira foi prefeito do Recife no ano de 1899. Galvão explica que ele o ajudou no Rio de Janeiro, na ocasião dos trâmites do Ministério do Interior⁵³.

Nesse interim, em 1906, o Governo do Estado concedeu o antigo auxílio proposto, de 5:000\$000 (Camara ..., 1906), que foi aplicado na viagem do autor para o Rio de Janeiro (Galvão, 1908)⁵⁴. No decorrer dos anos, Galvão continuou a receber ajuda de seus amigos políticos para que os demais volumes fossem publicados. Apesar da morosidade da Imprensa Nacional e um incêndio, Galvão teve o privilégio de ser contemplado e entrar para a lista dos autores dos dicionários geográficos. A reputação de Sebastião Galvão alcançou os círculos das sociedades geográficas do país. A postura inicial de reconhecimentos dos erros e lacunas de seu trabalho, presente na primeira publicação e no volume 1, desaparece no volume 3. Ele argumenta que seus críticos são inimigos políticos e não apresentam argumentos científicos.

Mário Melo (1915) aponta que, apesar dos erros e defeitos, a obra tem o mérito pelo esforço do autor, sendo até aquele momento, a principal referência bibliográfica em termos de geografia local. As críticas dos irmãos Aprígio e Rodolfo Garcia, em artigo publicado no periódico do Instituto⁵⁵ e na imprensa geraram profundo incômodo ao Sebastião Galvão.

⁵³ Talvez o auxílio do deputado federal de Pernambuco Esmeraldino Olímpio de Torres Bandeira foi maior que isto. Segundo notícia da época, ele foi autor de uma emenda que mandava imprimir de um “Anuário Geográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco” em 28 de novembro de 1906 (Telegrammas, 1906).

⁵⁴ Outro auxílio, de 3 contos de réis foi concedido. Por causa desses valores, Galvão foi cobrado ressarcimento pelo Governo do Estado de Pernambuco, se envolvendo em mais uma polêmica entorno do seu Dicionário (Galvão, 1921).

⁵⁵ O artigo intitulado “Cotas a um dicionário. Etimologias tupis”, foi publicado no v. 14, n. 78, p. 629-656, dez. 1909. Os autores expõem diversos erros relacionados à etimologia Tupi, isto é, a escrita e o significado de termos de origem desse idioma, que nomeiam os objetos naturais do espaço geográfico brasileiro. Além de mostrarem argumentos em suas correções, entre um e outro verbete, disparam

Como os irmãos Garcia eram amigos de Alfredo de Carvalho, também membro do IAHGP e autor geográfico, Galvão critica sua candidatura à Academia Brasileira de Letras e insinua que o confrade tinha “testas de ferro”. Ainda o chama de “ambicioso de fama literária” e diz que responderá a ele expondo “atos vergonhosos e inéditos de sua existência” (Galvão, 1910b).

Essa animosidade foi repercussão da crise das eleições de 1910, nas palavras de Galvão: “[...] nascidas de paixões vis e odiosas, diretamente ligadas às ultimas ocorrências do Instituto Archeologico [...]” (Galvão, 1910a). Alfredo de Carvalho e Pereira da Costa estavam no grupo que contestou o resultado e fez novas eleições, enquanto Sebastião Galvão e Mário Melo apoiaram a eleição de João Batista Regueira da Costa. Depois de decisão judicial, prevaleceu a primeira eleição. Sobre esse assunto, Alfredo de Carvalho comenta em correspondência com Rodolfo Garcia, de 3 de junho de 1910: “Lêste o pasquim do miserável Sebastião n’ A Província de hoje? Chama a ti e ao Aprígio de testas de ferro meus e descobre enfim o alvo único de [...] prejudicar a minha candidatura à Academia Brasileira”. Finaliza dizendo que não irá responder e expôs suas preocupações sobre a crise no Instituto Arqueológico. De qualquer modo, as discórdias estavam imbuídas pelas relações políticas⁵⁶.

As querelas envolvidas na publicação do Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico expôs as dissonâncias entre Sebastião Galvão, Pereira da Costa e Alfredo de Carvalho. As disputas em campos disciplinares em ascensão, como a Geografia, eram mais intensas quando se projetava o intelectual para notoriedade nacional. Uma vez que se dedicavam sobretudo aos estudos locais, havia poucas chances dessa visibilidade. A interseção com a política é outra variável importante, seja nas críticas ou nas ratificações. As relações no IAHGP também endossam o cenário das escolhas da comissão de redação da Revista, que expôs perspectivas diferentes sobre o dicionário de Galvão.

Em suma, Sebastião Galvão, mesmo sendo autodidata na pesquisa geográfica, aproveitou a oportunidade que o tema enciclopédico lhe ofereceu e soube extrair do

comentários irônicos acerca dos erros de Galvão. A crítica reside também nas fontes escolhidas por Galvão, que não citou o consócio Alfredo de Carvalho e pouco citou Theodoro Sampaio, utilizando autores desatualizados ou errando na interpretação dos seus escritos (Garcia; Garcia, 1909). No número seguinte, a redação da revista pede desculpas ao Sebastião Galvão e repudia o texto dos irmãos Garcia pela falta de cortesia, não entrando no mérito das correções.

⁵⁶ De acordo com Souza *et al.* (2010) as disputas políticas da época repercutiram no IAHGP, que depois dessa crise, perdeu sua sede e seu acervo foi realocado para o Ginásio Pernambucano, perdendo diversos itens.

seu círculo pessoal as condições necessárias para a publicação que tomou décadas de sua vida. À despeito das desavenças, Alfredo de Carvalho também dedicou boa parte de sua vida à pesquisa científica. Esse intelectual produziu vasta literatura, em diferentes áreas do conhecimento, como a Geografia.

3.2.3 Alfredo de Carvalho: traduzir para interpretar o Brasil

O engenheiro Alfredo Ferreira de Carvalho (Figura 13), não tem sua contribuição à pesquisa geográfica devidamente reconhecida. Seu valor está, sobretudo, nas traduções e toponímia. A vasta produção desse intelectual serviu de base para diversos estudos geográficos e das ciências afins.

Figura 13– Retrato de Alfredo de Carvalho (ano desconhecido)



Fonte: Veríssimo (1909).

Nasceu no Recife em 1870, filho de Thomaz Pereira de Carvalho e Maria Júlia Christiani de Carvalho. Ele teve acesso a uma formação no Recife até os 13 anos, e na Alemanha, por cerca de 5 anos, para realizar estudos tendo em vista o curso

superior em Engenharia Civil. Aos 24 anos concluiu o curso de engenharia nos Estados Unidos, na Escola Politécnica de Filadélfia, em 1894. De acordo com Rodrigues (1957), uma vez formado, voltou ao Brasil e serviu em cargos públicos na Estrada de Ferro Central do Brasil (1894-1895); na Estrada de Ferro Central de Pernambuco (1895-1897); em trabalhos topográficos (Estado do Amazonas); como engenheiro e jornalista em Santos (1899-1900). Em 1900, devido à morte de sua mãe, retornou ao Recife, que se tornou sua casa permanente. Casou-se com Marieta Siqueira de Carvalho e trabalhou como engenheiro fiscal nas usinas de cana-de-açúcar de Pernambuco até 1908 (Gaspar, 2011).

Atuou ainda como engenheiro auxiliar e fiscal das Obras de Melhoramentos do Porto do Recife (1900-1912) e no Serviço Geológico e Mineralógico do Governo Federal (1907), realizando, como assistente de John Casper Branner (1850-1922)⁵⁷, excursões científicas pelo interior da Bahia, pelo Rio São Francisco até a cidade de Barra Grande para o estudo das secas. Empreendeu, em 1898-1899 e em 1905-1906, viagens à Europa. Alfredo de Carvalho faleceu de Meningite em 26 de junho de 1916, aos 45 anos, no Recife (Alfredo [...], 1919).

Essa trajetória permitiu acesso à literatura estrangeira, bem como compreendê-la, uma vez que dominava os idiomas alemão, holandês, italiano, espanhol e inglês. Isto o fez se tornar um importante tradutor, com 32 trabalhos publicados e diversos textos inéditos que estavam na sua biblioteca particular (Rodrigues, 1957). A maioria dessas traduções estava relacionada à descrição de naturalistas, administradores do território e aventureiros que visitaram o Brasil, especialmente Pernambuco⁵⁸.

Em decorrência do material em holandês trazido pela missão de José Higinio Duarte Pereira (1854-1901), Alfredo de Carvalho traduziu também: “Cartas nassovianas: correspondência do Conde João Maurício de Nassau, governador do Brasil holandês, com os Estados Gerais” e “Diário da viagem do capitão João Blaer aos Palmares em 1645”, ambos em 1902. Para ele a posse desse material pelo IAHGP

⁵⁷ De acordo com Rodrigues (1957) em carta endereçada a Rodolfo Garcia, em 1907, revela admiração por John Casper Branner. O Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil foi criado pelo decreto n. 6.323, de 10 de janeiro de 1907, com o objetivo de estudar a estrutura geológica, a mineralogia e os meios e recursos minerais do território brasileiro. Suas primeiras missões científicas se referiram às áreas afetadas pela seca no nordeste do país (Camargo, 2019). Tanto o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (1907), quanto a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (1886) herdaram o modelo da Comissão Geológica do Brasil (1875), ambas instituições organizadas e dirigidas por Orville Derby — o único geólogo da comissão a permanecer no Brasil por toda a vida (Figueirôa, 2001).

⁵⁸ As traduções mais conhecidas são: “Diário de um soldado da Companhia das Índias Ocidentais” (1629-1632), de Ambrósio Richshoffer, “História das guerras e revoluções do Brasil de 1825 a 1835”, de Carl Friedrich Gustav Seidler e “Notas Dominicais”, de Louis-François Tollenare.

inaugurava a pesquisa histórica sistemática na instituição. Traduziu documentos dessa fonte sempre que possível, como os textos sobre o Rio Grande do Norte e o Ceará, publicados nas revistas dos respectivos institutos geográficos. É interessante notar essa preocupação do autor, de dedicar-se ao estudo dos demais Estados, publicando artigos em periódicos da Bahia, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (Rodrigues, 1957).

Em relação ao conhecimento geográfico, destacamos da bibliografia elaborada pela Biblioteca Nacional (Rodrigues, 1957): “Descrição das capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande”, de Adriaen Verdonck, 1901; “Geologia de Pernambuco”, de John Casper Branner, de 1903; “Geologia das regiões auríferas da Paraíba e de Pernambuco”, de E. Williamson, em 1904; “O porto de Pernambuco e a cidade do Recife no século XVII”, de Emile Béringer, em 1904; “O recife de grés do Porto de Pernambuco”, de Charles Darwin, em 1904; “Notas para a Geologia do Rio Grande do Norte”, de John Casper Branner, em 1904; “Impressões de um missionário metodista em Pernambuco”, de Daniel Parish Kidder, em 1909; “Indústria e comércio açucareiro do Brasil neerlandês”, de J. J. Reesse, em 1915; “Estadia em Santa Catarina”, de Adam Johann von Krusenstern, em 1915.

Portanto, dentre as traduções geográficas, conferiu atenção aos temas relacionados à Geografia Física, Planejamento e Gestão do Território. As escolhas do tradutor mostram seu interesse em oferecer dados sobre a natureza da outrora Capitania de Pernambuco, como no trabalho de Adriaen Verdonck, realizado no período holandês. A impressão dos viajantes e naturalistas era um tema de apreciação do intelectual que, buscava através dessa literatura estrangeira, entender as raízes do Brasil.

As traduções sobre geologia e cartografia são objeto da atenção de Alfredo de Carvalho. Antes de trabalhar com o geólogo estado-unidense, traduziu “Geologia de Pernambuco”, de John Casper Branner, em 1903⁵⁹. Esse trabalho foi elaborado a

⁵⁹ Na RIAHGP há cinco trabalhos, com viés geográfico, de John Casper Branner, sendo quatro traduções. Uma de Alfredo de Carvalho, como mencionado e três de João Batista Regueira da Costa (1845-1915), a saber: “Geologia de Fernando de Noronha”, 1890, “Os recifes de grés do Rio Formoso”, 1900 e “Recifes de pedra do Estado de Pernambuco”, de 1910. Não há indicação de tradução em “Os grés eólios de Fernando de Noronha”, 1893. Seus artigos são acompanhados por mapas e/ou ilustrações. Os demais trabalhos publicados na RIAHGP foram “Apontamentos sobre a fauna das ilhas de Fernando de Noronha”, 1901, “Inscrições em rochedos do Brasil”, 1903, “Da ocorrência de restos de mamíferos fósseis no interior dos Estados de Pernambuco e Alagoas”, 1903. No total são 9 artigos publicados, sendo o colaborador estrangeiro mais recorrente do período estudado (1863-1946).

partir das excussões realizadas durante a vigência da Comissão Geológica do Brasil (1875-1878) e pesquisas de campo empreendidas em 1899. Além disto, utilizou os estudos do engenheiro Louis Lombard, que estavam publicados apenas em português, até então desconhecidos pela comunidade acadêmica estrangeira.

É importante apontar que Branner recebeu amostras de sedimentos recolhidas por Lombard, que foram examinadas nos E.U.A., denotando o intercâmbio entre os pesquisadores. Outro aspecto relevante é a importância que ambos deram à região onde estavam as estradas de ferro, como objeto de seus estudos. Essas áreas estavam com os solos e rochas expostos, em virtude dos cortes para a instalação das ferrovias. Isto favoreceu o trabalho de pesquisa, assim como a colaboração das administradoras das estradas de ferro.

No caso de Branner, foram analisados os terrenos ao longo das seguintes estradas de ferro: Recife ao São Francisco, Sul de Pernambuco, Central de Pernambuco e Recife a Timbaúba (Branner, 1903). Essas ferrovias foram inauguradas entre 1858 e 1888, por empresas inglesas e brasileiras. Contudo, a empresa *Great Western of Brazil Railway* assumiu a concessão de todas as ferrovias no início do século XX (Cardoso, 2021).

O artigo original de Branner era mais extenso, publicado sob o título: “*Geology of the Northeast Coast of Brazil*”, no *Bulletim of the Geological Society of America*, volume 13, de 1902⁶⁰. O trabalho contempla Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, com desenhos, fotografias e mapas (Branner, 1902). Vale notar a atualização de Alfredo de Carvalho, que publicou a tradução no ano seguinte, porém, não reproduziu todas as ilustrações, apenas o “Mapa Geológico da Região Oriental de Pernambuco” (Branner, p. 397, 1903). Na figura 14 podemos observar o mapa traduzido por Alfredo de Carvalho. No original, as denominações em português, dos lugares e rios, foram apresentadas, contudo, houve a tradução do título e legenda.

⁶⁰ Esse artigo está relacionado à expedição “*Branner-Agassiz Expedition*” (1899) planejada pelos docentes da Universidade de Stanford e financiada por Alexander Agassiz (1835-1910), que tinha a mesma preocupação científica de Branner: o evolucionismo. Nesse caso, aplicado à geologia do litoral nordestino (Oliveira, 2018).

momento era o “Esboço da Carta Corographica da Provincia de Pernambuco”, de 1880, elaborado pela Repartição de Obras Públicas Provinciais. Chama atenção ao mapa elaborado pela *Great Western* naquele ano, descreve vários defeitos, porém, reconhece que fora um avanço na cartografia do Estado.

Finaliza o texto apontando a empresa ferroviária como uma esperança para a realização de uma “bôa carta geográfica”, haja vista que “No interesse da propria *Great Western of Brazil Railway Company* está a sua urgente realização, ponderada a necessária expansão futura das suas linhas férreas, rumo do nosso *Far West*” (Carvalho, p.464, 1903). Interessante a analogia à realidade do E.U.A., a qual as ferrovias contribuíram ampliar o povoamento do extremo oeste e escoamento da produção. Ao que parece, esses eram os planos para o interior de Pernambuco, que estava com ferrovias instaladas em direção ao interior do Estado com vistas à dinamização econômica.

No ano seguinte, Alfredo de Carvalho publicou também a tradução de “Geologia das regiões auríferas da Paraíba e de Pernambuco”, de E. Williamson, em 1904, que fora publicado no periódico da *Manchester Geological Society*, em 1868. Esse trabalho decorreu de uma expedição. Ainda no mesmo ano, continua a expor suas traduções sobre conhecimentos de geomorfologia e geologia na RIAHGP: “O porto de Pernambuco e a cidade do Recife no século XVII”, de Emile Béringer, original de 1881 da Sociedade Geográfica de Amsterdam e “O recife de grés do Porto de Pernambuco”, de Charles Darwin, originalmente publicado em 1841, pela *Edinburgh and Dublin Philosophical Magazine and Journal of Science*, copiado do Museu Britânico, por Jonh Casper Branner.

Conforme citado, esses textos publicados em 1903-1904, quando Alfredo de Carvalho trabalhava nas obras de melhoramentos do Porto do Recife e como engenheiro fiscal nas Usina de Cana-de-açúcar. À despeito disto, não se pode afirmar que as traduções foram realizadas no mesmo ano. Contudo, desde 1900 ele estava de volta definitivamente ao Recife, se estabelecendo na cidade e no campo profissional.

Conforme já exposto, a formação em engenharia lhe permitiu trabalhar com topografia e nas estradas de ferro Central do Brasil (1894-1895) e Central de Pernambuco (1895-1897). A literatura sobre os temas de Geografia Física e Cartografia coincidem com os períodos em que Alfredo de Carvalho desempenhou diversas funções como engenheiro.

Ao longo do tempo esse engenheiro vai deixando de atuar nesse campo profissional e se consolida como intelectual e tradutor. Sendo assim, foi um ativo membro do IAHGP⁶¹ e das instituições culturais do Brasil, como a Academia Pernambucana de Letras, na qual foi um dos presidentes, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de Santa Catarina, São Paulo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. No exterior, integrou a *National Geographic Society* e a *Anthropological Society of Washington*.

Contudo, até então, observamos apenas traduções. Isso muda com a publicação da pesquisa geográfica “O Tupi na Corografia Pernambucana” de 1906, ganhando uma edição separada em 1907 (Figura 15). Este trabalho foi inspirado na obra “O Tupi na Geografia Nacional” (1901), Figura 16, e dedicado ao “ilustre filólogo e brilhante escritor Dr. Theodoro Sampaio” (Carvalho, p.365, 1906). Ambos os trabalhos, consistem em vocabulários dos termos que denominam os objetos naturais e lugares do Brasil e de Pernambuco, cuja origem é principalmente do idioma Tupi.

Alfredo de Carvalho manifesta profunda admiração e gratidão ao Theodoro Sampaio. Ele narra na introdução que o eminente geógrafo leu seu trabalho antes da publicação, corrigiu e forneceu sugestões que o modificaram substancialmente. Apresenta o método empregado por Teodoro Sampaio em longas citações diretas e reitera que o aplicou. O procedimento consistia no levantamento documental, cartográfico e de história oral. Ao que parece, esse autodidata nos estudos geográficos, conseguiu seguir o método a onomástica de Teodoro Sampaio.

Um indicador do intercâmbio entre os intelectuais foi exposto em 1904. A reprodução de cartas, sob o título “As etimologias indígenas de Elias Herckman”, publicadas na RIAHGP. Alfredo de Carvalho enviou o n.31 da RIAHGP, de 1886, que continha a tradução de José Higino Duarte Pereira (1854-1901), “Descrição Geral da Capitania da Parahyba”, por Elias Herckman⁶². Esse documento era inédito ao Theodoro Sampaio, que o analisou e fez atualizações sobre as grafias e significados que aparecerem no escrito do século XVII.

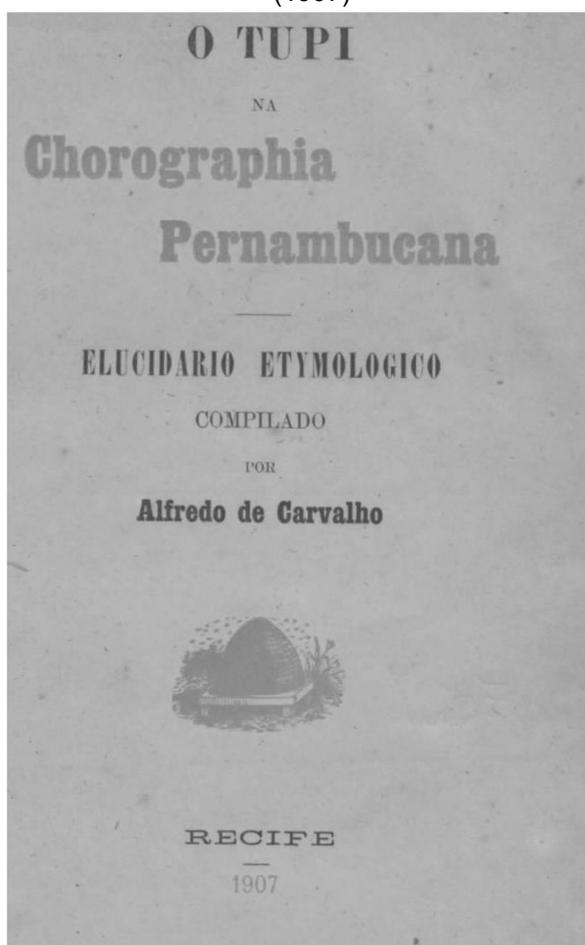
⁶¹ No IAHGP foi sócio benfeitor em 1904, dedicado às comissões de redação e publicação de artigos. Nesse periódico, publicou entre 1898 e 1915, 67 textos, entre artigos, traduções e resenhas de livros.

⁶² Esse foi um dos documentos trazidos da Holanda pela missão do IAHGP desempenhada pelo sócio José Higino em 1885-1886.

Portanto, a inspiração de Alfredo de Carvalho, tanto no trabalho de Theodoro Sampaio, como no interesse geográfico, pode ser percebida na introdução de “O Tupi na Corografia Pernambucana”:

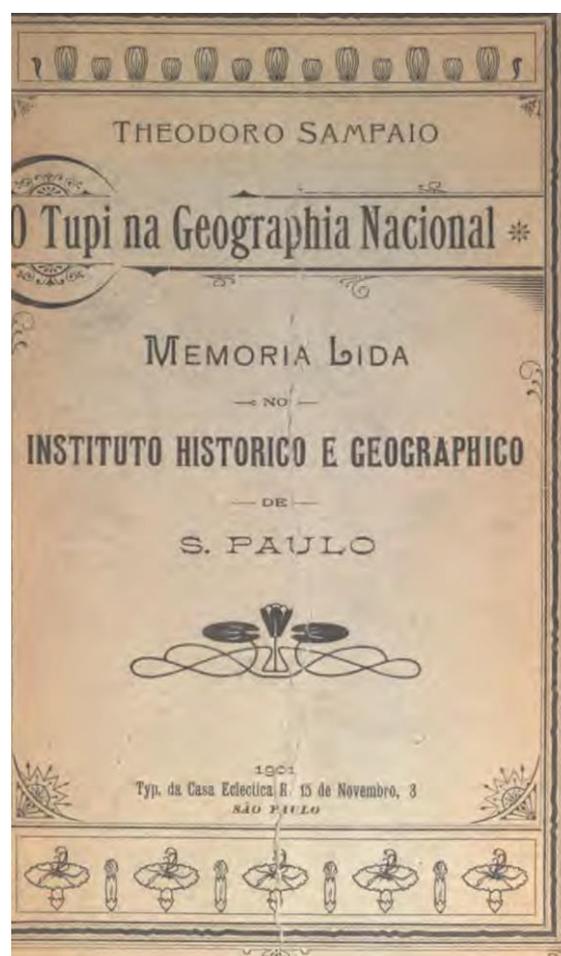
A ser verdadeira a tese de Egli, de que “as denominações geográficas, como emanação característica da índole de um povo, ou de uma época, reflectem, não só o gráo da respectiva cultura, como a direcção geral desta” de grande interesse a utilidade se nos antolha o considerar a significação do toponymos indígenas, sobretudo em regiões onde, simultânea ou sucessivamente, assentaram suas habitações povos diferentes (Carvalho, p. 365, 1906).

Figura 15 – Contracapa de “O Tupi na Corografia Pernambucana” (1907)



Fonte: Carvalho (1907).

Figura 16 – Capa de “O Tupi na Geographia Nacional” (1901)



Fonte: Sampaio (1901).

Alfredo de Carvalho citou o trabalho “*Der Völkergeist in den geographischen Namen*”, do geógrafo suíço Johann Jakob Egli (1823-1896), professor da Universidade de Zurique. Dentre suas obras, se destaca “*Nomina Geographica*”, na primeira edição de 1872, com explicação de 17.000 nomes de lugares de vários países

e na 2ª edição, de 1893, com 42.000 topônimos (Wikipedia, 2024). Esses trabalhos versavam sobre aspectos lexicais, históricos e geográficos dos nomes pesquisados.

Acreditamos que a distinção dentre “geografia” e “corografia” feita por Alfredo de Carvalho esteja relacionada à perspectiva de que uma “geografia” seria sobre um objeto mais amplo, na escala Mundo, como no trabalho de Egli. Enquanto “corografia” era mais adequado por se tratar da região pernambucana. Ao passo que era aplicada com sentido de região, conforme verificamos no seguinte trecho:

Das línguas destes selvagens deriva a totalidade dos nomes de feição indígena ainda hoje occurrentes na **nossa chorographia**, apesar da currencia secular das denominações portuguezas e mau grado mesmo a sua imposição, em muitos casos, official. (Carvalho, p. 366, 1906, grifo nosso).

Assim, ele pode ter sido adepto à tradição geográfica de divisão entre “geografia” e “corografia”. Cabe lembrar que, essa tendência remete à Antiguidade Clássica, na qual os estudos geográficos seriam sobre as generalizações científicas, conhecimentos astronômicos e físicos na escala do globo terrestre, enquanto estudos corográficos se referiam à descrição das regiões particulares Barros (2012b).

Teodoro Sampaio e Alfredo de Carvalho acreditavam na importância de traduzir os topônimos para que não houvesse o apagamento desse patrimônio cultural do Brasil. Além disto, que a relação dos significados dos termos com as características da natureza, como descrição dos aspectos físicos dos rios, solos e relevo, assim como da flora e fauna, eram indicadores culturais dos povos “incultos” que dominaram o território brasileiro. Seus trabalhos eram, segundo eles, sobretudo interpretativos do que lexicais (Carvalho, 1906; Sampaio, 1901).

Há de se notar que essas obras estão inseridas no movimento literário romancista, que desde a segunda metade do século XIX foi ampliado no Brasil. O debate social acerca da nação brasileira, que elegeu os indígenas como mitos de origem, foi propulsor da expansão dessa perspectiva na literatura e nas ciências. Para tanto, a relação com a política foi fundamental. O império brasileiro fomentou a expansão do indianismo, enquanto símbolo nacional em diversas expressões artísticas românticas. Porém, Sampaio (1901) destaca que sua obra difere dos literatos romancistas, pois conferiu tratamento sistemático ao tema. Por conseguinte, consideramos que o trabalho de Alfredo de Carvalho também apresenta esse

diferencial. É interessante notar que esses autores estavam imbuídos pelo positivismo, nos elementos de classificação e tratamento sistemático das fontes.

O IAHGP na esteira indianista, a exemplo do IGHB e SGRJ, também colocou em seu escopo de interesse as pesquisas sobre os povos originários. A Revista do IAHGP apresentou diversos artigos sobre Antropologia e comumente eram designadas comissões de trabalho na área de Etnografia (RIAHGP, 1918, 1919, 1927, 1931, 1932, 1935, 1936, 1938, 1940, 1943).

Contudo, o interesse de Alfredo de Carvalho sobre os temas antropológicos e etnográficos, não destoam da atenção inicial para a geografia física, uma vez que esses conhecimentos eram considerados um campo de estudos dessa linha de pesquisa. Pouco se sabe sobre sua vida nos E.U.A, mas ele indica que esse país estava mais avançado do que o Brasil na “vertente indigenista” das pesquisas científicas (Carvalho, 1901).

No quarto Congresso Brasileiro de Geografia, realizado no Recife em 1915, Alfredo de Carvalho foi parecerista da 8ª seção temática: Antropologia e Etnografia. Desde 1901⁶³ vinha escrevendo resenhas e artigos autorais sobre esses temas na Revista do IAHGP, dentre eles destacamos pelo viés geográfico: “Mitos e lendas dos povos primitivos da América Meridional”, 1908; “Pré-história sul-americana: resposta às impugnações dos srs. S. Britto e Armínio de Mello Franco”, 1909 e “Antiguidade do homem no Brasil”, 1915.

Como as pesquisas antropológicas no Brasil resultaram em diversas obras estrangeiras e Alfredo de Carvalho era poliglota, ele se dedicou a propagar os trabalhos sobre o tema, especialmente os estudos alemães. Conforme mostra na introdução de “Prehistorica sul-americana”, Carvalho (p. 17, 1909): “Obedecendo ao antigo proposito de vulgarizar entre os meus patricios o conhecimento de publicações estrangeiras relacionadas a assumptos brasileiros [...]”.

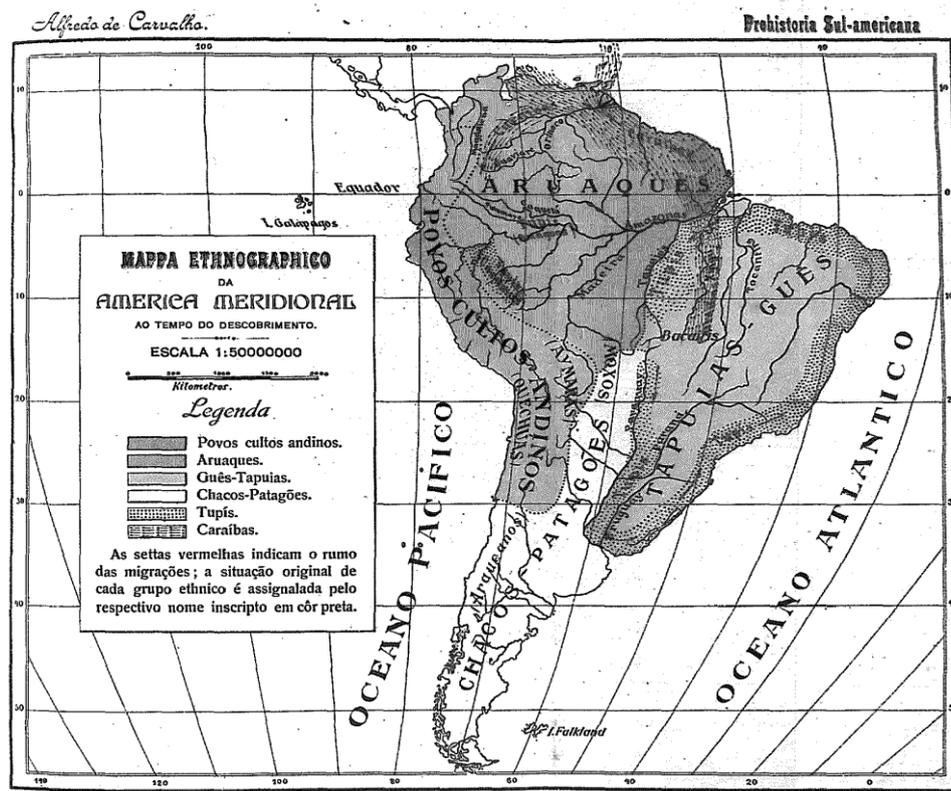
Antes de publicar na RIAHGP o trabalho “Pré-história Sul-americana”, considerado por Rodrigues (1957) uma das obras que mais representa esse autor, Alfredo de Carvalho expôs “Mitos e lendas dos povos primitivos da América Meridional” em 1908. Sendo uma resenha do trabalho de mesmo título produzido pelo

⁶³ O primeiro artigo da RIAHGP sobre Antropologia e Etnografia foi “Brasil Pré-histórico” (Carvalho, 1901), o qual é uma resenha sobre livro de mesmo título, de Conego R. U. Pennafort. No texto, Alfredo de Carvalho mostra seus conhecimentos sobre o tema da população originária do Brasil, criticando severamente o livro resenhado.

etnólogo alemão Paul Max Alexander Ehrenreich (1855-1914), mostra as principais contribuições do autor e relaciona a outros trabalhos contemporâneos, citando as fontes, inclusive em idioma alemão. A questão central do trabalho é a refutação de Ehrenreich à hipótese da origem dos povos americanos atrelada às populações asiáticas baseada nas semelhanças entre mitos e lendas das culturas desses locais. Esse etnólogo fez diversas excursões pelo Brasil, com vasta publicação sobre os povos indígenas.

O trabalho “Pré-história Sul-americana”, 1909, tem por base artigos publicados anteriormente na imprensa e na RIAHGP. Com 164 páginas, dividido em doze capítulos, com diversas citações, figuras reproduzidas de outras obras, um mapa etnográfico do Brasil elaborado pelo autor (Figura 17) e referências bibliográficas em alemão, inglês, francês, espanhol e português.

Figura 17 – Mapa Etnográfico da América Meridional por Alfredo de Carvalho (1909)



Fonte: Carvalho (1909).

Dentre as citações estão os geógrafos Friedrich Ratzel (1844-1904) e Alexander von Humboldt (1769-1859), o primeiro com o título “Völkerkunde”, de 1894, sobre etnologia da América e África e o segundo, com as obras “Reise in die

Aequinoctial-Gegenden des neuen Continents”, 4º volume de 1859 e “*Ansichten der Natur*”, 2º volume, também de 1859, sobre suas viagens ao continente americano. Além disso, cita diversos antropólogos e etnólogos estrangeiros como Karl von den Steinen (1855-1929), Adolf Bastian (1826-1905) e Frans Boas (1858-1942). Aprecia também os trabalhos dos brasileiros que se dedicaram à Geografia, como Tristão de Alencar Araripe (1821-1908) e, com ressalvas, Sebastião Galvão.

O conhecimento geográfico do Brasil e América do Sul é observado especialmente no capítulo 10, que trata da geologia da América do Sul, da Cordilheira dos Andes e Rio Amazonas. Nesse caso, é descrito o perfil da paisagem andina, com hipóteses sobre a sua origem, remetida à criação por Deus, porém com um desenvolvimento gradual de milhares de anos.

As explicações geográficas não tiveram as citações de Ratzel e Humboldt. Apenas uma breve citação do naturalista James Orton (1830-1877), “*The Andes and the Amazon*”, de 1876, sobre a elevação altimétrica da costa do Peru. Na argumentação de Alfredo de Carvalho, a explicação da evolução geológica serve para justificar as condições naturais mais ou menos favoráveis ao desenvolvimento dos povos nativos. Ao final do trabalho, defende que as condições de solo e clima não possibilitariam a existência de “antigas civilizações” na porção oriental da América do Sul, com aporte das conclusões de autores estrangeiros sobre a linguística, etnologia e antropologia dos povos da região.

O principal objetivo desses textos era de vulgarizar publicações estrangeiras sobre o Brasil, que eram sobretudo estudos antropológicos e geográficos. Ao apresentar a resenha, em 1908, sobre o livro do antropólogo alemão Theodor Koch-Grümbert, “*Süd-amerikanische Fels-zeichnungen*”, de 1907, que versa sobre as inscrições lapidárias sul-americanas, houve reação contrária por S. Brito⁶⁴ e Arminio de Mello Franco (1870?-1930?) por Alfredo de Carvalho adotar às conclusões de que as pinturas rupestres não seriam indícios de culturas complexas, refutando o mito de uma “civilização perdida” na Amazônia.

A partir disto, foram escritos os demais artigos em resposta às controvérsias, não havendo tréplica. É interessante notar que, ao final do artigo de Mello Franco (Franco, 1909), há a afirmação de que o IHGB era a instituição incumbida de tal assunto, tendo uma posição de maior autoridade. Isto denota um argumento de

⁶⁴ Não foi possível identificar esse autor.

superioridade do IHGB, que finalizaria a discussão. A escala de análise também é um objeto de disputa intelectual, sendo a escala regional referente a Pernambuco atribuída ao IAHGP, enquanto o recorte Brasil, exclusivo ao IHGB.

Para Rodrigues (p. 14, 1964) “Seu estudo é o mais importante trabalho publicado por autor brasileiro e nêle encontra-se registrada a principal bibliografia nacional e estrangeira sôbre o assunto”. É notável o esforço de atualização sobre o tema por Alfredo de Carvalho, sendo encontradas referências bibliográficas de títulos estrangeiros originais, publicados poucos anos antes de sua apreciação crítica, como os trabalhos entre 1904 e 1908. Outro aspecto interessante é linguagem, que evita o termo “raça”, substituindo por “tipo”, escreve “grupos étnicos” e “povos” quando não é referida a denominação étnica, prefere “indígenas” a “índios”.

Em 1915⁶⁵, no artigo sobre a antiguidade do ser humano no Brasil, apoiado novamente em Paul Max Alexander Ehrenreich (1855-1914), Alfredo de Carvalho explica diversas hipóteses do senso comum e científico sobre o tema. O texto é curto, concluindo que: o ser humano americano é tão antigo quanto o europeu; que os crânios mais antigos encontrados são semelhantes aos corpos dos nativos do início do século XX; a diferença de idiomas entre América e Ásia refutara a ideia de migração, uma vez que, a linguagem do indígena americano foi desenvolvida neste continente. Por fim, Alfredo de Carvalho acreditava que os estudos de Geologia elucidariam a questão se houve ou não a migração de povos da Ásia para América.⁶⁶

No início do século XX os estudos sobre Etnologia dos povos do Brasil tiveram contribuição significativa dos cientistas alemães adotados por Alfredo de Carvalho, como Paul Max Alexander Ehrenreich e Theodor Koch-Grümbert. Eles fizeram parte do grupo denominado por “Americanistas”, isto é, que estudavam o continente americano. A Antropologia desenvolvida na Alemanha nesse período era a “Antropologia Física ou Biológica”, ou seja, que se dedicava às características físicas das populações em estudo, de acordo com as suas condições biológicas. Isso envolve, por exemplo, as medições dos seus corpos e craniometria.

⁶⁵ No mesmo ano, 1915, publicou na RIAHGP “Indústria e comércio açucareiro do Brasil neerlandês”, uma tradução do idioma holandês, de autoria de J. J. Reese, publicado em 1908, rica em informações oriundas de pesquisa documental.

⁶⁶ Atualmente não há consenso sobre esse assunto, mas as pesquisas do Genoma Humano se mostraram promissoras ao mapear as migrações ancestrais por meio do DNA antigo encontrado nos fósseis.

De acordo com Petschelies (2019) a etnologia moderna na Alemanha, a qual esse grupo era adepto, teve suas bases no pensamento do filósofo Johann Gottfried Herder (1744-1803) e dos irmãos Wilhelm (1767-1835) e Alexander von Humboldt (1769-1859). Paul Max Alexander Ehrenreich desenvolveu trabalhos com interesse em linguística e antropologia física, e Theodor Koch-Grümbert se debruçou sobre a cultura material e linguística.

Alfredo de Carvalho se dedicava ao entendimento do Brasil de forma sistemática, por isso, os estudos antropológicos eram valiosos para ele. Esses trabalhos documentavam a história da população nativa, portanto, apreciados pelo intelectual. Os trabalhos alemães desfrutavam de prestígio, a facilidade de compreender o idioma é também outro fator de acesso aos temas antropológicos, além do método científico aplicado.

Assim como outros intérpretes do Brasil, ele teve experiências em países estrangeiros. Pouco se sabe sobre sua temporada e relações com a Alemanha. É notável sua afinidade com os estudos dos pesquisadores desse país. O fato de ter sido membro da *National Geographic Society* e da *Anthropological Society of Washington*, denota seu contato com as ideias antropológicas e geográficas em desenvolvimento naquele país. Os temas sobre origem dos povos americanos e linguística estavam em voga no cenário científico da Alemanha e dos E.U.A.

Desvendar a nação que se forjava era o tema característico da época, em busca das “origens”. Nas palavras de Rodrigues (1964, p. 22) “Para Alfredo de Carvalho, as obscuridades do Brasil só poderiam ser clareadas pela erudição e a bibliografia. Não conhecê-las era como não conhecer nada”. Agente da circulação de textos, o autor não apenas facilitava a divulgação por meio das suas traduções, mas também se interessou pela história das comunicações no Brasil. A obra “Gênese e progresso da Imprensa Periódica no Brasil”, de 1908, marcou os estudos da época e encerrou o debate sobre a origem holandesa da imprensa em Pernambuco. Assim, ao analisar os documentos originais holandeses trazidos por José Higinio Duarte Pereira (1854-1901) em 1886, o teórico esclareceu que houve a tentativa de se instalar a imprensa, mas não se realizou.

De acordo com Rodrigues (1957), essa obra, juntamente com “O Tupi na Corografia Pernambucana” (1906), “Bibliografia Exótica-Brasileira” (1929-1964) e “Pré-história Sul-americana” (1909) é caracterizada pela sistematização e organicidade, isto é, foram resultado de um planejamento. Acrescentamos que, as

obras “Bibliografia Exótica Pernambucana” e “Bibliografia Geográfica Brasileira”, ambas publicadas em 1964 pela Biblioteca Nacional, também conservam essa característica. As “bibliografias” de Alfredo de Carvalho são textos publicados após seu falecimento, em 1916, que refletem a sua erudição e talento como bibliógrafo. O levantamento exaustivo de obras estrangeiras sobre esses temas, contava com verbetes e críticas aos trabalhos, expondo lacunas e relevâncias.⁶⁷

Na “Bibliografia Geográfica Brasileira”, há títulos repetidos das demais “Bibliografias”. São 212 títulos mencionados, dentre eles há narrativas de viajantes, descrições dos naturalistas e relatórios de missões científicas. Não foram citadas obras do período como: o livro sobre o Brasil extraído da “Grande Enciclopédia” de Emile Lévasseur (1828-1911), entre 1885-1902 e “Estados Unidos do Brasil”, 1900, volume 19 da “Nouvelle Géographie Universelle”, de Jean-Jacques Élisée Reclus (1830-1905), essa última teve a colaboração do Barão de Rio Branco (1845-1912). Talvez porque suas versões traduzidas já estivessem à disposição do público.

Para Rodrigues (1957), as obras de Alfredo de Carvalho podem ser classificadas em dois tipos: as orgânicas e os compilados de artigos. Nesse último caso, se destacam: “Frases e Palavras” (1906); “Estudos Pernambucanos” (1907); “Horas de Leitura” (1907); “Aventura e Aventureiros” (1920). Em “Frases e Palavras” trabalhou sobre o significado de expressões e palavras populares, sendo citado por Pereira da Costa, em semelhante trabalho, intitulado “Vocabulário Pernambucano”, publicado pela primeira vez em 1916 e por completo após sua morte (Costa, 1936).

Portanto, esse intelectual foi um historiador sistemático, imbuído pelo positivismo, que produziu trabalhos nos campos da história, arqueologia, linguística e bibliografia. Ademais, acrescentamos a Geografia à biografia de Alfredo de Carvalho. Não apenas pelos temas e trabalhos produzidos, mas por seu envolvimento como engenheiro e membro do IAHGP.

Como já mencionado, Alfredo de Carvalho foi parecerista do 4º Congresso Brasileiro de Geografia. Além disto, foi membro da comissão organizadora, como 2º secretário. Nesse evento, apresentou o trabalho “Cartografia e Demografia do Estado de Pernambuco”, na seção de Geografia, Matemática e Cartografia. No qual, escreveu uma revisão da produção cartográfica e demográfica sobre Pernambuco. O objetivo era de alertar ao “futuro administrador” do Estado sobre a defasagem de mapas e

⁶⁷ Nem todas as citações tiveram apreciação do autor, contudo, isto não retira o esforço incomensurável dessas “bibliografias”. Na “Bibliografia Exótico-Brasileira” foram citadas mais de 12 mil obras.

estudos demográficos. Cita que apenas São Paulo e Minas Gerais tinham comissões geológicas que estavam, mesmo com dificuldades, avançando o conhecimento sobre o território⁶⁸ (SGRJ, 1916).

Reitera que os intelectuais não dispunham de instrumentos modernos da ciência para realizar tais estudos, denotando mais uma característica desses autor. Era comum o uso desses eventos para mostrar o estado da arte dos estudos geográficos no país, assim como trazer à tona reivindicações que seriam formalizadas pela comissão organizadora do congresso aos governos estaduais.

Mesmo sem desenvolver estudos cartográficos e demográficos, Alfredo de Carvalho demonstra reconhecer as exigências da pesquisa científica. Os seus estudos de toponímia e etnografia tinham métodos próprios das pesquisas em vigor, rigorosamente desenvolvidos pelo autor. A discussão bibliográfica é notavelmente seu traço característico, com elevada erudição e atualização, numa época em que citações não eram comuns.

Em junho do ano seguinte, 1916, Alfredo de Carvalho faleceu, não tendo a oportunidade de participar do 5º Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em setembro, na cidade de Salvador e presidido pelo ícone geográfico Theodoro Sampaio. Foi um intelectual da virada do século XIX-XX, de uma elite letrada privilegiada, que se esforçou para oferecer à sociedade trabalhos valiosos sobre Geografia, História, Linguística e Antropologia do Brasil, publicados especialmente na RIAHGP. Pereira da Costa, em 1903 (p. 363) já o apontava como “[...] digno representante da moderna geração de obreiros do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano”.

Como profícuo membro do IAHGP, após sua morte diversas demandas foram direcionadas para Oliveira Lima. De acordo com Silva (2021), uma delas era a organização do Centenário da Revolução Republicana de 1817. Como Oliveira Lima estava ocupado com a escrita dos comentários à obra “História da Revolução de Pernambuco de 1817”, de Francisco Muniz Tavares, dividiu as atribuições da comemoração com o confrade Mário Melo. Esse sócio do IAHGP já estava envolvido na preparação do evento desde 1916, compartilhando tarefas com Alfredo de

⁶⁸ Essa queixa foi relatada também por Irineu Ferreira Pinto (1881-1918), sócio-fundador do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, solicitando que o 4º Congresso formalizasse um pedido a todos os Estados participantes para que investissem na produção das suas “cartas chorographicas” (SGRJ, 1916).

Carvalho, com quem tinha relações amigáveis (Silva, 2021). Oliveira Lima foi mestre e amigo de Mário Melo, que também se inspirou em Alfredo de Carvalho, Pereira da Costa (Silva, 2021) e Sebastião Galvão nos seus trabalhos, sobretudo os geográficos. Assim, trataremos a seguir sobre o geógrafo Mário Melo, que representa diferentes momentos da pesquisa geográfica no Brasil.

3.2.4 Mário Melo: entre a Toponímia e o Método Geográfico

Mário Carneiro do Rêgo Melo, Figura 18, foi um intelectual plural e envolvido em diversos círculos culturais de Pernambuco. As produções jornalística e histórica são bem conhecidas, contudo, apesar de seus trabalhos geográficos serem divulgados (Fonseca, 2001; Gaspar *et al.*, 2012;), o geógrafo Mário Melo é pouco versado.

Nascido em Recife, ele era filho do juiz federal Manuel do Rêgo Melo e Maria da Conceição Carneiro da Cunha Rêgo Melo. Casou-se com Adalgisa Cruz Ribeiro em 1907, formando-se nesse mesmo ano, na Faculdade de Direito do Recife (Gaspar, *et al.*, 2012). Contudo, desde muito jovem, em 1900 atuava como jornalista, que veio a ser sua profissão principal, lhe empregando notoriedade na sociedade pernambucana.

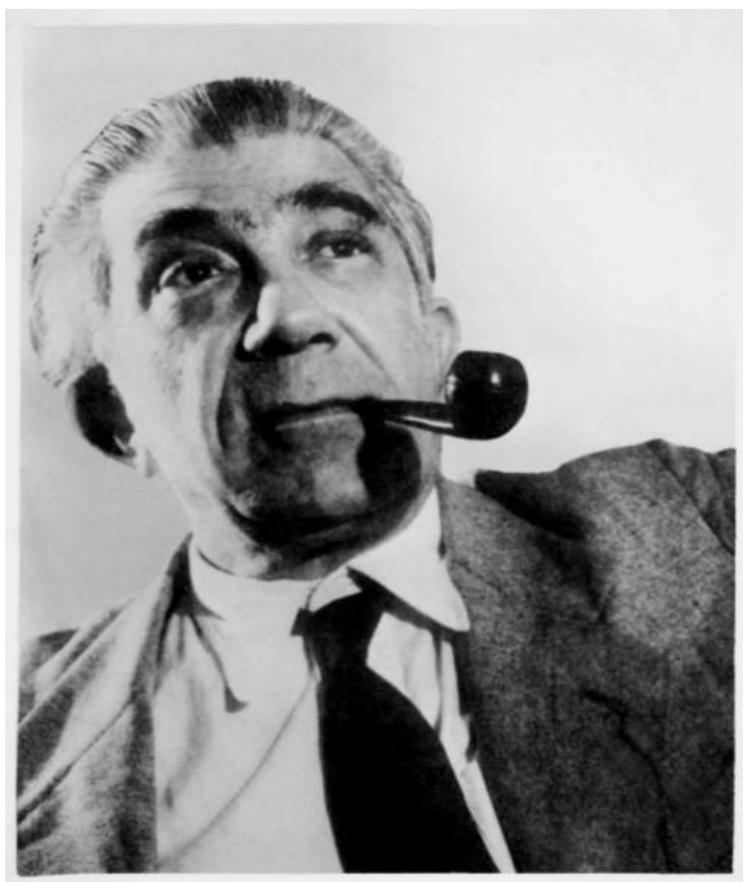
Multitarefa, ainda foi professor da Faculdade de Comércio do Recife, da Escola de Belas Artes, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Recife e funcionário público dos Correios, na função de telegrafista. Esse último, foi um cargo do qual prestou concurso, em virtude dos custos do curso de Direito, que fez uma parte no Rio de Janeiro, por motivo de transferência. A necessidade desse emprego decorreu das dificuldades financeiras após a morte de seu pai, que obrigaram sua família a vender as terras dos engenhos que possuíam (Oliveira, 1960).

De acordo com Cavalcanti (2017), ele trabalhou nos seguintes periódicos locais: O Álbum (1900), O Estado (1901), Folha do Povo (1902), Correio do Recife (1903), Jornal Pequeno (1905), funda e dirige O Atirador (1908), A Província (1908), O Pernambuco (1912), A Lanceta (1912), Diário de Pernambuco (1914), revista Vida Moderna (1920), Revista musical (1921), Revista Nossa Terra (1921), Almanaque de Pernambuco (1921), Jornal do Commercio (1934), Folha da Manhã (1938).

De acordo com Silva (2021) há na RIAHGP 76 textos escritos por Mário Melo. No inventário bibliográfico realizado por Gaspar *et al.* (2012a) foram 830 textos publicados por ele em periódicos científicos e jornais entre 1900 e 1959.

No IAHGP, foi membro desde 1909 até seu falecimento, em 1959, faltando três dias para completar cinquenta anos de atuação significativa nessa instituição (RIAHGP, 1960). De acordo com Souza *et al.* (2010), Mário Melo almejava fazer parte do instituto e pesquisar a história de Pernambuco desde jovem, a partir do momento em que leu uma obra da biblioteca do seu pai, “História da Revolução Pernambucana de 1817”, do Monsenhor Muniz de Tavares.

Figura 18 – Retrato de Mário Melo



Fonte: Gaspar *et al.* (2012a).

Realizando este sonho, ele iniciou como secretário do IAHGP em 1912, sendo sócio benemérito em 1913. Nessa instituição trabalhou com as temáticas da História, Geografia e Antropologia. Muitos textos que eram publicados nos jornais, foram republicados no periódico da RIAHGP, na qual fez parte da comissão de redação em diversas edições. A identidade como “secretário perpétuo” do IAHGP marcou a

trajetória desse intelectual e da instituição, que por meio dele obteve notoriedade nas escalas regional e global. Onde Mário Melo chegasse levava o nome do IAHGP, bem como conseguia contatos e relações de amizade. Isto pode ser constatado nas falas de diversos colegas, dos diferentes lugares e instâncias, em virtude da sua morte em 1959 (RIAHGP, 1960).

Além do IAHGP, Oliveira (1960) relata que era membro da Academia Pernambucana de Letras, dos Institutos Históricos e Geográficos do Espírito Santo, Bahia, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Alagoas, Maranhão, Amazonas, São Paulo, Pará, Ceará, Sergipe, Paraná e Santa Catarina. Além da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.

Em âmbito estrangeiro, integrou também a Academia de Belas Artes e Ciências Históricas de Toledo (Espanha), Sociedade Pernambucana dos E.U.A., Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, Sociedade Geográfica de Lima, Sociedade Geográfica Nacional de Washington, Sociedade de Geografia de Paris, Sociedade Colombista Panamericana de Cuba, Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, Sociedade de Geografia de Lisboa, Sociedade Argentina de Estudos Geográficos. Foi cônsul *ad honorem* da Venezuela, doutor *honoris causa*, da Faculdade de Direito da Universidade de Andhra (Índia).

Como se pode perceber, Mário Melo participou de diversas instituições geográficas nacionais e estrangeiras. Graduado na Faculdade de Direito do Recife, teve amplo acesso às ciências humanas e sociais, assim como demais autores geográficos pernambucanos. A profissão de telegrafista exigia conhecimentos geográficos e o fez viajar por alguns Estados do Brasil (Gaspar *et al.*, 2012a).

Na RIAHGP, esse autodidata publicou 18 trabalhos com viés geográfico, alguns são os mesmos dos congressos de geografia, relatórios e pareceres dos eventos, expostos em ordem cronológica, no Quadro 5.

Analisando a bibliografia de Mário Melo, observamos que seu primeiro trabalho geográfico foi uma resenha do dicionário corográfico da Paraíba, de João Rodrigues Coriolano de Medeiros (1875-1974), publicado em 1912. Nessa apreciação ele apresenta um breve histórico dos dicionários publicados e atenta para o uso deles na afirmação, mesmo que discursiva, dos limites entre os Estados. Reconhece não é um trabalho fácil e elogia o autor pela iniciativa. Faz críticas ao dicionário de Sebastião Galvão, conforme já mencionamos.

Assim, sua primeira pesquisa geográfica é “Arquipélago de Fernando de Noronha: geografia física e política”, apresentado no 5º Congresso Brasileiro de Geografia, em 1916 na cidade de Salvador, um ano após ter participado da edição do evento no Recife, 1915, apenas como ouvinte, à despeito da participação em comissões dos demais membros do IAHG, como Pereira da Costa e Alfredo de Carvalho. Isto pode ser explicado por Mário Melo não ter ainda alguma publicação geográfica, bem como estar no início da sua trajetória como intelectual de prestígio em Pernambuco. Contudo, anos depois, ele narra que participou do evento com as credenciais da Sociedade de Geografia de Lisboa, lhe conferindo acesso aos debates (Melo, 1938).

Quadro 5 – Trabalhos Geográficos de Mário Melo publicados na RIAHG (1915-1945)

TÍTULO	ANO
Dicionário corográfico do Estado da Paraíba	1915
O Arquipélago de Fernando de Noronha: geografia física e política	1916
Esboço potamográfico: rios de Pernambuco	1919
Sexto Congresso Brasileiro de Geografia. Relatório do dr. Mário Melo	1919
Parecer do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, unanimemente aprovado em sessão de 20 de fevereiro de 1919, ao trabalho de José Gonçalves Maia.	1919
Minerais de Pernambuco	1919
O Recife	1921
Corografia de Pernambuco	1922
O Monte das Tabocas: memória aprovada pelo VII Congresso Brasileiro de Geografia reunido na Paraíba em 1921	1923
Sobre o povoamento do solo de Pernambuco	1925
Ensaio sobre alguns topônimos pernambucanos	1927
Os Carnijós de Águas Belas	1928
Toponímia pernambucana	1930
A Ilha de Itamaracá	1930
A república dos Palmares	1932
Etnografia pernambucana: os Xucurus de Ararobá	1933
A fuma da Serra do Cajá e o sumidouro da Serra Talhada	1945
O afro-indianismo na orografia pernambucana	1945

Fonte: Revista do IAHG (1863-1947) e IAHG (1961; 2010).

Numa perspectiva pragmática, ele não viu resultados para o Estado de Pernambuco na 4ª edição, que ocorreu no Recife em 1915 (Melo, 2016). Apesar desse evento ter apresentado encaminhamentos e proposições (SGRJ, 1916), parece que suas expectativas foram cumpridas no 5º congresso.

Tudo agradou ao estreado das pesquisas geográficas, desde a organização do evento, os participantes ilustres e à qualidade dos trabalhos. Expressa grande admiração pelo geógrafo Theodoro Sampaio: “[...] a mais auctorizada opinião no assumpto de geographia brasileira [...]” (Melo, 1916c, p.1). A partir desse encontro, manterá correspondência com o intelectual, uma vez que Theodoro Sampaio não participou da edição no Recife, sendo o Estado da Bahia representado por Bernardino José de Souza (1884-1949)⁶⁹.

De fato, conforme Cardoso (2013) esse Congresso foi um dos mais expressivos, com 1057 adesões e 111 trabalhos apresentados, sobretudo em relação aos anteriores em Recife (1915), Curitiba (1911), São Paulo (1910) e Rio de Janeiro (1909). A monografia de Mário Melo sobre o Arquipélago de Fernando de Noronha, teve menção honrosa, ao lado de nomes reconhecidos do meio geográfico nacional, tais como: Theodoro Sampaio, Bernardino de Souza, Taumaturgo de Azevedo, Tomás Pompeu e Manoel Querino (Melo, 1916c).

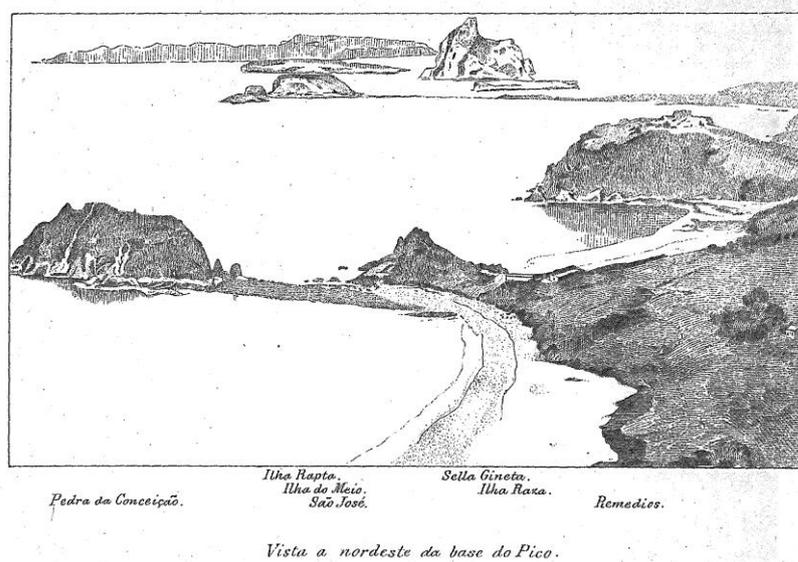
A monografia, elaborada especialmente para o congresso, combinou as informações dos estudos anteriores de Abreu e Lima, Pereira da Costa, Jonh Casper Branner, dentre outros, com a pesquisa de campo realizada por Mário Melo em virtude de visita realizada com o governador Manuel Borba,⁷⁰ em maio do mesmo ano. Observamos que, assim como Pereira da Costa, o trabalho teve vinculação política-administrativa do Estado de Pernambuco. Os trabalhos de Jonh Casper Branner “Geologia de Fernando de Noronha”, 1890 e “Os grés eólios de Fernando de Noronha”, 1893, foram realizados a partir das observações do geólogo em 1876, quando fazia parte da Comissão Geológica do Brasil. Com riqueza de ilustrações, entre desenhos e mapas (Figuras 19 e 20), Branner ressalta que haviam poucos

⁶⁹ Bernardino de Souza foi um geógrafo baiano dedicado às questões geográficas de ensino e pesquisa. Formado na Faculdade de Direito da Bahia, teve os privilégios do acesso à educação de alto nível desde muito jovem. Foi professor de Geografia e de Direito Internacional Público. Teve atuação jurídica e política. Dentre suas publicações, destacamos, de acordo com Souza (2017): “A remodelação do ensino da Geografia é uma necessidade inadiável, tendo como base a criação de uma cadeira de Geografia Física”, no 1º Congresso Brasileiro de Geografia, ocorrido em 1909; “O Ensino Primário de Geografia” (1914); Limites do Brasil (1911); “Geografia das cidades” (1913); “A Ciência Geográfica: seu conceito e suas divisões” (1914); “Onomástica Geral da Geografia brasileira” (1927). No 4º Congresso Brasileiro de Geografia, realizado no Recife em 1915, ele apresentou o trabalho, estruturado em tópicos ao estilo dos compêndios, “Contribuição ao Estudo da Chorographia do Estado de Pernambuco”, citando Sebastião Galvão e Alfredo de Carvalho (SGRJ, 1916).

⁷⁰ Manoel Antônio Pereira Borba (1864-1928) nasceu no Engenho Paquivira, próximo ao município de Timbaúba, Pernambuco. Formou-se na FDR como bacharel em 1887. Como governador de Pernambuco (1915-1919) criou a Imprensa Oficial, se dedicou a abertura de estradas, construção de pontes, incremento da pecuária e o aperfeiçoamento das raças bovinas, introduzindo o gado Nelore no Estado (Gaspar, 2003b).

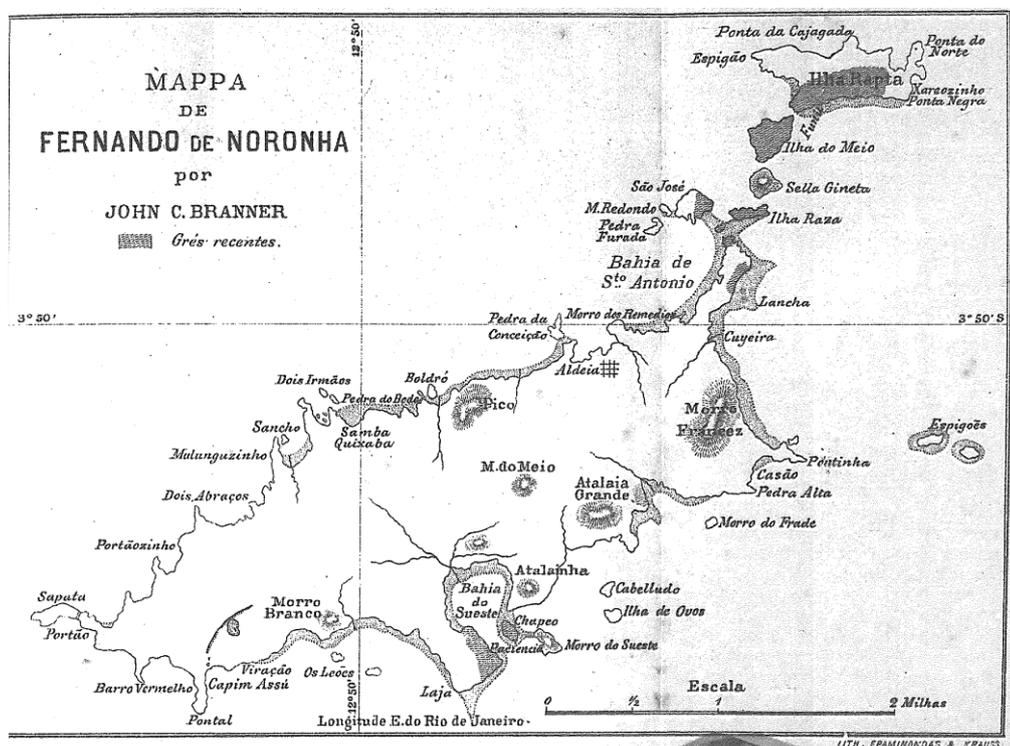
estudos sobre o tema, sendo essa publicação a primeira sobre suas pesquisas na década de 1870.

Figura 19 – Desenho de porção do Arquipélago de Fernando de Noronha por Branner (1890)



Fonte: Branner (1890).

Figura 20 – Mapa do Arquipélago de Fernando de Noronha por Branner (1890)



Fonte: Branner (1890).

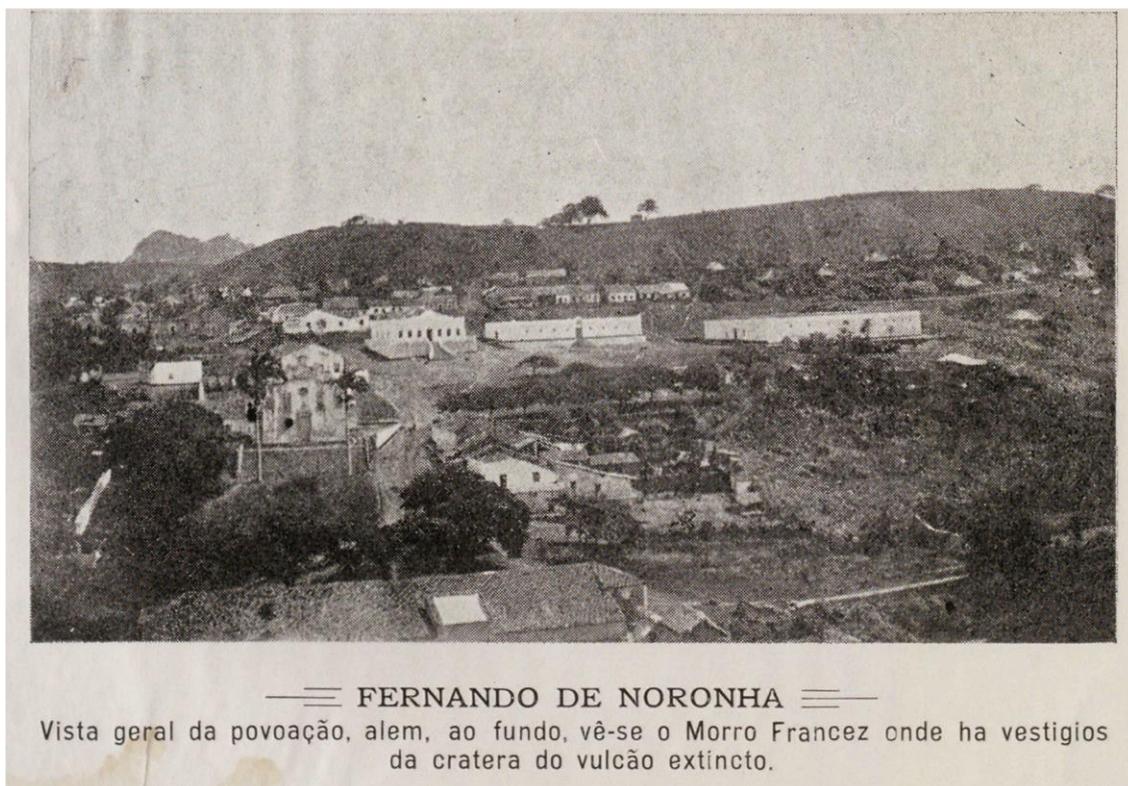
Atento também à iconografia, Mário Melo apresentou fotografias, que atualizaram os leitores sobre os aspectos naturais e técnicos da ilha (Figuras 21, 22, 23 e 24). Em um só trabalho, consegue equilibrar os dados históricos e geográficos, sendo uma síntese do que fora publicado antes. As fotografias representaram um lugar habitado, não apenas pela natureza, como nos estudos de Branner, bem como combatem ao estereótipo de “depósito de presos”. É de se esperar o impacto dessas imagens no congresso de geografia, haja vista a raridade desse tipo de registro na época. Por ter em seu território uma penitenciária, a entrada no arquipélago era controlada. Outro aspecto da relevância do trabalho é o contexto da Primeira Guerra Mundial. Na figura 24 mostra a estação de rádio e telegrafia que esteve fechada em 1915 para garantir a neutralidade do Brasil (Melo, 1916b).

Figura 21 – Fotografia do Morro do Pico e Quartel da Marinha por Mário Melo (1916)



Fonte: Melo (1916b)

Figura 22 – Fotografia da Vila de Fernando de Noronha por Mário Melo (1916)



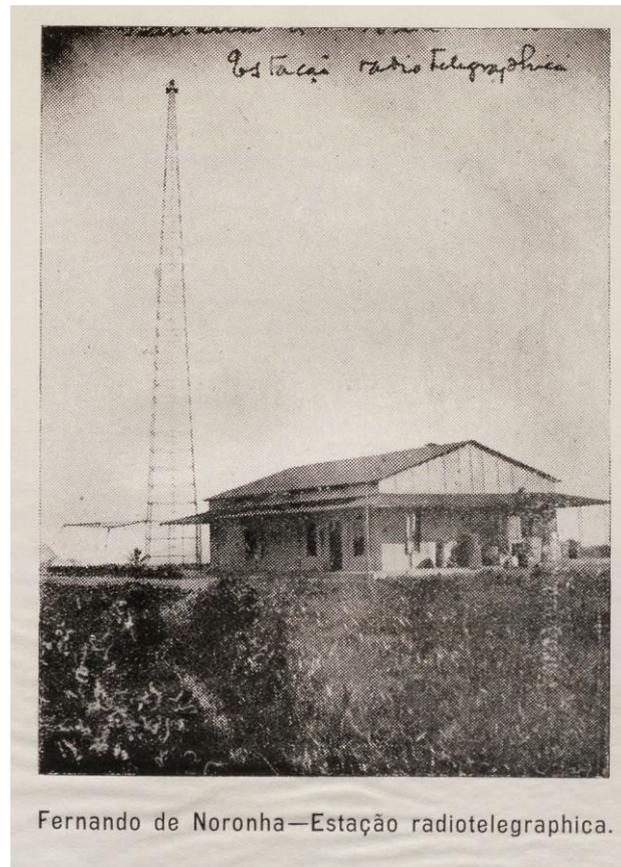
Fonte: Melo (1916b)

Figura 23 – Fotografia do Morro do Frade por Mário Melo (1916)



Fonte: Melo (1916b)

Figura 24 – Estação de rádio por Mário Melo (1916)



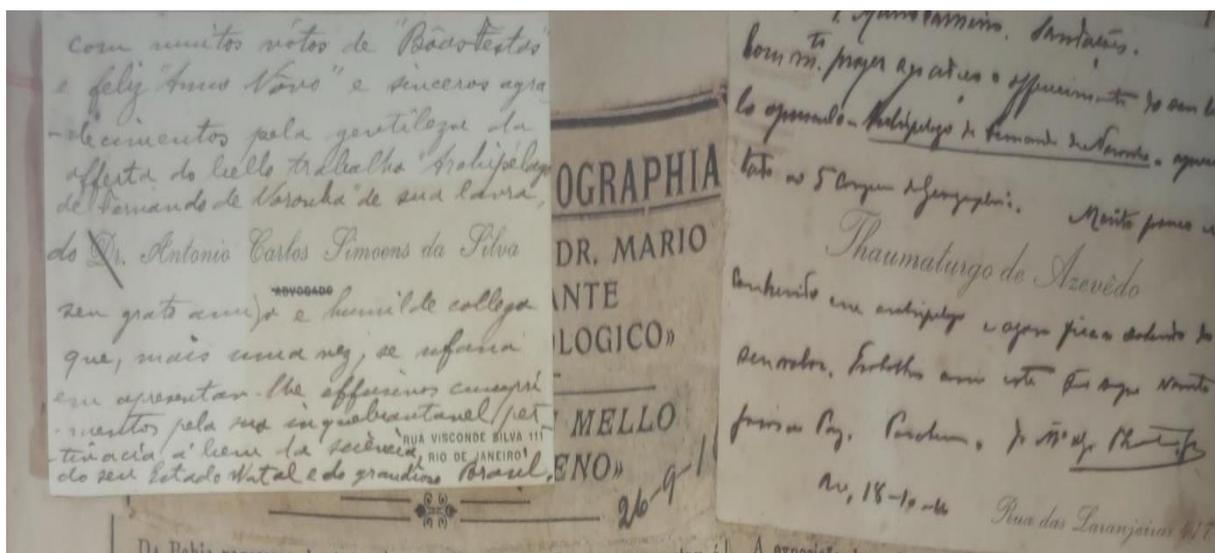
Fonte: Melo (1916b)

Assim como Pereira da Costa, coloca na última seção as informações sobre “usos e costumes”, se referendo ao vocabulário e lendas do lugar. Ao longo do trabalho, traz suas reflexões, especialmente sobre administração da penitenciária, vida e cotidiano das pessoas que ali viviam. Ao expor entrevistas com os habitantes locais e falas dos presidiários, mostra também sua atenção aos aspectos culturais da região. Reproduziu inclusive, uma entrevista com o governador Manoel Borba. Isto denota o interesse do Estado em ter levado Mário Melo para tal visita, que foi como jornalista do Diário de Pernambuco.

Manoel Borba fez a excursão com uma comitiva, a fim de verificar as necessidades e oportunidades do território. Ressalta na entrevista os planos de formar uma colônia agrícola e de aproveitar economicamente o solo, com o investimento em diversas culturas, para que o arquipélago fosse autossustentável (Melo, 1916b). Acreditamos que esse trabalho marcou a trajetória intelectual de Mário Melo, que estava se firmando como expoente da história de Pernambuco. O evento lhe proporcionou contatos com a intelectualidade brasileira. Diversos artigos na imprensa

expuseram sobre a menção honrosa que ele recebeu. Aparentemente, em âmbito íntimo, esse reconhecimento foi importante, pois ele guardou os cartões de visita contendo elogios sobre o seu trabalho de Antônio Carlos Simões da Silva e Taumaturgo de Azevedo (Figura 25) e diversos recortes de jornais, conforme o Arquivo Fundo Mário Melo do IAHG (Figuras 26 e 27).

Figura 25 - Cartões de visita dos geógrafos no 5º Congresso Brasileiro de Geografia (1916)



Fonte: IAHG, Fundo Mário Melo, caixa 3 (2024).

Figura 26 – Nota sobre a participação de Mário no 5º Congresso Brasileiro de Geografia (1916)

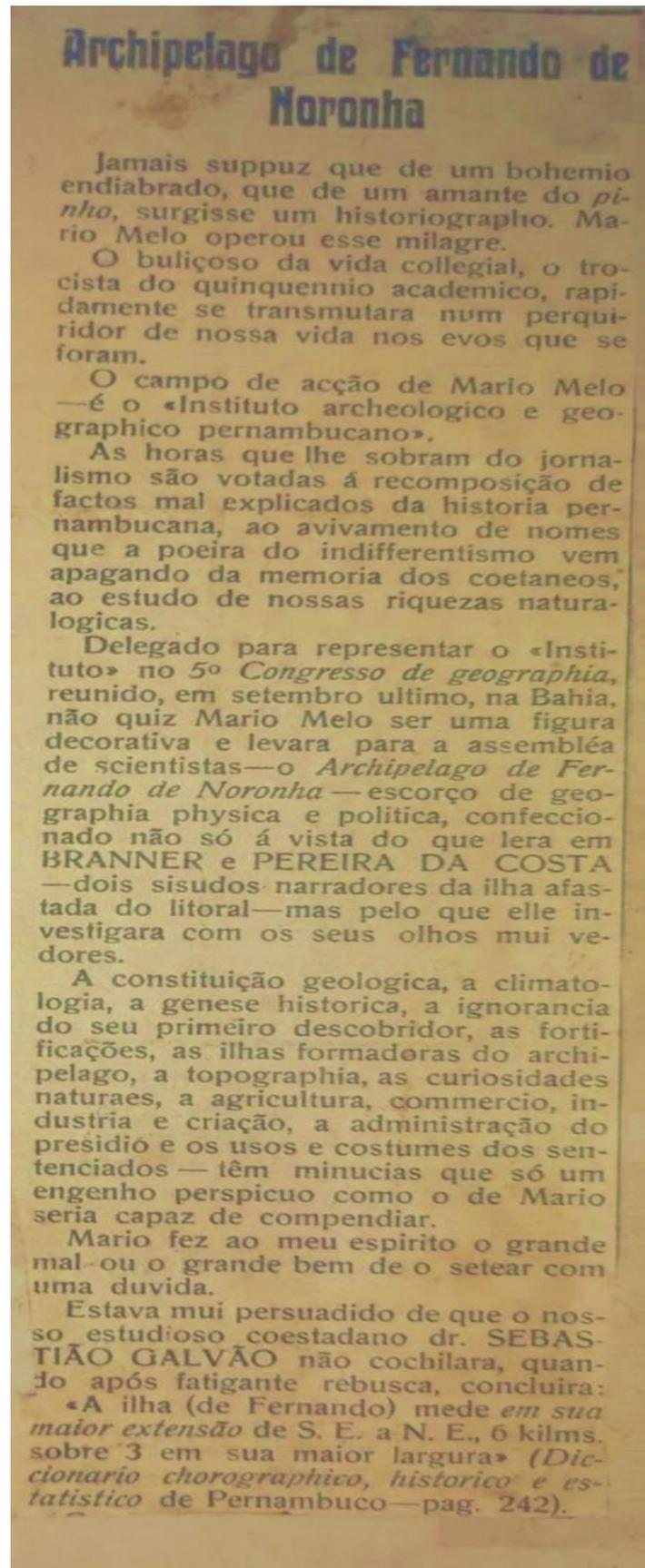


Figura 27 – Delegação pernambucana enviada ao 5º Congresso Brasileiro de Geografia (1916)



Fonte: IAHGP, Fundo Mário Melo, caixa 3 (2024)

Contudo, houve críticas, em notas do *Jornal do Recife*, que afirmaram ser um plágio da monografia de Pereira da Costa. Em resposta, Mário Melo faz uma longa defesa no *Diário de Pernambuco*, na qual expõe “[...] os pareceres das maiores autoridades geográficas do Brasil e de Pernambuco” (Melo, 1916a). Transcreve uma carta de Pereira de Costa⁷¹, refutando a ideia de plágio e valorizando a atualização do tema, que há 29 anos tinha sido apreciado, bem como reconhecendo a importância das fotografias retiradas por Mário Melo. Reproduz também carta de Sebastião Galvão, que elogia seu trabalho e deseja que ele continue a realizar esse tipo de produção. Além de trechos do parecer da comissão avaliadora e de comentários realizados durante o evento, pelo Barão Homem de Melo e Theodoro Sampaio.

Tais apreciações estavam em torno da relevância de atualização sobre o tema e conhecimento acerca do longínquo território, de difícil acesso para os geógrafos brasileiros, bem como o método empregado, que utilizou a pesquisa de campo. A

⁷¹ Era amigo e admirador de Francisco Augusto Pereira da Costa, citando sempre que possível, os inéditos escritos de “*Anais Pernambucanos*”⁷¹.

apreciação de Sebastião Galvão exprime os comentários dos pareceristas e demais geógrafos:

[...] Depois de tudo isso, ali ha uma parte relativamente nova e original – a das photogravuras, pois, nenhum existia ainda assim ornado, mostrando todos os pontos essenciais da ilha. A obra novissima e actual compreendeu, até agora, detalhadas informações do archipelago, tudo aliás constatado por v. em viagem recente ao local (Galvão *apud* Melo, p.3, 1916a).

No parecer sobre a monografia de Mário Melo, publicado no n. 92 da RIAHGP, assinado por Afonso Costa *et al.* (1885-1955) diz que:

Ella é o produto de uma impressão que, para ser sentida, não se resolveu o autor a consultas indagadoras por entre conhecedores do archipelago, nem aos informes que lhe ministraram publicações esparças, pois que a respeito de tudo os brasileiros escrevem: esteve na ilha, percorreu-a, examinou-a toda, obteve-lhe dados dos proprios seus habitantes, louvou-se depois na opinião que terceiros lhe facultaram (Costa *et al.*, p. 261-262, 1916).

Esse trecho do parecer é esclarecedor sobre as exigências da pesquisa geográfica brasileira, que estava cada vez mais atenta à pesquisa de campo. A observação, como importante característica do método geográfico é destacada por Afonso Costa. Com consciência do método ou não, Mário Melo estreou bem na pesquisa geográfica. Não abandonou a perspectiva analítica, descrevendo os aspectos naturais, históricos e populacionais. Mas, apegado à valorização da cultura local, acrescentou os costumes e lendas. A boa receptividade se deveu também ao didatismo de Melo, a florado pelo talento de jornalista.

Estruturado em tópicos, o trabalho de Mário Melo seguia o roteiro das monografias da época, nas palavras do autor “Escrevi monographia – descripção, tratado, estudo de um só ponto ou assumpto em todos os dados historicos, artisticos, scientificos etc a ele referentes [...]” (Melo, p.3, 1916a). Com essa compreensão, é justificável que seu trabalho não tenha uma síntese.

É interessante pontuar ainda sobre o subtítulo: geografia física e política. Essa divisão aparece desde o século XIX na literatura geográfica brasileira (Campos, 2011). No livro sobre o Brasil da “Grande Enciclopédia” de Emile Lévasseur (1828-1911), há três partes denominadas por “Geografia Física”, “Geografia Política” e “Geografia Econômica” (Lévasseur, 1889). Essa divisão também foi herdada dos compêndios franceses e reproduzida amplamente nos trabalhos de Tomaz Pompéo de Souza

Brasil. Nos quais, apresentava a divisão entre a geografia geral e particular, em seguida a geografia física e a política de cada região retratada (Neto, 2000).

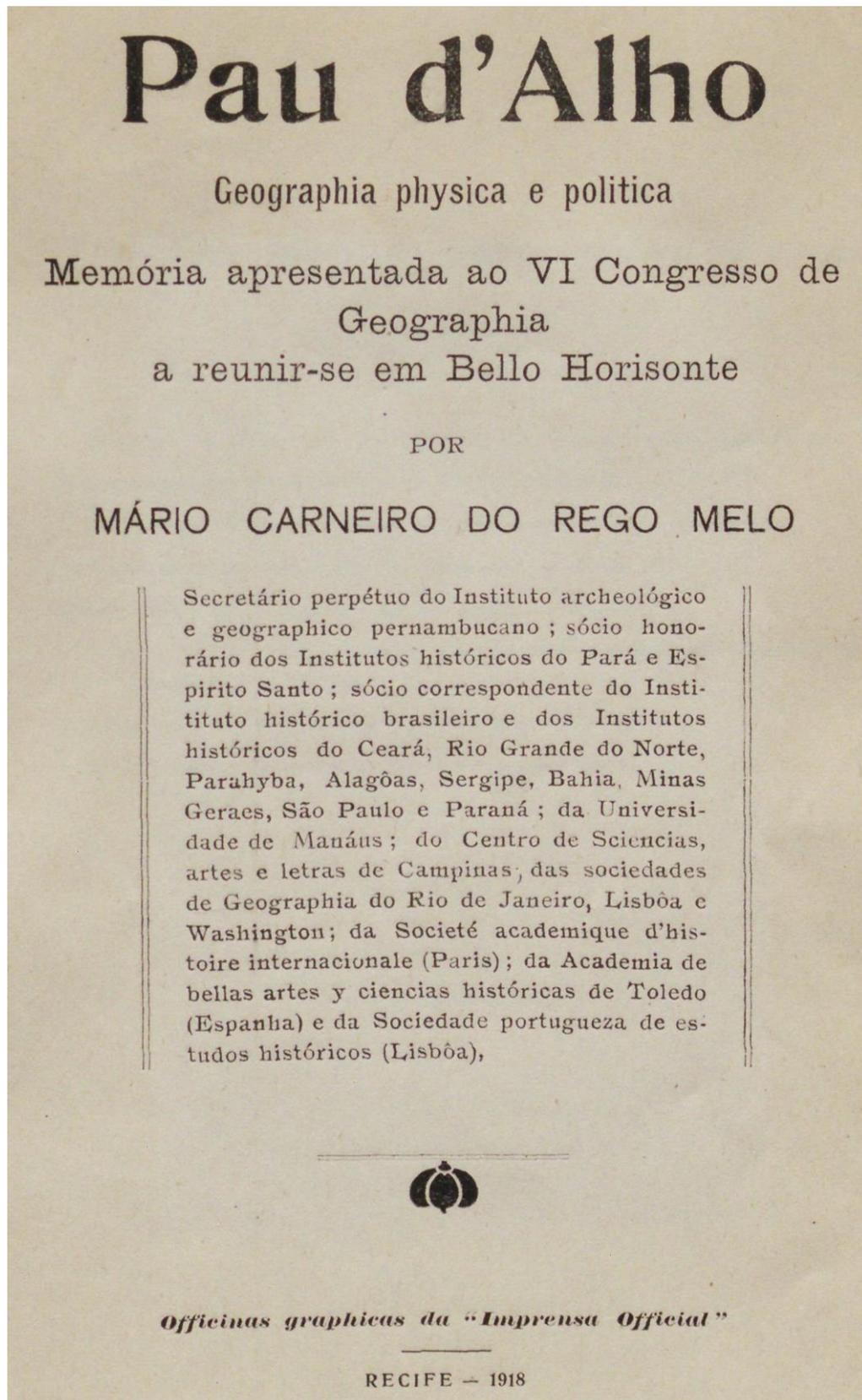
Nos anos seguintes foi um assíduo congressista, participando dos eventos em Belo Horizonte (6º), João Pessoa (7º), Vitória (8º). Além de “Arquipélago de Fernando de Noronha: Geografia física e política”, escreveu também para os congressos: “Paudalho: geografia física e política”; “Rios de Pernambuco: esboço potamográfico”; “O Monte das Tabocas”; “Os Carnijós de Águas Belas”⁷²; “A Ilha de Itamaracá”.

No sexto congresso, em 1919⁷³, apresentou dois trabalhos: “Esboço potamográfico: rios de Pernambuco” e “Paudalho: geografia física e política” que já havia sido publicado em 1918, pela Imprensa Oficial do Estado de Pernambuco, criada pelo governador Manoel Borba. Na contracapa indica que o trabalho será apresentado no congresso (Figura 28), bem como mostra o aumento de instituições geográficas as quais se filiou, depois do quinto congresso, conforme a contracapa do trabalho anterior (Figura 29).

⁷² Trabalhos que se tem conhecimento, uma vez que nem todos os congressos tiveram Anais publicados. Não se sabe ao certo o título do 8º Congresso, pois no parecer da comissão organizadora do evento consta apenas “memorial de Mário Melo sobre os índios de Águas Belas” (MELO, 1928), por isso utilizamos o título do artigo publicado na RIAHGP, v. 29, n. 135-142, p. 179-227, jan. 1928/dez. 1929.

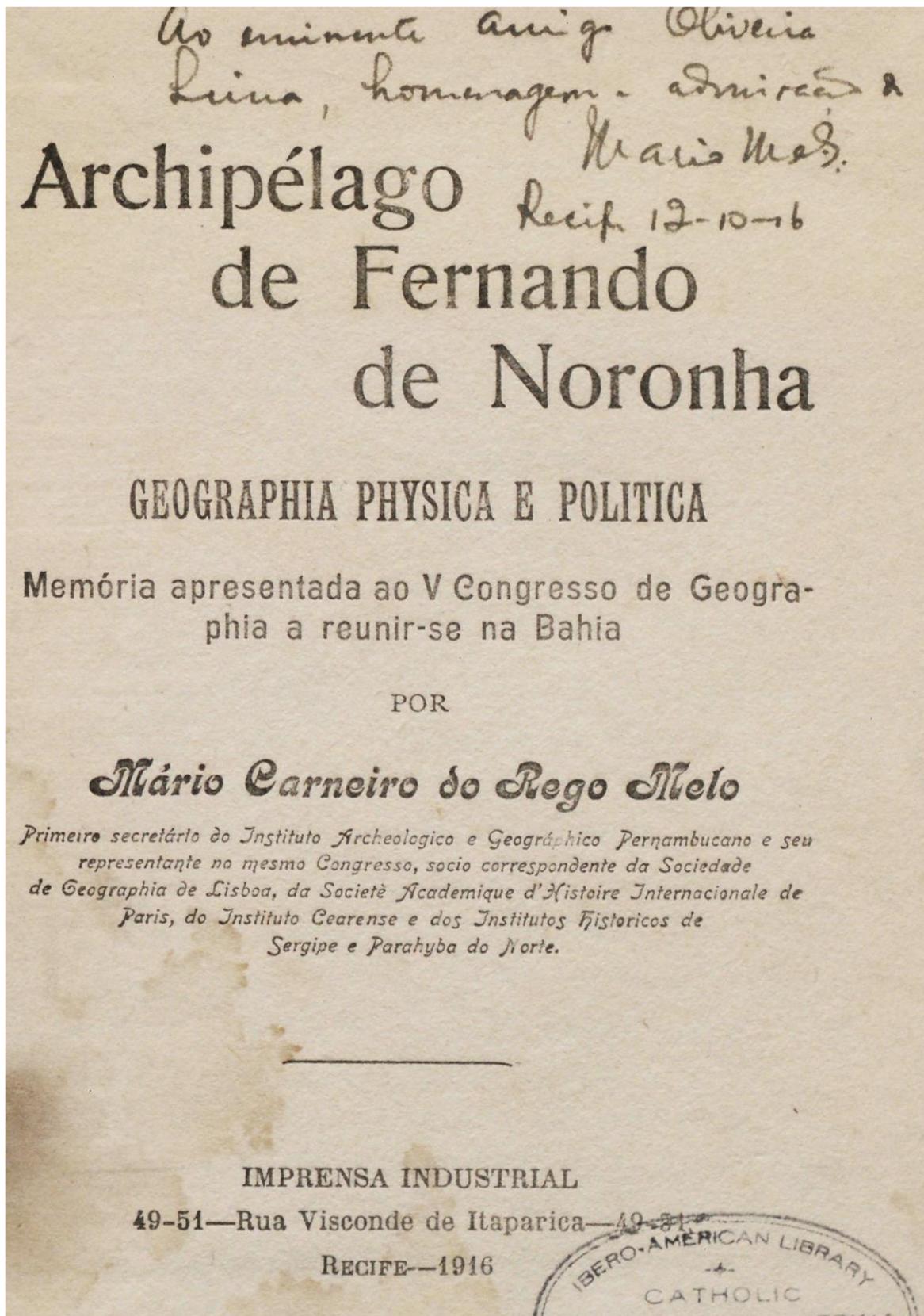
⁷³ Na esteira das publicações geográficas de Mário Melo, ainda em 1919, atento às atualizações sobre o tema em Pernambuco, expôs na RIAHGP “Minerais de Pernambuco”. Era uma lista de minerais de acordo com os trabalhos de Lombard e Pereira da Costa, acrescido das pesquisas do recente Gabinete de Mineralogia da Escola de Agronomia de Socorro, em Jaboaão dos Guararapes (PE).

Figura 28 – Contracapa do trabalho apresentado no 6º Congresso Brasileiro de Geografia (1919)



Fonte: Melo (1918).

Figura 29 – Contracapa do trabalho apresentado no 5º Congresso Brasileiro de Geografia (1916)



Nota: Na parte superior da imagem, dedicatória ao amigo Oliveira Lima.

Fonte: Melo (1916b)

O trabalho sobre Paudalho não teve ilustrações, foi dividido em duas partes: história e geografia, na qual Mário Melo descreve a paisagem de forma didática e objetiva. Apresenta algumas explicações conceituais sobre geologia e climatologia, por exemplo: “GEOLOGIA- Os Geólogos estudam a formação da terra dividida em quatro períodos bem distintos: o primário, o secundário, o terciário e o quaternário. O primário se caracteriza [...]” (Melo, p. 32, 1918). Cita em diversos trechos, os confrades Pereira da Costa e Sebastião Galvão e informações de moradores antigos do lugar.

À despeito dos subtítulos homônimos, esse trabalho difere do anterior. Há um acréscimo de tópicos, no estilo do dicionário geográfico de Sebastião Galvão. Adequando-se mais ao estilo das corografias eminentemente analíticas que na monografia sobre Fernando de Noronha. Ao que parece, percorreu o município a fim de realizar sua pesquisa:

A cidade de Pau d’Alho está edificadas à margem direita do Capibaribe, entre este e a encosta do monte da Bella Vista, desde o Itayba, extremo oeste, até o açougue velho, extremo leste, como cerca de dois killometros de extensão, e dahi para o sul, até a igreja do Livramento, com um kilometro de terreno [...] A cidade é de construção irregular, como todas do interior do Estado, notando-se, entretanto, tendências da properidade nas edificações novas e nas reconstruções. As ruas em geral, são largas. Não há calçamento nem arborização. Durante a estação invernosa, o transito se torna difficilimo. E’ iluminada a luz elétrica e abastecida de bôa agua, provinda duma fonte abundante, situada há três quilômetros. Do logradouro publico, possui apenas um jardim, regularmente conservado, na parçoa do Rosário (Melo, p. 44-45, 1918).

Nesse trecho podemos perceber uma descrição realista, presente nos trabalhos anteriores de Sebastião Galvão e Pereira da Costa, bem como na sua monografia sobre Fernando de Noronha. A continuidade desse olhar factual, que apareceu na Revista do IAHP por meio da descrição de Elias Herckmans, caracteriza os trabalhos regionais dos confrades. A estrutura em tópicos, advinda das corografias e compêndios brasileiros inspirados nos modelos franceses foi realçada no trabalho sobre Paudalho, marcando também essa continuidade.

A de se notar os impactos do 5º Congresso Brasileiro de Geografia, de Salvador, o qual Bernardino de Souza expôs considerações sobre o método geográfico (Souza, 2017). Percebemos um esforço de Mário Melo em explicar teorias e conceitos. Seria uma interpretação da descrição acompanhada por explicação, especialmente aplicada ao ensino, tendo em vista que a obra poderia ser adotada em

escolas do município. Acreditamos nesse rebatimento do congresso, uma vez que essas explicações não foram colocadas no trabalho sobre Fernando de Noronha.

Contudo, continua com seu olhar cultural, selecionando histórias do século XIX sobre as enchentes e crimes que marcavam o imaginário do lugar: “CRUZ DO PADRE – Em 1840 - segundo a tradição local – a villa de Pau’Alho foi abalada por um crime hediondo [...]” (Melo, p. 13, 1918). Em “Esboço potamográfico: rios de Pernambuco”, Mário Melo escreveu um extenso trabalho sobre as características hidrográficas de Pernambuco, pontuando as bacias e rios que compõem o território. Na introdução, explanando sobre as características gerais e explicando conceitos de maneira didática, buscou explicar o maior número possível de rios e riachos. Listou-os em ordem alfabética, contendo cada um verbete que considerava o significado do nome, a localização e a classificação.

Dentre a referências estão a Carta de Pernambuco, elaborada pela Inspetoria das obras contra as secas⁷⁴, o Atlas do Brasil, do Barão Homem de Melo, os dicionários geográficos de Honorato e Galvão e sobre o idioma Tupi, os trabalhos de Theodoro Sampaio e Alfredo de Carvalho. Esse trabalho demonstra, mais uma vez, a perspicácia de Mário Melo na escolha de temas relevantes para o congresso de Geografia, uma vez que foi indicado pelo parecerista para compor o “Diccionario de Geographia do Brasil” (Soares, p. 231, 1919). No seu esboço, incluiu os rios que fazem parte do antigo território da Comarca do Rio São Francisco, argumentando que são pernambucanos, uma vez que a região estava provisoriamente anexada. Esse ponto foi objeto de debate durante o sexto congresso de Geografia, no qual Mário Melo teve presença marcante.

No relatório apresentado por Melo (1919), narra que a comissão organizadora tinha solicitado delegados especiais para discutirem antes do evento, isto é, reuniões prévias. Assim, foram assinados convênios com Ceará e Paraíba. Em relação a Alagoas, acordaram escolher um árbitro para definir a questão. Mas, nenhum consenso foi obtido com a Bahia. Mesmo ancorados pelos trabalhos, já mencionados, de Gonçalves Maia e Pereira da Costa.

Contudo, Mário Melo ainda procurou a delegação baiana, sentando-se à mesa com Eduardo Espínola, que, como já vimos, foi o principal opositor no debate sobre a Comarca do Rio São Francisco. Melo apresentou um acordo sobre domínio das ilhas

⁷⁴ Essa inspetoria foi criada em 1909.

do Rio São Francisco, que Espínola alterou um pouco e depois não mais compareceu às reuniões. Insatisfeito, sugeriu, junto ao Pedro Celso Uchôa Cavalcanti⁷⁵ (1864-1949), que o território ficasse sob domínio da União por alguns anos e depois fosse realizado um plebiscito. Isto também não foi aceito. Até os dias atuais, os limites entre Pernambuco e Bahia, especialmente no que concerne às ilhas fluviais do São Francisco não estão definidos legalmente (IBGE, 2021).

A questão voltará ao debate no 8º Congresso, em Vitória (ES), 1926. Mas, os congressistas chegaram à conclusão de que, mesmo com os acordos firmados nos eventos, a continuidade das pretensões esbarrava nas dificuldades técnicas e políticas (Cardoso, 2013). Diante disto, reiteramos que as publicações geográficas, no período de acirramento dos debates sobre limites entre os Estados, entre 1889 e 1930 (Fernandes, 2022) serviu para afirmar as posições dos geógrafos na questão. São exemplos disso a preocupação do IAHGP com a representação na Carta Geográfica do Brasil (1922), os textos e mapas de Pereira da Costa (1896) e Gonçalves Maia (1919) e os trabalhos de Mário Melo, nos quais, sempre que possível, reitera a questão da antiga Comarca do Rio São Francisco.

Assim, Mário Melo é reconhecido por ser um defensor das causas pernambucanas, tradicionalista, ufanista em certos momentos na exaltação à história e cultura da região. A qualidade de regionalista será apregoada ao intelectual ao longo da sua trajetória, sobretudo durante o Estado Novo (Silva, 2021). Mas, reconhecemos seu caráter regionalista em momentos anteriores, como nos trabalhos na emblemática década de 1920. Rezende (1997) interpreta essa década como um momento de tensão entre o moderno e o tradicional, manifestadas em discursos políticos, na imprensa, nos debates intelectuais, hábitos da população recifense e na paisagem. No âmbito intelectual, a agitação se deveu ao “regionalismo tradicionalista”, movimento de oposição ao modernismo da Semana de Arte Moderna de 1922, de São Paulo, ao passo que se dizia “modernista ao seu modo” (Freyre, 1976 *apud* Rezende, 1997).

Os textos de Gilberto Freyre⁷⁶, antes mesmo do “Manifesto Regionalista” de 1926, eram marcados pela crítica aos excessos da modernização. Ele defendia à

⁷⁵ Pedro Celso era membro ativo do IAHGP e foi delegado eleito pelo governador do Estado de Pernambuco nas edições de 1916 e 1919 dos congressos de Geografia.

⁷⁶ Gilberto de Mello Freyre (1900-1987) foi um expoente sociólogo brasileiro, nascido no Recife, onde permaneceu boa parte de sua vida. Em 1918 foi aos Estados Unidos da América para estudar

incorporação das renovações sem perdas à cultura brasileira. Assim a defesa às tradições o tornava um intelectual singular. Outros intelectuais do Recife pensavam como Freyre e endossaram o movimento. Unidos também pelo sentimento de desprestígio da região nordeste em relação ao sudeste, com a perda contínua de destaque político e econômico (Rezende, 1997).

Há de ressaltar que Gilberto Freyre (1960) narra que ele e Mário Melo eram parentes, o via frequentemente na casa de Oliveira Lima, a qual também frequentou. Vale lembrar que Oliveira Lima ajudou Gilberto Freyre a conseguir bolsa de mestrado nos E.U.A. (Forster, 2011). Portanto, faziam parte do círculo de Oliveira Lima. Contudo, havia dissonâncias entre eles, que indicam não serem intelectuais afins em diversos aspectos (Silva, 2021; Cavalcanti, 2017).

Mesmo que, no bojo do movimento modernista regionalista, houve a participação de Mário Melo no “Livro do Nordeste”, em 1925, organizado por Gilberto Freyre, os estudos sobre Mário Melo apontam que Gilberto Freyre era um crítico do IAHP, acusando-o de não pouco ter feito em defesa da tradição (Cavalcanti, 2017) e retratava Mário Melo como um retrógrado (Silva, 2021). Na bibliografia levantada por Gaspar *et al.* (2012) há diversos artigos de Melo respondendo ao Gilberto Freyre na imprensa local, bem como cartas sobre questões históricas.

No artigo “O Recife”, de 1921, em poucas páginas Mário Melo resume a história e geografia da cidade, em termos estatísticos e econômicos. Remete aos planos de Nassau de uma próspera cidade, que

Está num grande surto de progresso, transformando-se pelo cosmopolitismo [...] com suas pontes majestosas, com edifícios sumptuosos que já se erguem, com os seu imponentes e admiráveis templos religiosos, as suas largas avenidas, o progresso da sua industria, a consistencia do seu commercio o encanto de seus arreboes, a suavidade do seu clima, a limpidez do seu céu, a douçura de suas noites estreladas – uma das mais lindas cidades da America do Sul (Melo, 1921).

bacharelado, mestrado e doutorado, em seguida foi para a Europa e regressou ao Brasil em 1923, onde permaneceu até a sua morte. Essas viagens facilitaram seu contato com diversas teorias, tendo impactos nas suas obras, dentre elas: Casa Grande e senzala (1933); Sobrados e mucambos (1936); Nordeste (1937); O mundo que o português criou (1940); Ingleses no Brasil (1948); Aventura e rotina (1953); Ordem e progresso (1959); Vida, forma e cor (1962); Homem, cultura e trópico (1962); Oliveira Lima, Dom Quixote Gordo (1968); Além do apenas moderno (1973); Tempo de aprendiz (1979); Rurbanização: que é? (1982); Apipucos: que há num nome? (1983); Insurgências e ressurgências (1983); Modos de homem e modas de mulher (1987); Ferro e civilização no Brasil (1988). (Gaspar, 2009a).

Nesse trecho o “progresso” que era sinônimo de “modernização” no sentido de avanços técnicos, é exaltado por Melo. Não apreze se incomodar com as novidades na paisagem. Enquanto Gilberto Freyre, de acordo com Rezende (1997) criticava veemente a modernização. No ensaio “Aspectos de um século de transição no Nordeste do Brasil”, publicado no Livro do Nordeste, em 1925, Gilberto Freyre reconhece as transformações da paisagem diante da modernização:

[...] Comparando o Nordeste de 1825 com o de 1925, tem-se quase a impressão de dois países diversos. A própria paisagem, o próprio físico da região, alterou-se profundamente. É outra a sua crosta. Outra, a fisionomia. Perdeu a paisagem aquele seu ar ingênuo dos flagrantes de Koster e de Henderson para adquirir o das modernas fotografias de usinas e avenidas novas. Beirando os canaviais e pastagens correm linhas telegráficas, fios de telefone, vias férreas; [...]. (Freyre, 1929, *apud* Vieira, 2012).

Portanto, Mário Melo, apesar de concordar com a importância da tradição, ter aversão à arte moderna, bem como ter participado dos debates sobre o assunto na década de 1920 (Ladjane, 1960) não era um regionalista freiriano⁷⁷. Segundo Albuquerque Júnior (2011) o discurso regionalista remete ao século XIX, com apego às questões provincianas e se renovou nos anos vinte com a extrapolação dos Estados. Nesse sentido, o regionalismo provinciano seria mais característico ao IAHG. Sendo Mário Melo um dos seus representantes e defensores.

Envolvido cada vez mais no cenário intelectual geográfico, na ocasião da reforma dos estatutos, em 1920, quando os confrades voltam a discutir o nome do instituto, Mário Melo afirma que deveria ser mantido o “arqueológico e geográfico”, uma vez que a Geografia englobava a história, bem como manteria a tradição do nome (MELO, 1920). Na década de 1920 elaborou a edição especial da RIAHG de 1922, em homenagem ao centenário da Independência do Brasil. Os governos estaduais incumbiram aos institutos históricos a organização das comemorações, tendo orçamento aprovado pelo governador de Pernambuco Manuel Borba, porém, seu sucessor não cumpriu o orçamento aprovado e cedeu recursos apenas para essa edição especial.

Segundo Melo (1922), o custo de publicação estava triplicado devido à Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Essa edição é composta por um conjunto de

⁷⁷ A perspectiva regional evocada desde a década de 1920 teve rebatimentos nos estudos geográficos, como mostra Medeiros (2021) ao refletir sobre a relação entre o regionalismo e o pensamento geográfico no período de 1930 a 1960.

textos sobre Pernambuco, cujo objetivo era de contribuir para a literatura histórica e geográfica regional, bem como o papel de Pernambuco no desenvolvimento da nação brasileira. Mário Melo organizou uma vasta lista de temas para a edição, no entanto, explica que diversos autores faltaram ao compromisso ou não aceitaram a tarefa⁷⁸.

“Corografia de Pernambuco”, dedicada ao Oliveira Lima, foi uma obra elaborada a pedido da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, conforme já citamos. Cada vez mais refinado na linguagem científica, Mário Melo cita várias vezes os trabalhos publicados pela RIAHGP e livros, escritos por Oliveira Lima, Sebastião Galvão, John Casper Barnner, Pereira da Costa, Theodoro Sampaio dentre outros.

Nesse trabalho volumoso, de 148 páginas, há diversas notas e referências bibliográficas. Sempre que possível, traz uma explicação conceitual do tópico em questão, num esforço didático e explicativo. Detalhou uma variedade de seções, no estilo de enciclopédias e dicionários⁷⁹. Em “Potamografia” explica diversos nomes de rios, de acordo com as traduções dos idiomas indígenas, bem como sua localização. Mário Melo coloca um apêndice com uma lista em ordem alfabética de todos os municípios de Pernambuco, dando atenção especial ao Recife, o qual descreve em termos históricos e geográficos. A descrição é analítica e factual, conveniente ao tipo de trabalho, uma corografia orientada para compor o trabalho enciclopédico “Grande Geografia do Brasil”. A SGRJ publicaria a corografia de Mário Melo com outras dos demais Estados no 3º volume da coletânea, mas, acreditamos que esse volume não chegou a ser publicado (Xavier, 1924).

Assim como na monografia sobre Paudalho, estão presentes no texto as explicações científicas, de forma didática, partindo do geral, Brasil, para o específico, Pernambuco. Portanto, mais uma vez se observa o esforço de explicação combinado

⁷⁸ Por fim, foram os textos publicados na edição: “Corografia de Pernambuco”, por Mário Melo, “Etnografia”, por João Aureliano Correia de Araújo, “A religião dos negros e dos índios de Pernambuco”, pelo abade Pedro Roeser, “O Quilombo dos Palmares”, por Manuel Arão, “A Revolução Republicana de 1817”, por Vicente Themundo, “Apontamentos para a história eclesiástica de Pernambuco”, pelo cônego José Barata, “Religiões acatólicas em Pernambuco”, por Jerônimo Gueiros, “Literatura Pernambucana”, pelo cônego Xavier Pedrosa, “O teatro em Pernambuco”, por Samuel Campelo e “A bandeira de Pernambuco” por Mário Melo.

⁷⁹ Assim, o trabalho foi dividido nas seguintes seções: sumula histórica, geognose do solo, orografia, inscrições hieroglíficas, potamografia, limografia, costa, fortificações, história militar, portos, nesografia, clima e salubridade, reino mineral, reino vegetal, reino animal, o descobrimento, origens e grafias do nome Pernambuco, raças aborígenes, povoamento, capitania hereditária, Estado, relação dos presidentes, capitães e governadores, imigração, limites, superfície, população, organização política, história judiciária, religiões, agricultura, engenhos e usinas, pecuária, indústria, viação, comércio, moedas, pesos e medidas, regime fiscal e tributário, instrução, pernambucanos notáveis, nomenclatura dos municípios, cidades, vila e povoados.

à descrição. Contudo, pela natureza da obra, não há síntese. Esse trabalho também foi submetido para preencher a vaga da Cátedra de Geografia, Corografia e Elementos de Cosmografia do Ginásio Pernambucano em 1921 (Vida [...], 1921).

Na corografia de Mário Melo, se excluiu o território da antiga Comarca do Rio São Francisco, mas não deixou fazer menção: “Na parte em que o Rio São Francisco separa Pernambuco da Bahia, desprezando mesmo o antigo território anexado provisoriamente ao grande Estado, possuímos cerca de duzentas ilhas, das quaes a mais importante é Assunção [...]” (Melo, p. 49, 1922).

Ainda na década de 1920, Mário Melo publicou na revista do IAHGP textos sobre povoamento⁸⁰, toponímia e mais duas monografias direcionadas aos congressos de Geografia. No 7º congresso, realizado em João Pessoa, apresentou “O Monte das Tabocas”, com texto mais curto e informal. O perfil de escrita do jornalista volta nesse breve trabalho. Tem duas ilustrações, uma fotografia do monumento erguido na praça do centro da cidade de Vitória de Santo Antão (PE) e um desenho do que representava a localização atual do Monte das Tabocas. Esse lugar, de relevância sobre a Insurreição Pernambucana, é descrito por Mário Melo por meio de visita *in loco* e literatura histórica. Desse modo, o autor compara a paisagem do passado com a que ele se deparou e conclui que pouco restou da natureza séculos depois.

Em “Ensaio sobre alguns topônimos pernambucanos”, 1927-1929, ele publica lista de nomes com origem no idioma Tupi, no intento de dar continuidade ao trabalho do “saudoso amigo” Alfredo de Carvalho. Eram fragmentos do que viria a ser depois, em 1930, “Toponímia Pernambucana”. O interesse de Mário Melo pelo tema foi despertado no Quinto Congresso Brasileiro de Geografia:

Tive a felicidade de estreitar relações com Theodoro Sampaio em 1916, no Congresso Brasileiro de Geographia reunido na Bahia e desde esse tempo comecei a interessar-me pela interpretação dos nomes tupis. Em momentos de dúvidas recorria ao mestre, que nunca recusou a ninguém o auxílio do seu saber [...] Tamanha foi a minha felicidade que, justamente na época em que estava entregue a esse estudo, aqui surgiu inesperadamente Theodoro Sampaio, para uma visita a Pernambuco. Submetti a opinião do mestre os vocábulos e ouvi seus conselhos (Melo, p.175-176, 1930).

⁸⁰ A digitalização do texto “Povoamento do solo de Pernambuco” está ilegível, não permitindo sua análise.

Assim, ele aproveitou os escritos de Alfredo de Carvalho e acrescentou mais termos ao vocabulário, resultando em 56 páginas de onomástica geográfica. Na esteira dos temas de estudo de Alfredo de Carvalho, Mário Melo se dedicou também à etnografia. Nos artigos: “Os carinijós de Águas Belas” (1928-1929) e “Etnografia pernambucana: os Xucurús de Ararobá” (1933). A etnia Carnijó ou Fulni-ô, fora objeto de estudo apresentado no 8º Congresso Brasileiro de Geografia, em 1926, o qual Mário Melo chamou atenção do marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958), o presidente do evento. Havia prometido mostra-lhe os “pobres aborígenes” quando estivesse em Pernambuco. Contudo, Rondon não pôde vir e Mário Melo seguiu para Águas Belas (Melo, 1928).

Nesse trabalho, Mário Melo desenvolve seu potencial etnográfico na intersecção com a geografia e história. O território dessa etnia estava ameaçado, bem como viviam em dificuldades diversas oriundas do abandono pelo Estado. Essa foi uma das motivações do trabalho, no qual o autor confessa que “[...] levei o grito de desespero desses abencerragens que representam para nós uma relíquia histórica” (p. 179, 1928).

No período, o território dos Fulni-ôs estava sendo sistematicamente apropriado por poderosos e políticos. Melo alega que existiam cerca de 154 usurpadores das terras indígenas, amparados pela afirmação de que em Águas Belas não existiam indígenas. Essa tese foi veemente contestada por Mário Melo que, mesmo com trabalhos de gabinete, questionou a questão. Tema caro ao intelectual, uma vez que lhe despertava interesse o fato de acreditar ser a única etnia presente no Estado de Pernambuco, que em breve desapareceria: “[...] uma raça que mais cedo ou mais tarde, ficará extinta, absorvida por elementos estranhos e mais fortes” (Melo, p.220, 1928).

Percebemos que a tradição, elemento característico do regionalismo, é evocada como justificativa na defesa desses povos, uma vez que eles conservavam seu idioma e costumes. A perspectiva histórica, dos indígenas serem “história viva” é um argumento que justifica a importância pelo viés do IAHGP de preservação da memória. À despeito disto e da visão paternalista, os trabalhos de Mário Melo deram visibilidade à causa dos Fulni-ôs.

Não tivemos acesso à monografia apresentada no congresso de Geografia. Porém, Melo (1928) transcreveu o parecer da comissão, no qual demonstra que, apesar de não ser especialista no assunto, teve aprovação da banca pela relevância

do tema. A apreciação da comissão chegou ao presidente do evento, Cândido Rondon, que enviou um telegrama ao governador do Estado e prefeito de Águas Belas apelando para a proteção dos indígenas.

Entre o congresso de 1926 e o ano de 1928 a situação se agravou e o Ministério da Agricultura enviou um emissário, que era da confiança de Rondon. Mário Melo foi solicitado por Rondon para ser o guia de tal representante. Assim, uma excursão foi montada, contando também com um representante do governo estadual. Enfim Mário Melo iria visitar e conhecer os Fulni-ôs de Águas Belas⁸¹. Agora a pesquisa etnográfica ganhava a observação, anteriormente não realizada.

O trabalho reuniu pesquisa de campo e pesquisa documental, sobre as origens da ocupação territorial dessa etnia e do povoamento ao seu redor. Um resultado desse levantamento foi a divulgação da Carta Régia de 5 de junho de 1705, na qual a corte portuguesa outorgou as terras aos Fulni-ôs. Diante disto, o governo criou ato oficial regularizando a situação dos indígenas e posseiros, bem como dos domínios municipais.

As impressões etnográficas de Mário Melo priorizaram aspectos religiosos e linguísticos, ou seja, os rituais e o vocabulário “la-tê”. Ressalta ainda a “moral e bons costumes” e a nacionalidade dos indígenas, isto é, elementos importantes da cultura letrada pernambucana incorporados à cultura indígena. A representação social dos Fulni-ôs esboçada por Melo (1928) é de um povo simples, trabalhador, subjugado por poderosos, indefesos, nacionalistas, rígidos moralmente, tradicionalistas em sua cultura. Para reforçar essas representações, Mário Melo exibiu fotografias tiradas durante os dias que fez a excursão (Figuras 30 e 31), registrou também a sua presença, exibindo fotografia entre os Fulni-ôs, conforme mostra a Figura 32.

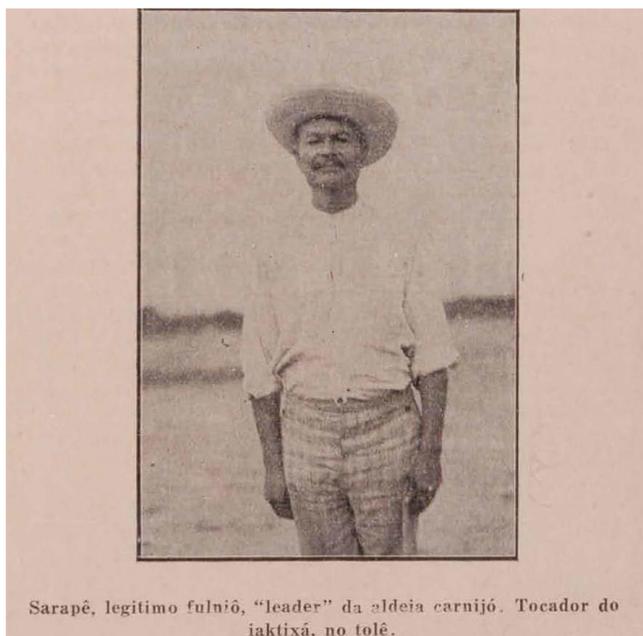
⁸¹ Notemos a distância entre Recife e Águas Belas, que fica a 312 km, sendo uma viagem de mais de 4 horas, de automóvel, atualmente. Por isso, a dificuldade de Mário Melo em realizar a pesquisa de campo.

Figura 30 – Fotografia das indígenas Fulni-ôs



Fonte: Melo (1928).

Figura 31 - Fotografia de líder Fulni-ô, por Mário Melo, 1928



Fonte: Melo (1928).

Figura 32 – Mário Melo entre os indígenas Fulni-ôs, 1928



Legenda: Mário Melo está sentado, de terno e gravata, na porção esquerda da imagem.
Fonte: Melo (1928).

Satisfeito com o resultado da questão, Cândido Rondon escreveu para Mário Melo, que transcreveu o telegrama em seu artigo na RIAHGP:

Rio 18|7|1928 – Dr. Mário Melo, secretario perpetuo do Instituto Archeológico e Histórico. Recife. – Venho abraçar o meu caro amigo pela justa e patriotica solução dada à questão de terra dos índios de Águas Belas pelo eminete e benemérito Governador dr. Estácio Coimbra. A ti e ao sr. Rafael Xavier muito devemos tão feliz desenlace de um assunto a que se prendiam intrêsses politicos do municipio. Congratelemo-nos, pois, e com os nossos patricios carnijós pela reivindicação do velho solar dos seus avós, cuja tradição guardavam com imperecível amôr. Calorosos e efusivos abraços. **General Rondon** (Rondon *apud* Melo, p.227, 1928, grifo do autor).

Mais contente estava o próprio Mário Melo, que confessa “Dentre as minhas campanhas idealistas – tantas tenho pelejado na vida! Bem poucas alcançaram resultado mais proficuo do que esta pelo direito dos indios carnijós, espoliados e perseguidos mas sempre com esperança [...]” (Melo, p. 226, 1928).

A perspicácia de Mário Melo nos congressos de Geografia pode ser notada, uma vez que eram tribunas de pautas indigenistas. Além disto, a presidência da oitava edição do evento era do expoente do indigenismo na época, Cândido Rondon. Vale aludir também que Mário Melo foi membro da comissão organizadora, como 1º secretário. Esse trabalho representa os rebatimentos dos congressos de Geografia na

sociedade brasileira e o crescimento das relações entre Mário Melo e os intelectuais do país. Concordamos com Silva (2021) ao apontar que a admiração e amizade com Alfredo de Carvalho se mostrava nos trabalhos da temática indígena e nas referências que fazia ao confrade. Para o pesquisador, Mário Melo se colocava como continuador da obra de Alfredo de Carvalho.

Ainda no oitavo congresso, em 1926, apresentou também um trabalho sobre a ilha de Itamaracá, “[...] uma bella monographia de character regional em que ha erudição, saber e conhecimentos seguros [...]” (Silvestre *apud* Melo, p. 9, 1930). Pela primeira vez uma parecerista designa o trabalho de Mário Melo por “monografia regional”. Apresenta seções, cujos títulos são: desenvolvimento histórico, geognosia, limites, potamografia, produção, fauna, indústria, população, lenda, pela grandeza de Itamaracá e conclusão. Nesse trabalho Mário Melo mostra seu amadurecimento na escrita científica geográfica. Cita diversas fontes documentais e bibliográficas. Na seção histórica, faz exaustiva apreciação dos acontecimentos, com destaque para o período colonial. Em relação à geologia de Itamaracá, cita seu trabalho anterior, “Corografia de Pernambuco” e transcreve correspondência com John Casper Branner, sobre a composição geológica da ilha. Isto denota o intercâmbio entre eles.

Como mostra também, no artigo publicado em 1920, de autoria da redação do IAHP, a transcrição de uma carta em que, Branner responde ao Mário Melo sobre a ocorrência de terremotos em Pernambuco. Nesse mesmo artigo, expõe carta de Henri Charles Morize (1860-1930), também em resposta à mesma questão (IAHP, 1920). Os dados das demais seções geográficas não mostraram as fontes consultadas, sendo atribuídos às observações do autor.

Por fim, o viés pragmático aparece, solicitando ao final do texto diversas medidas que o governo deveria tomar para melhorar a vida da população e desenvolver economicamente o lugar, sobretudo a demanda por vias de transporte. Mostra na conclusão um esforço de síntese, se adequando ao modelo de monografia regional. Esse trabalho encerrou a participação, do que se tem conhecimento, de Mário Melo nos congressos de Geografia. Observamos uma progressiva adequação ao método geográfico divulgado no Brasil. Apesar de Mário Melo não citar os geógrafos alemães e franceses, os quais tiveram suas obras em circulação no Brasil durante o período, ele se esforçou em seguir as orientações dos congressos.

Nos anos das décadas de 1930 e 1940, na Revista da IAHP há apenas quatro artigos. Em “A República dos Palmares”, 1932, Mário Melo discorre sobre a história e

localização do Quilombo dos Palmares, tendo por base os estudos de Nina Rodrigues e Alfredo Brandão, que foi publicado nos Anais do 4º Congresso Brasileiro de Geografia, realizado no Recife, em 1915. Nesse artigo, enaltece os quilombolas pela defesa da liberdade, cara aos pernambucanos. Apresentou esse trabalho no 1º Congresso Afro-brasileiro⁸², organizado por Gilberto Freyre, no Recife, em 1934 (Tiveram [...], 1934).

O segundo artigo na década de 1930 foi “Etnografia Pernambucana”, no qual esboça as impressões de Curt Nimuendajú (1883-1945)⁸³ em Pernambuco. Narra que o etnólogo alemão o procurou para auxiliá-lo nas indicações dos lugares onde se encontravam as etnias indígenas no Estado. No artigo, aparecem informações iniciais do que Mário Melo acreditava ser um projeto mais amplo, por isso acrescenta um segundo autor, Hildebrando de Menezes (1888-1982). Sob o subtítulo de “Os Praiás de Tacaratu⁸⁴, o autor descreve a paisagem do brejo onde habitavam (Brejo dos Padres), bem como uma entrevista com o mais antigo membro da etnia na região (Menezes, 1933).

Mário Melo termina o dossiê “Etnografia Pernambucana” com texto sobre adornos. Esses textos fizeram parte, poucos anos depois, do contexto da temática indígena na década de 1930, em que o movimento modernista transformou o “praiá” em objeto-*fetich*e da cultura nacional. Assim como, durante o Estado Novo teve a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para conservação de bens de valor arqueológico e etnográfico, por exemplo (Albuquerque, 2014).

Em relação ao Estado Novo, período de ditadura instaurada por Getúlio Vargas entre 1937 e 1945, Mário Melo participou politicamente do governo de Agamenon

⁸² O 1º Congresso Afro-brasileiro foi pensado inicialmente para ser um evento sobre as religiões de matriz africana. Porém, apesar de se dedicar ao tema, ampliou o debate em diversos aspectos, sobre as pessoas negras na sociedade brasileira. Apresentaram diversas perspectivas, tanto com viés biológico, quanto cultural. Os representantes religiosos participaram antes e durante o evento, em reuniões preparatórias do congresso nos terreiros, por exemplo. Os templos afro-brasileiros envolvidos foram: Pai Anselmo, Pai Oscar Almeida e Pai Artur Rosendo. Além disto, houve manifestações típicas dos seus rituais durante o evento (Morais, 2020; Tiveram [...], 1934).

⁸³ Nimuendajú nasceu como Curt Unckel em 17 de abril de 1883 na cidade de Jena, Turíngia, Alemanha. Autodidata interessando em Geografia e Antropologia, conseguiu estabelecer os primeiros contatos com indígenas em 1905, participando de uma expedição da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (CGGSP). Unckel abandonou a expedição e conseguiu se juntar a um grupo de Apapokuva-Guarani, com o qual conviveu de 1905 a 1907 e recebeu o nome Nimuendajú. Ele é considerado o maior especialista dos povos originários do Brasil na primeira metade do século XX (Schröder, 2023).

⁸⁴ Praiá é uma indumentária feita, sobretudo de palhas, de ritual da etnia Pankararu. O reconhecimento dessa etnia como indígenas pelo Estado brasileiro aconteceu em 1940, depois da mobilização da comunidade e dos intelectuais do Recife, os quais está o trabalho de Hildebrando de Menezes (Albuquerque, 2014).

Magalhães (1893-1952). Este, que era seu amigo de infância, o nomeou conselheiro administrativo de seu governo, entre 1938-1945. De acordo com Silva (2021) Mário Melo sofreu críticas por ser regionalista, uma vez que nesse período houve um recuo dos regionalismos. Em sua defesa, argumentava que tinha um “espírito nacional regionalista” (Melo, 1938 *apud* Silva, p. 137, 2021). Nesse caso, o regionalismo de Mário Melo se referia à escala Pernambuco⁸⁵.

Em 1937 foi instalado o Diretório Regional de Geografia em Pernambuco, em atendimento à solicitação ao Conselho Nacional de Geografia (CNG). A direção ficou à cargo do Secretário de Agricultura, Lauro Montenegro e a secretaria ao Barcelo Fagundes, diretor do Instituto de Pesquisas Agronômicas, ainda faltava deliberar sobre os consultores técnicos (A Reunião [...], 1937). A pesquisa documental (Melo, 1939; Conselho [...], 1953) indica que desde 1939 Mário Melo atuou em diversos cargos junto ao CNG. Em 1939 foi consultor técnico do Diretório Regional de Geografia de Pernambuco e em 1953 era delegado de Pernambuco (Figura 33).

Figura 33 – Fotografia da 13ª Sessão Ordinária do Conselho Nacional de Geografia (1953)



Legenda: Mário Melo no primeiro plano logo à frente da mesa diretora, na qual no centro está o vice-presidente do IBGE Moacir Silva, à esquerda da imagem o Coronel de Paranhos Antunes, secretário geral, à direita Professor José Veríssimo da Costa Pereira, secretário assistente, ao seu lado Mário Belfort Galvão.

Fonte: Conselho [...] (1953).

Ainda no IBGE, ocupou o cargo de secretário do Diretório Regional de Geografia do estado de Pernambuco de 1958 até sua morte. Também foi diretor

⁸⁵ No próximo capítulo, discutiremos a questão dos regionalismos nas décadas de 1930 e 1940.

regional do serviço nacional de Recenseamento, a partir de 1940. Nas relações do IAHGPA com o IBGE foi desfavorável à adesão ao Conselho Brasileiro de Geografia em 1937, porque, de acordo com o regulamento, a filiação retirava a soberania do IAHGPA (IAHGPA, 1944).

A função de secretário do Diretório Regional de Geografia era a segunda em ordem de importância, sendo suplente do presidente. Era atribuição dos diretórios regionais:

Art. 23. Aos Diretórios Regionais compete cumprir e fazer cumprir as deliberações de caráter geral da Assembléia Geral e do Diretório Central, e tomar as medidas necessárias à coordenação e ao desenvolvimento dos serviços geográficos regionais e municipais sob sua jurisdição resolvendo com autonomia o que for matéria privativa da economia interna dos respectivos sistemas. (Conselho [...], 1939b).

Os membros dos diretórios regionais eram nomeados pelo Governador do Estado, nesse caso, o interventor federal (1938-1945) e depois governador eleito (1951-1952) Agamenon Magalhães. À despeito do favoritismo, ele permaneceu no CNG mesmo após a morte de Agamenon Magalhães. A colaboração de Mário Melo ao governo de Agamenon é expressiva, bem como ao Estado Novo, reconhecida em artigos na imprensa (Cavalcanti, 2017; Silva, 2021). Nesse sentido, destacamos que sua indicação como membro do Conselho Nacional de Geografia, teve objetivos técnicos e políticos.

Na sua atuação no planejamento e gestão do território foi presidente da Comissão de Divisão administrativa de Pernambuco entre 1940 e 1948. Como deputado estadual, entre 1947-1951, pelo Partido Social Democrático (PSD), emitiu pareceres sobre criação de municípios, sendo um dos seus relatores, o geógrafo Gilberto Osório de Andrade, no referente ao município de Tabira em 1948 (Melo, 1948). De acordo com Fonseca (p. 60-61, 2001):

Geógrafo, delegado em Pernambuco do IBGE, Mário Melo participou, ativamente, durante todo o mandato, das querelas relacionadas à criação e ao desmembramento de municípios. Batia-se especialmente pelo cumprimento de lei federal que se presumia coibir a orgia de criação de cidades que já nascem fantasmas. Ele julgava, também, que o assunto deveria ter um crivo técnico. Nesse sentido, apresentou a proposta de que as várias emendas criando novos municípios, que tramitavam no Legislativo, fossem previamente submetidas à Comissão Técnica do Governo estadual, que consolidaria um projeto único, a ser, então, submetido à votação na Assembléia. A idéia foi rejeitada sumariamente pelos deputados, sob o argumento da independência entre os poderes.

O geógrafo Mário Melo utilizou do poder legislativo para suprir demandas relativas ao espaço pernambucano. A voz pragmática que cobrava ações efetivas dos congressos brasileiros de Geografia teve condições de ser ouvida, porém nem sempre atendida. Aproveitava a oportunidade para envolver os encaminhamentos do Conselho Nacional de Geografia nas soluções locais, como por exemplo o projeto de organização e impressão de um mapa de Pernambuco com a supervisão do CNG, que foi rejeitado pela câmara legislativa estadual.

Diante dessa ativa vida política nos anos de 1940, Mário Melo publicou na RIAHGP apenas dois artigos, ambos em 1945. Em “A furna da Serra do Cajá e o sumidouro da Serra Talhada”, trouxe relato de pesquisa de campo realizadas nesses lugares em virtude de uma viagem que realizou. A ocasião citada foi em 1940, quando percorreu de automóvel até Petrolina para a inspeção o serviço nacional de Recenseamento, o qual era diretor regional (Melo, 1940).

No artigo “O afro-indianismo na orografia pernambucana” confessa que o trabalho faz parte de demanda do Conselho Nacional de Geografia, para o Dicionário Geográfico Brasileiro que estava em elaboração. Pela primeira vez Mário Melo faz referência às origens africanas nos seus estudos de onomástica. Tendo em vista a publicação do trabalho pioneiro “A influência africana no português do Brasil”, do alagoano Renato Firmino Maia de Mendonça (1912-1990) em 1933, o intelectual estava atento às mudanças nos estudos linguísticos do país⁸⁶.

Em relação à participação desse geógrafo em outros países, em 1937, foi convidado a palestrar sobre o Brasil na Sociedade de Geografia de Lisboa, a qual era membro há mais de duas décadas. O título de sua palestra “Aspectos de etnografia brasileira”, denota o interesse pelo tema indígena e a interdisciplinaridade entre Geografia, História e Etnografia, que representam a atuação científica de Mário Melo. Na palestra, compartilhou sua experiência com os Fulni-ôs de Águas Belas, contou lendas da Amazônia e exaltou seu amigo João de Barros. Além disto declarou ser fruto da miscigenação: “Produto de duas raças que sou – bisneto de português pelo materno lado, e bisneto de brasileiro [indígena]” (Melo, p. 4, 1938).

Seja como for, não está elucidada a questão racial de Mário de Melo, sendo também evidente seus traços fenotípicos afrodescendentes, conforme mostram

⁸⁶ Sobre o tema da toponímia, o CNG, assim como os congressos de geografia promovidos pela SGRJ, recomendava a preservação dos nomes indígenas dos municípios. Mário Melo era tributário dessa premissa.

fotografias e caricaturas em jornais do Recife (Gaspar *et al*, 2012). Enfim, essa viagem à Portugal foi amplamente divulgada por Mário Melo. Atentamos que, na publicação da conferência, ele colocou dentre seus principais trabalhos: “Arquipélago de Fernando de Noronha”; “Paudalho”; “Rios de Pernambuco”; “Corografia de Pernambuco”; “Os Carnijós das Águas Belas” e “Toponímia Pernambucana” (Melo, 1938). Isto denota a importância da produção geográfica na sua trajetória intelectual.

Em virtude dessa viagem, participou também do Iº Congresso de História da Exposição Portuguesa no Mundo e fez pesquisa documental, que resultou em diversos trabalhos sobre a Guerra dos Mascates. Essa oportunidade lhe foi conferida pelo mérito intelectual e bom relacionamento com o escritor português João de Barros (1881-1960), que visitou o Recife um ano antes e foi recebido por ele (Silva, 2021).

Portanto, ao observarmos a produção geográfica de Mário Melo de modo contextual, verificamos a interseccionalidade entre as habilidades de jornalista, historiador, membro do IAHGP e político. Por isso, a diversidade de temas, que eram fruto de oportunidades profissionais e das afinidades intelectuais e pessoais. Além disto, a geografia suscitada por Mário Melo estava imbuída pelo discurso nacionalista e demandas político-administrativas de Pernambuco, assim como os seus confrades Pereira da Costa, Sebastião Galvão e Alfredo de Carvalho, os quais são explicitamente referências em seus trabalhos.

3.3 Os geógrafos historiadores do IAHGP

A denominação “geógrafo” aos diletantes pernambucanos se deve ao reconhecimento conferido a eles pelo Congresso Brasileiro de Geografia realizado no Recife, no caso de Alfredo de Carvalho e Pereira da Costa, que foram designados como pareceristas. No caso de Sebastião Galvão, ao publicar um dicionário histórico e geográfico, recebeu menções de geógrafo pelas autoridades geográficas do país. Mário Melo, era reconhecido por geógrafo nos Congressos de Geografia, no Conselho Nacional de Geografia e pela intelectualidade pernambucana. O mesmo Mário Melo, declarou ainda, em 1916, que as “autoridades geográficas” de Pernambuco eram Pereira da Costa e Sebastião Galvão, que não contestaram esse título. Portanto, seguindo a premissa de uma perspectiva histórica que observa o passado do modo como ele se apresenta (Benjamin, 1987), adotaremos essa denominação, com o sentido que tinha na época.

Os autores recorrentes dos trabalhos geográficos publicados na Revista do IAHGP demonstraram sintonia com o debate nacional, tanto na ciência geográfica como nas demandas da sociedade. Assim, ancorados em Berdoulay (2017) identificamos seus perfis socioprofissionais, tendências de estudos, demandas sociais, sistemas de pensamento e círculos de afinidades que compõem as características internas e externas da ciência geográfica praticada pelos pernambucanos.

É possível perceber que a tradição da geografia especial/particular/regional é evidenciada nas obras dos membros do IAHGP. A Geografia regional do IAHGP estava imersa no contexto provincial, característico do regionalismo anterior à década de 1920, isto é, diferente do regionalismo de Gilberto Freyre (Albuquerque Júnior, 2011). A valorização da tradição cultural e a perspectiva da região como parte do todo nacional são características do regionalismo do IAHGP, evocado desde meados do século XIX.

Portanto, pensar a nação a partir da região é uma premissa nos trabalhos no IAHGP. Desse modo emerge o estudo de Pernambuco, haja vista que o regionalismo característico desses autores, é herdeiro do passado colonial, de um "arquipélago econômico", dividindo o território em capitanias e depois províncias. Apesar de alguns estudos se remeterem ao antigo território da Capitania de Pernambuco e ao Brasil, predomina a abordagem regional provinciana. Nesse sentido, percebemos que os temas preferenciais dos autores são: Nação; Pernambuco; Comarca do Rio São Francisco; Arquipélago de Fernando de Noronha; Indígenas e Topônimos. As monografias geográficas estiveram presentes nas produções dos autores estudados. Elas tinham o viés corográfico, caracterizado pela descrição de uma paisagem particular.

A Geografia pernambucana elaborada pelos intelectuais entre 1862 e 1946, carrega algumas tendências comuns à ciência geográfica do século XIX no Brasil, como: descrição sem síntese, associação com a antropologia e valorização da toponímia. A tendência descritiva aparece nos trabalhos de Pereira da Costa, Sebastião Galvão e Mário Melo. Se buscava descrever os mesmos elementos enumerados, isto é, uma rígida lista de aspectos. Todavia, é possível perceber alguns esforços de explicação dos fatores responsáveis por cada paisagem estudada. Houve também uma síntese diante do que havia sido exposto, na monografia sobre Itamará,

de Mário Melo. Dentre as características da pesquisa regional, é notável a valorização da observação direta, um elemento caro ao empirismo que marca o ideário positivista.

O positivismo crescente no Brasil envolveu esses intelectuais, que tomaram para si a produção científica em nome do “progresso da Nação”. O caráter utilitarista é expresso nas escolhas temáticas, que remeteram aos aspectos naturais do território pernambucano, seus limites e regiões em disputa. Mesmo nos temas de escala diferente, no caso dos artigos sobre antropologia de Alfredo de Carvalho, há um viés positivo da busca por evidências que denotassem as origens dos povos americanos.

Apesar das teorias evolucionistas em voga no Brasil, suscitando várias perspectivas raciais, inclusive na Faculdade de Direito do Recife, os intelectuais que nos debruçamos optaram por não divulgar qualquer uma delas. O pensamento racial é pouco expressado, admitindo-se apenas a ideia das três raças na formação da nação brasileira. O termo “raça” foi raramente evocado, sendo substituído por “população” e “etnia” nos seus trabalhos.

É interessante o caráter realista e factual das descrições. Mesmo predominante, esse viés foi combinado com a literatura e função poética em alguns trabalhos de Pereira da Costa e Sebastião Galvão. A união entre ciência e arte é também uma característica do romantismo alemão, presente nas obras de Alexander von Humboldt. Há de se notar também, o ambiente literário brasileiro, quando Sebastião Galvão cita Joaquim Nabuco e Gonçalves Dias, tanto demonstra as afinidades desses intelectuais tanto com romantismo literário, quanto com a descrição poética da paisagem.

No tocante aos vocabulários e origem de topônimos, envolvidos na tendência da toponímia e no culturalismo, encontramos sua valorização nos trabalhos de todos os autores estudados. O culturalismo sociológico desenvolvido desde o fim do século XIX, que valorizava o folclore e cultura popular, teve adesão desses confrades do IAHG, que encontravam diversas formas de introduzir a cultura em seus textos. A Toponímia teve um ponto de encontro com o culturalismo ao passo que evocava o conhecimento popular e perseguia a manutenção dos termos cunhados pela população ao longo do tempo.

Ao desvendar esses topônimos, se deu importância à tradução, com destaque para as relações com Theodoro Sampaio, que colaborou nos trabalhos sobre o idioma Tupi. Essa conversão de idiomas foi significativa para esse círculo dos geógrafos em outras línguas também, como o inglês. Não tendo condições técnicas para realização

de estudos geológicos, traduziram e estabeleceram relações com o geólogo estadunidense John Casper Branner.

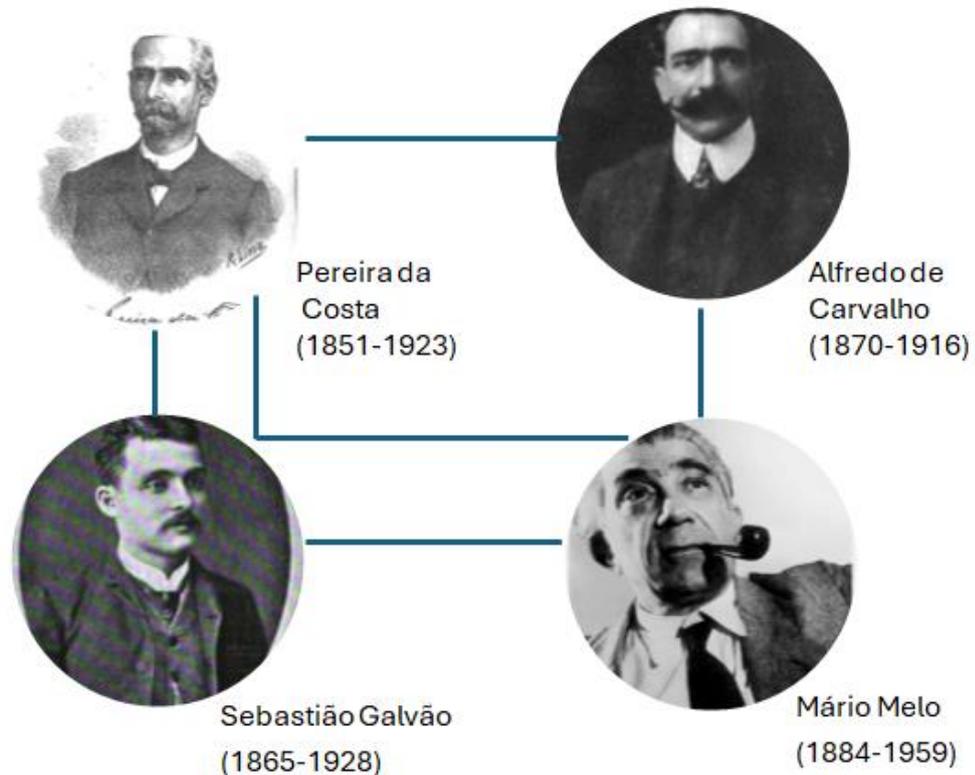
Nesse círculo, os estudos regionais na escala de Pernambuco são preponderantes, contudo, Alfredo de Carvalho teve iniciativas no recorte Brasil, contrariando a escala de análise comumente atribuída aos pesquisadores locais. A tendência etnográfica também aparece nos estudos do IAHGP, especialmente de Alfredo de Carvalho e continuada por Mário Melo. O estudo em escala nacional é evidenciado apenas nos trabalhos de Alfredo de Carvalho, sendo uma tendência pouco apreciada.

A geografia histórica é uma tendência que acompanha todos os intelectuais selecionados, caracterizada pelo rigor documental, um traço do positivismo histórico. A escrita da história pernambucana foi também uma demanda social, como demonstrado na criação do IAHGP, por conseguinte, os estudos geográficos que procuravam o passado espacial estavam direcionados para tal finalidade.

Conforme o projeto de nação avançava durante o império e primeiros anos republicanos, as demandas pelo conhecimento sobre os objetos naturais e técnicos do espaço pernambucano cresceram e tiveram, em alguns momentos, intervenção das instâncias locais e nacionais. Desse modo, as demandas das agremiações geográficas nacionais, IHGB e SGRJ, encadeadas às demandas político-administrativas, impactaram os intelectuais pernambucanos, que elaboraram trabalhos em virtude de eventos e de tipos de publicações valorizadas por elas, como os dicionários geográficos.

Definimos o círculo de afinidades por “Círculo dos Geógrafos Historiadores” (Figura 34) caracterizado pelos intelectuais dedicados, sobretudo, aos estudos históricos de Pernambuco. Assim, o viés histórico/documental é comum em seus trabalhos geográficos. Ao longo do capítulo procuramos estabelecer esse círculo, destacando aspectos biográficos e teóricos entre os autores. Cabe destacar que, por serem contemporâneos, foram nomeados em diversas comissões conjuntas, assim como realizavam as leituras de seus trabalhos nas reuniões da instituição, com a presença de seus pares.

Figura 34 – Esquema do Círculo dos Geógrafos Historiadores do IAHGP



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Nesse sentido, concluímos que Pereira da Costa foi fonte de inspiração para Mário Melo e Sebastião Galvão, desenvolvendo, assim como eles, algumas monografias regionais. A tendência da Toponímia, um campo da Onomástica desenvolvido também da geografia germanófona, é especialmente trabalhada por Alfredo de Carvalho e Mário Melo, que tiveram vínculos com o baiano Theodoro Sampaio.

Destacamos ainda as trocas de correspondência entre Mário Melo e Jonh Casper Branner, indicando o intercâmbio científico entre o IAHGP e o geólogo. Além disto, se correspondeu também com Pereira da Costa, valorizando seus trabalhos num estudo bibliográfico sobre geologia no Brasil.

É importante notar que, os elementos da pesquisa geográfica da observação, descrição, analogia, conexão, explicação e síntese resultaram de um longo processo de formação dessa ciência. As referências aos “passos” desse método, são atribuídas à Geografia desenvolvida na França, pela ampla divulgação de suas publicações no

Brasil e pelos esforços na propagação do caráter científico dessa disciplina, estabilizando o denominado "método geográfico". Contudo, essa divulgação no Brasil se fará de modo amplo a partir da década de 1930, com a chegada dos professores franceses para organização dos cursos superiores nas faculdades de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Mesmo assim, como já observamos, Bernardino de Souza expôs considerações sobre o método geográfico em 1916, no 5º Congresso Brasileiro de Geografia, de Salvador, (Souza, 2017). Delgado de Carvalho, em 1927, ressalta alguns aspectos da Geografia Modena, em artigo resultante do Curso Superior Livre de Geografia, que ministrou com demais intelectuais, entre 1916 e 1921. No qual, afirma: “[...] o novo ponto de vista é a ‘explicação’, através das relações e comparações [...] Essa nova geografia, prossegue Carvalho, nada tem a ver com a geografia dos manuais e dos dicionários” (Machado, p. 322, 2000).

Nesse sentido, Delgado de Carvalho e demais geógrafos de seu tempo, envolvidos sobretudo na SGRJ, buscavam divulgar outras formas de produção de conhecimento geográfico, distantes do modelo enciclopedista dos dicionários. Uma delas era a monografia regional. Cabe notar que as “monografias descritivas regionais” passaram a figurar como seção especializada dos congressos de Geografia a partir de 1916, na edição de Salvador. Mário Melo participava assiduamente desses congressos, por isso, percebemos um esforço desse autor em se adequar às orientações de padronização da pesquisa geográfica ao longo do tempo.

Apesar das críticas às descrições analíticas das paisagens e guiada por tópicos, esse estilo se assemelhava à rigidez do modelo monográfico adotado por alguns geógrafos. Conforme é destacado por Paulo César da C. Gomes, como uma má interpretação das monografias regionais pelos próprios discípulos vidalianos: “Os elementos enumerados figuravam aí de forma quase obrigatória e se sucediam frequentemente segundo a mesma ordem, perdendo, por conseguinte sua capacidade explicativa” (Gomes, p. 211, 2000a).

Portanto, antes da orientação dos “mestres estrangeiros” franceses, havia uma interpretação brasileira do que seria uma monografia regional. Essa monografia, que aparecia nos institutos históricos e geográficos, congressos de Geografia e teses para o provimento das cátedras da disciplina nos colégios oficiais, como veremos no próximo capítulo, buscou referências na literatura estrangeira e nacional.

Sendo assim, é compreensível a ausência da menção ao método geográfico nos trabalhos dos geógrafos historiadores pernambucanos, contudo, isto não implica na desqualificação de seus trabalhos enquanto geográficos. Isto porque, a ciência geográfica teve uma trajetória até se estabelecer o desenvolvimento de um método próprio, sendo praticada em diferentes abordagens ao longo do tempo.

4 AS TESES DE GEOGRAFIA: a pesquisa em nome do ensino

As cátedras de Geografia em Pernambuco foram ocupadas ao longo do tempo por professores que estiveram envolvidos nos cursos superiores de Geografia, como Manuel Correia de Andrade, com sua tese “O Vale do Siriji: um estudo de Geografia Regional”, defendida em 1958. Além disso, demais geógrafos de destaque no meio científico foram catedráticos, bem como suas teses marcaram a literatura especializada, como Mauro Motta, com a tese “O Cajueiro Nordestino”, em 1955.

Tadeu Rocha (1953) apontou o Ginásio Pernambucano e a Escola Normal como instituições que requereram uma “tese”, isto é, uma monografia sobre determinado tema, em seus concursos ao provimento da vaga de professor da disciplina. A exigência de um trabalho científico para concorrer a vaga de docente, fomentou o desenvolvimento da pesquisa geográfica.

O envolvimento entre a pesquisa e o ensino não se dá por acaso, a expansão da instrução foi um dos propulsores da valorização da Geografia enquanto disciplina na França, por exemplo (Berdoulay, 2017). No Brasil não foi diferente, pois, desde o período colonial a seara do ensino conferiu destaque à disciplina. O conhecimento acerca do grande território faz parte dos diversos níveis educacionais em variados momentos da história brasileira.

Portanto, capítulo que se inicia tem por objetivo identificar as teses de Geografia vinculadas ao Ginásio Pernambucano e Escola Normal Oficial, para em seguida contextualizar essas pesquisas, tendo em vista o perfil socioprofissional dos autores, as tendências geográficas, os sistemas de pensamento e demandas sociais dos seus estudos. Assim como, as continuidades e discontinuidades das tendências geográficas já identificadas no capítulo anterior.

Por fim, ao término do capítulo, estabilizamos o círculo de afinidades entre eles, que vai sendo esboçado ao longo do texto. Sendo assim, a análise das teses será desenvolvida sob a abordagem contextual de Vicente Berdoulay (2007), combinada à perspectiva crítica na pesquisa documental explicitada por Bacellar (2008) e associada à abordagem histórica de Benjamin (1987) na condução da nossa interpretação.

4.1 As instituições e suas cátedras de Geografia

O passado colonial do Brasil lhe conferiu características de instrução pública voltada ao atendimento das classes dominantes, em Pernambuco não foi diferente. A expansão da chamada instrução secundária⁸⁷ esteve relacionada à mudança da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808. Nesse contexto surgiram os cursos jurídicos, em Olinda e São Paulo no mesmo dia, 11 de agosto de 1827. O objetivo era de formar uma classe de administradores políticos e juristas para o território recentemente proclamado independente.

A criação do Liceu Provincial de Pernambuco em 1825 vem na esteira desses investimentos na educação. Em 1855, mudou de nome para Ginásio Provincial de Pernambuco (1855). A Lei Provincial N.º 369 de 14 de maio de 1855, determinou a construção do seu edifício, que em 1866 foi inaugurado, bem como o sistema de internato. Outra instituição de educação básica no Recife era o Liceu de Artes e Ofícios, inaugurado em 1880, que tinha o objetivo de instruir a população livre de filhos de pessoas escravizadas.

Na outra ponta, da formação de professores e professoras, foi criada a Escola Normal Oficial de Pernambuco, que iniciou seu funcionamento em 1864. Essa instituição tinha o objetivo de formar profissionais para atuarem no magistério primário, inicialmente apenas homens, depois, em 1875, teve a abertura de matrículas para mulheres (Peixoto, 2006). Em relação à formação de professores e professoras, havia a disciplina de Geografia nos “cursos normais”, direcionados para atuação na educação básica. As três instituições citadas, estiveram envolvidas de algum modo na produção do conhecimento geográfico⁸⁸.

Como mencionamos, havia em Pernambuco diversas instituições de ensino que tinham as disciplinas de Geografia, como o Ginásio Pernambucano e o Liceu de Artes e Ofícios⁸⁹. No final do século XIX, essas instituições educacionais estão imersas na nova dinâmica econômica frente à queda das exportações de açúcar, que

⁸⁷ No geral, instrução secundarista se referia aos anos que antecediam à entrada na Universidade, um tipo de ensino médio, nos termos atuais. A educação básica era dividida entre ensino primário e secundário.

⁸⁸ Não há de negar a importância dos Compêndios de Geografia e demais materiais didáticos criados pelos docentes dessas e outras instituições de ensino em Pernambuco.

⁸⁹ A iniciativa de promover cursos e letramento já era realizada pela sociedade Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco desde seus primeiros anos (Costa, 2013). Santos e Silva (2022) contextualizam a atuação do Liceu no debate sobre a educação da população negra livre, que desde a Lei do Ventre Livre (1871) e do movimento abolicionista vinha sendo suscitado. Sendo uma estratégia da população trabalhadora livre de promover melhores condições de vida e manutenção de suas atividades coletivas

exigia uma mão-de-obra laboral e de serviços, assim como uma elite capaz de manter o *status quo*. Então, tanto no Ginásio Pernambucano como no Liceu, a disciplina Geografia esteve envolvida nesse contexto, mesmo que ministrada com outras denominações, como corografia e cosmografia. No Liceu de Artes e Ofícios, havia a disciplina de “Corografia do Brasil”, por exemplo. Além disto, o Liceu teve participação nos Congressos Brasileiros de Geografia⁹⁰.

Na história da Geografia, a qualidade de professor catedrático, remete às cátedras dessa disciplina no início da institucionalização alemã e francesa. Nesses países, a criação dessas cátedras simbolizava a expansão da disciplina, sua individualização e reconhecimento enquanto ciência (Berdoulay, 2017). Basta observar que, nessa época, os expoentes alemães e franceses eram professores catedráticos, em sua maioria. De acordo com Bezerra (2012) no Ginásio Pernambucano, Figura 35, a partir de 1915, os professores passaram a ser divididos em categorias: catedráticos, substitutos, honorários e livre-docentes.

Desde 1866 está localizado na Rua da Aurora, 703, no bairro da Boa Vista, ou seja, na região de concentração intelectual na cidade do Recife. Essa instituição se dedica à educação básica desde a sua formação. Fundado em 1825, funcionou no Convento do Carmo do Recife, quando era denominado por “Liceu Provincial”. Em 14 de maio de 1855, uma Lei converteu o Liceu Provincial de Pernambuco em um internato de educação pública e de instrução secundária, sob o título de Ginásio Pernambucano (Gaspar, 2003).

Em relação à Escola Normal (Figura 36), estima-se que iniciou seu funcionamento em 1873, na Rua da Praia, nº. 29, no bairro de Santo Antônio, até 1919. Em seguida, entre 1920 e 1962, esteve localizada na Rua Princesa Isabel, n.º 410, no bairro da Boa Vista. Nesse período, foi substituída pelo Instituto de Educação de Pernambuco, pelo Decreto-Lei 1448, de 03 de setembro de 1946. Atualmente o edifício que abrigou a Escola Normal, preserva vários elementos de sua fachada original, onde se estabeleceu desde 1963 a Câmara Municipal do Recife (Simões; Figueirôa, 2018). A localização, assim como do IAHGP sofreu mudanças, mas, se

⁹⁰ O prédio do Liceu de Artes e Ofícios foi cedido para atividades no 4º Congresso Brasileiro de Geografia, realizado no Recife, em 1915. Conferências foram realizadas em seu salão principal e uma “exposição geográfica” funcionou durante todos os dias do evento. Em 1916, no 5º Congresso Brasileiro de Geografia, houve a apresentação do trabalho “O ensino da Geografia no Liceu de Artes e Ofícios Pernambucano” pelo Major Manuel Joaquim Santana Castro. Porém, não tivemos acesso em nossa pesquisa documental.

manteve no centro do Recife, condição privilegiada para a captação de alunas e alunos bem como próxima às demais instituições intelectuais da cidade.

As Cátedras eram denominadas por: Geografia, Corografia do Brasil e Elementos de Cosmografia (1922); Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia (1932); e Geografia do Brasil (1940; 1946).

Figura 35 – Ginásio Pernambucano



Fonte: Gaspar, 2003.

Figura 36 – Antiga Escola Normal Oficial



Nota: Atual Câmara Municipal do Recife.
Fonte: Alves (2024).

A designação dos docentes, no Ginásio Pernambucano, foi realizada por indicação ou concurso ao longo do tempo. A pesquisa documental na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, mostrou que, em Pernambuco, um concurso para o provimento da cátedra de geografia no Ginásio Pernambucano foi aberto em 1921, sendo o mais antigo que se tem conhecimento (Várias, 1921b). Esse concurso estava alinhado com as exigências do Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915 (Brasil, 1915), dentre as quais, deveria ser apresentada uma tese pelo candidato à vaga. Diante disto, os concursos tinham várias etapas, com apresentação pública e arguição de uma banca.

Na Escola Normal Oficial, ocorreu a divulgação de concursos em 1882 (Edital [...], 1882), mas sem exigir avaliação. De acordo com Meucci (2007), o governador Ulisses Pernambucano (1892-1943), em 1923, regulamentou o concurso de títulos e provas para o provimento das vagas de docentes. O concurso deveria ser composto por prova escrita, arguição de uma banca examinadora, sobre a dissertação escrita pelo candidato e aula de 45 minutos (Sellaro, 2000, p. 176 *apud* Meucci, 2007).

Contudo, é a partir da década de 1930 que encontramos a divulgação de concurso para cátedra de Geografia na Escola Normal, nesses termos. Assim, é interessante contextualizar a educação brasileira entre as décadas de 1920 a 1940, período da realização desses cursos e publicação das conseqüentes teses. Ao longo do tempo, tendo em vista a preparação da elite pernambucana para a entrada nos cursos superiores de Direito e Medicina, a escolarização secundária servia como uma ferramenta para a manutenção e reprodução do *status quo* da oligarquia política e econômica (Bezerra, 2012).

De acordo com o sociólogo Florestan Fernandes (2008), esse cenário é exemplar da especificidade do capitalismo brasileiro. Mesmo após o fim do período colonial, a ordem social colonial permaneceu intacta, com as antigas elites assumindo o papel de "nova burguesia". Argumenta ainda que isso caracteriza o capitalismo brasileiro como arcaico e dependente, com a continuidade dos grupos de famílias da elite agrária. Nesse contexto, a dimensão educacional, desde o período colonial, tornou-se um instrumento de controle e manutenção desses grupos no poder. A escola, conforme Paulo Freire (p. 98, 1996): "[...] é uma forma de intervenção no mundo", seja ela reprodução ou ruptura da ideologia dominante.

Com o intuito de consolidar o projeto político-pedagógico de manutenção dos privilégios das elites locais, eram convidadas e contratadas pessoas que também

faziam parte desses grupos dominantes, como médicos, advogados, engenheiros e outras figuras proeminentes. Conforme já citado, após 1915, começaram a ocorrer concursos para professores substitutos, honorários e livre-docentes. No entanto, alguns professores catedráticos continuaram a lecionar, sem a exigência do concurso, devido ao tempo de atuação na escola (Bezerra, 2012).

Portanto, o concurso para a Cátedra de Geografia marca uma mudança significativa sobre a entrada de docentes nessa instituição. Vale notar que a vaga surgiu devido ao abandono do lente anterior (Várias, 1921a), bem como, no período de 1921-1922 não houve divulgação de concurso para as outras disciplinas.

Daí observamos a presença de um inspetor federal durante o certame de 1922. O governo federal estava no bojo da Reforma Carlos Maximiliano, expressa no Decreto que já mencionamos, em 1915 (Brasil, 1915). Além do concurso com apresentação da tese, houve um resgate da regulamentação do ensino e controle do Estado, perdidas na Reforma Rivadávia Correia, de 1911 (Bomeny, 1993). Nessa reforma é retomada a exigência da conclusão do nível secundarista para entrar nas Faculdades ou certificado de aprovação nos cursos preparatórios, além de um vestibular.

Ao longo da década de 1920, mais reformas afetarão o ensino secundaristas e a formação de professoras e professores. O Brasil, um país majoritariamente rural, sofria o aumento populacional, sobretudo nas cidades, como o Recife, que eram alvo de diversas modernizações e imigração das pessoas do campo. A demanda por educação crescia em torno também do voto, o qual analfabetos estavam proibidos.

Cabe notar que desde 1910 já existiam debates acerca da renovação do ensino brasileiro e a “Escola Nova” terá diversas abordagens nas décadas seguintes, porém, as principais questões levantadas era o protagonismo das educandas e educandos, educação única, gratuita e obrigatória (Bomeny, 1993; Bezerra, 2012). Em pleno debate social escola-novista, estavam os ministros da Educação e Saúde entre 1931 e 1945, Francisco Campos (1891-1968) e Gustavo Capanema (1900-1985). As reformas realizadas por eles, continuaram a realização de alterações no ensino secundarista, reforçando o interesse do governo nesse nível. Porém, mesmo no bojo da Escola Nova, não se percebe mudanças do *status quo*, e sim, a ampliação da oferta de ensino.

Isto porque, o ensino secundário preparava para a entrada nas Faculdades, que deveria ser garantida pela qualidade dos seus professores. Uma vez que era

necessário passar por exames de admissão, para cursar nos ginásios oficiais, a maioria das vagas eram ocupadas pelos sujeitos abastados. Desse modo, mantendo as elites nas formações de Direito, Engenharia e Medicina, por exemplo.

Em relação ao Curso Normal, ao longo do tempo, foi negligenciado pelo poder central, sujeito aos interesses das províncias. A partir do final do século XIX é que se percebe alguma evolução, com a Reforma Leôncio de Carvalho, 1879. Na proposta de currículo, a Geografia era uma das disciplinas e se manteve desde então. A ampliação e o nível do curso normal se desenvolveram pelo Brasil a partir dos anos de 1920, ganhando uma Lei Orgânica em 1946 (Tanuri, 2000). Se a nível nacional não tiveram esforços de orientação, nesse interim, em Pernambuco, houve uma reforma no ensino estadual em 1929, elaborada pelo escola-novista Antônio Carneiro Leão (1887-1966). Em relação ao curso normal, ampliou seu currículo, mantendo a disciplina de Geografia, sob o título de "Geografia Geral e Corografia" (Meucci, 2007).

A Geografia, assim como as demais disciplinas, estava imersa nos projetos de nação vigentes nas décadas de 1920 a 1940. A educação foi levantada como um aspecto relevante para o desenvolvimento da nação, que sofria com os estigmas deterministas raciais e a crise econômica internacional. Entre essas décadas, a política brasileira sofreu a transição da "república café com leite" para a "Era Vargas", marcado pela pauta nacionalista e a conjunção de educação e saúde.

Diante da agitada década de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, houve uma crescente centralização do Estado nas decisões sobre educação. Arelada ao nacionalismo e patriotismo evocados, uma "cultura geográfica" (Cardoso, 2013) foi sendo forjada nos setores da ciência e da educação. A política econômica estava marcada pela industrialização e infraestrutura, demandando o conhecimento acerca do território nacional e formação técnica para a classe trabalhadora.

As aspirações políticas das regulamentações citadas contribuíram para expansão do ensino secundarista e do curso normal. O ensino de Geografia demandado pela ampliação da instrução, trouxe a necessidade de estudos científicos, que deram maior visibilidade à disciplina. Portanto, as teses de Geografia emergiram num contexto de crescimento da demanda social por instrução e da nova exigência de seleção dos docentes. Por fim, que teses são essas?

Algumas teses já foram apontadas por Tadeu Rocha (1953) e citadas por Manuel Correia de Andrade (2007) e Thaís de Lourdes Correia de Andrade (2019). Têm sido estudadas por Medeiros (2021), Rocha e Gomes (2022), Beserra e Medeiros

(2022), a partir da abordagem contextual de Vincent Berdoulay (2017). São elas: “O Nordeste Brasileiro: o habitat e a gens”, 1921, de Sérgio de Godoy Magalhães; “Pernambuco: traços da sua geografia humana”, de Mário Lacerda de Melo, 1940, “Um Complexo Antropogeográfico: lineamentos para uma geografia total da Amazônia”, 1940, de Gilberto Osório de Andrade e “Contribuição ao Estudo das Regiões Naturais do Estado de Pernambuco”, 1946, de Hilton Sette. Além dessas teses, Tadeu Rocha (1953) também citou: “O Nordeste: Pernambuco centro e origem de toda civilização nordestina”, 1932, de Dácio de Lyra Rabello e com o mesmo título e ano, a tese de João Feliciano da Motta e Albuquerque Filho.

Partindo dessas menções, pesquisamos no Arquivo de Obras Raras da FUNDAJ e Hemeroteca Digital (Biblioteca Nacional) a fim de encontrar mais referências, assim levantamos a tese “Os rios e a expansão geográfica em Pernambuco”, 1940, de João Feliciano da Motta Albuquerque Filho, que até então não foi citada pelos estudos anteriores.

Rocha (1953) e Andrade (2007) ainda fazem menção a duas teses: “Os rios e seus fenômenos vitais”, de Alcino Coelho, publicada em 1922 e uma tese sobre variações climáticas de José Alfredo de Menezes, em 1940. Porém, não foram encontradas em nossa pesquisa documental.

4.2 O Nordeste de Agamenon Magalhães

Agamenon Sérgio de Godoy Magalhães (Figura 37) teve marcante trajetória política em Pernambuco e no Brasil, sobretudo durante os anos de 1937 a 1945. Apesar da sua afinidade com a Geografia ser apontada por Andrade (2007), ainda é pouco conhecido o contexto dessa participação na produção de pesquisa geográfica em Pernambuco.

Agamenon nasceu no sertão pernambucano em 1893, filho de Antônia de Godoy Magalhães e Sérgio Nunes de Magalhães, um juiz de Direito da Comarca de Jatobá de Tacaratu, futuro município de Petrolândia (PE). Sérgio Magalhães contrariou grupos do agronegócio ao assinar o pedido de habeas corpus de Delmiro Gouveia, um pioneiro da indústria do Nordeste.

Figura 37 – Fotografia de Agamenon Magalhães



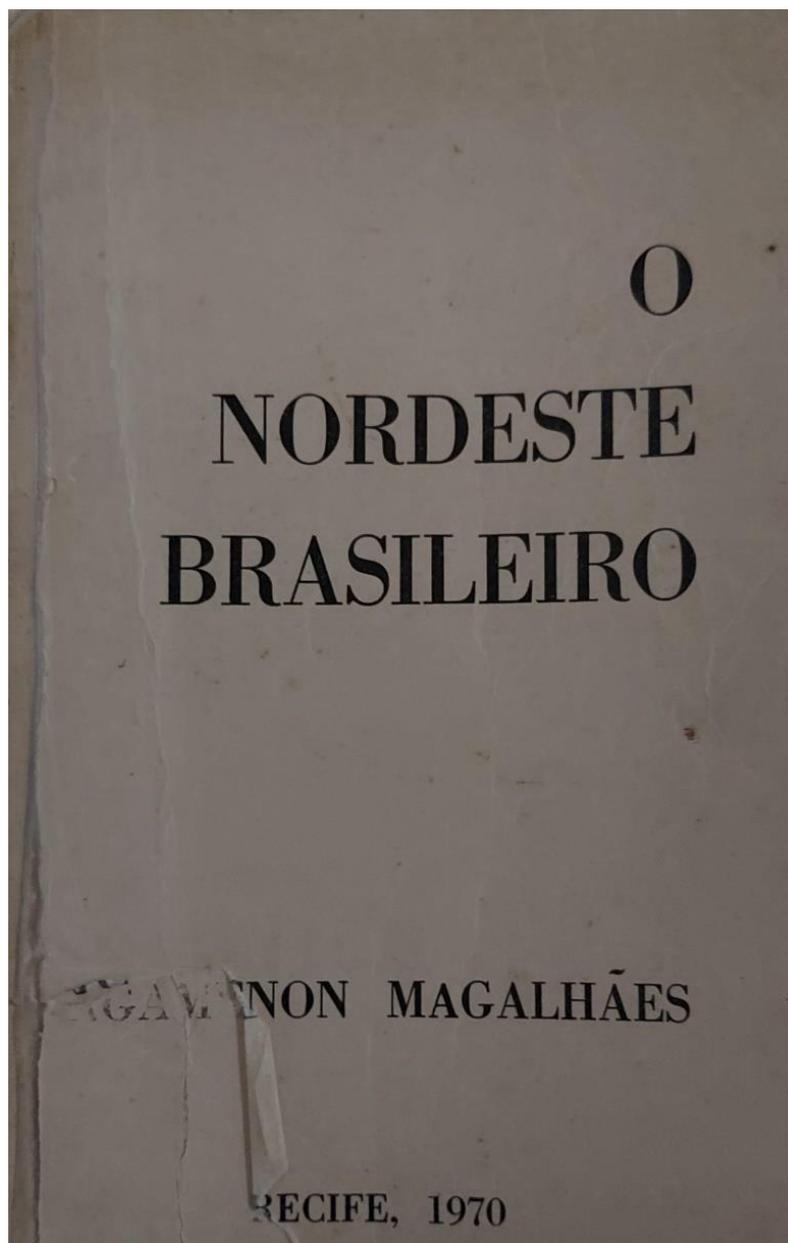
Fonte: Vainsencher (2003).

Sendo assim, a família se mudou para a cidade do Recife em 1904, na qual se deu a formação intelectual de Agamenon, que passou pelo Seminário de Olinda e Ginásio Pernambucano até se bacharelar em Ciências Jurídicas e Sociais no ano de 1916 pela Faculdade de Direito do Recife (Vainsencher, 2003). Ele se casou em 1929 com Antonieta Magalhães. Faleceu em 1952, sendo homenageado no ano seguinte através da nomeação de uma via do Recife, com cerca de 12 quilômetros de extensão, construída entre 1953 e início dos anos de 1970 (Melo, 2015).

Assim que se formou, trabalhou como promotor público de São Lourenço da Mata (1917-1919) e se elegeu deputado estadual (1918-1922). Ainda enquanto deputado, em 1921 escreveu a tese “O Nordeste Brasileiro”, Figura 38, em virtude do pleito à Cadeira de “Geografia, Corografia do Brasil e Elementos de Cosmografia” do Ginásio Pernambucano⁹¹.

⁹¹ O concurso tinha um trâmite de 120 dias, prosseguindo no ano seguinte, Agamenon apresentou sua tese.

Figura 38 – Capa da Tese “O Nordeste Brasileiro”, reedição de 1970



Fonte: Acervo do GEHPEG/UFPE.

Como já mencionamos, o seu amigo Mário Melo se candidatou a mesma vaga, com o trabalho “Corografia de Pernambuco”, no entanto, não prosseguiu. Nessa etapa, seria dispensado algum candidato de realizar o concurso devido à qualidade excepcional do trabalho⁹². Dentre eles estava também a tese de João Feliciano da Motta e Albuquerque Filho, intitulada "Geografia Física". Porém no dia da leitura

⁹² De acordo com o Artigo 51 do Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915 (Brasil, 1915).

pública dos pareceres, Agamenon Magalhães desiste da candidatura e a comissão não fez a apreciação dos demais candidatos (Gymnasio, 1921).

Em 1922, foi realizado o concurso com apresentação de tese e prova oral⁹³. Agamenon se inscreveu novamente, junto ao João Feliciano da Motta e Albuquerque Filho e Alcino Coelho. No entanto, apenas Agamenon e Alcino Coelho seguem as etapas. A tese do professor Alcino Coelho foi intitulada "Os rios e seus fenômenos vitais"⁹⁴. A apresentação pública das teses contava com a arguição dos membros da comissão do concurso, que eram docentes do Ginásio Pernambucano. É interessante notar a presença de diversos deputados, eclesiásticos e intelectuais que fizeram parte do público, como o médico sanitarista Otávio de Freitas (Concurso [...], 1922a). Por fim, a comissão, acompanhada por um inspetor federal, aprovou os dois candidatos, sendo Agamenon classificado em primeiro lugar (Concurso [...], 1922b).

A descrição desse certame nos chama atenção por contribuir ao entendimento da importância política e intelectual dessa cátedra, que atraía a atenção da sociedade pernambucana. Entre suas etapas, o processo tentava se adequar às novas diretrizes do cargo de professor. A possibilidade de não haver concurso, diante da escolha de uma obra excepcional, foi barrada pela desistência de Agamenon, que conduziu a comissão a realizar um concurso. Essa atitude, leva a crer que os pareceristas indicariam Agamenon ao cargo diante da obra "O Nordeste Brasileiro".

A divulgação na imprensa local e a presença da intelectualidade nas arguições, denota o prestígio intelectual que um catedrático de Geografia conquistaria. Destacamos o interesse político pela disciplina, uma vez que, em 1924, o presidente da Câmara dos Deputados, Cônego Henrique Xavier de Farias, fora nomeado catedrático da disciplina no Curso Comercial (Notas [...], 1924).

O então deputado estadual Agamenon Magalhães entrava para o ensino, num cargo vitalício, sem ter a experiência docente do seu concorrente, mas, com um trabalho de tema caro na década de 1920: o Nordeste. A peculiaridade do título se dá por anteceder ao movimento regionalista de Gilberto Freyre. Isto pode ser explicado pelo tema suscitar a ascensão do recorte regional para além do Estado de Pernambuco. À despeito dessa característica, acreditamos que o pensamento

⁹³ O tema sorteado foi Geografia da Holanda.

⁹⁴ Não foram encontradas as teses "Geografia física" e "Os rios e seus fenômenos vitais" na nossa pesquisa documental.

regional de Agamenon estava inclinado ao naturalismo, típico do regionalismo pré-modernismo⁹⁵ (Albuquerque Júnior, 2011).

Portanto, não há relação com o movimento freyriano. O termo "nordeste" já existia antes do novo regionalismo. Em, 1919 a Inspetoria Federal de Obras contra as Secas designou a região como área das secas do Norte brasileiro (Albuquerque Júnior, 2011). Os relatórios decorrentes dessa comissão foram citados por Agamenon Magalhães e afirma ainda que esses estudos compõem as bases da Geografia:

Os congressos de Geografia, os trabalhos da comissão contra a sêca que são estudos das condições físico-geográficas do nordeste, os trabalhos de meteorologia, a obra de Rondon, moderno bandeirante que perluastra o "hinterland" brasileiro em busca da Serra da Esmeralda da ciência nova, tôdas essas iniciativas constituirão, dentro em breve, as bases da Geografia Física do Brasil (Magalhães, p. 34. 1970).

A valorização da Geografia Física é tributária dos escritos de Bernardino de Souza e Emmanuel De Martonne (1837-1955)⁹⁶. O trabalho de Bernardino "A remodelação do ensino da Geografia é uma necessidade inadiável, tendo como base a criação de uma cadeira de Geografia Física", apresentado no 1º Congresso Brasileiro de Geografia, ocorrido em 1909, no Rio de Janeiro (Souza, 2017) é uma referência para Agamenon, uma vez que afirma:

No Brasil o estudo geográfico ainda é puramente descritivo. Tirante excelentes estudos esparsos, êstes raros, não existe, em nosso país, nada que assinale orientação. Isso fêz que Bernardino de Souza, professor de Geografia e História, na Bahia, escrevesse, inspirado nas idéias de Martonne e de Morriz Davis, uma brilhante memória ao primeiro Congresso Brasileiro de Geografia, encarecendo a necessidade inadiável da remodelação do ensino, tendo como base a criação de uma cadeira de Geografia Física (Magalhães, p. 34, 1970).

Agamenon combate às listas de nomenclaturas e trabalhos estritamente descritivos, isto é, sem explicação das causas dos aspectos retratados. Nesse sentido, seu concorrente à cátedra, Alcino Coelho, compartilhava dessa ideia, colocando na introdução da sua tese:

⁹⁵ Além disto, Agamenon Magalhães e Gilberto Freyre foram antagônicos em diversos aspectos, como na política. Por acreditar que Gilberto Freyre era comunista, Agamenon Magalhães ordenou sua prisão em 1942.

⁹⁶ Emmanuel De Martonne foi um geógrafo francês, discípulo de genro do expoente Vidal de la Blache. Contribuiu para a consolidação da Geografia enquanto disciplina na França, trabalhando em diversas instituições de ensino de científicas. Colaborou para a institucionalização da Geografia no Brasil, bem como na criação do Conselho Nacional de Geografia, uma vez que formulou em 1933 o convite oficial para a filiação do Brasil à União Geográfica Internacional (Pan [...], 1956).

A geographia já deixou de ser um conjunto de relações de aspectos physicos da terra, uma simples nomenclatura de elementos geographicos, deixou de ser apenas descriptiva, para fazer jus sobejamente á cathegoria de sciencia que se lhe dá e que de facto muito justamente lhe pertence, tornando-se não só *descriptiva*, mas tambem e muito intensamente *explicativa* dos phenomenos que se estuda, determinado suas causas e efeitos [...] a geographia não deve esmiuçar somente o dominio physico que é de sua base: deve penetrar também no terreno biológico, no anthropologico, no sociologico e até mesmo no psychologico (Coelho *apud* Livros [...], p. 1, 1922).

Então, podemos perceber que nos anos de 1920, no Recife, estava estabelecida a ideia de incorporar a explicação nas abordagens geográficas. Alcino Coelho já era professor de Geografia na Academia do Comércio de Pernambuco (Livros [...], 1922), mostrando-se atualizado sobre os rumos da disciplina. Contudo, na ausência de sua tese, não sabemos as fontes de seu pensamento, ao contrário de Agamenon Magalhães.

O livro de Emmanuel De Martonne “Tratado De Geografia Física”, oferece uma explicação sobre o método geográfico moderno, a qual Agamenon destaca os princípios da extensão, coordenação (analogia) e causalidade. Além de Emmanuel De Martonne, citou também outros geógrafos estrangeiros, como Elisée Reclus, Friedrich Ratzel e Morris Davis. Portanto, insere seu estudo nos preceitos da Geografia Moderna. Se propõe a desenvolver os três princípios na sua análise, contudo, não faz menção ao princípio da cartografia, encadeado ao princípio da extensão, o qual se representa cartograficamente os resultados da pesquisa geográfica (Martonne, 1913).

Em relação às menções aos congressos de Geografia, bem como ao geógrafo baiano, acreditamos que Agamenon esteve atento ao congresso realizado no Recife, em 1915. Bernardino José de Sousa esteve em Recife nessa ocasião, sendo destacado do início ao fim do evento, como personalidade geográfica, ele discursou em diversos momentos e apresentou trabalhos (SGRJ, 1916). Agamenon na época era estudante na Faculdade de Direito do Recife. O representante do corpo discente da FDR discursou, citando Alexander von Humboldt, Karl Ritter e Elisée Reclus⁹⁷.

É provável que, a literatura estrangeira e nacional geográfica estava nas bibliotecas de variadas instituições do Recife. Andrade (1991) relata que, entre 1941 e 1945, na Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife, teve acesso às obras de

⁹⁷ Além disto, Melo (1922) indica que na década de 1920 os acervos eram de: 25.000 títulos na Biblioteca Pública Provincial; 20.000 na Biblioteca da Faculdade de Direito; 10.000 no Gabinete Português de Leitura; 4.000 no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano; 3.000 no Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco.

Friedrich Ratzel, Élisée Reclus, Karl Marx, Friedrich Engels e Rosa Luxemburgo. Seja como for, em relação ao método e na explicação de alguns fenômenos naturais, Agamenon recorre à produção geográfica estrangeira. Em relação à Geografia nacional, se refere ao Oliveira Vianna, Barão Homem de Melo, Delgado de Carvalho e Arthur Orlando⁹⁸. Cita estudos de escala regional, como os de Otávio de Freitas, Saturnino de Brito, Arrojado Lisboa, Arão Reis, Horatio Small, Abdias Neves, Cincinato Braga e Raimundo Lopez.

Munido por vasta literatura especializada, a obra não denota pesquisa de campo orientada para tal fim. Os dados sobre aspectos naturais, históricos e populacionais era oriundos dos estudos consultados. Contudo, Agamenon estava atualizado, extraindo do que a produção geográfica tinha oferecido até então. O que se pode notar de observação *in loco*, são os comentários e reflexões decorrentes da própria experiência do autor, como sertanejo e conhecedor dessa região. Como por exemplo, no trecho final da seção Hidrografia: "É essa a hidrografia do nordeste. As águas vêm do céu, na frase resignada do sertanejo [...]" (Magalhães, p. 28, 1970).

Cabe comparar com o trabalho "Corografia de Pernambuco", do seu concorrente Mário Melo. Ambos não realizaram a pesquisa campo deliberada. Estavam atualizados acerca dos congressos de geografia. O trabalho de Mário Melo é mais robusto, com exaustiva divulgação de dados sobre Pernambuco. Já em "O Nordeste" há seleção dos dados considerados relevantes para o autor, relacionados ao fio condutor do trabalho, que era de mostrar as características naturais associadas às secas, o principal fator de adaptação do nordestino.

Considerando que a escola francesa de Geografia, divulgou o método geográfico, no qual a paisagem deve ser observada, descrita e comparada para se atingir a síntese geográfica (Alves, 2012), observamos que ambos os autores fizeram a descrição, comparação esparsa e explicações conceituais. Mário Melo explica, em

⁹⁸ Artur Orlando da Silva, nasceu no Recife, PE. Formado pela Faculdade de Direito do Recife, em 1881, participou no seu movimento intelectual oitocentista. Desde logo se destacou nos meios literários, escrevendo sobre temas filosóficos. Seus primeiros livros, *Filocrítica* (1886) e *Ensaio de crítica* (1904) refletem as ideias que se formaram em torno da Escola de Recife, tendo como modelo Tobias Barreto. Foi um dos primeiros, no Brasil, a insistir na tese do pan-americanismo. Como integrante da Escola do Recife, pregou o evolucionismo filosófico. Era membro da Academia Pernambucana de Letras, da Americana de Ciência Política e Social, de Filadélfia, sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Geografia de Lisboa, e de outras associações culturais (Academia [...], 2024). O pensamento geográfico desse intelectual merece ser estudado, sendo citados por Tadeu Rocha (1953) e Manuel Correia de Andrade (2007) como um autor pioneiro nos estudos geográficos realizados por pernambucanos.

algumas seções, noções básicas do tópico, como as eras geológicas em “Geognose do Solo” e o conceito de clima em “Clima e Salubridade”.

Agamenon Magalhães é específico, ao explicar o fenômeno das secas, e geral, quando também conceitua clima. Nesse sentido, ambos se esforçam para entender as causas dos fenômenos naturais. Mas, Agamenon vai além, porque ao terminar cada seção, apresenta uma conclusão do que foi exposto, ensaiando uma síntese geográfica. Mário Melo, não apresenta conclusão em seu estudo corográfico, tampouco a síntese. A conclusão do trabalho de Agamenon mostra uma síntese de seus argumentos.

A obra foi dividida em três partes: "A Físio-geografia", a qual expõe considerações sobre a Geografia moderna, "Habitat" e "Gens", abordando os temas da natureza e raça, respectivamente. Portanto, a tese "Nordeste" demonstra afinidades temáticas com as obras de Euclides da Cunha. A disposição do texto e seus argumentos, remetem especialmente às partes "A Terra" e "O Homem" do livro "Os Sertões". Agamenon citou também "Contrastes e Confrontos" e "À margem da História".

A parte "Habitat" traz esse termo, oriundo das ciências naturais, marcando um viés evolucionista⁹⁹. Nas seções Hipsometria, Hidrografia e Climatologia são apresentados os aspectos naturais de forma geral, em seguida explica os conceitos e faz uma reflexão acerca do que foi dito. Segue, portanto, as orientações de Bernardino de Souza, citadas na primeira parte da tese, em que a geografia “[...] antes descreve e explica cientificamente a superfície do globo [...]” (Souza *apud* Magalhães, p. 34, 1970).

Descrever e explicar é uma premissa do método geográfico recorrente nos escritos da escola francesa de Geografia, mas, Agamenon, mesmo com a leitura desses geógrafos, destacou a interpretação do geógrafo baiano. Na bibliografia especializada, aparecem diversos geólogos como John Casper Branner e Orville Derby.

Assim, Agamenon compara os dados e tira algumas conclusões. O maior esforço de reflexão foi sobre o tema das secas, em que ele traz as explicações dos

⁹⁹ A palavra “Habitat” é recorrente nos estudos geográficos devido ao evolucionismo. É interessante notar seu uso na escola francesa de Geografia. As ideias de Friedrich Ratzel também foram impactadas pelas ciências naturais (Barros, 2012a). Esse termo é utilizado também em “Os Sertões” de Euclides da Cunha.

especialistas sobre suas causas e apresenta as soluções para o flagelo. No tema das secas, encontramos as explicações científicas ao lado das observações do autor, que como membro da elite rural sertaneja, conhecia bem. Aqui e acolá no texto essas observações aparecem, sem denotarem a “observação erudita” preconizadas pelos geógrafos franceses, salvo o depoimento sobre o Rio São Francisco:

De Paulo Afonso até Propriá, em Sergipe, o espírito do observador maravilha-se em ver os obstáculos naturais que o rio destruiu, com a energia de suas águas. São blocos enormes de rochas que se amontoam na sua margem, atestando a desobstrução formidável do seu leito. Já o naveguei de Piranhas a Penedo, e em alguns momentos a impressão que tínhamos era que as rochas iam desabar sôbre nós. Tal a altura dos penhascos cavados pelas águas [...] (Magalhães, p. 44, 1970).

Ainda sobre o Rio São Francisco, destaca que: [...] E para o Brasil industrial moderno o S. Francisco será, de futuro, grande propulsor. Quebrando-se aqui e alí em “saltos” e “quedas” até o “canion” formidável da Paulo Afonso, é um reservatório riquíssimo de energia hidráulica (Magalhães, p. 43, 1970). Ao término da parte “Habitat”, também expressa impressões pessoais: "Do homem forte dos sertões não se pode esperar mais do que a resistência heróica [...], tendo uma só esperança, é Deus" (Magalhães, p. 60, 1970). Essa colocação, do sertanejo como homem forte, faz relação com a parte seguinte da obra: "Gens". Nas seções povoamento, caldeamento étnico e diferenciações étnicas, Agamenon mobiliza Euclides da Cunha e diversos autores de Antropologia e Etnografia. Na seção "Povoamento" realiza um breve esboço histórico, destacando a ocupação do território pelas "três raças", ou seja, colonizador branco, indígenas e negros. Nesse ponto, difere em muito dos geógrafos historiadores, sem pesquisa documental nem citações dos membros do IAHGP.

Ele segue nas seções subseqüentes a tese de que o sertanejo será o "tipo étnico" predominante no Brasil, desde que haja uma política para tal. As qualidades de adaptação ao meio natural, devido às intempéries sofridas, conferem ao sertanejo o potencial de contribuir para a "unidade étnica" do país. O naturalismo evolucionista adotado pelo intelectual Silvio Romero (1851-1914) e seus discípulos, da Escola do Recife, parece reverberar nas palavras de Agamenon Magalhães¹⁰⁰. De acordo com

¹⁰⁰ A “Escola do Recife” foi um movimento intelectual de pensamento social, filosófico, jurídico e literário que repercutiu de Pernambuco para o Brasil na segunda metade do século XIX. Esse grupo de intelectuais heterogêneos, se concentrou na Faculdade de Direito do Recife. Entre seus expoentes, estão: Tobias Barreto e Silvio Romero, sergipanos, Castro Alves, baiano, Clóvis Bevilacqua, cearense e Martins Júnior, pernambucano (Ferreira, 1977).

Schwarcz (1993) esse pensamento admitia que a mestiçagem não causaria a “degeneração” da nação, pois resultaria na homogeneização racial, resolvendo a questão do progresso brasileiro.

É importante salientar que o naturalismo evolucionista adotado pelo intelectual Silvio Romero e seus discípulos, da Escola do Recife, teve repercussão nos intelectuais pernambucanos, especialmente nos formados pela Faculdade de Direito do Recife. Seguindo uma linha de pensamento que tentasse retirar o peso do determinismo racial, no sentido degenerativo, Romero vai defender uma miscigenação com vistas à unidade étnico-racial.

Diante do modelo de inevitabilidade, era divulgada a ideia da “boa mestiçagem”, na qual a mistura com as ditas raças superiores, contribuiria para a diminuição dos crimes, uma das “mazelas da miscigenação”. Aponta Schwarcz (1993) que a Faculdade de Direito do Recife, com as ideias de Antropologia Criminal publicadas em seu periódico entre 1891 e 1930, apostava no “branqueamento” da população brasileira¹⁰¹.

Agamenon atribui o aumento da criminalidade no Sertão à questão racial, pois cangaceiros seriam os “mestiços transviados das bandeiras”, bem como o abandono da região pelo Estado estava entre as causas da violência. Outro trecho em que aponta afinidades com Silvio Romero, é quando cita que esse autor fez “[...] um brilhante estudo sobre o nosso caldeamento étnico [...]” (Magalhães, p. 76, 1970). Contudo, em “O Nordeste Brasileiro” não está explícito o “branqueamento”. A “unidade racial” defendida por Agamenon decorreria da imigração nacional ou estrangeira, uma vez que tivesse investimentos estruturais de comunicações e agropecuária.

O sertanejo seria um “tipo étnico” ideal, por ser menos miscigenado, porque era produto de apenas duas raças: o branco e o indígena. Diferentemente do litoral, em que havia a miscigenação de três raças, contando com os negros africanos. Mesmo assim, é uma expressão o Eugénismo, segundo a qual, a intervenção na reprodução da população, de maneira direta ou indireta, levaria ao “aprimoramento” das futuras gerações (Schwarcz, 1993).

¹⁰¹ Francisco de Oliveira Viana (1885-1951) vai defender o “branqueamento” da população, como solução ao problema da mestiçagem, movido pelas teorias raciais da época. De acordo com Puntoni (2016), Oliveira Viana é também herdeiro das visões de Carl F. P von Martius, sobre a nação brasileira ser o resultado da mescla de três raças, assim como de Francisco Adolfo Varnhagen, que admitia a superioridade da raça branca, sendo vitoriosa e fundante da nação. Ambos os autores estavam vinculados ao IHGB, na esteira da construção da narrativa histórica oitocentista.

Desse modo, o Nordeste passa de região problema, discurso recorrente na imprensa nacional em virtude das secas (Albuquerque Júnior, 2011), para região solução, resolvendo de uma vez por todas o problema da nação brasileira:

[...] No nordeste está a solução dos mais vitais problemas nacionais. Sem o seu desenvolvimento teremos os sertões desabitados, estiolados as mais vigorosas energias da raça, reduzida a nacionalidades, soçobrando a nossa unidade política no conflito de tendências opostas resultantes da diversidade de populações, sem homogeneidade étnica (Magalhães, p. 96, 1970).

A construção da nacionalidade, para Agamenon, perpassa pela homogeneização racial. É interessante notar que “o regional” de Agamenon Magalhães é associado ao nacional, assim como nos escritos do círculo de afinidades dos geógrafos historiadores. Estudar a região tendo em vista à nação, como uma parte do todo, salvo as escalas, de Pernambuco, para os geógrafos do IAHP e do Nordeste para Agamenon Magalhães.

O Nordeste de Agamenon apresenta os Estados de Piauí, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, de modo estabilizado. Acreditamos que ele se baseou nos relatórios oficiais do governo das comissões de estudos sobre as secas. Porém, ele acrescenta um diferenciador social: a mestiçagem. Contemporâneo do debate racial, inspirado por Euclides da Cunha e Silvio Romero, essa questão foi objeto de maior reflexão no texto.

É possível inferir que Agamenon mobilizou seus conhecimentos de Geografia para endossar a tese de que o sertanejo não era somente o cerne da nacionalidade, na perspectiva de “Os Sertões”, mas também um “tipo étnico” favorável à evolução, devido ao processo de seleção natural em curso. Esse processo dependia das adaptação ao meio físico, que no Nordeste estava sujeito às secas. Mas essa fase já havia sido superada, criando uma “raça forte”. Por isso, o próximo passo era realizar as modificações desse meio, com a abertura de estradas de ferro e aumento da instrução, conferindo assim elementos para uma nova adaptação, por conseguinte “[...] melhoramento e evolução das populações do ‘hinterland’ brasileiro” (Magalhães, p. 89, 1970).

É interessante notar as analogias ao oeste dos Estados Unidos da América, ao usar o termo “*Hinterland*”, isto é, interior ou sertões, várias vezes no texto. Alfredo de Carvalho também a fez, ao utilizar a palavra “*Far West*”. Ambos defenderam o investimento de ferrovias, a exemplo do modelo americano, para o desenvolvimento

da região. Portanto, as modificações das condições de vida, que eram transformações espaciais, com açudes e ferrovias, reiteradas por Agamenon como alterações no “habitat”, estavam imbuídas por perspectivas encontradas também na literatura especializada geográfica. Conforme cita o “determinismo harmonioso” :

As condições físicas é que vão determinando diferenciações, que se acentuam em “habitats” distantes. O mestiço do sul – o paulista, o gaúcho, são tipos que contrastam dos do norte. Mesmo aqui, verificamos que o tipo da mata, formado no meio rural, se diferencia do tipo do sertão, formado nomeio pastoril. O nordeste é um “habitat” distinto, caracterizado no rigor de suas condições mesológicas. A natureza reflete-se no homem, imprime-lhe os seus aspectos, talha-lhe a forma, forma-lhe o espírito. É o determinismo harmonioso da vida natural de que nos fala Lespagnól (Magalhães, p. 77, 1970).

Agamenon cita nesse trecho, Georges Lespagnól, que escreveu uma obra em 1905, intitulada “*L’Evolution de la Terre et de l’Homme*”. Nesse livro, Lespagnól (1905) disserta sobre vários aspectos de diferenciação da Geografia em relação às demais ciências, um tema em destaque no processo de institucionalização da disciplina França (Berdoulay, 2017). Numa perspectiva de que a Terra era “um organismo”, onde há o “*l’harmonieux déterminisme de la vie naturelle*”. O pensamento era de combater o determinismo geográfico, contudo, sem desconsiderar as influências do meio na vida das pessoas:

[...] A geografia está ali na presença de um ser que, dotado de intelecto e vontade, pode reagir contra a pressão e o determinismo das condições naturais. Mas é duvidoso que um homem, mesmo de alta civilização, esteja longe de ser inteiramente emancipado das influências do meio; Ele é sempre em algum grau um prisioneiro da terra, e ao mesmo tempo súdito e soberano. É papel da geografia humana explicar, não todos os fenômenos da atividade humana, mas aqueles onde aparece a influência do meio ambiente, das leis geográficas [...] (Lespagnól, p. 98, 1905, tradução nossa).

Andrade (1970) interpreta que a relação das pessoas com natureza, entendida por Agamenon se aproximava das colocações de Camille Vallaux (1870-1945), uma vez que admitia no bojo das adaptações ao meio, que o ser humano provocava alterações na natureza, protagonizando o processo em dado momento. Afirma ainda que, o interesse etnográfico, demonstrado por Agamenon, estava relacionado à perspectiva de Jean Brunhes (1869-1930), com temas voltados à formação étnica dos povos e adaptações aos meios físicos¹⁰².

¹⁰² De acordo com Manuel Correia de Andrade Jean Brunhes viveu na Suíça, onde ensinou na Universidade de Friburgo. Assim, teve contato com os geógrafos alemães de modo significativo.

É interessante aludir que a questão racial é presente na denominada “Geografia Moderna”. Nos escritos de Friedrich Ratzel, por exemplo, podemos citar o seguinte pensamento:

Além disso, assim como os homens pertencem a grupos naturais e de civilização diversos, a etnografia distingue entre povos negros e povos índios, entre povos civilizados latinos ou germânicos e povos primitivos. Mas para **a geografia do homem a classificação mais óbvia e mais natural é a que se baseia em distinções geográficas**, isto é, **na posição e na natureza do território habitado**; e estabelecer esta classificação é precisamente uma de suas tarefas fundamentais. Crê-se contribuir justamente para essa obra em cada uma das páginas que seguem (Ratzel, p. 96, 1990, grifo nosso).

Esse trecho elucida a postura que os intelectuais brasileiros vão tomar acerca dos “tipos raciais”, como João Capistrano de Abreu (1853-1927) e Edgard Roquette-Pinto (1884-1954), conferindo ênfase ao ambiente, conforme alude Machado (2012). A antropologia também será interesse do geógrafo francês Jean Brunhes, de acordo com Berdoulay (2017) e Andrade (2008). Mas, o seu mestre Vidal de la Blache é quem vai oferecer uma noção de classificar os “tipos”, de acordo com os gêneros de vida.

Assim, o geógrafo francês vai estabelecer alguns exemplos a partir da técnica, manifestada nas habitações, vestuários, armamentos, bem como o regime de alimentação. A classificação de Vidal é, portanto, direcionada à relação com a natureza. A “fisionomia de uma região” retrata um determinado gênero de vida. Vidal se utilizou das denominações existentes, ressaltando os traços geográficos das etnias e povos, mais que o biológico da antropologia física. Na sua perspectiva racial, o isolamento era uma hipótese válida para a permanência de traços biológicos nos grupos humanos. Essa condição era cada vez mais rara, diante da circulação de pessoas pelo Mundo, numa crescente miscigenação que estava sujeita aos modos pelos quais iriam se relacionar com o meio. Desse modo “Sobre essas misturas que formam traço de união entre raças distantes e diversas, a influência do meio reserva a última palavra” (Blache, p. 358, 1946).

Portanto, Agamenon Magalhães se aproxima do pensamento geográfico europeu ao atentar para as condições ambientais na formação do “tipo” sertanejo. No entanto, se distancia ao defender a homogeneidade racial. Assim, percebemos que entre as bases do pensamento geográfico de Agamenon, está a literatura

Desenvolveu estudos de geografia humana enfatizando a ocupação do solo, problemas antropológicos e análise de técnicas. Sua ligação com o pensamento alemão conferiu a valorização das formulações teóricas, assim como do estudo das relações entre as pessoas e a natureza (Andrade, 2008).

especializada estrangeira e nacional, com destaque para Emmanuel De Martonne e Bernardino de Souza, o debate racial contido na Faculdade de Direito do Recife e nas obras de Euclides da Cunha e, não menos importante, a própria identidade sertaneja do autor.

Agamenon realça o sertanejo a todo momento da tese. O sertanejo estava para Agamenon Magalhães assim como pernambucano era para os geógrafos historiadores do IAHGP. Para estes, o pernambucano é um elemento da nação, sempre pioneiro nos ideais abolicionistas e republicanos. Para Agamenon: “Com os seus sentimentos exagerados de honra, o sertanejo é um patriota, é um nativista, ama a sua terra sobretudo” (Magalhães, p. 85, 1970). Melo (1922) em sua corografia sobre Pernambuco, admite que o “tipo pernambucano” era produto da miscigenação das três raças, sendo o sertanejo uma sub-raça, resultado do “caldeamento” entre os “mulatos”, “curibocas” e “mamelucos”¹⁰³.

A oposição litoral e sertão é evidente na tese “O Nordeste Brasileiro”. Primeiramente, pela diferenciação dos “tipos étnicos” distintos, destacando a ausência de “sangue negro” no sertão. Em seguida, o autor afirma que o fluxo de investimentos para o litoral, não acarretava desenvolvimento, uma vez que “[...] As condições econômicas do Brasil, são cada vez mais precárias por causa do artificialismo das cidades que atraí as populações, e despovoam os campos” (Magalhães, p. 88, 1970). As cidades estavam cada vez mais populosas e atraindo investimentos. Ao contrário do sertão, que estava abandonado, sem as condições de “comunicações fáceis, proteção social e higiene”.

Para Agamenon a questão do sertão iria além de uma necessidade “étnico-social”, para um problema de desenvolvimento econômico do país. Aí se encontra um esforço de síntese geográfica, na qual o autor combina a explicação dos aspectos naturais e raciais com a formação da nacionalidade. Identificamos a descrição seletiva de aspectos importantes (Hipsometria, Hidrografia, Climatologia, Povoamento, Caldeamento Étnico, Diferenciações Étnicas) para compor a relação explicativa entre natureza e nação, cerne da sua tese. Nesse aspecto, se aproxima da “monografia regional”, a qual teve contato através da obra de Emmanuel De Martonne.

¹⁰³ As pessoas Mulatas eram, geralmente, referidas por serem geradas da miscigenação entre negras e brancas, mamelucas ou curibocas, eram da mistura entre indígenas e brancas. Cafuz seria a raça decorrente da reprodução entre pessoas negras e indígenas (Cunha, 2010).

Nação é um tema comum aos geógrafos historiadores, a continuidade dessa questão é observada na tese "O Nordeste Brasileiro", na qual raça e nação eram comumente confundidas. Nessa época também, o Higienismo era levantado pelas faculdades de medicina, com consequências nas ações de educação e urbanismo pelo Brasil, que continuaram ao longo das décadas subsequentes.

Agamenon simpatiza com as ideias higienistas, apesar do contraponto que elas fizeram às teorias raciais da Antropologia Criminal. Além de citar o médico Otávio de Freitas, que compareceu à arguição pública da tese, em diversos trechos valoriza a necessidade do saneamento básico e educação. Essas ideias estavam, desde um pouco antes dos anos de 1920, deslocando as causas das dificuldades do Brasil em se tornar uma nação pelo viés racial/genético. Para tanto, os médicos apresentavam dados sobre as epidemias e analfabetismo, ratificando o preceito de que a questão nacional seria resolvida pela higiene e educação (Schwarcz, 1993). É interessante o modo com o qual Agamenon Magalhães equacionou essas duas correntes de pensamento racial por meio da perspectiva geográfica. Ao mesmo tempo que admite as inconveniências da miscigenação na formação da nacionalidade, apoia os investimentos em saúde e educação, enquanto intervenções espaciais que causariam novas adaptações ao meio transformado.

Outro exemplo pode ser notado ao passo que sugere a origem dos cangaceiros atribuída à hereditariedade do tempo das bandeiras, logo apresenta a ausência de presença do Estado e arranjos políticos que contribuíssem para a permanência deles. A eliminação do "mal do cangaço" dependia de intervenções no espaço geográfico, levando higiene, saúde e vias de transporte para o sertão.

Ainda enquanto professor do Ginásio Pernambucano, foi deputado estadual (1918-1922; 1923-1924) e federal (1924; 1927; 1933), bem como ministro do Trabalho (1934-1937)¹⁰⁴. Agamenon saiu do cargo de docente da disciplina em 1937 para se dedicar à cadeira de Direito Constitucional na Faculdade de Direito do Recife (No Gymnasio [...], 1937).

Porém, no mesmo ano foi interventor federal do Estado de Pernambuco, permanecendo até 1945. Ainda foi e Ministro da Justiça (1937; 1945), ou seja,

¹⁰⁴ Não avançamos na pesquisa documental ao ponto de saber os pormenores dessa conciliação de cargos, se havia um substituto no Ginásio Pernambucano durante essas atuações políticas.

participou ativamente do Estado Novo¹⁰⁵. A industrialização e criação de infraestrutura eram prioridades durante o "desenvolvimentismo nacionalista". Em Pernambuco, as políticas de Agamenon, foram direcionadas para esse fim. As principais ações de seu governo foram relacionadas ao sanitarismo, habitação, educação, agricultura e transportes, permeadas pelas reflexões geográficas expostas em sua tese décadas atrás.

A Liga Social contra os Mocambos, por exemplo, foi um projeto polêmico implementado por Agamenon Magalhães no período de interventor. Essa intervenção urbana tinha como objetivo realocar a população das palafitas, sem considerar suas condições de existência, que dependia dos alimentos provenientes do manguezal. Outra questão de destaque é a influência desse político na imprensa, por ser fundador dos jornais "Folha da Manhã" e "Folha da Tarde" (Andrade, 2004). Essa era uma característica estado-novista, de controle da opinião pública por meios de comunicação em massa.

Nesses jornais, Agamenon proliferava suas ideias sobre os mocambos, imbuídas pelo higienismo característico da época. Em linhas gerais, Agamenon proibiu a construção dessas moradias simples pela cidade, especialmente às margens dos cursos d'água, assim como estava autorizado despejo e demolição.

As famílias deveriam receber casas de alvenaria em bairros distantes do centro da cidade, mas, nem todos foram realocados. O descompasso entre as casas construídas, que eram vendidas aos ex-moradores dos mocambos, com a quantidade de pessoas que necessitavam dessas habitações, gerou o retorno dos despejados aos mesmos locais ou mudança para outros, como nos morros do Recife.

As causas da "luta contra os mocambos" são apontadas por Correia (2020): modernização da cidade, abertura de vias e especulação fundiária dos bairros centrais. É possível notar ecos da tese "O Nordeste Brasileiro" no discurso de Agamenon, ao propagar a ideia de que o ambiente insalubre do mocambo tinha impactos no comportamento das pessoas, que ao mudarem de habitação, se

¹⁰⁵ Quando foi ministro da Justiça e Negócios Interiores do Estado Novo, criou a primeira lei brasileira antitruste, que vigorou por apenas quatro meses. Já o Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945, mais conhecido como Lei Agamenon, recriou a Justiça Eleitoral no Brasil ao final da vigência do Estado Novo da Era de Getúlio Vargas, regulando em todo o país o alistamento eleitoral e as eleições (BRASIL, 2022a; 2022b).

motivariam mais, estimuladas pelo novo ambiente e não estariam sujeitas à uma “depressão social” (Magalhães *apud* Correia, 2020).

Agamenon continuou na política no período após o Estado Novo, sendo eleito deputado federal em 1946 e governador em 1951. Suas pautas e ações permaneceram no combate aos efeitos das secas, saneamento e urbanização. Portanto, tentou realizar as reivindicações colocadas na tese geográfica dos anos de 1920.

A tese “O Nordeste Brasileiro” é o primeiro trabalho pernambucano, encontrado em nossa pesquisa documental, que expressa filiação à Geografia Moderna. As citações no texto e o estilo da obra ratificam o enquadramento definido pelo autor, porém, não aplicou a observação direta. A pesquisa de campo já era valorizada desde a década anterior, conforme mostram os trabalhos de Mário Melo nos congressos de Geografia: O Arquipélago de Fernando de Noronha (1916), Esboço Potamográfico: rios de Pernambuco (1919) e A Ilha de Itamaracá (1926). Assim como, a observação *in loco* de Abreu e Lima e Pereira da Costa, no Arquipélago de Fernando de Noronha, ainda na segunda metade do século XIX.

Os esforços em seguir “o método geográfico moderno” serão evidenciados durante as décadas de 1930 e 1940, nas próximas teses defendidas para o provimento das cátedras de Geografia.

4.3 A geografia dos professores: Dácio Rabelo e João F. M. Albuquerque Filho

Dedicados à educação e longe dos holofotes políticos, Dácio Rabelo e Albuquerque Filho (Figuras 39 e 40) são geógrafos-professores da Escola Normal Oficial de Pernambuco¹⁰⁶ e de várias instituições de ensino do Recife, marcando a memória de diversas gerações.

A missão desses professores era de formar as professoras da educação primária. Por terem concorrido o mesmo concurso, em 1932, cujo tema foi “O Nordeste Brasileiro: Pernambuco centro e origem de toda a civilização nordestina” (Figuras 41 e 42). vamos abordá-los em conjunto, afinal estavam imbuídos por contextos semelhantes.

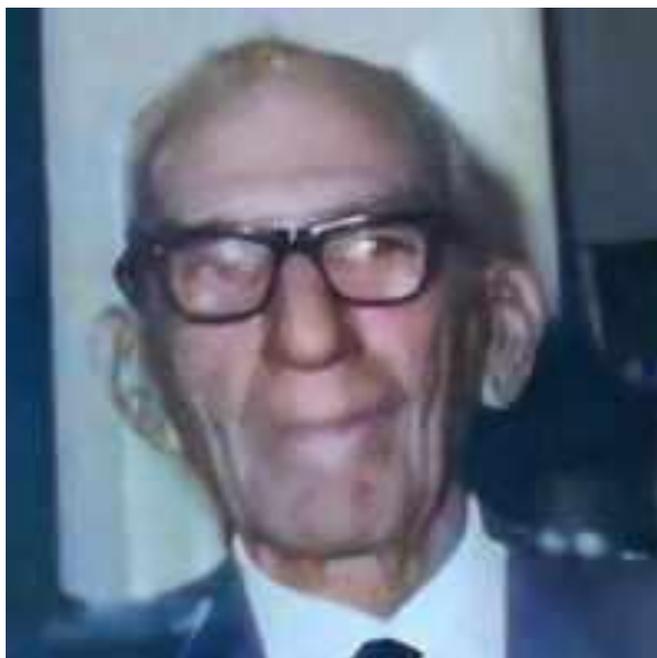
¹⁰⁶ É importante atentar que existiram diversas “Escolas Normais” pelo Estado de Pernambuco, como a famosa Escola Normal Pinto Júnior, que era particular, no Recife.

Figura 39 – Dácio Rabello (1922?)



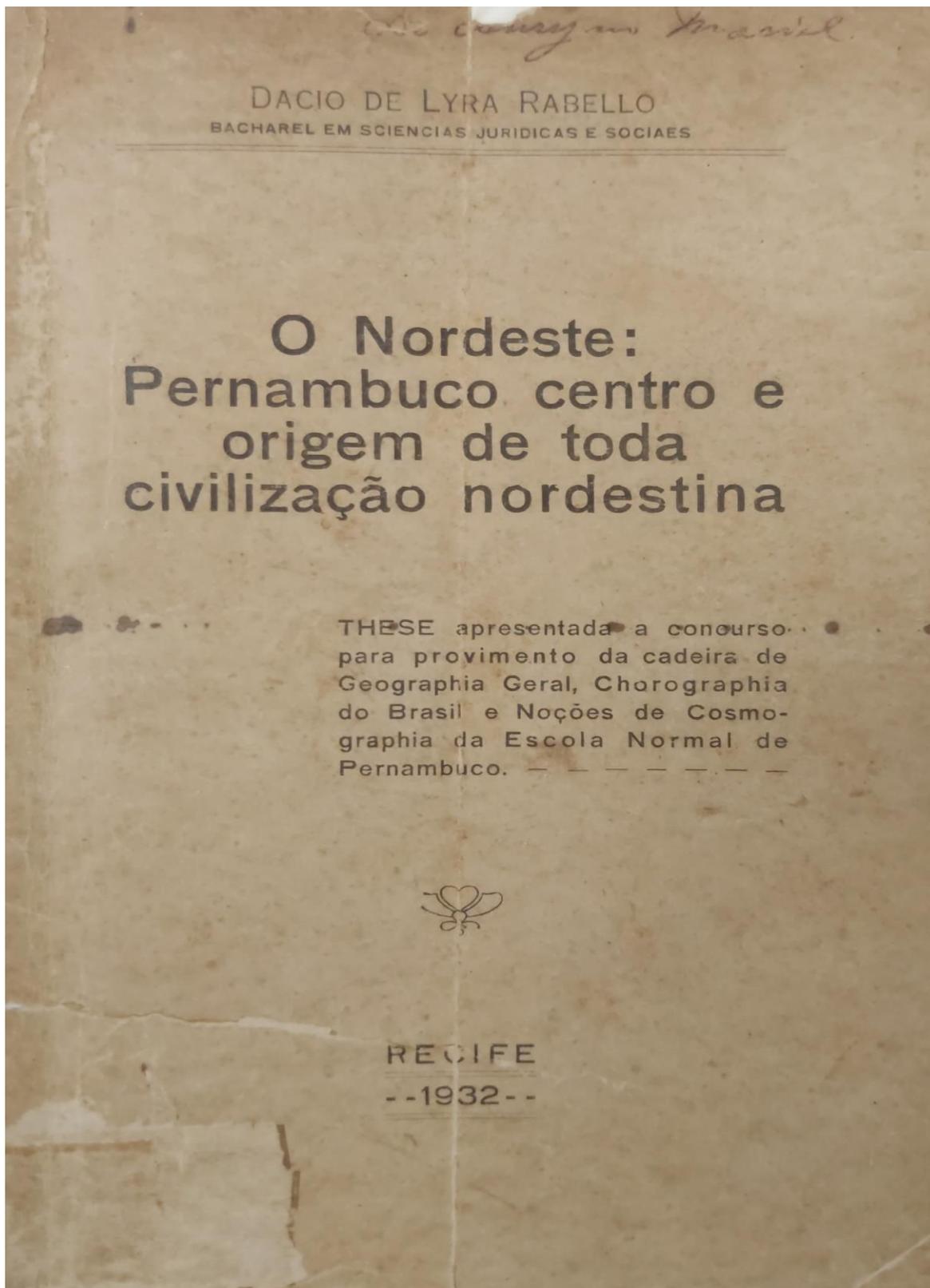
Fonte: Dacio [...] (2021).

Figura 40 – Albuquerque Filho (1970?)



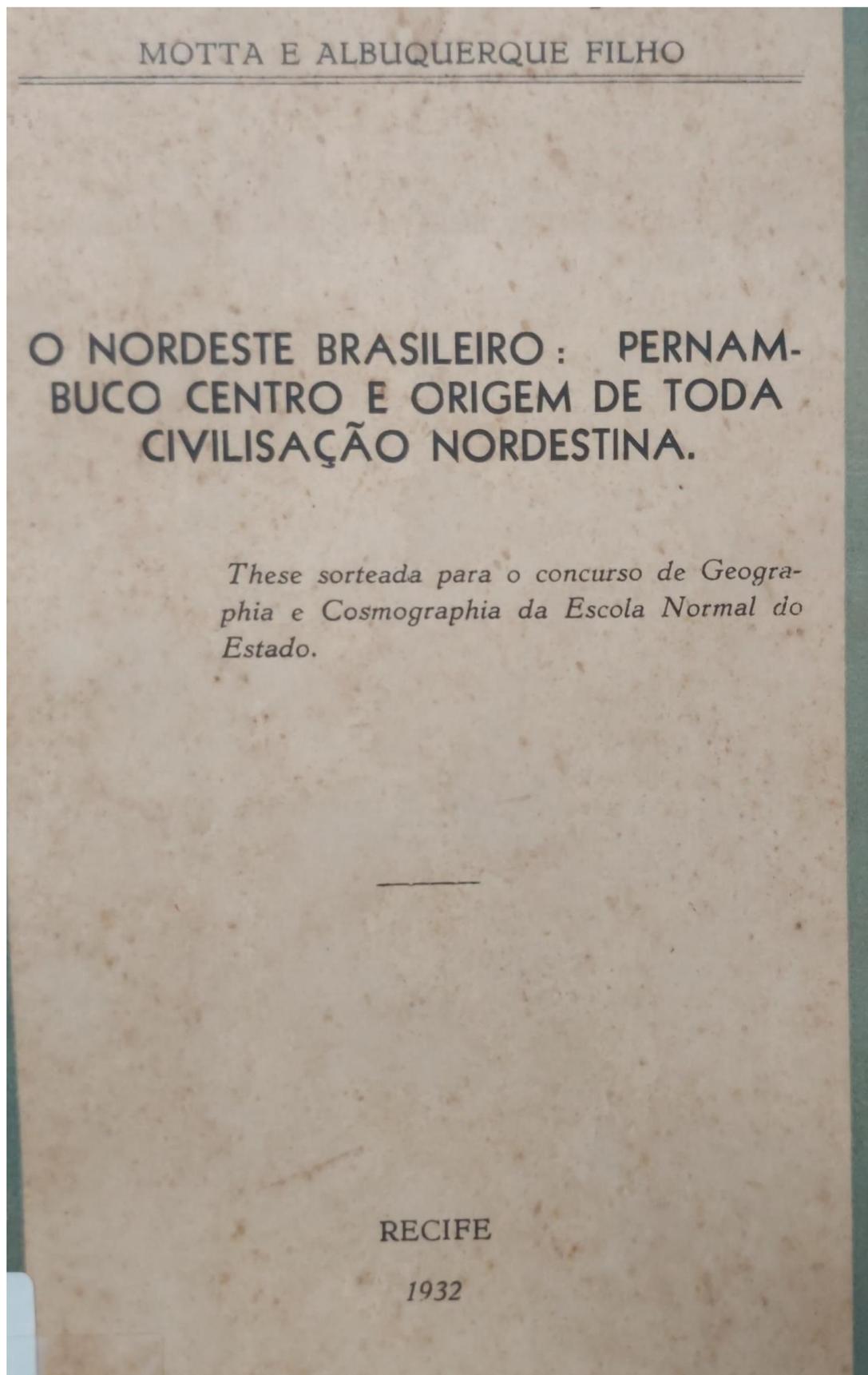
Fonte: João [...] (2021).

Figura 41 – Capa da Tese de Dácio Rabello em 1932



Fonte: Arquivo de Obras Raras da FUNDAJ

Figura 42 – Capa da Tese de João Feliciano Motta e Albuquerque Filho em 1932



Fonte: Arquivo de Obras Raras da FUNDAJ

Dácio de Lyra Rabello (1901-1991), nasceu em Aliança, na zona da Mata Norte de Pernambuco. Formou-se como bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais na F.D.R. no ano de 1922, em meio às comemorações do centenário da independência (Beviláquia, 2012). Casou-se com Luiza Pereira em 1925. Filho do comerciante Heliodoro de Paula Ferreira Rabello e professora primária Joaquina Gomes Pereira de Lyra, irmão de Sylvio de Lyra Rabello (1899-1972), destacado intelectual nas áreas da psicologia e ciências sociais (Dacio [...], 2021; Gaspar, 2010).

Desde 1921 já se tem notícias que mostram sua atuação como professor no Recife, quando ainda era um bacharelado (14 [...], 1921). Trabalhou também na redação do jornal “A Província” na mesma época (Dr. [...], 1922). Em 1924 já era vice-diretor do Colégio Arquidiocesano de Olinda (Collegio [...], 1924). Portanto, ao que parece, Dácio Rabelo prosseguiu nas carreiras de professor e gestor. A primeira menção à disciplina de Geografia é na denominada Faculdade de Comércio de Pernambuco, em 1926 (Faculdade [...], 1926).

Em 1932, além da já citada Faculdade de Comércio, era professor de Geografia na Escola Normal Pinto Júnior, Instituto Nossa Senhora do Carmo, Colégio Santa Margarida, Ginásio do Recife, Colégio Salesiano, Ginásio Osvaldo Cruz, Liceu Pernambucano, Ginásio Leão XIII e de turmas suplementares no Ginásio Pernambucano, na disciplina “História das Civilizações” (Rabello, 1932). Isso denota a trajetória profissional inteiramente voltada à educação, especialmente ao ensino de Geografia.

Isto também, diferencia esse autor dos anteriores, sendo um marco na história da disciplina em Pernambuco. No qual, a partir dos anos de 1930, o ensino e a pesquisa passaram a ser tomados por intelectuais cada vez mais exclusivos ao trabalho geográfico.

Semelhante é a trajetória profissional de João Feliciano da Mota e Albuquerque Filho (1885-1974), filho de Thereza Cabral e João Feliciano da Mota e Albuquerque (1849-1913), ambos bacharéis em Ciências Jurídicas e Sociais da F.D.R., sendo o pai em 1878 e o filho em 1904 (Beviláquia, 2012). O João F. da Motta e Albuquerque, fez parte da preparação do 4º Congresso Brasileiro de Geografia, no Recife, como vice-diretor, contudo, faleceu antes do evento ocorrer¹⁰⁷. Ele foi professor de Geografia do

¹⁰⁷ Ele era irmão de José Feliciano da Motta e Albuquerque, pai de Mauro Motta, importante geógrafo e poeta dos anos 1950, que também se projetou no cenário intelectual com uma tese para à cátedra

Ginásio Pernambucano, assim como diretor dessa instituição (Albuquerque Filho, 1969).

O pai de Albuquerque Filho foi seu professor durante o curso secundarista. Portanto, apesar de ter desempenhado função de promotor público, seguiu os passos do pai e fez carreira na área do ensino e gestão educacional. Segundo ele, não concordava com a política na época e saiu do cargo, que havia iniciado logo após se formar como bacharel em Direito. Em 1910 casou-se com Maria Seraphica da Costa Cisne, filha de Adolfo Cisne, anos depois, casou-se com Eleonor Caldas Lins. Em 1911 se tornou o primeiro bibliotecário, a exercer o cargo isolado, do Ginásio Pernambucano, onde permaneceu até 1939. Sua trajetória pessoal e profissional estava relacionada ao Ginásio Pernambucano, o qual se tornou professor e diretor (Albuquerque Filho, 1969; Sepultado [...], 1974).

Participou do concurso à cátedra do Ginásio Pernambucano, em 1922, com a tese "Geografia Física". Porém, não prosseguiu no certame, como já mencionamos. Ele questionou a inscrição de seu concorrente, Agamenon Magalhães, alegando que a tese não era inédita, porém, isto não era um requisito. Albuquerque Filho se preparou para a cátedra de Geografia, em 1940, no então Colégio Estadual de Pernambuco (Ginásio Pernambucano), elaborando a tese "Os Rios e a Expansão Geográfica em Pernambuco", mas, o concurso não foi realizado.

Não está clara a data em que entrou para o magistério, mas sabe-se que em 1916 passou ensinar Geografia no Colégio Prytaneu. Na ocasião do concurso, era professor da disciplina na Escola Normal Pinto Júnior e no Ginásio Osvaldo Cruz. Antes de 1932, foi professor Colégio Salesiano e Ginásio do Recife. Trabalhou também como examinador de Geografia e Cosmografia em 1915. Ensinava também história e sociologia nos colégios do Recife (Albuquerque Filho, 1932). Ofertava cursos preparatórios para a entrada de estudantes no Ginásio Pernambucano, assim como Dácio Rabello.

Além das teses, Albuquerque Filho (1932) publicou também "Lições de Corografia do Brasil", 1911, "Corografia do Brasil", 1918, "Geografia Elementar", 1925, "Pontos de Geografia Geral", 1926 (programa de ensino), "Geografia Física" (programa de ensino), 1928, "Instrução Moral e Cívica", 1929. Na Escola Normal

de Geografia: "O Cajueiro Nordestino". Portanto, João Feliciano da Motta e Albuquerque Filho era tio de Mauro Motta. Em 1974, em virtude do seu falecimento, Mauro Motta escreveu: "João Feliciano da Motta e Albuquerque Filho, tio a quem devo tanto, inclusive meu nome [...]" (Mota, 1974).

Oficial, já lecionava, assim como Dácio Rabello. Ambos foram aprovados no certame de 1932. Dácio Rabello ficou em primeiro lugar e Albuquerque Filho em segundo.

Em relação aos congressos de geografia, realizados pela SGRJ, não há indícios da participação desses professores geógrafos. Contudo, há de se deduzir que, ao menos na edição do Recife, em 1915, eles tenham se atentado para o evento.

Esses dois professores, oriundos de famílias tradicionais pernambucanas, tiveram que elaborar um trabalho de tema designado pela comissão organizadora, dirigida pelo secretário da Justiça e Interior, cujo título era: “O Nordeste Brasileiro: Pernambuco centro e origem de toda civilização nordestina”. A região Nordeste é novamente evocada. Mas, desta vez é associada a Pernambuco, equacionando as duas perspectivas regionalistas já mencionadas: o regional Pernambuco e o regional Nordeste.

Na tese de Dácio Rabello, o autor reitera o combate à descrição exaustiva, defendida por Agamenon Magalhães e Alcino Coelho em 1921,

Não ha nas paginas que se seguem preocupação meramente descriptiva: aos varios assumptos sempre trouxemos o nosso contingente, não só na selecção da hypotheses mais acceitaveis, como tambem no comentario pessoal, quando opportuno. Criterio dominante foi imprimir ao trabalho uma feição didactica [...] (Rabello, p. 3, 1932).

Confere ao seu trabalho a característica de "estudo global", no qual selecionou os "quadros regionais", tendo em vista a natureza e a sociedade sob aspectos eleitos pelo autor, como a “fisionomia das populações”. Sendo assim:

[...] fizemos a distribuição da matéria, em obediência ao thema sorteado, de fôrma a envolver todas as partes, estudando o meio physico e seus agentes modificadores, para ressaltar com natural e logica correlação, a physionomia das populações e suas actividades e, por fim, a prioridade de Pernambuco no Nordeste (Rabello, p. 3, 1932).

Rabello denota que seu trabalho fará a correlação dos aspectos naturais e sociais descritos na tese, remetendo implicitamente ao princípio geográfico da conexão. As explicações iniciais seguem o roteiro da tese de Agamenon Magalhães. À despeito da proposta, que poderá conduzir a uma síntese geográfica, há uma hipótese a ser comprovada, expressada no título do trabalho.

Diferentemente, Albuquerque Filho não faz esclarecimentos metodológicos, confere atenção a interpretação do título da tese, que para ele, não coloca como objeto central de análise a região Nordeste e sim o Estado de Pernambuco. O autor tenta

encontrar um caminho de argumentação, tendo em vista a aplicação de duas escalas regionais. É compreensível a dificuldade, tendo em vista que havia dois recortes regionais em evidência. Assim, acaba por responder à hipótese levantada, nas primeiras palavras do seu trabalho:

Claramente se infere que o objectivo verdadeiro da these a desenvolver é o estudo de Pernambuco, em primeiro lugar como centro e depois como origem de toda a civilização nordestina, a supremacia e prioridade do grande Estado no desenvolvimento político e social, entre os seus correionarios, a sua irradiação geographica por todo o nordeste e a grande influencia que sempre exerceu e exerce sobre os estados dessa região (Albuquerque Filho, p. 12, 1932).

Acreditamos que o título, que induziu as teses a comprovarem a hipótese de Pernambuco ser um centro irradiador do Nordeste, está atrelado ao contexto político da época. Os acontecimentos recentes da revolução de 1930 suscitavam uma oposição ao regionalismo oligárquico, característico da “república café com leite”. O projeto centralizador nacionalista estava em andamento, vindo a se consolidar no Estado Novo.

Outra aversão ao regionalismo é percebida nas discussões da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, que a partir de 1931, apontam o regionalismo como causa do atraso nas definições dos limites interestaduais. Sendo entraves ao desenvolvimento nacional, uma vez que, dificultavam o avanço da divisão político-administrativa (Cardoso, 2013). Por isso, o regionalismo aqui entendido, referia-se aos Estados brasileiros.

Ao nosso ver, se a tese sugerisse esse tipo de regionalismo, sendo apenas sobre Pernambuco, poderia ser interpretada como antinacionalista. Já o Nordeste, seria um recorte regional mais adequado, entendido sob o viés técnico/natural. À despeito disto, ao colocar Pernambuco como “centro e origem de toda civilização” traz o pensamento de “protagonismo pernambucano” na história do Brasil, caro aos historiadores do IAHGP desde meados do século XIX.

Nota-se a importância que Albuquerque Filho (1932) confere ao poder de influência que Pernambuco teria sobre os demais Estados da região, mostrando um regionalismo oportunista diante do governo provisório de Getúlio Vargas. Pernambuco, enquanto oligarquia de segunda grandeza, estava na esteira dos acontecimentos que poderiam ampliar sua participação na nova configuração do poder político no Brasil (Ferreira; Pinto, 2006).

As teses, portanto, são permeadas pelo objetivo de mostrar quão Pernambuco colaborou e ainda poderia contribuir para o desenvolvimento do Nordeste e do país. Tarefa difícil numa lógica de industrialização e anseios de recuperação econômica. Assim, percebemos a perspectiva de “região solução” atrelada ao argumento histórico, diferentemente do argumento racial de Agamenon Magalhães.

Albuquerque Filho dividiu sua tese em três capítulos: Fatores Geográficos: posição astronômica e condições do meio físico; Fatores Sociais: a superior administração do seu donatário e a nobreza de seus colonos; Irradiação Política: prioridade das ideias de independência e república e o espírito altivo dos pernambucanos. Ele admite que a região nordeste compreendia os Estados do Maranhão até Alagoas, tendo como marcadores a transição com a Amazônia e o Rio São Francisco.

Já Dácio Rabello, dividiu sua tese em: O Relevo do solo; O litoral; Águas Correntes; O Clima; As secas; Recursos Naturais; Populações; Atividades Econômicas e Sociais; Pernambuco centro e origem de toda civilização nordestina. A regionalização adotada é a mesma de Albuquerque Filho, excluindo a Bahia e o Sergipe, como denota no texto sobre o litoral, em que “O Litoral do Nordeste mede cerca de 2.380 km, e se estende da foz do Gurupy a do São Francisco” (Rabello, p. 14, 1932). O autor reitera essa abordagem nas suas tabelas (Figuras 43 e 44).

Na ausência de uma regionalização oficial, que foi oficializada em 1942 pelo IBGE, a definição era tomada com base na literatura especializada existente. Vale lembrar que, a regionalização do IBGE considerava como Nordeste os Estados de Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, sendo a Região Leste composta por Bahia e Sergipe.

Figura 43 – Tabela 1 da Tese de Dácio Rabello

<i>Estados</i>	<i>Branços</i>	<i>Negros</i>	<i>Indios</i>	<i>Mestiços</i>
Maranhão	31,63	15,16	15,22	37,99
Piauí	28,34	15,18	20,19	36,29
Ceará	44,51	8,65	17,12	29,72
Rio Grande do Norte	44,12	8,98	9,39	37,51
Paraíba	46,89	7,08	10,71	35,32
Pernambuco	41,14	11,53	7,71	39,62
Alagoas	31,08	10,14	18,40	40,38

O quadro acima, extraído do Boletim Commemcrativo da Exposição Nacional (1908), mostra a percentagem dos diferentes elementos nos Estados do Nordeste.

Podemos dizer:

Fonte: Rabello (1932)

Figura 44 – Tabela 2 da Tese de Dácio Rabello

Segundo dados recentes, os Estados do Nordeste têm a seguinte população:

<i>Estados</i>	<i>Pop. Abs.</i>	<i>Pop. Rel.</i>
Maranhão	1.100.000 hbs.	2 hbs. por km. ²
Piauí	750.000 hbs.	2 hbs. por km. ²
Ceará	1.600.000 hbs.	16 hbs. por km. ²
Rio Grande do Norte .	700.000 hbs.	12 hbs. por km. ²
Paraíba	1.200.000 hbs.	16 hbs. por km. ²
Pernambuco	2.700.000 hbs.	22 hbs. por km. ²
Alagoas	1.100.000 hbs.	22 hbs. por km. ²

Fonte: Rabello (1932)

Então, acreditamos que Albuquerque Filho e Dácio Rabello estavam de acordo com a abordagem de Delgado de Carvalho que, em 1913, na obra “Geografia do Brasil”, considerava a região Norte-Oriental composta do Maranhão a Alagoas. Por sua vez, Delgado de Carvalho concordou com a regionalização de Elisée Reclus, que na obra “Estados Unidos do Brasil”, de 1893, a denomina de Região da Costa Equatorial (Barros, 2008). Acrescentamos ainda que tal delimitação também é

encontrada na obra “Compendio de Geografia Elementar” (1905) de Said Ali, denominada por Brasil Norte-oriental (Guimarães, 1940). Vale notar também que, o Nordeste do movimento regionalista da década de 1920, Amaury de Medeiros considerou os limites da região entre Ceará e Alagoas (Correia, 2022).

Essa distinção na interpretação do título e da regionalização, conferiu diferenças significativas entre os dois trabalhos. Enquanto Dácio Rabello apresenta robusto conjunto de informações, Albuquerque Filho esboça resumidamente sobre o relevo, solo, hidrografia e clima da região. O “meio físico” é retratado em linhas gerais, com saltos entre os temas, até rapidamente conectar o assunto à história da chegada dos europeus no Brasil, especialmente em Pernambuco. Apesar de citar Arrojado Lisboa e Henri Morize, não especificou as obras. A tese não apresenta bibliografia, não observamos avaria que justificasse a perda dessas folhas.

Ao abordar Pernambuco, os aspectos naturais são destacados ao passo que discorre sobre a história do povoamento. É interessante as relações que o autor faz entre clima e cultura da cana-de-açúcar, com exposição de fotografia (Figura 45). Não se dedica a explicar os conceitos geográficos, mas, organiza as ideias tendo em vista que “A influencia do meio physico sobre o individuo e sobre a sociedade que nelle se localiza é desde muito axioma em geographia” (Albuquerque Filho, p.22, 1932).

Aspectos sobre solo, clima, vegetação e hidrografia são pontuados entre a narrativa histórica. Assim, citou uma variedade de trabalhos sobre esses temas, de autores como Ayres Casal, Vivien S. Martin, Capistrano de Abreu, Oliveira Lima, Alfredo Lisbôa, Arrojado Lisbôa e Otávio de Freitas. Entre autores nacionais e estrangeiros, Albuquerque Filho demonstra afinidades com a escrita histórica. Seja por não estar familiarizado com a geografia física ou por outro motivo, ele fez uma incipiente associação entre história e natureza na mesma seção.

A iconografia apresentada representa as três regiões de Pernambuco: “mata” (Figura 45), “agreste” (Figura 46) e o “sertão” (Figura 47). Segundo o autor: “O scenario Pernambuco desdobra-se em dois planos distinctos que se transmutam por um bello cambiante – a matta, o sertão e o agreste que os medeia” (Albuquerque Filho, p.26, 1932). Ao que parece, as fotografias são do autor, denotando sua pesquisa de campo.

Figura 45 – “Plantação de Cana” na Tese de Albuquerque Filho em 1932



Fonte: Albuquerque Filho (1932).

Figura 46 – “Leito pedregoso de um rio” na Tese de Albuquerque Filho em 1932



Fonte: Albuquerque Filho (1932).

Figura 47 – “Sertão de Pernambuco” na Tese de Albuquerque Filho em 1932



Fonte: Albuquerque Filho (1932).

Em relação ao agreste e sertão, destaca brevemente os aspectos naturais que os tornam propensos ao cultivo do algodão e à pecuária. Não expõe grandes dificuldades, a não ser sobre as secas. Porém, não explica as causas das irregularidades das chuvas. Destaca que a ausência de políticas de combate aos efeitos das secas, leva a região ao atraso do seu desenvolvimento. Se não expressa as bases científicas do fenômeno, traz o conhecimento popular: “Si porem as chuvas de Janeiro falham é mau prenuncio; e quando em Março, em Abril, as chuvas não aparecem, é a secca que aparece devastando o sertão [...] (Albuquerque Filho, p. 16, 1932).

Ainda na seção sobre o “meio físico” o autor defende que a posição geográfica favorece Pernambuco. As marés e ventos, aspectos importantes da navegação, facilitaram os intercâmbios ao longo da história do Porto do Recife. Aliado a isto, ressalta a rede de telégrafos sem fio, que se estendia até o Arquipélago de Fernando de Noronha. Como já mencionado, o Governo Provisório de Getúlio Vargas abriu novos caminhos na política brasileira, deslocando, aparentemente, o poder político de Minas Gerais e São Paulo. Projetar Pernambuco nesse cenário era importante.

A de se notar também que, nesse capítulo Albuquerque Filho indica observações das paisagens de Pernambuco, que denotam uma perspectiva particular: “Quem atravessa o sertão do nordeste durante a quadra canicular encontra linhas

sinuosas, de branco areial, estendendo-se por leguas e leguas; são os leitos a espera do início do inverno para logo receberem caudalosos rios” (Albuquerque Filho, p. 27, 1932).

Escreve também de maneira poética: “E os galhos desnudos enchem de tristeza o ambiente onde somente o joazeiro com sua folhagem verde é como simbolo da esperança. As primeiras aguas porem, ocorre a transformação milagrosa” (Albuquerque Filho, p. 28, 1932).

De perfil mais técnico, Dácio Rabello escreve sobre os aspectos naturais do Nordeste e de Pernambuco. A escrita científica, relacionando os autores e fazendo citações, é presente em todo o texto. Como propõe na introdução, o didatismo se manifesta nas explicações das classificações e tipos de relevo, climas e vegetação, partindo do geral (Brasil ou Mundo) para o específico (Nordeste e Pernambuco).

As citações foram referenciadas em bibliografia, no entanto, algumas delas não foram citadas no texto. Nas seções sobre os aspectos naturais da paisagem nordestina, Rabello cita autores que serviram de fontes para Agamenon Magalhães: Eliée Reclus, John Casper Branner, Orville Derby, Artur Orlando, Delgado de Carvalho, Euclides da Cunha, Henri Morize e Otávio de Freitas. Cita também os geógrafos historiadores Sebastião Galvão, Alfredo de Carvalho e Mário Melo. Buscou bibliografia sobre os demais Estados, como os trabalhos sobre a Paraíba, de José Americo e Maranhão, de Fran Pacheco.

Além de descrever as paisagens pela literatura especializada nacional e estrangeira, se mostra atualizado sobre os temas, como na controvérsia sobre o ponto mais oriental do Brasil:

Segundo Delgado de Carvalho (Geographia do Brasil, pag. 269), o ponto mais oriental do Brasil é do cabo Branco; mas as cartas marítimas de Mouchez e do Almirantado Britannico indicam a ponta de Tambahú próxima á Carapebús [...] O mappa do Brasil organizado muito recentemente pelo Serviço Geológico Federal, consigna a Ponta de Pedras na porção mais saliente do território nacional (Rabello, p. 20-21, 1932).

Por fim, acaba por considerar Ponta de Pedras, que fica em Pernambuco. Discorre por cinquenta páginas informações e dados não detalhados por seu concorrente, como de geomorfologia costeira, Arquipélago Fernando de Noronha, Ilhas de São Pedro e São Paulo, bem como as causas das secas. Na seção sobre as secas, dá uma pausa da escrita técnica e tece um texto com menos citações. Assim

como seu colega, ressalta o entrave econômico: “A economia regional tem nas secas o seu máximo obstáculo de desenvolvimento” (Rabello, p. 56, 1932).

As impressões sobre o fenômeno ganham mais espaço no texto do que os argumentos científicos, dando voz ao conhecimento popular:

Nos annos normaes tudo sorri ao homem do sertão: a fartura conduz a felicidade [...] A inclemência do meio tornou o sertanejo *astrólogo*, logo no início do anno esta a precrustar o céu: o *setestrêllo*, o circo lunar, os occasos, as nuvens, as “bandas” do Piahy. Certos indícios, em torno, não escapam também á observação atenta do criador ou lavrador: se as formigas de roça procuram as margens dos rios e açudes ou se as abelhas de ferrão desaparecem, há prenuneio de estiagem; se nos altos do joazeiro e da oiticica surgem rebentos novos, a invernoada não tarda. Céu limpo é signal certo de anno chuvoso; céu annuviado e ligeiros aguaceiros prenunciam secca. Muitos atribuem grande importância á *experencia de Santa Luzia*, na noite de 12 de Dezembro; o dia de São José, a 19 de Março, é também esperado com ansiedade, quando falham as chuvas de Janeiro e Fevereiro (Rabello, p. 56-57, 1932, grifos do autor).

Essa pausa na escrita científica, que explica os fenômenos com base nos estudos anteriores e consensos sobre o tema, deu espaço também para as impressões do autor, conferindo função poética em seu texto:

O espetáculo da vida do sertão oferece contrastes desconcertantes. Mal desabam sobre a terra as primeiras pancadas d’agua, as arvores refoham-se e os pastos reverdecem como por encanto; o panasco, o mimoso a milhã dão novo aspecto ao gado [...] O sertão reanima-se, enche-se de vida [...] O sertão transpira felicidade. As longas estiagens produzem o reverso (Rabello, p. 57, 1932).

Percebemos que Albuquerque Filho e Dácio Rabello conferem ao tema das secas, uma descrição da paisagem que destaca os momentos de estiagem, mas também os das chuvas. Ambos dão ênfase ao “milagre” e felicidade diante da volta do período chuvoso, que podem ser observados no romance regionalista “A Bagaceira” de José Américo de Almeida, 1928. Albuquerque Filho citou a obra da regionalista Rachel de Queiroz “O Quinze”, de 1931, na qual retrata a migração sertaneja. Isto nos leva a refletir que essas descrições, que realizavam uma composição de um cenário, teve forte inspiração literária.

Assim como Albuquerque Filho, reitera o retorno do sertanejo à Região quando se encerra o período de estiagem e as mudanças que as chuvas trazem, transformando a paisagem e a economia dos lugares. Ambos os autores dão ênfase às mortes ao longo do caminho do êxodo rural. Os autores esperam, com a narrativa das secas, que os governos criem políticas de permanência da população flagelada.

No geral, Dácio Rabello relaciona os aspectos de natureza aos potenciais econômicos da região, como do Rio São Francisco. Assim como Agamenon Magalhães, destaca o potencial de irrigação e hidrelétrico. Faz um retrospecto das ações governamentais, como as comissões científicas da Inspetoria de Obras contra as secas.

Esse tema tem relevância nas teses de Geografia. É percebido o apelo que esses geógrafos conferem ao flagelo decorrente desse fenômeno climático, diante de eventos que marcaram o cotidiano, seja de um sertanejo, como Agamenon Magalhães, ou dos recifenses Dácio Rabello e Albuquerque Júnior, que viam os imigrantes chegarem à cidade e viverem na miséria. Além disto, ainda restavam ecos da identificação estereotipada do Nordeste enquanto região das secas, forjada desde a virada do século XIX para o XX, pela imprensa oficial e livro “Os Sertões” de Euclides da Cunha (Albuquerque Júnior, 2011).

As teses de Dácio Rabello e Albuquerque Filho se encontram na convivência entre perspectivas regionais diferentes de Nordeste, de uma região natural definida pela Inspetoria de Obras contra as Secas desde 1909, e de uma região cultural, forjada pelo movimento regionalista de 1922. Gilberto Freyre fazia parte do governo estadual anterior, de Estácio de Albuquerque Coimbra (1872-1937), que diante da vitória da Revolução de 1930, partiram para o exílio em Portugal.

Nesse momento há um recuo do movimento regionalista, devido ao exílio e à posição que Gilberto Freyre estava. Apesar da manifestação ao regionalismo ser perigosa¹⁰⁸, por associação às questões políticas, Dácio Rabello e Albuquerque Filho apresentam algumas características dessa visão de Nordeste na abordagem dos hábitos e costumes nordestinos em suas teses. Dácio Rabello, cita inclusive, Gilberto Freire, sobre os aspectos da cana-de-açúcar publicados no “Livro do Nordeste”, edição comemorativa do centenário do Diário de Pernambuco, de 1925. Mas, apenas em termos históricos.

¹⁰⁸ Vale notar que, como mencionamos no capítulo anterior, essa questão acompanhou a trajetória de Mário Melo, anos depois, em 1938, sendo acusado de regionalista (Silva, 2021). Contudo, a relação de Gilberto Freyre e o Estado Novo era marcada por ambiguidades, existindo um pacto político entre Getúlio Vargas e Gilberto Freyre, nas palavras do historiador Gustavo Mesquita: O pacto era a fórmula para Vargas efetivar o sentido nacional das transformações, na mesma medida que serviu para a consagração política e intelectual de Gilberto Freyre como artífice da renovação do regionalismo, com envergadura não só nacional como mundial (Mesquita, p. 228, 2013). O historiador defende que o pensamento cultural freyriano serviu ao projeto de nacionalidade do Estado Novo.

O pensamento racial de Dácio Rabello se baseia em Oliveira Vianna. Agamenon Magalhães também mobilizou esse autor. Eles defendiam que a nacionalidade brasileira era formada por três raças, sendo miscigenada. Observa a mesma distribuição geográfica, dos “mulatos” no litoral e os “mamelucos” no sertão. Porém, não traz expectativas de branqueamento ou imigração, bem como a “unidade étnica” defendida por Agamenon Magalhães parece ser uma ideia superada na tese de Rabello, uma descontinuidade.

A perspectiva racial de Dácio Rabello, não os relaciona às adaptações ao meio, como na perspectiva evolucionista. Deixa claro que a distribuição geográfica das raças se deu por motivos econômicos. Apresenta uma tabela sobre a distribuição das raças por Estados, conforme mostramos na Figura 43, a qual conclui apenas sobre a preponderância dos “mestiços” e afirma que a miscigenação do sertanejo não é homogênea, como sugere Agamenon Magalhães. Apesar das discordâncias, Rabello cita a tese de Agamenon quando versa sobre o cangaço.

É interessante notar a descrição da paisagem, quando observa as habitações do sertão nordestino:

Interessante é observar a *physionomia* dos povoados nordestinos. Geralmente esses aglomerados apresentam-se sob dois *typos*: ora são levantadas as casas de um e outro lado dos caminhos, com uma única rua espaçosa; ora espalham-se as habitações em torno de um largo, onde se ergue uma igreja e se fazem as feiras semanaes. Na maioria dos casos, vemos os povoados nos logares em que há mais abundancia d’agua – nos valles ou encostas verdejantes [...] Da monótona tranquilidade é a vida dos habitantes dos povoados. Só as feiras põem uma nota mais viva no decorrer dos dias (Rabello, p. 74, 1932).

Segue descrevendo a vida nesses povoados, imprimindo suas observações, mesmo que não tenham sido em virtude do trabalho geográfico em questão, denotam uma interpretação geográfica da paisagem. Podemos entender a palavra “*physionomia*” por paisagem. Ainda em aspectos culturais, ressalta o perfil religioso do sertanejo, que “Excepção feita dos nucelos em que se faz sentir a influencia benéfica da Igreja Catholica, há nos logares mais recuados, uma credence mixta de catholicismo, feiticismo e superstições indígenas” (Rabello, p. 77, 1932). Atribui a isto as condições naturais, que conduziram ao desolamento diante das adversidades, por conseguinte, ao misticismo.

Rabello denota superioridade da religião católica¹⁰⁹ na cultura sertaneja. Demonstra profunda rejeição aos demais cultos citados e outros de origem africana, chegando a prever que serão exterminados com o avanço da “civilização”. Destaca ainda os cantadores, “sambadores” e violeiros, que seriam “tipos” de sertanejos apegados à cultura lírica e aos festejos. Observamos, portanto, uma caracterização cultural da população sertaneja.

Rabello não deu a mesma atenção à cultura da zona da mata e agreste, reforçando o estereótipo de Nordeste atrelado ao sertão. Embora, esboça alguns aspectos sobre a organização social nos engenhos de cana-de-açúcar ao dissertar sobre as atividades econômicas. Dentre elas, além da produção de açúcar, algodão e pecuária, comenta sobre o artesanato. Observando que essa atividade estava distribuída no interior do Nordeste e no Estado do Ceará. O escoamento da produção, realizado até então pelas ferrovias, passa a ser complementado com o transporte de cargas em caminhões, diante das recentes rodovias.

Nesse ponto, faz uma reflexão sobre as transformações espaciais das ferrovias. Comparando com a realidade dos E.U.A., Rabello acha contraditório que no Brasil se localizaram em lugares onde já havia ocupação econômica, enquanto no outro país, se prolongavam aos lugares desabitados para impulsionar o desenvolvimento dos, denominados por ele, “*hinterlands*”. Ele percebe também que, as cidades que ficaram distantes das ferrovias em Pernambuco, mesmo tendo engenhos, sofreram decadência em virtude dessa localização.

Essas reflexões mostram o esforço de comparação e explicação no decorrer do texto. Os temas ligados às questões sociais, demonstraram maior familiaridade do autor para esse tipo de analogia. Enquanto sobre os aspectos da natureza, há um perfil de explicação dos conceitos, com muitas citações, nos capítulos sobre a sociedade, Rabello consegue pontuar observações e conclusões, relacionando-as às condições naturais e à cultura. Entres suas citações sobre a história do Brasil e os aspectos sociais e econômicos de Pernambuco, estão os intelectuais Oliveira Lima, Artur Orlando e Silvio Romero.

Na abordagem de Albuquerque Filho, sua sequência de argumentos parte da perspectiva histórica, na qual em primeiro lugar, exalta o donatário da Capitania de

¹⁰⁹ Em pesquisa realizada na Hemeroteca Digital, entre os anos de 1920-1930, 1930-1940, com o termo ‘Dácio Rabello’ há grande número de ocorrências da sua participação no “círculo católico”, assim como seu irmão, Silvio Rabello.

Pernambuco. Em seguida, ainda no período colonial, discorre sobre as expedições aos demais territórios da Capitania. Por fim, destaca Pernambuco enquanto “celeiro intelectual” do Nordeste, em virtude, sobretudo, da criação da Faculdade de Direito¹¹⁰. Nos aspectos históricos, citou Pereira da Costa em seu texto.

Em cada seção, Albuquerque Filho confere pioneirismo e “irradiação” de Pernambuco perante os demais Estados, sem demonstrar como esse processo ocorreu. Salvo algumas observações sobre expedições que partiram de Olinda, dando especial atenção a participação das ordens católicas¹¹¹, bem como a formação dos jovens na Faculdade de Direito, que retornavam aos seus Estados.

Ao término da tese, inicia sua argumentação conferindo uma certa altivez natural do pernambucano. Na qual, tinha dois “tipos”: o sertanejo e o senhor de engenho da elite agrícola do litoral e zona da mata. O caso do sertanejo, é explicado pela miscigenação, tal como na tese de Agamenon Magalhães. Sobre os senhores de engenho, se baseia na obra de Artur Orlando, “Brasil: a terra e homem” de 1913, afirmando que a postura desses homens foram heranças do período colonial, associada ao Donatário Duarte Coelho.

Atribuí essa herança, as motivações de tantas revoluções. Conta a história regional características dos membros do IAHPG, evocando a expulsão dos holandeses, os eventos de 1817, 1822, 1824, 1848, a reivindicação pela abolição da escravidão e o pensamento republicano. Acrescenta os fatos recentes da década de 1920, a coluna Prestes e a Revolução de 1930. Obviamente, os pernambucanos são vistos como precursores da revolução, por meio do jornal Diário da Manhã, teriam espalhado seus ideais desde 1927: “Muito antes portanto de aparecer na política brasileira a aliança liberal, já Pernambuco por um órgão da sua imprensa pregava os grandes ideais da Revolução” (Albuquerque Filho, p. 70, 1932).

Nas conclusões, enumera 13 proposições que reiteram a argumentação que foi realizada ao longo do texto. Destaca os aspectos que, relacionados entre si, justificam a premissa de que Pernambuco seria um centro irradiador do Nordeste, que são: a

¹¹⁰ A localização, no caso de Pernambuco para a Faculdade de Direito do Norte, pode ser explicada pelos episódios de revoltas recentes (1817-1824), amortecendo os impactos das derrotas, bem como reforçando a integração do território. Outro fato era a tranquilidade do local, que aumentaria o foco dos estudantes (A origem [...], 2018).

¹¹¹ De acordo com pesquisa na Hemeroteca Digital, em 1913 e 1928, Albuquerque Filho participava das reuniões do “círculo católico.”

posição geográfica, o passado colonial, as raças e a altivez herdada dos colonizadores.

Dácio Rabelo também elabora conclusões enumeradas. Elas se assemelham as de Albuquerque Filho, na questão da localização geográfica e história colonial. Sobre isto, afirma: “Por um determinismo histórico, nascido principalmente de condições geográficas, Pernambuco tem desempenhado no Nordeste uma missão civilizadora, comprovada pelas directrizes de sua expansão” (Rabelo, p.107, 1932).

Diferentemente do seu concorrente, não corrobora o argumento racial e acrescenta o componente cultural: “Enquanto os engenhos de açúcar, com sua organização de trabalho, deram origem a uma aristocracia rural, as fazendas de criação de gado, fomentaram um espírito democrático, por contingência da própria vida pastoril” (Rabelo, p. 107, 1932).

Rabelo afirma isto com base em Capistrano de Abreu, no qual atribui essas diferenças entre as culturas do litoral e do sertão. Tendo no primeiro, um conjunto de normas para garantir a estratificação social e no segundo, a irmandade seria natural devido às adversidades. Na sua argumentação sobre os fatores que levaram Pernambuco a ser um centro difusor, e que ainda era nos anos de 1930, deu destaque à ampliação da instrução, com a criação de mais escolas desde 1879, sob a direção da Instrução Pública de João Barbalho e governo de Barbosa Lima. Ressalta também a participação da imprensa no processo de educação da população, bem como das ordens religiosas católicas.

Diferentemente de Albuquerque Filho, que exalta a Revolução de 1930, Dácio Rabelo reitera ao término do seu texto, a importância da educação: “Assim tem contribuído Pernambuco para a formação da vida brasileira: ao influxo das escolas, dos campos e das fabricas, fôrma-se e retempera-se a sua gente – legítima grei de consolidadores da grandeza nacional” (Rabelo, p.106, 1932).

Na tese de Dácio Rabelo há extensa bibliografia, contudo, como já mencionamos, alguns autores não foram citados, dentre eles: Georges Léspagnol, Jean Brunhes, Emmanuel De Martonne, Theodoro Sampaio, Pereira da Costa e Bernardino de Souza. Nos chamou atenção que, no final bibliografia foram colocados os artigos da Revista do IAHP, expressando essa fonte de conhecimentos, referenciando os autores Henri Koster, Elisio Carvalho, Conego Barata, Jonh Casper Branner e Mário Melo.

Mesmo com o conhecimento de autores que versaram sobre a Geografia Moderna, a monografia de Rabello não se filiou expressamente à perspectiva, como fez Agamenon Magalhães. Tanto Rabello como Albuquerque Filho, citaram autores pernambucanos, inclusive os geógrafos historiadores detalhados no capítulo anterior. Observamos que o regionalismo de Pernambuco, evidenciado nas teses, é uma continuidade dos trabalhos envolvidos pelo IAHGP, que privilegiavam a perspectiva histórica de um “passado glorioso”. Vale notar também que, ambos fizeram parte da Sociedade Propagadora da Instrução Pública, compondo sua diretoria em 1947 (Aniversário [...], 1947). Fizeram parte dessa sociedade, vários membros do IAHGP, como Pereira da Costa.

A continuidade, em relação à tese de Agamenon Magalhães, do debate racial e os autores Silvio Romero e Artur Orlando, da Escola do Recife, permearam as teses. Acrescentando esse tema, que não foi tão explorado pelos geógrafos do capítulo anterior. Os aspectos culturais ganharam ênfase, como ecos do movimento regionalista da década de 1920. Mas, direcionados para a caracterização dos costumes das pessoas sertanejas. Apesar do destaque à cultura sertaneja, o discurso pela manutenção da tradição não se fez relevante para os geógrafos professores.

Entendemos que suas teses manifestaram a combinação de diferentes abordagens regionais, tanto em relação à escala de análise, como na apreciação dos “dois nordestes”, o açucareiro e o sertanejo (Andrade, 2013). Ao longo dos textos, essas dificuldades se expressam pela insipiente articulação entre os temas. Os esforços de explicação e síntese ficaram em descompasso com os elementos da região eleitos para a descrição. Isto fez com que, muitas informações expostas ficassem excluídas das conclusões. Quanto à pesquisa de campo, como habitantes da região, eram observadores privilegiados, contudo, não está clara a realização de alguma pesquisa de campo com a finalidade de elaboração do estudo geográfico.

Em relação aos trabalhos anteriormente analisados, dos geógrafos do IAHGP e de Agamenon Magalhães, percebemos que a tese de Dácio Rabello se assemelha ao estudo de Agamenon Magalhães, ao buscar a literatura especializada estrangeira e nacional e realizar uma síntese dos aspectos eleitos da paisagem. Contudo, assim como Agamenon Magalhães, não realizou observação *in loco* direcionada ao trabalho geográfico.

Os membros do IAHGP tiveram mais exemplos de aplicação da observação. Isto pode ser atribuído à escala de análise ser Pernambuco, ao invés de Nordeste,

que demanda maior esforço de deslocamento. Como relatado pelos autores das teses, o tempo de entrega do trabalho era de 60 dias, em curto prazo para uma expedição.

A tese de Albuquerque Filho destoa em vários aspectos dos trabalhos anteriores, tanto dos geógrafos do IAHGP, como de Agamenon Magalhães. Mesmo com viés histórico proeminente, se diferencia dos membros do IAHGP pela ausência de pesquisa documental. As citações, sem referências, deixaram o trabalho defasado em relação aos anteriores, nos aspectos de escrita científica. Contudo, valorizou o material iconográfico, sendo a única tese que utilizou fotografias e relacionou a história aos aspectos naturais ao longo do texto. Sem realizar uma rígida enumeração de tópicos, ele selecionou os conhecimentos relevantes para a comprovação da hipótese sobre Pernambuco ser um centro irradiador.

Ao que parece, após a publicação das teses, os professores de Geografia seguiram suas atividades na Escola Normal Oficial e demais instituições de ensino do Recife. Albuquerque Filho, publicou ainda “Geografia para o 3º ano secundário”, em 1933 (Geographia [...], 1933) e, como já mencionamos, a tese “Os Rios e a Expansão Geográfica em Pernambuco”, em 1940. Continuou no ensino secundarista e Escolas Normais, trabalhando com o ensino até seu último dia de vida, quando sofreu um acidente ao sair da Escola Pinto Júnior (Sepultado [...], 1974).

Albuquerque Filho foi nomeado professor efetivo de uma cátedra de Geografia em 1952, em ato solene e digno de noticiário, no qual relatou sua trajetória de tentativas ao cargo (Empossado [...], 1952). Como já mencionamos, ele concorreu em 1922, com Agamenon Magalhães e Alcino Coelho e em 1932 com Dácio Rabello, nesse caso, para a Escola Normal Oficial.

Mas a cátedra do Ginásio Pernambucano era mais almejada, tendo em vista que sua vida pessoal foi marcada por esse colégio. Como seu pai foi professor de Geografia e diretor da instituição por muitos anos, Albuquerque Filho sempre estava pelos corredores do GP, assim como foi aluno (Albuquerque Filho, 1969).

A cátedra de Geografia do Brasil já estava ocupada por ele de modo interino desde 1939, no então chamado Colégio Estadual de Pernambuco (Ginásio Pernambucano), em virtude da aposentadoria de Alcino Coelho. Por decisão do governador Agamenon Magalhães, seu antigo concorrente, Albuquerque Filho assumiu a cátedra. Em 1952, o professor solicita a definição de sua situação, que é atendida pela Secretaria de Cultura e Educação. Mesmo já atuando no ensino

superior, como catedrático de Geografia do Brasil da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Manuel da Nóbrega (Empossado [...], 1952).

Isto denota o quão Albuquerque Filho desejou a cátedra e mesmo já em exercício, recorreu às instâncias superiores a fim de obter a posse efetiva do cargo. Nos anos de 1950 ser professor efetivo da cátedra de Geografia do Ginásio Pernambucano ainda era visto como sinal de profissional de elevada qualidade, com habilidades de ensino e pesquisa. Tanto que, como já dissemos, ainda participaram dos certames, Mauro Motta, com a tese “O Cajueiro Nordestino”, em 1955 e Manuel Correia de Andrade, com o trabalho “O Vale do Siriji: um estudo de Geografia Regional”, em 1958.

Dácio Rabello foi contratado pelo Ginásio Pernambucano em 1936, no qual se tornou diretor nos anos de 1950 (Valente, 1984). Participou do corpo docente do curso de Licenciatura em Geografia e História do Instituto Superior de Pedagogia, Ciências e Letras Paula Frassinetti, fundado em 1939.

Antes de surgirem as mencionadas faculdades de origem católica, é importante citar que Josué de Castro (1908-1973)¹¹² e Aníbal Bruno (1890-1976) fundaram uma Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, em 1933. O curso de bacharelado em Filosofia e Ciências Sociais tinha a duração de três anos, com as seguintes disciplinas: Geografia Humana; Biologia Social; Psicologia; Matemática; História; Sociologia; Filosofia Sistemática; Economia Política; Estatística; Filosofia Natural e Cultural (Faculdade [...], 1933).

O corpo docente era formado, além dos diretores Aníbal Bruno e Josué de Castro: Agamenon Magalhães, Silvio Rabello, Luís Freire; Olívio Montenegro; Ulisses Pernambucano; Nelson Coutinho; Rafael Xavier e Bezerra Coutinho (Figura 48). A faculdade foi inaugurada em 22 de setembro de 1933 (Faculdade [...], 1933). Josué

¹¹² Josué de Castro foi um médico e geógrafo brasileiro que protagonizou o debate da fome no Brasil, quebrando um tabu com a impactante obra “Geografia da Fome” de 1946. Esse médico do Recife, logo percebeu o problema da fome dentre as suas experiências de vida e profissionais. Diante disto, se envolveu na bibliografia nas áreas da geografia, sociologia e o estudo do meio ambiente. Nas palavras de Anna Maria de Castro (2021): “Ao escrever a ‘Geografia da Fome’ afirmava que a fome não era um problema natural, isto é, não dependia nem era resultado dos fatos da natureza – ao contrário, era fruto de ações dos homens, de suas opções, da condução econômica que davam a seus países”. As obras que antecederam a “Geografia da Fome” foram, de acordo com Gaspar (2009c): Condições de vida das classes operárias do Recife (1932); O problema fisiológico da alimentação no Brasil. Monografia (Livre-docência em Fisiologia) – Faculdade de Medicina do Recife (1932); O ciclo do caranguejo (1935); Alimentação e raça (1936); A alimentação brasileira à luz da Geografia Humana (1937); Documentário do Nordeste (1937). Apesar disto, Josué de Castro não foi citado nos estudos geográficos de Mário Melo, seu contemporâneo, nem entre as teses das instituições de ensino que estão sendo analisadas neste capítulo, mesmo as dos anos da década de 1940.

de Castro ministrava as aulas de Geografia Humana, enquanto Agamenon Magalhães, as aulas de Sociologia.

Figura 48 – Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais de 1933

O NOVO INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR CREADO EM RECIFE

Como foi recebida essa iniciativa pelos nossos meios culturais

O dr. Annibal Bruno fala sobre os objectivos da Faculdade de Philosophia e Sciencias Sociaes

Já se pôde considerar victoriosa a idéa da fundação, entre nós, de uma Faculdade de Philosophia e Sciencias Sociaes, lançada recentemente pelo dr. Josué de Castro, nome de brilhante destaque na classe medica do Recife, com o apoio e a solidariedade não somente de outras figuras illustres do nosso meio pedagogico e scientifico, como também de todos os nossos centros de alta cultura.

Não era, aliás, de esperar senão o exito com que foi posta em pratica a idéa, dado o vigoroso surto de actividade e renovação intellectual, que se vem assignalando nesta cidade, de certo tempo a esta parte, como um fructo mesmo do espirito revolucionario que pôz á frente das campanhas dessa especie um grupo de tenazes e abnegados estudiosos das questões que interessam á vida contemporanea, em suas complexas e profundas modalidades, tanto em relação ás tendencias de aperfeiçoamento cultural do nosso paiz, bem assim no que diz respeito ás correntes espirituas que se chocam no seio de outros povos mais adiantados, rasgando-lhes perspectivas per assim dizer imprevisitas no campo da philosophia e das sciencias sociaes.

A nova Faculdade em organização conta com um corpo de professores reconhecidamente capazes para assegurar-lhe o sucesso inicial. Ella precedeu, ainda, ao movimento que se esboça, suspiciosamente, com a collaboração do governo estadual, da fundação da Universidade de Pernambuco — grande aspiração em vias de ser objectivada, mercê da boa vontade com que, encaminhada, ultimamente, pelo Interventor Lima Cavalcanti, ao Ministerio da Educação, foi acolhida pelo Governo Provisorio.

Ao que sabemos, o plano da Universidade de Pernambuco, já proposto e em estudos naquelle Ministerio, abrante o funcionamento de uma Faculdade nos moldes da que vem de ser creada nesta cidade. A grandiosa aspiração universitaria, que está empolgando presentemente a opinião pernambucana, encontrará no mencionado instituto scientifico um excelente material para completar o seu quadro de instituições de ensino superior.

Os nossos confrades do Diario da Tarde, ouviram, hontem, o illustre dr. Annibal Bruno, ardoroso vanguardeiro dessas iniciativas, sobre a instalação, o funcionamento e os objectivos da nova Faculdade.

Por se tratar de um empreendimento digno de applauso e da maior divulgação, transcrevemos, a seguir, as declarações feitas pelo dr. Annibal Bruno áquelles nossos colegas do popular vespertino recifense:

— No grande movimento cultural que se está esboçando em Pernambuco não é demais que se inclua a fundação de uma Faculdade de Philosophia. Recife, nos dias que correm, parece querer reviver as glorias de uma época em que, da Faculdade de Direito como centro, irradiava para todos os

nucleos culturais do paiz o prestígio de sua intelligencia e de seu saber juridico e philosophico. As faculdades se agitam como animadas de um espirito renovado. Os estudantes promovem congressos e cursos de conferencias. Associações scientificas procuram desenvolver programas de indo-

le cultural. Cream-se novas escolas como a de Bellas Artes e a de Aperfeiçoamento Pedagogico. Ha, em summa, um afan de cultura e de renovação, despertando iniciativas e estimulando actividades entusiasticas pela obra de educação. E' nessa corrente que se inclue o movimento iniciado pelo dr. Josué de Castro, no sentido da criação de uma Faculdade de Philosophia e a acção dos que ao seu lado se congregaram para a fundação da actual Faculdade de Philosophia e Sciencias Sociaes.

FACULDADE DE PHILOSOPHIA

No conjunto dos novos institutos de educação superior, fazia-se, realmente, sentir a ausencia desse orgão de cultura desinteressada. Nos maiores centros de vida universitaria, erguem-se faculdades de philosophia como nucleos de projecção de intenso movimento cultural.

Na Alemanha é em torno da Faculdade de Philosophia que se agrupam os demais orgãos universitarios. E' della que provem a maior parte da influencia que



Dr. Josué Castro

cas e Sociaes e de Philosophia e Letras.

ORIENTAÇÃO DA FACULDADE

A nova Faculdade, além de uma escola, pretende ser um núcleo de coordenação e de estímulo das cogitações e das pesquisas scientificas, de índole philosophica e social, em nosso meio.

Organizando-se com esses superiores intuitos e pretendendo realizar um esforço constructivo orientado no sentido da formação espiritual da mocidade, a nova escola não se inclue em nenhuma corrente ideologica determinada. Abre-se á livre discussão de todas as idéas e deixa aos seus alunos e aos seus professores a mais ampla liberdade de opinião.

Esse é, aliás, o principio dominante em todas as escolas superiores do Brasil e constitue uma das mais nobres tradições da nossa Faculdade de Direito. Essa liberdade de opinião doutrinar de professores e alumnos vem mesmo consignada em um dos primeiros artigos do regulamento da nova Faculdade de Philosophia e Letras de São Paulo. Na Alemanha é ella tradicional nas faculdades de philosophia das suas grandes universidades. Na exposição de motivos dos decretos que reorganizaram as universidades da França dizia o governo francez:

"A função das universidades é uma função scientifica. Do primeiro ao ultimo grau dos estudos, a sciencia a propagar, a sciencia a accrescer, é o fim que todo o organismo escolar tem que visar. Ora, por essencia, a indagação scientifica é livre: ella só pode ser fecunda pela liberdade. Não reconhece outras leis senão as regras dos methodos e estas regras o poder publico não tem aptidão para trancar".

E' dentro dessa liberdade que as orientações diversas dos professores se equilibram e que o alumno, que não é uma massa inerte e plastica, mas sobretudo uma vontade e uma intelligencia, adquire o espirito scientifico e o senso critico necessario á livre eclosão da sua personalidade.

Assim orientada, terá a nova Faculdade, segundo os seus objectivos



Dr. Annibal Bruno

Fonte: O Novo [...] (1933).

Em pleno Governo Provisório, os pernambucanos estavam esperançosos sobre a criação da "Universidade de Pernambuco"¹¹³ e a empreitada de Josué de

¹¹³ É importante aludir que, desde 1931 (Brasil, 1931) a principal exigência para a criação de uma Universidade era existência de três instituições, dentre as quais: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e/ou Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Em 1939, essa exigência muda para ao mínimo duas instituições, sendo entre elas: faculdade de filosofia, faculdade de direito, faculdade de medicina e/ou faculdade de engenharia (Brasil, 1939).

Castro seria um avanço nesse sentido (O Novo [...], 1933). No dia 30 de agosto daquele ano foi realizada uma reunião com representantes das instituições intelectuais, que assinaram o pleito para a criação da Universidade pelo presidente Getúlio Vargas, que visitaria o Estado em breve (Universidade [...], 1933).

Porém a Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais logo encerrou suas atividades, poucos anos depois, haja vista a ausência de notícias sobre ela após 1935. Sua inauguração foi no salão da Faculdade de Direito do Recife, com presença do interventor Lima Cavalcanti. As aulas foram realizadas na Av. Rui Barbosa, n.º 1599, bairro das Graças. Na época, a edificação era conhecida por “Escola de Aperfeiçoamento” (Faculdade [...], 1933). Atualmente esse casarão (Figura 49) encontra-se restaurado, sendo uma unidade da Universidade de Pernambuco (Matos, 2012).

Figura 49 – Casarão onde funcionou a Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais de 1933



Fonte: Matos (2012).

No entanto, a fundação da Universidade ocorreu mais de uma década depois, em 1946, sendo composta pelas instituições já existentes: Faculdade de Direito do Recife (1827), Escola de Engenharia de Pernambuco (1896), Faculdade de Medicina do Recife e Anexas de Odontologia e Farmácia (1914), Escola de Belas Artes de Pernambuco (1932), Faculdade de Filosofia do Recife (1939). Contudo, na planta da Faculdade de Direito, elaborada pelo engenheiro A. V. do Nascimento Feitosa, em 1873, já havia a preocupação de deixar espaços desapropriados para esse fim.

Conforme citado acima, uma das instituições incorporadas à Universidade do Recife foi a Faculdade de Filosofia do Recife, que surgiu o final década de 1930 com o nome de Instituto Superior de Pedagogia, Ciências e Letras Paula Frassinetti. Os cursos ofertados foram: Filosofia, Matemática, Geografia e História, Ciências Sociais, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas e de Pedagogia (FAFIRE, 2015). Em 13 de março de 1941, a instituição teve autorização para adotar o nome Faculdade de Filosofia do Recife. Funcionou inicialmente em prédio anexo ao Colégio de São José, na Avenida Conde da Boa Vista, nº. 921, bairro da Boa Vista. Em 1999 essa instituição passa a ser denominada Faculdade Frassinetti do Recife (Figura 50).

Figura 50 - Faculdade Frassinetti do Recife



Fonte: Doroteias (2021).

Assim, o primeiro curso superior de Geografia no Estado de Pernambuco surgiu no âmbito da filosofia cristã:

Desde hoje o Recife possui uma Faculdade onde se vai ensinar e estudar a verdadeira philosophia. Verdadeira porque ensinada e estudada, como dizia o padre Delos em catholico, ou como melhor exprime o inconfundível Gilson, porque aqui vão as alunas encontrar não apenas catholicos que são professores, mas professores catholicos. Faculdade na qual, semelhante às Universidades da Idade Media, de par como o nectar inebriante das especulações scientificas, respirar-se-á também a atmosfera christã dos logares santos e se ouvirá o ciciar angelico de lábios em prece (Mousinho, 1941).

A faculdade foi um projeto da Congregação das Irmãs de Santa Dorotéia, cuja missão era de promover educação integral, com vista à formação humana e profissional, fundamentada em princípios éticos e cristãos e na intuição pedagógica de Paula Frassinetti (FAFIRE, 2015).

Nesse sentido, como já observado, Dácio Rabello era um professor católico, que formou esse corpo docente com Gilberto Osório de Andrade e Hilton Sette (Santos *et al.*, 2013). Anteriormente, também trabalhou ao lado de Mário Lacerda de Melo, em 1936, no Colégio Santa Margarida, uma instituição de formação de professoras (Collação [...], 1936). Assim como, com Gilberto Osório no Ginásio do Recife, uma escola particular, conforme mostra a Figura 51 (Gymnasio [...], 1939).

Figura 51 – Dácio Rabello e Gilberto Osório em 1939



Fonte: Gymnasio [...] (1939).

Enquanto Dácio Rabello trabalhava na Faculdade Frassinetti do Recife, Albuquerque Filho era professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Manoel da Nóbrega, assim denominada entre 1943 e 1951, atualmente Universidade Católica de Pernambuco. Ela surgiu com o objetivo de oferecer ensino superior aos homens, tendo em vista que já havia uma Faculdade de Filosofia para mulheres na cidade. Assim, funcionou inicialmente na Av. Oliveira Lima, no lado oposto ao nº 867, bairro da Soledade, nas dependências do Colégio Nóbrega, conforme mostra a Figura 52 (Cabral, 2018).

Figura 52– Antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Manoel da Nóbrega



Fonte: Boldrini (2017).

Além de Albuquerque Filho, outros professores de Geografia lecionaram nessa instituição, como Hilton Sette, Gilberto Osório de Andrade e Mário Lacerda de Melo. Assim como a faculdade das irmãs Doroteias, era norteadada pela filosofia cristã. Nesse caso, de acordo com Cabral (2018), foi um projeto dos Jesuítas em Pernambuco, que foram estimulados por Dom Sebastião Leme (1882-1942) a trabalharem com a educação no Estado. Contudo a ideia remontava o ano de 1912, em que Dom Luiz Raimundo da Silva Brito concedeu uma entrevista ao jornal “A República”, defendendo a criação de uma Universidade Católica no Recife (Cabral, 2018).

As iniciativas católicas geraram a constatação de que não havia uma faculdade de filosofia laica em Pernambuco, gerando polêmicas sobre os rituais e datas comemorativas dessas instituições perante os discentes protestantes (Incisivo [...], 1946). Isso foi utilizado em defesa às críticas diante da criação da Faculdade de Filosofia de Pernambuco, instituição pública estadual, em 1946 e federalizada em

1950, a qual também estiveram em seu corpo docente Dácio Rabello, Hilton Sette, Gilberto Osório e Mário Lacerda (Santos *et al.*, 2013).

É possível notar que havia uma concentração das instituições de ensino secundário e superior nos bairros centrais do Recife. Isso facilitava o deslocamento desses professores. Essa tendência acompanhou o desenvolvimento urbano do Recife, que desde a mudança da Faculdade de Direito, em 1854, deslocou o centro intelectual da Província para seus domínios¹¹⁴. Anteriormente, esse centro intelectual, não apenas provincial, mas de todo o Brasil, era em Olinda¹¹⁵.

A concentração das instituições de ensino e culturais no Recife, facilitaram também os encontros entre os professores de Geografia. Num campo disciplinar em desenvolvimento, vai se formar um grupo seletivo de catedráticos, que não só disputavam as vagas na área, mas colaboravam entre si.

Um exemplo disto é o relato de Tadeu Rocha, que ao elaborar a nomenclatura da nova divisão regional de Pernambuco realizada pelo IBGE, solicitou as opiniões de Albuquerque Filho e Dácio Rabello, os antigos catedráticos de Geografia. Ainda afirma que foram somadas à apreciação de Gilberto Osório de Andrade, Mário Lacerda de Melo, Hilton Sette, Mauro Motta e Manuel Correia de Andrade (Nova [...], 1968).

Portanto, nessa ocasião houve o encontro entre os catedráticos da década de 1930, que se dedicaram ao ensino de Geografia, com uma geração que irá ultrapassar as fronteiras do ensino: Mário Lacerda, Gilberto Osório e Hilton Sette. Um outro momento de convergência entre João Feliciano da Motta e Albuquerque Filho, Mário Lacerda e Gilberto Osório foi em 1940, quando preparam teses para o provável concurso do então Colégio Estadual de Pernambuco (Ginásio Pernambucano).

¹¹⁴ Assim, passa a se denominar Faculdade de Direito do Recife (FDR) e foi alocada na Rua do Hospício, n.º 563, bairro da Boa Vista, onde permaneceu até 1882. Em seguida mudou-se para um edifício onde fica a Praça Dezessete, na Rua do Imperador Pedro II, bairro de Santo Antônio. Em 1912 foi inaugurada sua sede, na Praça Adolfo Cirne, s/n, bairro da Boa Vista, onde permanece até os dias atuais.

¹¹⁵ O antigo Colégio dos Jesuítas de Olinda passou a ser dirigido pelos franciscanos, sendo em 1798 aprovada a criação do Seminário de Olinda, que entrou em funcionamento no ano de 1800. Um importante polo intelectual do Brasil na virada da colônia para o império. De acordo com o historiador Denis Bernardes (2006), foi confiada a gestão do Jardim Botânico de Olinda, instalado depois do estabelecimento da Corte portuguesa no Brasil, aos lentes do seminário, em 1811. O padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro (1766-1817) foi seu primeiro diretor, uma vez que dava aulas de Desenho e era discípulo e colaborador do naturalista brasileiro padre Manuel Arruda da Câmara (1752-1810), que desenvolveu trabalhos de botânica.

4.3.1 A tese de Albuquerque Filho sobre os rios de Pernambuco

Albuquerque Filho mais uma vez se dedicou à pesquisa geográfica para se tornar um professor catedrático de Geografia. Assim, ele é o autor que mais produziu teses para esse fim: “Geografia Física” (1921), “O Nordeste Brasileiro: Pernambuco centro e origem de toda a civilização nordestina” (1932) e “Os rios e a expansão geográfica em Pernambuco” (1940).

Essa tese aparece nas referências bibliográficas da tese de Hilton Sette, sobre as regiões naturais de Pernambuco, elaborada em 1946. Nesse texto, consta que a tese de Albuquerque Filho é de 1940. Nossa pesquisa documental teve acesso a publicação de 1946 (Figura 53).

Na tese sobre os rios de Pernambuco, Albuquerque Filho mantém seu estilo, com citações sem bibliografia e sem realizar uma rígida enumeração de tópicos. A perspectiva histórica é predominante, assim como na tese anterior. Diferentemente, não utiliza iconografia e apresenta menos páginas (43).

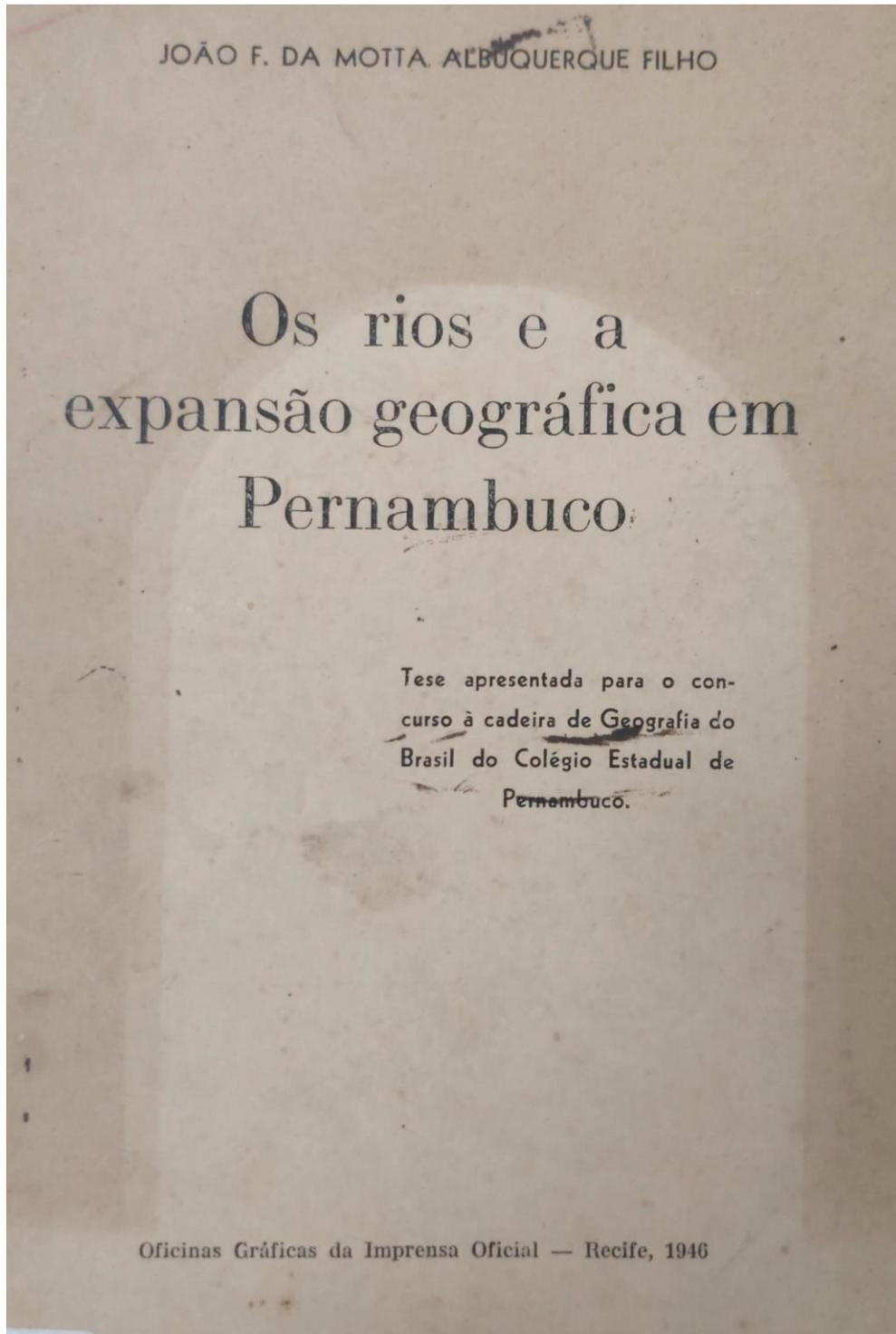
De início, utiliza argumentos históricos para mostrar a importância dos rios, recorrendo ao exemplo do rio Nilo. Chama nossa atenção a escrita poética ao dizer que “[...] depois de percorrer enormes distâncias termina no seio do oceano ao qual muitas vezes domina impondo a côr e o sabor de suas águas” (Albuquerque Filho, p. 3, 1946).

Destaca que as funções dos rios são: vital, fisiográfica, econômica e social. Sobre a função vital cita o geógrafo francês Jean Brunhes, a obra “*La géographie et l’histoire*”, escrito com Camille Vallaux em 1921, no sentido de exemplificar os casos de rebatimentos da pesca na evolução de núcleos populacionais. Sobre a função fisiográfica, como agentes externos do relevo, cita John Casper Branner para explicar a quantidade de sedimentos que podem ser desagregados e movimentados pelos rios.

Albuquerque Filho mobiliza exemplos de rios em outros países, como Egito, Europa e Estados Unidos da América. Os rios Amazonas e São Francisco também são evocados em diversos trechos, no caso do segundo, cita as informações de Teodoro Sampaio. A função econômica é explicada com base em exemplos estrangeiros e apenas o potencial hidroelétrico brasileiro é mencionado. Em relação à função social, também parte do raciocínio geral ao específico. Cita Emmanuel De Martonne, Jean Brunhes e Paul Vidal de la Blache, nesse caso, a obra “Princípios de

Geografia Humana”. Por se referir ao título em português, acreditamos que teve acesso à obra editada em Lisboa, no ano de 1922.

Figura 53 – Capa da Tese de Albuquerque Filho publicada em 1946



Fonte: Albuquerque Filho (1946). Arquivo Obras Raras FUNDAJ.

A citação dos geógrafos estrangeiros é uma novidade em relação à tese anterior. Percebemos que desde os anos de 1920, com a tese de Agamenon Magalhães, havia o conhecimento dessa literatura pelos pernambucanos, seja por busca direta ou via leituras de autores nacionais como Delgado de Carvalho e Bernardino de Souza, por exemplo. Mas, na tese de 1932, Albuquerque Filho não faz esse tipo de citação.

Sendo assim, a partir dos exemplos colhidos dessa literatura geográfica estrangeira, em torno da função social dos rios diante do povoamento em diversos lugares do Mundo, Albuquerque Filho tece sua tese de que: “Em Pernambuco o fato mais uma vez se manifestou. Foram os rios que lhe facilitaram e dirigiram a expansão geográfica na qual eles exerceram uma ação de grande relevância” (Albuquerque Filho, p. 12, 1946).

Para seguir nessa abordagem explica sobre a topografia de Pernambuco. Descreve a localização das nascentes e cursos dos rios considerados vias de penetração no território. Assim, se dedica ao tema histórico da colonização portuguesa no Brasil, recorrendo aos escritos de Capistrano de Abreu e Theodoro Sampaio. Assim, parte do nacional ao regional para explicar o caso pernambucano. Esse exercício didático também não foi recorrente na tese anterior, sendo um recurso evidenciado na tese de Dácio Rabello.

Em relação à história de Pernambuco a partir dos rios, o autor entende que esses objetos naturais nortearam os caminhos dos engenhos de açúcar e da pecuária. Para tanto, recorre aos autores Sebastião Galvão e Pereira da Costa. Cita também obras antigas, como “História da América Portuguesa” (1880) de Sebastião Rocha Pita e “Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil”, J. C. Milliet de Saint-Adolphe, de 1845. Ao pesquisar nessas obras, o intuito era de rastrear as origens de povoamento ao longo dos rios estudados.

O autor reflete que o povoamento do sentido de leste a oeste, se deveu à atividade canavieira, enquanto no interior do Estado, se desenvolveu em sentido contrário, diante da pecuária que se expandia a partir do rio São Francisco. Na sua perspectiva, as regiões do rio Pajeú e São Francisco tiveram um povoamento mais antigo que as demais áreas do sertão pernambucano. Sendo assim, até o século XVIII haveria lugares ainda não atingidos pelo povoamento.

Albuquerque Filho se deteve às atividades canavieira e pecuarista, como as únicas que se utilizaram da navegação fluvial e, evidentemente, da água. Não foram

citadas diversas questões relevantes, como o cultivo do algodão, os povos indígenas, a parte pernambucana do Quilombo dos Palmares e atividade pesqueira. Parece adotar a falsa impressão de que não havia populações nesses lugares antes de determinadas atividades coloniais. Salvo quando cita as guerras com os povos indígenas ao longo do rio Pajeú. A tese dos rios se propunha a mostrar o quão foram protagonistas na expansão do povoamento, contudo, apareceram como coadjuvantes da cana-de-açúcar e da pecuária.

Apesar do objetivo não ter sido totalmente alcançado, houve o intento de mobilizar as teorias geográficas para uma comprovação empírica. A analogia entre a realidade pernambucana e os exemplos de outros lugares mostra um esforço em aplicar o método geográfico, no aspecto desse princípio, também chamado por princípio da coordenação (Martonne, 1913).

A tese de Albuquerque Filho representa assim a tendência de se buscar na realidade estudada as premissas das teorias geográficas, inaugurada por Agamenon Magalhães, pouco desenvolvida por Dácio Rabello e problematizada pelo geógrafo tratado a seguir: Mário Lacerda de Melo.

4.4 A Geografia Humana de Mário Lacerda

O geógrafo Mário Lacerda faz parte da memória dessa disciplina em Pernambuco. Evocado sempre que se faz referência sobre os cursos de Geografia da UFPE, sua dedicação à Geografia remota décadas antes da consolidação do departamento nessa universidade.

Mário Lacerda de Melo (Figura 54) nasceu em 1913, no município de Água Preta, na zona da Mata Pernambucana, filho de Venâncio Pessoa de Melo e Maria Amélia Lacerda de Melo. Em 1935, formou-se como bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife (Gaspar, 2022).

Advogou por um período enquanto lecionava Geografia e disciplinas correlatas nas instituições: Ginásio Oswaldo Cruz, Instituto Carneiro Leão, Ginásio Leão XIII, Liceu Pernambucano, Escola Normal Pinto Júnior, Santa Margarida, Ateneu Pernambucano, Colégio Salesiano e Faculdade de Comércio. Ensinou ainda no Rio de Janeiro, no Ginásio Vera Cruz (Melo, 1940).

Figura 54 – Mário Lacerda de Melo



Fonte: Gaspar (2022).

Nesse interim, entre 1935 e 1940, escrevia também artigos para o jornal Diário de Pernambuco, dentre eles sobre Geografia, destacamos: “Mata e Agreste”, “Desequilíbrio Geográfico”, “Sobre a Geografia e economia de Pernambuco”, “Sobre a Geografia Econômica de Pernambuco” (Melo, 1940).

Contudo, seu primeiro trabalho de fôlego sobre Geografia foi a tese “Pernambuco: traços de sua Geografia Humana”, publicada em 1940, em virtude um possível concurso à cátedra da disciplina para o Ginásio Pernambucano (Andrade, 2007). Em 1941, publicou na Revista Brasileira de Geografia “Paisagens culturais do Nordeste brasileiro: atividades geográficas”. Entre 1943 e 1948, foi chefe do serviço de Estados Econômicos do Instituto do Açúcar e do Alcool (Gaspar, 2022). Nessa época, casou-se com Lúcia Coutinho de Moura, filha do presidente da Companhia Usinas Nacionais, em 1942, no Rio de Janeiro (Casamentos, 1942).

Entre 1954 e 1968, publicou na Revista Brasileira de Geografia: “Aspectos da geografia do açúcar no Brasil”, 1954; “Bases geográficas dos problemas do Nordeste”, 1962; “Nordeste: planejamento e geografia”, 1963; “Política de programas integrados em áreas prioritárias do Nordeste”, 1968 (IBGE, 2016). Nos Anais da AGB: “Serra Negra”, 1955, “Aspectos do habitat rural no Nordeste do Brasil”, 1955-57, “Fisionomia

do habitat rural no baixo Ceará-Mirim”, 1955-57, “Aspectos de geografia agrária no Brejo paraibano”, 1958.

Gaspar (2022) destacou ainda, entre folhetos e livros: “Nord-Est”, 1956, “Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba”, 1958; “Tipos de localização de cidades em Pernambuco”, 1959; “Migrações para o Recife”, 1961; “Estudo geográfico”, 1961; “A colonização e os problemas agrários no Nordeste”, 1962; “Política de programas integrados em áreas do Nordeste”, 1966; “Espaços geográficos e política espacial: o caso do Nordeste”, 1969.

Percebemos a prioridade da escala nordeste em seus escritos, que terá continuidade na década de 1970, com os textos: “O açúcar e o homem: problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro”, 1975; “Do Nordeste canavieiro ao Recife metropolitano”, 1975; “Metropolização e subdesenvolvimento: o caso do Recife”, 1977; “Regionalização agrária do Nordeste”, 1978; “Os agrestes: estudos dos espaços nordestinos do sistema gado-policultura de uso de recursos”, 1980;

Nos anos seguintes, Mário Lacerda se dedicou também aos demais Estados: “O meio-norte”, 1983; “As áreas de exceção dos agrestes da Paraíba”, 1986; “Áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco”, 1988; “Migrações para Manaus”, 1990.

Em relação a suas experiências socioprofissionais, em 1951, Mário Lacerda se tornou sócio efetivo do IAHGP (Souza *et al.*, 2010), bem como estava atuando como professor da Universidade Católica de Pernambuco¹¹⁶ e nomeado catedrático da recente Faculdade de Filosofia de Pernambuco. Essa faculdade, criada em 1946 e inicialmente estadual, foi federalizada em 1950 e incorporada à Universidade do Recife (Santos *et al.*, 2013) e tinha em seu corpo docente Dácio Rabello, Gilberto Osório de Andrade e Hilton Sette.

De acordo com Andrade (2007), a aproximação dos pernambucanos com a Associação de Geógrafos Brasileiros se deu na década de 1950, sendo Mário Lacerda um dos fundadores do núcleo estadual em 1952. Em 1953, ele se tornou sócio e no ano seguinte foi eleito presidente dessa associação. Daí por diante foi um membro ativo, participando dos congressos. Na mesma época, em meados dos anos de 1950, Mário Lacerda participa do então Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais,

¹¹⁶ A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Manoel da Nóbrega foi criada em 18 de abril de 1943, autorizada a funcionar com os cursos de Filosofia, Física, Matemática, Química, Geografia e História, Letras Clássicas e Letras Neolatinas (Cabral, 2018).

criado em 1949, por Gilberto Freyre, na equipe do Departamento de Geografia, chefiado por Gilberto Osório de Andrade (Rivas, 2003).

Conforme Gaspar (2022), ele integrou também da União Geográfica Internacional e do Conselho Diretor do antigo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Em 1986, Mário Lacerda recebeu os títulos de Professor Emérito da Universidade Federal de Pernambuco e o de Pesquisador Emérito, da Fundação Joaquim Nabuco.

Segundo Gaspar (2022), na sua trajetória profissional, Mário Lacerda ainda foi Secretário de Agricultura do Estado de Pernambuco (1964-1965); primeiro presidente da Companhia de Desenvolvimento de Pernambuco – Comper (1966); assessor técnico da SUDENE (1968-1969); Secretário Executivo do Grupo Especial de Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste – GERAN (1967); coordenador do Curso de Geografia do Instituto de Geociência e chefe do Departamento de Ciências Geográficas, da UFPE (1972-1973); professor do curso de Mestrado em Geografia do Departamento de Ciências Geográficas (a partir de 1976); pesquisador do Departamento de Geografia da Fundação Joaquim Nabuco (1982-1987).

Portanto, desde os anos de 1940 há uma progressiva e volumosa produção acadêmica e atuação profissional de Mário Lacerda, dedicada especialmente aos estudos regionais. A consolidação da Geografia, enquanto ciência autônoma em Pernambuco, nos anos de 1950 muito se deve ao seu trabalho. Acreditamos que, após o contato com a AGB, Mário Lacerda passou a se dedicar cada mais a pesquisa geográfica, conforme se observa na sua produção bibliográfica a partir dos anos de 1950, conciliando o perfil de professor ao de pesquisador.

É importante aludir que em 1958 houve o desmembramento do curso de Geografia e História na Universidade do Recife (Santos *et al.*, 2013). Mas, Tadeu Rocha já denotava em 1954, ao comentar sobre a criação de uma disciplina sobre a Geografia e a História de Pernambuco: “Não é, realmente, ideal para a Geografia este consórcio tão estreito com a História: uma das duas matérias levará a melhor parte” (Rocha, p. 48, 1954).

Sendo assim, é possível perceber uma crescente especialização do conhecimento geográfico em Pernambuco, a qual, a tese de Mário Lacerda, em 1940, teve importante função. A escolha do tema, em Geografia Humana, reflete questões socioprofissionais e intelectuais da década de 1930.

Destacamos que, pela primeira vez nos estudos levantados por nós, há uma filiação à Geografia Humana expressa já no título da obra (Figura 55). No prefácio, Mário Lacerda define seu embasamento teórico, ainda que autodidata, em torno de Jean Brunhes (1869-1930), como também cita brevemente Vidal de la Blache. Sobre a Geografia Humana do Brasil, faz citações aos escritos de Pierre Deffontaines (1894-1978).

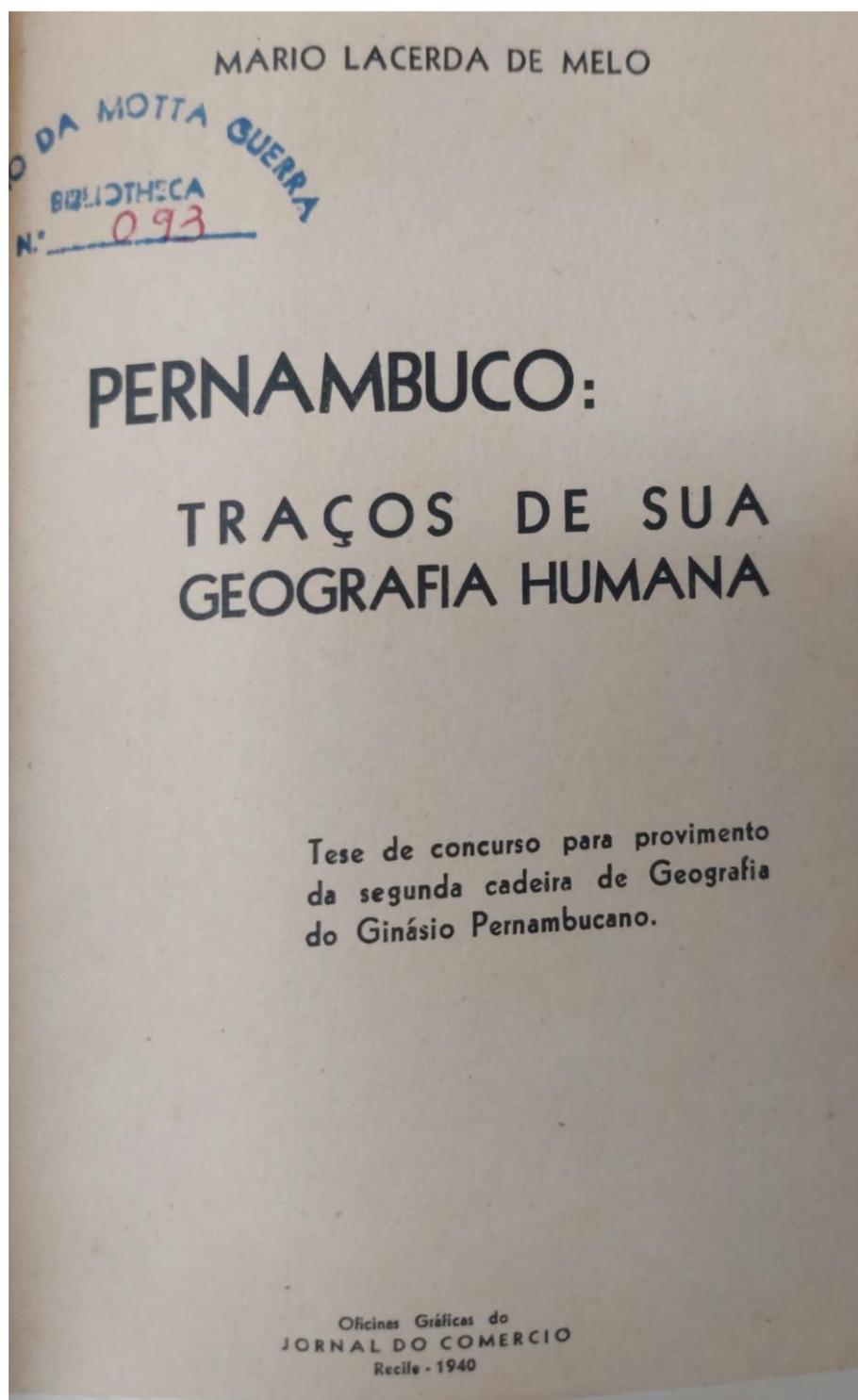
A perspectiva de Jean Brunhes se fará mais presente ao longo da tese. Para Mário Lacerda, a premissa de que “o homem é construtor da paisagem” é fundamental para entender o nordeste. A obra “*La Geographie Humaine*”, de 1910 do “grande mestre” é evocada nas suas leituras das paisagens do litoral e zona da mata pernambucanos.

A propósito disto, sua tese é caracterizada por “traços” de geografia humana, porque admite que devido ao curto tempo de elaboração, não conseguiu realizar as viagens necessárias para a escrita sobre o agreste e o sertão do Estado. A questão da observação é um aspecto relevante para Mário Lacerda:

O método é o de observação. Predominantemente o de observação. Observação direta dos fenômenos, mas, sempre que possível, apoiada em dados estatísticos, e em autores que já estudaram os fatos, quer em sua generalidade, quer no caso pernambucano em particular. Tal método de observação não permite que o elemento bibliográfico seja o de maior relevo. Todavia recorro muitas vezes a palavras mais autorizadas (Melo, p. 10, 1940).

Há nesse trecho dois aspectos diferenciadores da sua obra em relação às anteriores: o aporte estatístico, que Dácio Rabello esmiuçou e a valorização da pesquisa de campo. As teses anteriores não destacaram a observação, sendo implícitas e fruto de impressões das vivências dos autores. A observação, cara ao método geográfico divulgado pelos vidalianos, é expressamente colocada por Lacerda em primeiro plano. Os dados estatísticos utilizados eram oriundos de recentes relatórios do governo, especialmente da Diretoria Geral de Estatística, de 1937.

Figura 55 – Capa da Tese de Mário Lacerda de Melo em 1940



Fonte: Melo (1940). Arquivo de Obras Raras da FUNDAJ.

Como observamos na sua trajetória profissional, nos anos que antecederam a tese, Mário Lacerda estava trabalhando como advogado, escrevendo para o Diário de Pernambuco, prestando serviços no Instituto do Açúcar e do Alcool e ensinando nas instituições de ensino do Recife. No artigo "Mata e Agreste", publicado em 1936, relata

que em uma viagem realizada de trem, podia-se observar as mudanças nas paisagens de Pernambuco e associá-las às atividades agroindustriais. Não sabemos ao certo a natureza da viagem, mas já demonstra reflexões do autor associadas às experiências do seu cotidiano.

Além da observação, Mário Lacerda destaca o princípio da conexão: “Fiel àquele conceito que apresenta a conexão como o grande princípio universal da geografia, esforcei-me, em muitas partes, por verificar de que relações este princípio emerge” (Melo, p. 12, 1940). Esclarece ainda que, à despeito da inspiração nos geógrafos franceses, não rotula seu estudo enquanto adepto a qualquer escola de pensamento. Isto reflete o debate acerca das filiações às escolas francesas ou alemã de geografia no contexto da Segunda Guerra Mundial e do Estado Novo no Brasil.

Assim, na primeira parte da tese, intitulada “Configuração, situação e superfície”, cita geógrafo austríaco Norbert Krebs (1876-1947)¹¹⁷ ao lado dos franceses Camille Vallaux (1870-1945)¹¹⁸ e Jean Brunhes, a respeito das reflexões sobre os efeitos das características naturais sobre as atividades humanas. Admite que a extensão longitudinal acarretava desvantagens econômicas, especialmente em termos de transportes. Regionaliza o Estado em três zonas: litoral e mata; agreste e caatinga; sertão. A diversidade de paisagens é um desafio ao desenvolvimento, ao passo que “Dessa diversidade precisa o homem tirar partido, fazendo com que, zonas e subzonas, paisagens principais ou secundárias sejam complementares umas das outras” (Melo, p. 29, 1940).

O texto de Lacerda é repleto de reflexões, intermeadas por citações que representam conceitos e teorias dos geógrafos estrangeiros. O teor explicativo da sua tese reside em interpretar a realidade a partir das perspectivas científicas. Não faz uma caracterização exaustiva das “paisagens antropogeográficas”¹¹⁹, elencando aspectos intimamente relacionados à produção econômica.

¹¹⁷ O livro de Norbert Krebs citado por Mário Lacerda é uma tradução para o espanhol, intitulado por “Geografia Humana”, de 1931. Esse geógrafo foi professor das Universidades de Viena, Würzburg, Frankfurt, Freiburg e Berlim. Um dos principais alicerces de seu trabalho é a exposição a partir de suas próprias observações, que adquiriu em inúmeras viagens e excursões. Dentre elas: a Hungria, Dalmácia, Sérvia, Sicília, Túnis e Egito. Como um dos principais estudiosos da geografia, ele foi pioneiro em trabalhos sobre geomorfologia e geografia populacional (Norbert [...], 2022).

¹¹⁸ Camille Vallaux foi um geógrafo francês da primeira metade do século XX, que se dedicou à geografia histórica, política e dos mares. Neste último, se preocupou com as noções básicas de oceanografia e exploração econômica (Andrade, 2008).

¹¹⁹ É interessante o uso do termo “antropogeográfica”, de inspiração em Friedrich Ratzel.

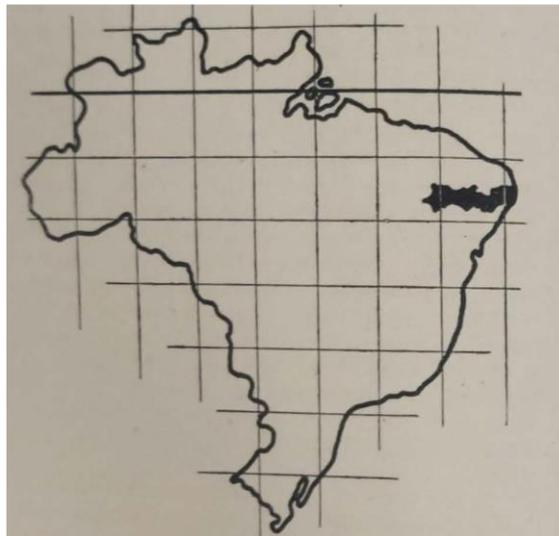
Sobre as dimensões territoriais, faz a comparação com outros Estados do Brasil, tendo em vista a sua premissa de desvantagens locais. Esse aspecto foi tratado também nos artigos anteriores à tese, sobre economia do Estado. A fim de demonstrar essas desvantagens, expõe tabela e mapas (Figuras 56, 57 e 58).

Figura 56 – Tabela das áreas dos Estados Brasileiros por Mário Lacerda

ESTADOS	Área em Km ²	
	Absoluta	% s/a do Bail.
I Amazonas	1.825.997	21,50
II Mato Grosso	1.447.041	17,39
III Pará	1.362.966	16,04
IV Goiás	660.192	7,57
V Minas Gerais	593.819	6,99
VI Baía	529.379	6,23
VII Maranhão	346.217	4,08
VIII Rio Grande do Sul	285.289	3,36
XI S. Paulo	247.239	2,91
X Piauí	245.582	2,89
XI Paraná	199.897	2,35
XII Ceará	148.591	1,75
XIII Território do Acre	148.027	1,74
XIV Pernambuco	99.254	1,17
XV Santa Catarina	94.998	1,12
XVI Paraíba	55.920	0,66
XVII Rio G. do Norte	52.411	0,62
XVIII Espírito Santo	44.684	0,50
XIX Rio de Janeiro	44.044	0,50
XX Alagoas	28.571	0,34
XXI Sergipe	21.552	0,25
XXII Distrito Federal	1.167	0,01
BRASIL	Absoluta 8.511.189	Relativa % 100,00

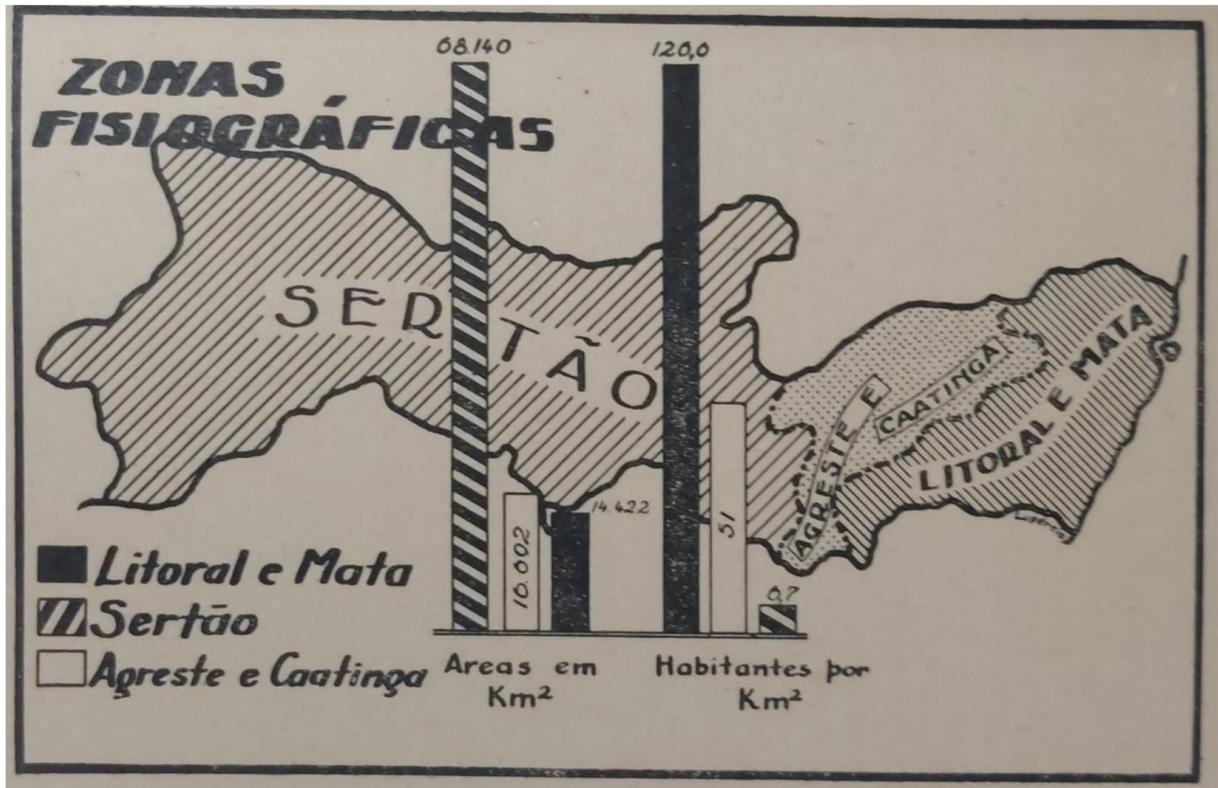
Fonte: Melo (1940). Arquivo de Obras Raras da FUNDAJ.

Figura 57 – Mapa do Brasil com destaque em Pernambuco por Mário Melo



Fonte: Melo (1940). Arquivo de Obras Raras da FUNDAJ.

Figura 2 – Infográfico da distribuição populacional por Zonas Fisiográficas



Fonte Melo (1940). Arquivo de Obras Raras da FUNDAJ.

O autor argumenta, como base nos dados numéricos e reflexões dos geógrafos, o quanto limitante é o território de Pernambuco, tanto pela extensão, quanto por suas condições naturais. Em relação à distância com os municípios do litoral e mata, Lacerda mobiliza Camille Vallaux pelos escritos de Delgado de Carvalho:

Não seria demais lembrar aqui o conceito de Vallaux quando afirma que “sob o ponto de vista da geografia humana o espaço puro só significa tempo” [Vallaux *apud* Delgado de Carvalho]. [...] “É sabido que em matéria de relações econômicas o espaço não pesa sinão como distância que representa e como tempo necessário a percorrê-lo [Delgado de Carvalho]. Maior o espaço para o oeste, mais caros os transportes. E daí um dos entraves para a economia sertaneja (Melo, p.19, 1940).

Com aporte de Norbert Krebs, atribui o isolamento das áreas sertanejas ser outro ponto desfavorável ao desenvolvimento, haja vista que:

É que como afirma Norbert Krebs “el aislamiento conduce em todos sentidos a la diferenciación ...” As áreas em questão, sendo as mais distanciadas da capital e da zona que nucleia o desenvolvimento do Estado “diferenciam-se” necessariamente. E se o fator espaço-distância tomado dentro da relatividade que o termo comporta, separando-as mais de Pernambuco, as separa menos

de outro ou outros Estados [...] É uma desintegração antropogeográfica (Melo, p. 21, 1940).

O tema da integração territorial, caro aos geógrafos vinculados ao IAHG, ganha nova perspectiva. Mário Lacerda observa que o isolamento dos municípios, como Petrolina, conduzia trocas comerciais com os Estados vizinhos, causando assim, uma perda do domínio pernambucano.

Portanto, em relação ao Sertão, Mário Lacerda expõe diversas desvantagens. Evoca Jean Brunhes, numa citação sobre o quão é imperativo o meio com escassez de água. Nesse sentido, argumenta que a região exige sacrifícios do poder público e dos seus habitantes: “No sertão a paisagem antropogeográfica tem aspectos singularmente dramáticos” (Melo, p. 26, 1940). Mas, destaca a função do Estado em levar para a região os recursos técnicos que poderiam favorecer seu desenvolvimento, e assim “[...] algum dia, há de lhe garantir o domínio pleno dessa terra” (Melo, p. 27, 1940).

Diferentemente do litoral e mata, na qual as condições geográficas foram favoráveis à fixação da cana-de-açúcar e por isso, conduziu ao sucesso colonial de Pernambuco. Nessa análise, cita a tese de Dácio Rabello, com a ressalva de que as condições naturais que Dácio expôs, são sobremaneira as condições que propiciaram a cultura canavieira.

Contudo, expõe o “contraste entre a área a função do Estado”, ao reconhecer que mesmo numa área pequena, houve sucesso econômico. Mário Lacerda defende, sempre que possível, que a agroindústria do açúcar foi a responsável pelo progresso econômico e cultural de Pernambuco e do Brasil. E ainda chama atenção que “[...] há presumivelmente de contribuir para a civilização brasileira” (Melo, p. 40, 1940).

Há um deslocamento da análise regional do sertão, prioritária nas teses anteriores, para a região da zona da mata. Lacerda contradiz a tese de Agamenon Magalhães, na qual a solução para a nacionalidade e progresso estava no sertão nordestino. A “região solução” estava na faixa litorânea e na mata, diante do potencial de desenvolvimento do Estado, devido às condições favoráveis ao setor sucroalcooleiro.

Além das perspectivas teóricas adotadas, que reiteram a ênfase das condições naturais no desenvolvimento econômico, é importante lembrar que Mário Lacerda trabalhou para o Instituto do Açúcar e do Alcool, estando familiarizado com os dados dessa atividade econômica. De acordo com Medeiros (2021) Mário Lacerda provinha

de família tradicional pernambucana, ligada aos Engenhos de produção de cana-de-açúcar.

As impressões de Mário Lacerda diante do Relatório da Diretoria Geral de Estatística, publicadas em 1937, reverberam em sua tese (Melo, 1937a, 1937b). Neles, o autor já esmiuça a visão economicista do desenvolvimento, baseado nas conclusões do relatório, em que se apontava as dificuldades econômicas do Estado oriundas pelas adversidades da região sertaneja e balança comercial.

A de se notar também que, desde a década de 1930, Mário Lacerda teve afinidades com o sociólogo Gilberto Freyre. Quando estava no diretório acadêmico na Faculdade de Direito, fez a abertura de uma conferência de Gilberto Freyre (Faculdade [...], 1934). Nos artigos para o Diário de Pernambuco, seus primeiros escritos geográficos, cita o sociólogo pernambucano (Melo, 1936). Assim como, em 1934, participou do 1º Congresso Afro-Brasileiro, organizado por Freyre na cidade do Recife (Em torno [...], 1936).

As obras “Casa Grande e Senzala”, 1933, “Sobrados e Mucambos”, 1936 e “Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil” de 1937 e “Açúcar”, 1939, causaram impacto sobre a perspectiva dessa região a partir dos rebatimentos sociais e culturais de uma atividade econômica agroexportadora.

O protagonismo da cana-de-açúcar na tese de Mário Lacerda reflete as obras de Gilberto Freyre da década de 1930, sobretudo no contraponto em relação à perspectiva de nordeste atrelada às secas e a natureza. Como foi observado, o autor cita Gilberto Freyre, precisamente “Nordeste” e “Sobrados e Mocambos”. Além disto, na interpretação de Medeiros (2021) Mário Lacerda manifesta em sua tese ecos do movimento regionalista dos anos de 1920, protagonizado por Gilberto Freyre.

Em relação à abordagem regional, a escala de análise Pernambuco é logo transportada para a “zona fisiográfica litoral e mata”. Nesse aspecto, seu estudo se assemelha às monografias de Mário Melo do IAHGP, que se referiam a determinado lugar do Estado de Pernambuco. A escala Pernambuco mostra uma continuidade desse recorte, depois de três teses seguidas sobre o Nordeste.

Sendo assim, segue-se na tese as 2ª e 3ª partes: “A paisagem praieira e a paisagem da mata” e “As cidades”. O conceito de paisagem é evocado, a todo momento, na tese de Mário Lacerda. Diferentemente dos textos anteriores, nos quais o termo era usado sem distinções, Lacerda diferencia “paisagem natural” e “paisagem

cultural”. Acreditamos que suas leituras freyrianas e geográficas conferiram a valorização do conceito.

Já o termo “zona”, recorrente na tese, se refere à área. Ao dividir as zonas fisiográficas, Lacerda deixa claro que, apesar de serem paisagens distintas: “É costume, entretanto, considerar-se o litoral e a mata formando-se uma única ‘zona’. Assim quanto ao agreste e a caatinga” (Melo, p. 24, 1940). Como leitor de Jean Brunhes, Mário Lacerda tentou seguir as premissas desse geógrafo:

Os geógrafos devem sempre se esforçar para constatar com exatidão *onde* se produz o fenômeno estudado. Esta preocupação de lugar deverá traduzir-se em mapas ou representações esquemáticas, sôbre os quais se acharão representadas duas ordens de fatos: os *pontos* ou *zonas* onde o fato se revela em suas condições de *maximum* ou de *optimum* e, por outro lado, o limite que marca a extensão geral extrema do fenômeno (Brunhes p. 146, 1962 *apud* Castilho, p. 263, 2017, grifo do autor).

Nos capítulos sobre as paisagens praieira e da mata, descreve os aspectos naturais que lhe saltam os olhos, com pouca linguagem técnica. O viés econômico aparece sempre que possível, relacionando a natureza às possibilidades econômicas. A relação das pessoas com a natureza é vista sob esse prisma, que ressalta o perfil do ambiente de acordo com as possibilidades técnicas de atuação.

Reitera o pensamento de Jean Brunhes, de que há alguns lugares nos quais os imperativos naturais limitam a capacidade de ação: “São áreas exigentes as dos mangues, tão exigentes em sua superabundância de água quanto o sertão morrendo de sede. [...] Não seria, por isso, impróprio falar em ambas os efeitos daquilo que Brunhes chama ‘la tyrannie de l’eau’ (Melo, p. 45, 1940).

Portanto, no olhar geográfico de Mário Lacerda, a ocupação e uso do solo guia suas análises: “As terras ocupadas pelo mangue demandam técnica e capital para serem aproveitadas. Têm de ser drenadas, aterradas e saneadas.” (Melo, p. 45, 1940). Introduce, assim, ao tema das habitações e condições de vida da população pobre, que será abordado mais adiante, na parte sobre as cidades.

Na paisagem praieira de Mário Lacerda, emergem reflexões culturais, quando ressalta as expressões literárias sobre os coqueiros, bem como na caracterização do “tipo jangadeiro”. Esse trabalhador é visto como um dos “tipos” culturais do Nordeste, assim como o sertanejo, evocado desde os escritos de Euclides da Cunha, presente nas teses de Agamenon Magalhães, Albuquerque Filho e Dácio Rabello.

No caso da tese de Lacerda, o autor teve por base a obra “A Paraíba e seus problemas” de José Américo de Almeida (1887-1980), de 1923. Ele concorda com o autor, na medida em que descreve o “gênero de vida” do jangadeiro, destacando o quanto o ambiente marítimo é responsável pelo trabalho, perfil psicológico e corporal dessas pessoas.

Entremeada à perspectiva cultural, Mário Lacerda faz a apreciação econômica, com exposição de tabela da produção pesqueira, bem como relaciona ao conceito de “ecúmeno” aplicado à realidade da pesca, por Camille Vallaux. O autor mostra uma certa habilidade holista, na qual as partes se relacionam na composição do todo, de modo didático e contínuo.

Com já mencionamos, Mário Lacerda teve forte inspiração na obra “*La Geographie Humaine*” de Jean Brunhes. Na qual, o geógrafo classificou os fatos de ocupação do espaço em três grupos: os fatos de ocupação produtiva, improdutiva e destrutiva do solo (Andrade, 2008). Além disto, se preocupou também com o método geográfico, especialmente os princípios da “atividade” e da “conexão” com repercussões nas suas análises sobre habitação, doenças infecciosas e ambiente (Castilho, 2017).

As teorias de Brunhes podem ser observadas nos títulos dos capítulos e seções da segunda e terceira parte: “Aspectos destrutivos da economia regional”, “Devastação da flora”, “Devastação da fauna” e “A habitação pobre e o meio físico”. O fio condutor da análise, na segunda parte do livro, é a cana-de-açúcar na conformação da paisagem da mata. O apelo descritivo é maior que na seção anterior:

Do lado do pôr do sol, quase no horizonte da praia, começa uma sub-região cuja cobertura vegetal lhe explica a origem do nome ‘zona da mata’. A areia da praia estende-se apenas numa faixa estreita, marco de despedida entre o mar e a terra que os coqueiros enfeitam com uma ‘nuance’ de pitoresco. Para o oeste a terra continua, estreita e longa, diversificando-se em diferentes paisagens até o sertão. A poucos quilômetros do mar, a areia muda em massapê, o coqueiral em canavial. É outra paisagem que começa (Melo, p. 56, 1940).

Essa descrição poética, remete à obra “Nordeste” de Gilberto Freyre, que também apresenta fonte de inspiração para Mário Lacerda. Percebemos isto também nos títulos das seções: “A cana e o regime da propriedade rural”, “A cana e os rios”, “A cana e a mandioca”. Inclusive o termo “sub-região” é utilizado no livro de Freyre.

Diante disto, tece suas considerações sobre a zona da mata, inicialmente destacando a problemática ecológica. Com base nos estudos de Vasconcelos Sobrinho (1908-1989)¹²⁰, argumenta sobre a progressiva expansão da cana-de-açúcar e a destruição das condições naturais de sua existência. Nas relações entre floresta e clima, cita Pierre Deffontaines e Jean Brunhes. Sobre a poluição dos rios, ratifica as considerações de Gilberto Freyre. Alude ainda para o risco de extinção dos animais e exaustão do solo.

Como a técnica tem relevância nos trabalhos de geografia humana de Jean Brunhes, Mário Lacerda dedica um capítulo a Usina, considerada como uma evolução técnica na fabricação de açúcar. Nesse tema, faz uso dos dados numéricos e tabelas para demonstrar a importância dessa atividade. Dentre as reflexões sobre o assunto, destaca o trabalho livre e o incentivo financeiro estadual como causas da expansão agroindustrial.

As mudanças sociais que as Usinas acarretavam, mostram um retrato da época a qual Mário Lacerda é contemporâneo. Assim, recebe a seguinte descrição do autor:

A arquitetura é outra. Em muitos engenhos, ruínas de casas grandes, de capelas, de casas de engenho e de purgar ... falam um pouco do passado, mas não são mais uma poeira deste passado... E com o banguê desaparecem ou se dispersam os tipos que ele criou. Por último é o próprio fornecedor, espécie de senhor de engenho desbotado em suas cores mais vivas e mais nobres, quem vai sendo substituído pelos mandatários das grandes fábricas de açúcar. É completa a transformação do quadro (Melo, p. 93, 1940).

Nesse trecho, é nítido o embasamento na obra “Nordeste” de Gilberto Freyre, a qual se faz essa relação entre a chegada das Usinas e a decadência do modelo patriarcal dos engenhos. De acordo com Andrade (2013) Gilberto Freyre retrata essa transição: “A usina como que desumaniza o proprietário e o trabalhador e faz diminuir a classe média dos produtores de açúcar, senhores de engenho, transformados em fornecedores de cana” (Andrade, p. 25, 2013).

¹²⁰ João Vasconcelos Sobrinho nasceu em Moreno, Pernambuco, formou-se engenheiro Agrônomo pela Escola Superior de Agricultura de São Bento. Conforme CPRH (2024) ele publicou mais de trinta livros, entre eles: Ensaio de Fitogeografia de Pernambuco (1936) Estudos e Observações sobre as Matas de Pernambuco (1937); O Problema Florestal do Nordeste (1940); As regiões naturais de Pernambuco, o meio e a civilização (1941/1949); Regiões Naturais do Nordeste (1971); Catecismo da Ecologia (1982) e Desertificação no Nordeste do Brasil (2002). De acordo com Andrade (2007) sua contribuição à geografia pernambucana foi notável, uma vez que, iniciando os estudos de botânica sistemática, ele passou à análise das associações vegetais chocando-se com o avanço da destruição da floresta Atlântica.

A hostilidade da expansão das usinas é ainda analisada em relação ao regime de propriedade, ao uso da água, à agricultura familiar e à pecuária. As contradições do protagonismo da região canavieira são expostas nessa parte da tese. Mário Lacerda entende que, mesmo com a riqueza da atividade agroindustrial, é mister as transformações do setor, especialmente no âmbito ecológico: “Afirmemos de modo mais geográfico: ou se desenvolve atendendo às exigências do meio natural ou se declina. Declina pelas novas contingências do próprio meio que se tornará hostil [...]” (Melo, p. 69, 1940).

Na análise das cidades, o autor observa a influência da agroindústria do açúcar na evolução urbana dos centros em municípios de economia voltada para tal. Aponta a inversão de papéis, em que a cidade está à serviço do campo, devido ao sistema patriarcal da sociedade açucareira. Chama atenção para a densidade demográfica e o comércio serem maiores fora da Zona da Mata. Isto se deveu aos imperativos da época de concentração da vida social nos engenhos e, mais recentemente, às mudanças acarretadas pela expansão da Usinas. Mário Lacerda, com base em Jean Brunhes, faz reflexões acerca dos transportes e a dinâmica das cidades, chegando às mesmas conclusões de Dácio Rabello. Ambos apontaram a decadência de entrepostos que ficaram excluídos da malha ferroviária.

As reflexões de Mário Lacerda sobre a agroindústria da cana-de-açúcar somaram boa parte das páginas de sua tese, que ao longo das 171 páginas de conteúdo, 76 foram dedicadas exclusivamente às diversas dinâmicas dessa atividade. O autor não apenas reproduziu reflexões de Gilberto Freyre, mas trouxe suas próprias observações dos fatos e fenômenos, associadas aos dados econômicos dos relatórios que dispunha, dados de população e a interpretação da realidade a partir das teorias geográficas.

Esse tema vai acompanhar a trajetória intelectual de Mário Lacerda, assim como sua afinidade com os dados estatísticos. A tese “Pernambuco: traços de sua Geografia Humana” e outros trabalhos dele serviram de referência para o geógrafo pernambucano Manuel Correia de Andrade, também dedicado à dinâmica e rebatimentos da agroindústria do açúcar no Nordeste (Andrade, 2011).

Outro geógrafo expoente, Josué de Castro também utilizou a tese de Mário Lacerda. Nesse caso, no seu livro “Geografia da Fome”, de 1946. Isto porque, na última parte de tese, dedicada as cidades, Lacerda confere atenção especial ao caso das habitações no Recife. A “mocambópolis” evocada por Lacerda causou impressão

em Josué de Castro ao se apoiar em dados populacionais, que comprovaram a analogia quantitativa entre os números da população habitante dos mocambos e a quantidade de pessoas equivalente a uma cidade brasileira (Castro, 2004).

A conformação da “mocambópolis” exigiu o esforço teórico de retrospecto histórico. Para tanto, Lacerda se apoia nas teses de Dácio Rabello e Agamenon Magalhães, bem como nos escritos Gilberto Freyre e Joaquim Nabuco. Ele concluiu assim, que a segregação socioespacial remete ao período colonial, com a migração de povos africanos, que trouxeram a técnica habitacional, inicialmente utilizando barro e palha. A terra firme, por assim dizer, fora ocupada pela população abastada, enquanto os alagados, pela população pobre ao longo da evolução urbana do Recife.

Mário Lacerda expõe a “contradição geográfica” de harmonia entre habitação e meio físico, parafraseando Jean Brunhes. Uma vez que os mocambos se fixaram sobre o solo do manguezal ao invés de predominarem as palafitas, bem como passaram a utilizar outros materiais de construção, como folhas de zinco. Isto contrariava o curso normal das habitações preconizado pelos estudos geográficos.

Segundo Jean Brunhes (p. 90, 1912) haveria um *contre sens*, isto é, um desvio ou contradição geográfica quando uma habitação destoava das condições naturais e /ou técnicas de determinado “quadro geográfico”. Mas Brunhes não avança sobre os motivos dessa incoerência, citando apenas um exemplo de erro artístico ou por capricho do proprietário.

Para explicar a tal contradição, Lacerda apela para o “meio social”. No entanto, também conclui que havia uma desarmonia entre o nível “adiantado de civilização”, o qual se encontrava o Recife, e esse tipo de habitação. Por fim, encontra no argumento econômico a explicação.

Diante dos dados da Comissão Censitária dos Mocambos, Mário Lacerda evidencia as condições de pobreza que dirigiram o crescimento das habitações precárias. Alude aos artigos de Agamenon Magalhães, no jornal Folha da Manhã, refletindo sobre as considerações do então interventor federal:

Agamenon Magalhães, professor emérito de Geografia do Ginásio Pernambucano, observa que o mocambo “atraindo os sem trabalho de todas as regiões do Nordeste dá lugar ao excesso de braços, causa do baixo salário”. Para ele essa habitação é pois, ao mesmo tempo, fator de concentração urbana e de pauperismo. Não podemos contestar que a habitação barata, embora miserável, facilita a vinda do homem do campo. Mas, o assunto deve se examinado “vis-à-vis” de um dos elementos constantes da pesquisa em boa hora realizada pela comissão censitária dos

mocambos: o número de desempregados. [...] O que há não é uma sensível falta de trabalho. É, antes, trabalho mal remunerado. [...] Sobre estas, o citado professor tem palavras expressivas: “Abram as estatísticas de nosso movimento industrial e considerem o número de fábricas de tecidos que se fundaram [...]. Enquanto aumentava a nossa riqueza industrial, o número de mocambos se multiplicava” (Melo, p. 158, 1940).

Mário Lacerda discorda do interventor, na afirmação de que os mocambos sejam as causas da pobreza. No tocante aos baixos salários, concorda com Agamenon, ao perceber que tinham forte relação com a expansão dos mocambos. No bojo das políticas do interventor, dentre elas a “Liga social contra os Mocambos”, a tese de Mário Lacerda corrobora a ideia de extinção dessas habitações:

A campanha que ora se desenvolve contra a habitação miserável do Recife, com o fim de substituí-la por vivendas mais dignas, poderá trazer modificações sensíveis à fisionomia da cidade. A intervenção deliberada do homem como agente modificador do panorama urbano poderá encontrar aqui um novo e belo exempli (Melo, p. 155, 1940).

Nesse sentido, “o homem enquanto construtor da paisagem” é a ideia norteadora por Mário Lacerda. Suas leituras dos geógrafos estrangeiros, direciona a visão para a “desarmonia” que essas habitações representavam na paisagem do Recife. A questão da higiene, evocada no debate social sobre os Mocambos, também é pontuada por Lacerda, como mais uma contradição da função de “vivência” que a habitação deveria oferecer.

O tripé “nutrição, vestimenta e habitação” é objeto de investigação da geografia econômica preconizada por Jean Brunhes, adotada expressamente por Mário Lacerda. Assim, ele esboça um pouco sobre o primeiro e o segundo:

Investiguemos ainda a espécie de nutrição e vestimenta – necessidade que formam, ao lado da habitação, “les trois fondaments essentiels de tout ele géographie dite économique”(84) – que a situação econômica do morador do casebre, acima expressa, pode permitir, não esquecendo a notória carestia de vida [...] (Melo, p. 154, 1940).

Vale notar que o “fato de habitação” de Jean Brunhes é problematizado na tese de Mário Lacerda, refletindo não ser, necessariamente, um reflexo da natureza ou da técnica. Mas, evidentemente no caso do Recife, intimamente relacionado a crescente pobreza urbana. Apesar dos recursos alimentícios dos manguezais já terem sido expostos, por Josué de Castro (2004) em “Documentário do Nordeste”, de 1937, os “ciclo do caranguejo” e “ciclo do marisco” não foram mencionados por Lacerda.

À despeito de citar a alimentação, o autor não desenvolveu a argumentação sobre o tema. A dependência do ecossistema manguezal é um dos fatores de sobrevivência, que mantém a população pobre nas margens do Rio Capibaribe, inclusive atualmente, seja na coleta de crustáceos ou pesca, que sofre impactos da poluição e carcinocultura (Mendonça, 2012).

Ao terminar suas considerações sobre a cidade do Recife, Mário Lacerda continua o discurso de pioneirismo e protagonismo pernambucano, evidenciado nos trabalhos do IAHGP e nas teses anteriores. Contudo, Lacerda desloca a escala de análise para o Recife. O recorte regional Recife é valorizado em sua tese, enquanto centro ou “nódulo” cultural e econômico do Brasil colonial. Apesar da perda de importância no cenário nacional, Lacerda acredita que a cidade continuava com a função de atração e irradiação nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Acreditamos que, como os demais autores, Mário Lacerda utilizou da sua condição de observador privilegiado, que conhecia bem as regiões estudadas, nesse caso, o litoral e a zona da mata pernambucanos. No entanto, expõe suas observações com o equilíbrio entre dados empíricos, bibliográficos e documentais, inclusive mapas.

Em relação ao método geográfico, a explicação dos conceitos mobilizados por Lacerda, foi realizada por meio da associação entre a realidade e as teorias da Geografia Humana. A síntese geográfica se desenrolou nos temas das paisagens do litoral, da mata e das cidades. Sendo que, em todas as sínteses elaboradas, o elemento privilegiado por Lacerda foi o fator econômico.

A Geografia Humana, enquanto campo disciplinar, não foi expressamente referida nas teses anteriores, bem como nos trabalhos dos geógrafos historiadores. Mário Lacerda a colocou em evidência e mostra, por suas fontes bibliográficas, que estava de acordo com os estudos na época. O intercâmbio entre as teorias a realidade, por meio das ideias de Jean Brunhes, Pierre Deffontaines e Camille Vallaux, conferiu uma filiação aos estudiosos franceses que mais inclinados ao naturalismo, racionalismo positivista e ideias de Friedrich Ratzel (Gomes, 2000; Lira, 2017).

Ao citar Sebastião Galvão, Dácio Rabello e Agamenon Magalhães se mostra atento aos estudos geográficos anteriores. Isto também denota a importância das produções enquanto base bibliográfica para o autor. Dentre as suas referências, está também artigos da recente Revista Brasileira de Geografia. Por isso, acreditamos que a circulação da revista permitiu maior aproximação teórica com o pensamento francês

sistemático de Brunhes, Vallaux por meio dos textos de Deffontaines, mesmo que não estiveram citados bibliograficamente nas edições de 1939.

Na referida revista, Lima Figueirêdo publicou no mesmo ano, de 1940, uma resenha sobre a tese de Mário Lacerda. Compactuamos das suas impressões do trabalho ao dizer que:

O senhor Mário Lacerda de Melo escreveu um bom livro. Bem argumentado. Com uma sequência lógica no cascatear dos assuntos. Escrito de maneira leve e agradável. Mostrou erudição e arte, sem cansar o leitor que muito aprende sem nada esforçar-se. Fez o Sr. Lacerda de Melo obra de mérito (Figueirêdo, p. 138, 1940).

À despeito do esforço de Mário Lacerda, o concurso para a cátedra de Geografia do Ginásio Pernambucano não teve prosseguimento. Estariam concorrendo com ele as teses de Gilberto Osório de Andrade, sobre a Amazônia e de João Alfredo Maria de Menezes, acerca das variações climáticas (Andrade, 2007) e, de João Feliciano da Motta e Albuquerque Filho (1946), conforme mostrou nossa pesquisa documental.

4.5 Por uma Geografia Total: Gilberto Osório de Andrade

Assim como Mário Lacerda, Gilberto Osório de Oliveira Andrade (Figura 59) é um dos expoentes da Geografia em Pernambuco e no Brasil. Contudo, Gilberto Osório é reconhecido não apenas como geógrafo, mas também enquanto intelectual e político. Nasceu em 1912, no Recife, filho do advogado e alto funcionário do Tesouro Estadual Leopoldo Bessoni de Oliveira Andrade e de Constança Osório. Se formou como bacharel em ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito do Recife em 1933 e logo exerceu atividades diversas ao mesmo tempo: advocacia, jornalismo, ensino e política. Foi casado duas vezes, a primeira em 1940 com Cremilda Carvalho de Souza Lemos, e em 1956 com a geógrafa Rachel Caldas Lins (Rivas, 2001).

Enquanto ainda era acadêmico, em pleno Governo Provisório, se envolveu com a Ação Integralista Brasileira, sob o lema “Deus, Pátria e Família”. Foi eleito vereador, em 1935 pelo partido, mas, renunciou ao mandato. De acordo com a biógrafa Rivas (2001) nesse momento, se afastou de vez do movimento integralista, seja por pressão do partido ou discordâncias de Osório acerca do nazifascismo.

Figura 59 – Gilberto Osório de Oliveira Andrade



Fonte: Jatobá (2003).

Na mesma época, ensinou Geografia e outras disciplinas no Ginásio do Recife, junto ao Dácio Rabello, assim como no Instituto Nossa Senhora do Carmo. Foi professor também do Ginásio Pernambucano, Escola Normal Oficial, Ginásio Leão XIII, Colégio Oswaldo Cruz, Escola Normal Pinto Júnior, Ateneu Pernambucano, Colégios Nóbrega, Joaquim Nabuco, Pedro Augusto, São José e Carneiro Leão (Rivas, 2003).

Em 1940 fez parte do corpo docente da Faculdade de Comércio, que foi incorporada à Universidade do Recife, sob o nome de Faculdade de Ciências Econômicas. Ainda nos primeiros anos da década de 1940, se tornou professor Catedrático de Geografia Física na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Paula Frassinetti e da Universidade Católica de Pernambuco (Jatobá, 2003).

Nos anos da década de 1940, foi um parlamentar eloquente, de oratória admirada. Mesmo sendo de Direita e anticomunista foi “[,,] o único dos parlamentares pernambucanos que teve a coragem de defender [...] os deputados do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que um dia antes, em 1948, haviam sido cassados e estavam sendo torturados pela Polícia Política estadual” (Jatobá, p. 59-60, 2003).

Como parlamentar, além de ter contribuído para a constituição estadual de 1947, foi relator da criação de novos municípios, como o município de Tabira em 1948. A defesa ao patriotismo, característica da sua coligação, marca sua trajetória política, assim como o respeito dos adversários e amizades conquistadas em todos os partidos (Rivas, 2001).

Em 1949 tomou posse na Academia Pernambucana de Letras, a qual foi sucedida por Gilberto Freyre, que fora seu amigo. Assim, participou ativamente da Fundação Joaquim Nabuco a partir de meados dos anos de 1950. Na mesma década, não foi reeleito, mas continuou na política como Secretário de Negócios, Educação e Cultura, assim como assessor do governador Cid Sampaio, entre 1959 e 1962 e de Nilo Coelho, entre 1967 e 1971.

Ao passo que se dedicava à política, Gilberto Osório se tornou professor de Direito Internacional Público, em 1942, na Faculdade de Direito do Recife. Se dedicou a ocupar outras disciplinas da mesma faculdade, participando de concursos ao longo da década de 1940. Mas, poucos anos depois deixa seu cargo na F.D.R. e se dedica cada vez mais à Geografia.

Nesse período ainda escrevia, concomitante às demais atividades, para imprensa local. Atividade esta que continuará a exercer até poucos anos antes de seu falecimento. Ao longo de sua vida escreveu para os seguintes jornais: A Cidade, Diário da Manhã, Diário da Tarde, Jornal do Comércio, Diário da Noite, Diário Social, Jornal Pequeno e Diário de Pernambuco (Rivas, 2003).

A produção bibliográfica de Gilberto Osório é vasta e diversa, com 111 títulos sobre Direito, História da Medicina, Geografia Regional e Geografia Física. Em relação à escrita histórica, Gilberto Osório publicou: “Cólica Morbo: um momento crítico da História da Medicina em Pernambuco” e o aclamado “Mourão, Rosa e Pimenta: notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a Medicina no Brasil”, ambos em 1956. Gilberto Freyre afirmou que Osório se “[...] revela um historiador da Medicina com moderna orientação antropológica e sociológica” (Freyre, 1987 *apud* Rivas, p. 153, 2003).

As publicações históricas e geográficas se intensificam a partir da década de 1950. Assim, destacamos: “Ares e Ventos do Recife”, 1952, “A Serra negra: uma relíquia geomórfica e higrófito nos tabuleiros pernambucanos” 1954, “Itamaracá: contribuição para o estudo geomorfológico da costa pernambucana”, 1955, “Furos, Paranás e Igarapés. Análise genética de alguns elementos do sistema potamográfico

amazônico”, 1956, “Os rios do Açúcar no Nordeste”, 1957-1959, “A superfície de aplanamento pliocênica do Nordeste do Brasil”, 1958.

Nas décadas seguintes, publicou ainda: o capítulo “Climas”, em “Brasil, a Terra e o Homem”, 1964, “Panorama dos recursos naturais do Nordeste”, 1968, “Domínio Tropical: dimensão e conceito ecológico-geográfico de Tropicalidade”, 1968, “Migrações internas e o Recife”, 1979 e “Pirapama: um estudo histórico e geográfico” em 1984, com sua esposa, colaboradora científica e geógrafa Rachel Caldas Lins. Nos de 1980 esteve debilitado por questões de saúde, vindo a falecer em 1986.

Percebemos, diante do ecletismo de Gilberto Osório, que sua inquietude intelectual encontrou abrigo na Geografia. A tese que escreveu para o concurso do Ginásio Pernambucano marca o início dos seus escritos, por ser seu primeiro livro. Contudo, não houve prosseguimento do certame, abrindo uma lacuna que fora preenchida ao longo da década de 1940 por outras atividades.

Se destaca nesse período, a fundação dos cursos de licenciatura em Geografia e História, ofertado pela Faculdade de Filosofia do Recife, em 1941 e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Manuel da Nóbrega, os quais Gilberto foi professor. A criação do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, em 1949, por Gilberto Freyre, abriu um campo de atuação dos interessados na pesquisa geográfica. Em meados dos anos de 1950, Gilberto Osório lidera o Departamento de Geografia do instituto, tendo em sua equipe Mário Lacerda, como já citamos, Manuel Correia de Andrade, Hilton Sette e Rachel Caldas Lins.

Como já mencionado, em 1946, com a fundação da Universidade do Recife, atualmente Universidade Federal de Pernambuco, houve a incorporação da Faculdade de Filosofia do Recife, bem como a de Pernambuco (Estadual) a essa universidade. Essas instituições ofereceram um campo de atuação para Gilberto Osório, no ensino superior de Geografia. Como autodidata em Geografia e História, passou a se aprofundar nessas áreas (Jatobá, 2003).

Até que, no ano de 1952, após Assembleia da AGB em João Pessoa, fundou com Mário Lacerda de Melo, Hilton Sette e Tadeu Rocha, o núcleo estadual da AGB e passaram a participar dos congressos e diretoria dessa associação. Acreditamos que o engajamento de Gilberto Osório na produção científica geográfica, assim como de Mário Lacerda, teve grande impulso após o seu envolvimento com a AGB.

A partir de 1952, Gilberto Osório participou ativamente da consolidação da Geografia como disciplina autônoma no Brasil, sendo consultor do IBGE, presidente

da AGB Pernambuco, da AGB em 1959, relator de comissão da União Geográfica Internacional, perito na comissão criada pelo Ministério da Educação para elaborar o currículo do curso de Licenciatura em Geografia e trabalhou na Fundação Açucareira do Nordeste e na SUDENE (Rivas, 2003).

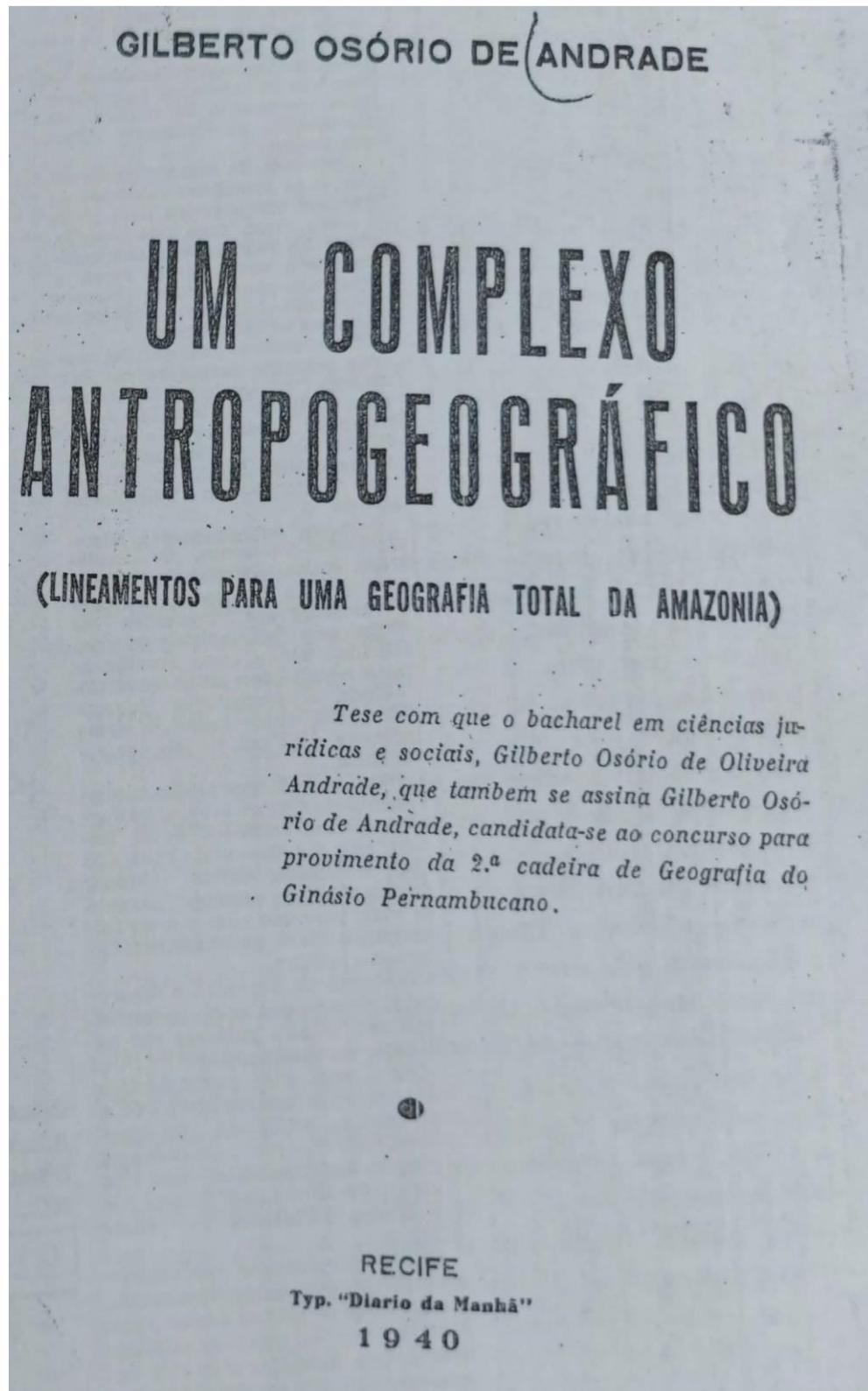
Portanto, assim como os geógrafos do IAHGP, Gilberto Osório foi um intelectual dedicado especialmente à Geografia e História. Também era um erudito, semelhante ao perfil de Alfredo de Carvalho, chamado por “homem enciclopédia”. Era um “homem das letras” do século XX, que diante de um campo de atuação que se abria para a Geografia em Pernambuco, conseguiu explorar todo o potencial do seu olhar geográfico.

Ao observar a trajetória socioprofissional de Gilberto Osório, concordamos com sua esposa e colabora científica, Rachel Caldas Lins ao afirmar que: “Era um grande estudioso do tema Tropicologia” (Lins, 2002). Nesse sentido, a tese “Um complexo antropogeográfico: lineamentos para uma geografia total da Amazônia” prenunciou, em 1940, o que viria a ser o viés intelectual desse estudioso (Figura 60).

Ao que parece, as observações de campo, um pouco inusitadas para um pernambucano, foram realizadas anos antes da escrita da tese. Nos anos da década de 1930, Gilberto Osório viajou por cerca de quatro meses acompanhando uma atriz em turnê, que teria o levado até a Amazônia (Rivas, 2001).

No Diário da Manhã, aparecem reportagens de sua autoria entre junho e setembro de 1938, sobre a Amazônia, direto de Belém (Pará) e de Manaus (Amazonas). A partir da segunda matéria, está escrito que Gilberto Osório era um enviado especial do jornal. As matérias foram destaques, com fotografias (Figuras 61, 62 e 63) e colocadas na capa do jornal.

Figura 60 – Capa da Tese “Um complexo antropogeográfico: lineamentos para uma geografia total da Amazônia”



Fonte: Andrade (1940). Arquivo do GEHPEG.

Figura 61 – Fotografia em matéria sobre a Amazônia por Gilberto Osório



Fonte: Andrade (1928a)

Figura 62 – Fotografia em matéria sobre os Seringueiros por Gilberto Osório



Fonte: Andrade (1938a).

Figura 63 – Matéria de Capa no Diário da Manhã por Gilberto Osório



Fonte: Andrade (1938b).

Há de se aludir que, o Diário da Manhã estava passando por uma transição de diretoria, num período conturbado entre 1937 e 1938. Esse jornal era um porta-voz dos governos estadual e federal, alinhado com a Revolução de 1930. Contudo, em 1937 passou a sofrer perseguições devido às desavenças entre o governador Carlos de Lima Cavalcanti e o então Ministro da Justiça Agamenon Magalhães. Em junho de

1938 ganha nova diretoria, até que o início de 1939 é claramente pró-governo, isto é, em sintonia com Agamenon Magalhães, agora interventor (Abreu Júnior, 2009). Essas matérias sobre Amazônia endossam a recente aproximação do jornal com Agamenon Magalhães e o Estado Novo.

Portanto, Osório já vinha escrevendo sobre o tema e estudando o assunto desde essa viagem, publicando artigos no Diário da Manhã entre 1938 e 1940. É interessante notar o olhar geográfico de Gilberto Osório na escolha das imagens, que não estavam apenas voltadas aos aspectos naturais, mas também culturais e técnicos. Ao expor a entrada de uma indústria de látex (Figura 61) e a moradia de um “seringueiro” (Figura 62), ao passo que retratou também os rios e espécies vegetais (Figura 63).

O contexto econômico era marcado pelo início do aumento da demanda por borracha, devido à Segunda Guerra Mundial, que iria impulsionar novamente essa atividade na região. Além disto, estava em curso o debate sobre a integração econômica e povoamento da região Norte, diante das políticas do Estado Novo.

Assim, essa experiência de 1938, associada ao debate social, podem ser considerados os motivos para a escolha do tema por Gilberto Osório, desenvolvido em 1940. Seu trabalho, com cerca de 230 páginas, reuniu observação e ampla revisão bibliográfica. A tese foi dividida em cinco capítulos: O meio físico; A Hiléia; Crônica da revelação e dos principais descobridores; O efetivo humano; As interações.

Os aspectos da natureza são descritos e explicados, sobretudo, com linguagem técnica. As citações variam entre as enciclopédias, como de Elisée Reclus, livros sobre Geografia do Brasil, como de Pierre Deffontaines, Theodoro Sampaio, Braão Homem de Melo e Delgado de Carvalho, bem como os estudos diretos na região, feitos por naturalistas e expedicionários, como Alexander von Humboldt, Orville Derby e, sobretudo Louis Agassiz. Também buscou as produções regionais sobre o tema, como de Odorico Rodrigues de Albuquerque, do Serviço Mineralógico do Brasil, de Augusto Octaviano Pinto sobre a hidrografia do rio Amazonas, do engenheiro de obras públicas do Pará, Henrique A. Santa Rosa e do Marechal Cândido Rondon.

O estudo do meio físico, tem início pelo relevo, dando atenção a sua origem e evolução, seguido pela hidrografia, detalhando exaustivamente sobre os rios e afluentes. Finaliza o capítulo com alguns apontamentos sobre o clima. A discussão teórica é predominante no texto, a cada explicação são evocados os autores, as

dissonâncias e as dificuldades de consenso científico. Somente nesse capítulo há 138 notas, contendo em todas elas citações. A revisão bibliográfica foi ampla, diante de um tema pouco explorado pelo geógrafo iniciante.

Entre as citações e discussão teórica, Osório expõe suas “conexões espaciais”, nas quais relaciona o relevo na caracterização da bacia hidrográfica do Rio Amazonas, assim como o clima aos rios e vegetação. Ao discorrer sobre a “friagem” utiliza o conhecimento popular, de que certas espécies de peixes permaneciam na região, mesmo com a queda de temperatura da água, facilitando sua captura. O autor fez uso dos principais teóricos da Geografia Física do Brasil, como Azevedo Pimentel, Moreira Pinto, Frederick Hartt e Johann Eduard Wappäus.

O capítulo “A Hiléa” é dedicado ao tema da vegetação e zoogeografia. Chamando a Amazônia de “Hiléa Americana”, com inspiração em Alexander von Humboldt¹²¹, é possível apreendemos sua descrição da paisagem:

A superfície do Amazonas é um dorso de água viva. Dos lados, a floresta emerge das orlas de aningais e em torno das raízes invisíveis sente-se que a terra anda fervendo. Há ciclos de metamorfoses violentas ao alcance de qualquer intuição. Tem-se a certeza, quase, de que, a cada ondular da água barrenta, espécies novas surgem, outras desaparecem [...] Há raízes, então, que agarram a terra desesperadamente, sustento barrancos, cimentando barreiras, suportando falésias, amparando e impedindo desmoronamentos. Raízes desesperadas que se espalham, se entretecem, se emaranham, se alucinam, se confundem, se conjugam, se atropelam no sólo delgado e inconsistente [...] (Andrade, p. 94-95, 1940).

Assim, Gilberto Osório manifesta seu olhar sobre a aparente luta de consolidação da floresta. Sem citações, faz uma pausa do rigor acadêmico e mostra suas impressões sobre o ambiente com escrita poética, como também no trecho:

A floresta protege e trai ao mesmo tempo. Há um mixto de lealdade e tocaia na sua sombra mansa, por onde perambula o fantasma do imprevisto. Recalques hediondos dormem no fundo das formas inertes e extáticas. Sua perspectiva é de grandeza, e diante dela a alma transborda, pelo desejo de medi-la. Ainda na orla, ao primeiro contacto, parece um templo que se enfeita para receber. Tudo é convite, intimidade, oferta, acolhimento. Dir-se-ia concentrada no místico silêncio da sua hospitalidade. Abraçamos espiritualmente então, toda a floresta, dispersos na vertigem, inconscientes da voragem [...] E quando esse delíquio se consuma, a mata exulta em derredor. De repente, como o deflagar de uma catástrofe, todo o terror condensado em seu mistério desaba sobre nós (Andrade, p. 96, 1940).

¹²¹ Precisamente as obras “Ensaio da Geografia das Plantas” e “Quadros de Natureza”.

A descrição da floresta mistura as sensações de admiração e medo. A estética da paisagem, encontrada por vezes nas monografias regionais, é evidenciada no texto de Gilberto Osório. Além disto, ao citar um trabalho de Geografia Psicológica, de Georges Hardy, publicado em 1939, Osório denota que são válidas as impressões emotivas nas observações da paisagem.

Dada as devidas diferenças, o trabalho de Osório segue um roteiro já conhecido de descrição, contendo relevo, hidrografia, climatologia, flora e fauna. Porém, é original ao transitar pelos temas de maneira integrada, realizar a discussão teórica sobre os conhecimentos especializados e ainda emitir suas impressões.

Na “Crônica da revelação e dos principais descobridores”, Gilberto Osório descreve em ordem cronológica, com seções do século XV ao XIX o maior número possível de estudos sobre a Amazônia. Narra os acontecimentos que levaram à elaboração das descrições, mapas e corografias. Acreditamos que a obra “Aventuras e aventureiros no Brasil”, de Alfredo de Carvalho, presente na bibliografia, tenha contribuído para esse capítulo.

As análises que se seguem nos capítulos finais, com linguagem acessível e didática, expõem ainda mais as reflexões do autor, do que a discussão teórica. Interroga ao leitor em diversos momentos, problematizando as questões enunciadas. Em “O efetivo humano” e “As interações”, Osório realiza várias sínteses a partir dos elementos que julgou relevantes.

Concordamos com Beserra (2022), ao afirmar que a análise de Gilberto Osório sobre a população se preocupou em evidenciar as relações das pessoas com o meio natural. Acrescentamos que, o interesse dessa análise era de entender as causas da baixa natalidade e povoamento rarefeito.

Alguns atributos conferidos aos povos aparecem de modo pontual no texto, que tem por base os estereótipos raciais das obras do historiador baiano Pedro Calmom (1902-1985) e as características do povoamento aludidas pelo paraense Domingos Antônio Raiol (1830-1912).

O debate principal é sobre a dinâmica demográfica, que vai sendo gradativamente explicada a partir do povoamento, expondo as dificuldades de fixação, inerentes às atividades econômicas. Assim: “A atividade econômica, fator predominante na formação das condensações demográficas assume, na floresta, uma função inversa, dispersiva, conquanto haja sempre um centro de gravitação a considerar” (Andrade, p. 171, 1940).

Gilberto Osório combate o estereótipo da Amazônia enquanto ambiente hostil. Sempre que faz uma consideração dos imperativos, coloca em destaque as vantagens. Como por exemplo, sobre a Cordilheira dos Andes dificultar a entrada de imigrantes, afirma logo em seguida que a natureza também oferece as vantagens das vias fluviais. Cita nessa parte um texto de 1936, com autoria de Getúlio Vargas, corroborando com ele: “Faz-se mister levar em conta todas essas circunstâncias e conhecê-las bem porque, afinal de contas, povoar vem a ser, sobretudo, ‘ligar os nódulos da nossa população ganglionar, esparsa em núcleos alongados pelo interior’ (28)” (Andrade, p. 172, 1940).

A política do Estado Novo estava iniciando a denominada “marcha para o oeste”, um conjunto de ações de formação de núcleos para povoamento das regiões Norte e Centro-Oeste, que incluíam estímulo à agricultura e ampliação da malha rodoviária.

Analisa a imigração sob o ponto de vista quantitativo, diferentemente das abordagens raciais de Agamenon Magalhães. Reconhece que, mesmo com atividades econômicas capitaneadas por imigrantes, no caso Japoneses e norte-americanos, não proporcionaram aumento populacional. Sobre esses temas de história e povoamento, Gilberto Osório citou Euclides da Cunha, denotando a continuidade da importância desse intelectual para os geógrafos pernambucanos.

Uma vez explicada a natureza, com rigor científico e discussão teórica e realizadas reflexões sobre a dinâmica populacional, destacando a questão do povoamento, Osório passa a elaborar as interações que o seu estudo privilegiou. Assim, saltam aos olhos do geógrafo as questões sobre: adaptações ao clima, habitações, alimentação, saúde, floresta, agricultura e economia.

Não segue, portanto, os tópicos rígidos da lista de aspectos observados nas monografias regionais descritivas, que aparecem em alguns estudos de Sebastião Galvão e Mário Melo. Assim como as teses anteriores, destaca deliberadamente apenas os aspectos que acredita serem relevantes. Mesmo assim, pondera que estiveram ausentes os aspectos sobre pecuária, urbanização, reservas minerais, aquíferos e sistemas de comunicação, por questão do curto tempo para elaborar a tese.

Gilberto Osório combate as premissas de imperativos do clima, denunciando as visões estereotipadas sobre a região. A “falsa tirania” do clima pode ser explicada pelo vestuário e habitação, que interferem na sensação térmica. Como já observamos,

o tema da habitação é caro à Geografia Humana de Jean Brunhes, mas Osório prefere cita um geógrafo brasileiro: “A habitação é a marca mais acentuada de humanização duma paisagem, assinala Josué de Castro” (Andrade, p. 192, 1940).

Segue sua análise da alimentação, discorre sobre o debate em vigor, acerca do metabolismo basal, citando Josué de Castro e o médico argentino Pedro Escudero. Por fim, enquanto não havia um consenso, Osório direciona a análise para os hábitos alimentares da população pobre, resultantes das condições sociais e econômicas. Encadeada à questão da alimentação está a salubridade, que é também desmistificada em relação ao clima: “O problema é higiênico” (Andrade, p. 201, 1940).

Malária, febre amarela, beribéri e sífilis são avaliadas sob o ponto de vista de refutação das atribuições climáticas conferidas às doenças. Percebemos o intento de Osório em comprovar a tese de que o clima não colaborava para a disseminação desses males, através do retrospecto histórico e das soluções higienistas. Neste momento, o autor deixa claro que é adepto às ideias de Camille Vallaux, sendo contrário ao “finalismo antropogeográfico”.

É possível notar também o interesse do autor pela história da medicina, que já se mostra nessa obra, além da perspectiva higienista que estava em voga desde o início do século XX no Brasil. Nesse sentido, Gilberto Osório não se filiou ao viés racial/genético, de certo modo ultrapassado, preferindo o da higiene e saúde. Conforme já mencionamos, essa perspectiva foi ensejada por médicos (Schwarcz, 1993), sendo elaborada por Osório nas suas contestações sobre as causas das epidemias serem pelo clima.

As condições naturais da floresta amazônica suscitavam visões de “atraso” por parte dos geógrafos franceses. Essas noções, tanto em termos de clima, vegetação, como de população, são questionadas por Gilberto Osório:

Aquela secura do ar atmosférico, consoante Vidal de La Blache, se opõe às fermentações da vida microbiana e assegura uma “remarcada salubridade” a certas regiões, não se póde negar seja uma vantagem climatérica. Contudo é possível construir essa salubridade num meio privado dessa vantagem, que é apenas um aspecto entre muitos que nem sempre o serão (Andrade, p. 202, 1940).

Uma economia de colheitas exercida por uma população egressa; como os povoadores da Amazonia, de uma fase de aptidões profissionais mais avançadas, não representa uma conformidade passiva e degradada, uma integração nesse “museu de civilizações atrasadas” (Deffontaines) que é a floresta, mas o momento inicial da reação do homem sôbre o meio exótico que o acolhe [...] índice de trabalho ou gênero de vida, não importa qual seja a terminologia, não decorre, no caso, de um recuo na escala de graduação

cultural, mas de uma conformidade ativa, consciente, deliberada, com as circunstâncias de um meio livremente eleito (Andrade, p. 218, 1940).

Gilberto Osório problematiza as teorias francesas, não admite noções de entraves ao progresso da população brasileira por causa do ambiente físico. Na sua análise da “Economia Destrutiva”, nos termos de Jean Brunhes, alerta para a exploração desordenada das espécies vegetais de valor econômico como a real ameaça de tornar a região “economicamente pobre em miserável” (Andrade, p. 222, 1940).

Nesse sentido, apesar dos efeitos da exploração da borracha, ela ainda seria a principal atividade econômica capaz de oferecer a estabilidade financeira da região, desde que melhoradas as técnicas. Nos seu estudo, Osório chama atenção também para as atividades de coleta da castanha-do-pará, madeiras e agricultura familiar, apresentado suas origens e estado atual. A visão ecológica de Osório tem alguns limites, assim como Mário Lacerda, envolvidos pelo momento histórico do “desenvolvimentismo nacionalista”, ambos privilegiam as potencialidades econômicas da natureza.

Gilberto Osório problematiza a perspectiva francesa sobre o necessário desmatamento da Amazônia, com o replantio de baixa variedade de espécies, a fim de diminuir a característica heteróclita. Contudo, admite que esse desmatando poderia ser realizado, em ritmo lento, respeitando as matas ciliares, introduzindo o Eucalipto para diminuir a proliferação dos insetos e por fim, criar parques nacionais tendo em vista o valor estético.

Por fim, a tese de Gilberto Osório se propôs ao entendimento da totalidade da região da Bacia Amazônica. A complexidade é entendida por Osório enquanto estudo de interações entre os “meios físico, biológico, social e humano”, daí se ter uma “Geografia Total”, no sentido das relações das partes com o todo. A visão holista da geografia francesa aparece nessa perspectiva, mas, há também uma certa inspiração inglesa, ao utilizar os termos “*environment*”, “*processus*”, “*optimum*” e “*entourage*”.

Acreditamos que essas noções advêm dos estudos de biogeografia e zoogeografia utilizados pelo autor, assim como a leitura do evolucionista Alfred Russel Wallace (1823-1913). O paradigma do determinismo climático foi questionado em diversos momentos da obra: “[...] o clima nada mais é do que um méro fator do meio; de resto inseparável do conjunto que o forma, na expressão dos ingleses, o **environment**, e não representando por si só nenhum elemento decisivo de êxito ou insucesso” (Andrade, p. 183, 1940, grifo do autor).

Além do combate ao determinismo climático, a tese de Gilberto Osório endossa a perspectiva da “vitória do homem sobre o ambiente”, que estaria em curso na região amazônica. Nesse sentido, enaltece a urbanização de Manaus e com função textual poética, descreve sua chegada à cidade:

No meio das solidões mais densas da terra, Manaus é o imprevisto. Quem vem do mar, subindo dias e dias o rio Amazonas, descrê forçosamente, ao fim do quinto ou sexto, e detróie na memória todas as prenoções adquiridas. A selva comprime-se, interminável, das margens compactas ao infinito visual. No lento itinerário dessa estrada d'água a raridade dos núcleos de povoação comunica a impressão de que tudo vai retornando à natureza virgem, e que haverá, por certo, uma longitude onde a ação do homem seja nula ou inútil, imponderável (Andrade, p. 240, 1940).

Nenhuma cidade com semelhante civilização está tão perto do equador. Nenhuma cidade atesta, de maneira tão impressionante, a vitória do homem sobre um meio hostil, adensado e cioso da sua inviolabilidade (Andrade, p. 241, 1940).

A relação entre as pessoas e a natureza, sob a perspectiva dos geógrafos mais citados por Gilberto Osório, Jean Brunhes, Camille Valloux e Pierre Deffontaines, é caracterizada pelas ideias da progressiva ação humana na transformação da paisagem, considerando as influências do ambiente, por vezes imperativas. Ao passo que havia as possibilidades técnicas de intervenção, eles destacavam quão as condições naturais ditavam o progresso de uma população.

Essa relação era também caracterizada pelo “fator psicológico”, desenvolvido nas ideias de “*Geographie Psychologique*”, cunhadas pelo francês Georges Hardy (1884-1972), expressamente citado na tese de Gilberto Osório. Contudo, esse pensamento também era caro ao Jean Brunhes, que

[...] querendo mostrar por esse intermédio como os meios de satisfazer as necessidades, mesmo as mais fundamentais (alimentação, vestimenta), estiveram sujeitos à variedade cultural dos gostos [...] Brunhes faz aí o elogio da tentativa de Woeikof de fazer um estudo geográfico da alimentação, no qual se vê que os fatores culturais alteram as interpretações econômicas clássicas (Berdoulay, p. 193, 2017).

Nesse sentido, Gilberto Osório problematiza, em diversos momentos da sua tese, a ideia de que o meio físico exerce influência no comportamento humano:

Terá a selva o poder, no caso a selva amazônica de suscitar na alma humana sinais de retorno o primitivismo? Eis um sensacional problema de geografia psicológica (Andrade, p.149, 1940).
Em matéria de geografia psicológica seria uma pesquisa fascinante essa de determinar, por exemplo, as influencias do superavit tropical de luz na

dinâmica dos temperamentos, maugrado a pretensa tirania deprüente que segundo alguns exerceria o trópico sobre os indivíduos e os grupos (Andrade, p. 190, 1940).

Em relação à alimentação, Osório contraria a noção de que estaria fadada ao hábito cultural:

Carvalho Leal logrou impressionar, certa vez, os parintins misturando à vista dêles, numa vazilha, um punhado de farinha e uma porção d'água; ele pois fê-los compreender que o empanzinamento e o mal estar na digestão, que sentiam, eram provenientes da alta dilatação e da grande acidez desenvolvida. Então, é que a possível resistência psicológica à erradicação elo hábito alimentar seria mínimo (Andrade, p.199, 1940).

O autor também reflete sobre os exemplos de devastação, em diversas instâncias, atribuindo à suposta reação psicológica: “Afigura-se que a paisagem não enleva, apenas enfurece. Mas será isso uma constante psicológica no domínio das interações antropogeográficas da Amazonia?” (Andrade, p. 151, 1940). Ele conclui que essa violência fazia parte do processo inicial de adaptação diante do ambiente amazônico.

Nesse sentido, estava em curso na Amazônia a criação de um tipo regional, o “caboclo”, que era ligado “economicamente e psicologicamente ao rio”, sendo assim “semi-civilizado”. O tema da civilização era caro ao Vidal de La Blache, no qual a origem e evolução das civilizações eram relacionadas aos gêneros de vida (Berdoulay, 2017).

Diversas obras de Euclides da Cunha foram citadas por Gilberto Osório. Um dos aspectos ressaltado pelos dois autores é o estereótipo climático. Os “tipos”, isto é, arquétipos regionais dos brasileiros, estão presentes em todas as teses que tratamos até o momento e em alguns trabalhos dos geógrafos historiadores: o “tipo pernambucano” de Mário Melo, o “sertanejo” de Agamenon Magalhães e Albuquerque Filho, “os cantadores, sambadores e violeiros” de Dácio Rabelo, o “jangadeiro” de Mário Lacerda e o “caboclo” de Gilberto Osório. Portanto, acreditamos que há conexão entre a obra “Os Sertões”, de 1901 e esses estudos, que perpetuaram a ideia de haver uma *persona* característica de dada paisagem, seja por motivos étnicos, ambientais ou a comunhão de ambos.

Essa continuidade na análise da população pode ser também explicada pelos escritos de Gilberto Freyre, que evocaram os “tipos regionais”, especialmente nas obras de Mário Lacerda e Gilberto Osório. Esses estudos expressaram também

filiações teóricas com os escritos de Pierre Deffontaines, Jean Brunhes e Camille Valloux. Como já mencionamos, a formação da Faculdade de Direito do Recife dispunha de títulos das obras geográficas estrangeiras. Há de se aludir também que ambos citaram a Revista Brasileira de Geografia (RBG), lançada em 1939, especificamente os textos sobre Geografia Humana de Pierre Deffontaines.

Pierre Deffontaines foi discípulo de Jean Brunhes que por sua vez, desenvolveu trabalhos com Camille Valloux (Andrade, 2008). Como professor da Universidade do Distrito Federal (Rio de Janeiro), publicou amplamente nas primeiras edições da Revista, que era um produto do recente Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Apesar disso, as citações aos seus mestres, são evidenciadas nos artigos após a publicação das teses de Gilberto Osório e Mário Lacerda.

Os artigos dos primeiros números da RBG, foram especialmente de autoria dos membros do Conselho Nacional de Geografia, da Universidade do Distrito Federal (1935-1939), da Universidade do Brasil e de instituições culturais, como bibliotecas e museus. Dentre eles, está uma resenha sobre o livro "*Geographie Psychologique*" de Georges Hardy, escrita por André Gibert. Isto leva a crer que, Gilberto Osório teve acesso ao número no qual foi publicada a resenha, haja vista que foi no ano de 1939.

A participação de Gilberto Freyre, tanto como autor da RBG, quanto no Conselho Nacional de Geografia, como consultor técnico de Geografia Urbana (Castro, 1939), denota uma aproximação dos pernambucanos com os geógrafos do CNG¹²². Cabe lembrar outro pernambucano que circulava no Conselho Nacional de Geografia: Mário Melo. Gilberto Osório encaminhou sua tese para apreciação do secretário perpétuo do IAHGP. No comentário, Melo destaca a vasta pesquisa bibliográfica de Osório, discorda de alguns pontos, mas elogia a "monografia" (Melo, 1940).

Há também o comentário da tese de Gilberto Osório feito por Gilberto Freyre: "ensaio que ultrapassa as exigências acadêmicas, por ser o primeiro a encarar o estudo do trópico americano de modo interdisciplinar e gestaltiano" (Freyre, 1987 apud Rivas, p. 154, 2001). Em diversos momentos, Gilberto Osório compara a realidade

¹²² No âmbito do Conselho Nacional de Geografia esteve a 9ª (1940) e 10ª (1944) edições dos Congressos Brasileiros de Geografia imbuídos pela "cultura geográfica" do Estado Novo (Cardoso, 2013). Na edição de 1940, cujo presidente de honra foi Getúlio Vargas, Gilberto Freyre foi convidado especial. Bernardino de Souza quem o chamou para conferir "uma aula de geographia humana" (Dará [...], 1940). Gilberto Freyre compareceu, sendo ovacionado pelo interventor de Santa Catarina, Nereu Ramos que o citou em seu discurso, definindo-o como "um dos mais autorizados estudiosos da geografia humana brasileira" (Inaugurado [...], 1940).

amazônica com as áreas de mesma latitude na África e Ásia, amparado nas informações da vasta literatura consultada. O termo “gestaltiano” faz referência à totalidade do âmbito da psicologia, nesse sentido, Freyre chamou atenção para o holismo de Gilberto Osório.

As aproximações pessoais e teóricas de Gilberto Osório e Gilberto Freyre, conforme demonstram Medeiros (2021) e Beserra (2022), são expressas nas observações sobre a cultura na tese, na qual deu visibilidade aos costumes da população. Acrescenta-se a isto, a parceria ao longo da sua carreira, como nos “Seminários de Tropicologia”¹²³. Nos quais, Gilberto Osório cultivou a perspectiva tropicologista ensaiada na tese, seu primeiro livro geográfico. Dentre as intenções dos seminários estava o combate aos estereótipos das regiões tropicais. À despeito dos seus estudos de projeção nacional terem sido na Geografia Física¹²⁴, Osório perseguiu uma geografia integrativa entre as dimensões humanas e biofísicas.

No magistério também privilegiou a Geografia Física, ocupando as “cátedras” dessa disciplina nas Faculdades de Filosofia e Universidade Federal de Pernambuco. Mas, ser professor do Ginásio Pernambucano ainda era um intento, tanto que em 1956, assumiu a cátedra de Geografia Geral com a tese: “Itamaracá: contribuição para o estudo geomorfológico da costa pernambucana”. Nota-se, pelo título da tese, a crescente especialização da Geografia no percurso intelectual de Gilberto Osório, passando da monografia regional para a Geomorfologia. Além disto, esse tema fazia parte de sua trajetória pessoal, marcada pelas viagens à Itamaracá com sua família (Lins, 2002).

Ser docente catedrático do Ginásio Pernambucano era prestigioso, pois, essa instituição era ao mesmo tempo colégio e símbolo cultural de uma elite letrada. A imagem de centro de excelência perdurava. Nesse contexto, a seleção dos professores, com a defesa de teses, era mais rigorosa que das recentes faculdades de filosofia. Nestas, os professores eram convidados e depois nomeados catedráticos. Havia ampla divulgação nos principais jornais da cidade do Recife sobre a defesa das

¹²³ A característica fundamental do Seminário de Tropicologia repousaria na Interdisciplinaridade e na Multiplicidade temática e o seu foco de interesse abrangeria a realidade das áreas pouco exaltadas. Assim, no ano de 1966, instalou-se na Universidade Federal de Pernambuco, ali funcionando durante 14 anos. Em 1980, transferiu-se para a Fundação Joaquim Nabuco (Quintas, 2021).

¹²⁴ De acordo com Lucivânio Jatobá, Gilberto Osório inovou ao afirmar que as razões da semiaridez do Nordeste brasileiro não residiam somente na topografia regional, mas decorriam de uma estreita relação existente entre o centro de altas pressões do Atlântico Sul e o deserto do Kalaari, no sudoeste africano, que funcionaria como área-fonte de uma importante massa de ar, tépido e estável, que acabava projetando-se no Sertão Nordestino (Jatobá, p. 61, 2003).

teses para o Ginásio Pernambucanos e, com menos destaque, para a Escola Normal Oficial. Além do apelo social, havia também o desejo desses docentes de voltarem ao colégio de que fez parte de sua trajetória pessoal. É o caso de Hilton Sette, que veremos a seguir.

4.6 As regiões naturais de Hilton Sette

Na década de 1940 não houve concursos para a vaga de professor catedrático de Geografia no Ginásio Pernambucano, então chamado de Colégio Estadual de Pernambuco. No entanto, é a década com maior produção de teses para tal, uma vez que dois certames não se concretizaram. Já mencionamos três teses: “Os rios e expansão geográfica de Pernambuco” de João Feliciano da Motta e Albuquerque Filho; “Pernambuco: traços de sua Geografia Humana”, de Mário Lacerda de Melo; “Um complexo antropogeográfico: lineamentos para uma geografia total da Amazônia”, de Gilberto Osório de Andrade. A última tese do período, foi elaborada em 1946 por Hilton Sette, intitulada “Contribuição ao estudo das regiões naturais do Estado de Pernambuco”.

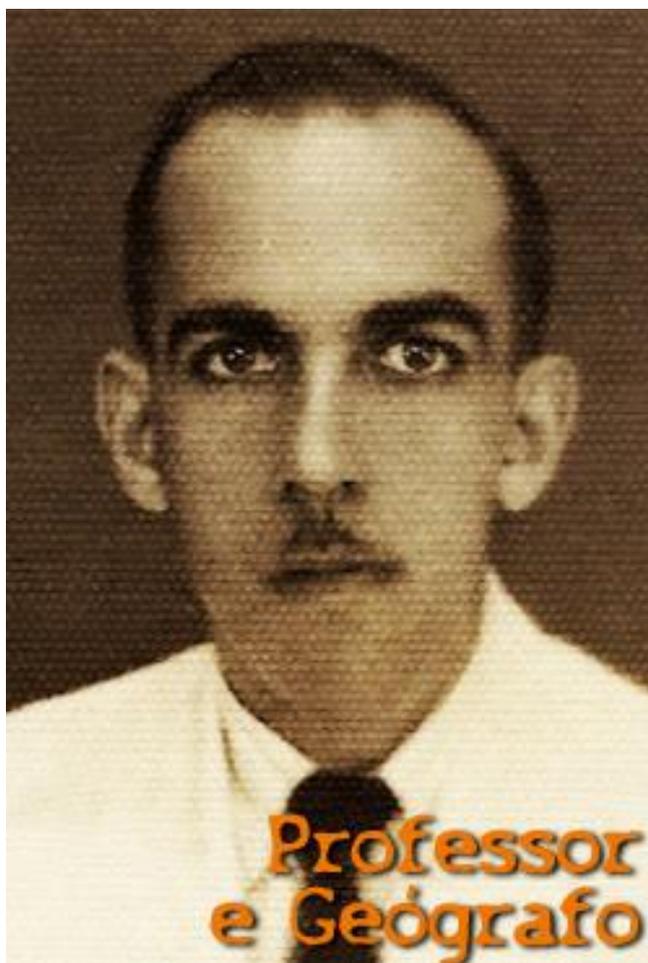
Hilton Sette (1911-1997) encerra o nosso quadro de geógrafos catedráticos. Como sabemos, Albuquerque Filho teve longa trajetória no magistério, especialmente dedicada ao ensino de Geografia. Ele e Dácio Rabello estiveram no ensino logo nos primeiros anos após sua formação no bacharelado da Faculdade de Direito do Recife. Mário Lacerda e Gilberto Osório se dedicaram a outras atividades profissionais concomitantes ao ensino, até se tornarem exclusivamente docentes de Geografia.

Assim como os demais catedráticos de Geografia, Hilton Sette (Figura 64) tão logo se dedicou ao ensino de Geografia. Filho de Mauro Sette e Maria Laura Maia, nasceu no Recife, em 1911. Seu pai foi reconhecido poeta, que escreveu diversos romances e crônicas, entre elas “Arruar: história Pitoresca do Recife Antigo”, em 1932. Fez parte da Academia Pernambucana de Letras e do IAHGP (Barros; Rêgo, 2010). Suas obras tiveram grande sucesso, até os dias atuais, por desenvolver a “pernambucanidade”, isto é, o sentimento de apreço à cultura e paisagem de Pernambuco.

Quando Hilton Sette nasceu, seu pai trabalhava para os Correios e Telégrafos (1909-1942). Ao longo dos anos, Mário Sette também exerceu o magistério em várias instituições do Recife, como Instituto Carneiro Leão, Santa Margarida, Padre Félix,

Pinto Júnior, Osvaldo Cruz, Vera Cruz e Faculdade de Filosofia (Filho, 1987 *apud* Barros; Rêgo, 2010).

Figura 64 – Retrato de Hilton Sette



Fonte: Sette (2011).

Sendo assim, de certo modo, Hilton Sette seguiu os passos do pai, pois também foi funcionário dos Correios e se dedicou ao ensino. Casou-se com Lúcia de Oliveira Carvalho em 1933, na cidade de Maceió. Passaram poucos anos em Alagoas em virtude de uma transferência forçada de seu pai, diante da perseguição política da Revolução de 1930. Em 1935, se formou no bacharelado em Ciências Sociais e Jurídicas na Faculdade de Direito do Recife, na mesma turma de Mário Lacerda de Melo (Sette, 2011).

Porém, um ano depois já estava lecionando Geografia. Em 1936, passou a ensinar a convite do colega da repartição e diretor do Instituto Porto Carreiro, Paulino de Andrade. Dessa forma, emergiu o professor de Geografia Hilton Sette, que sempre

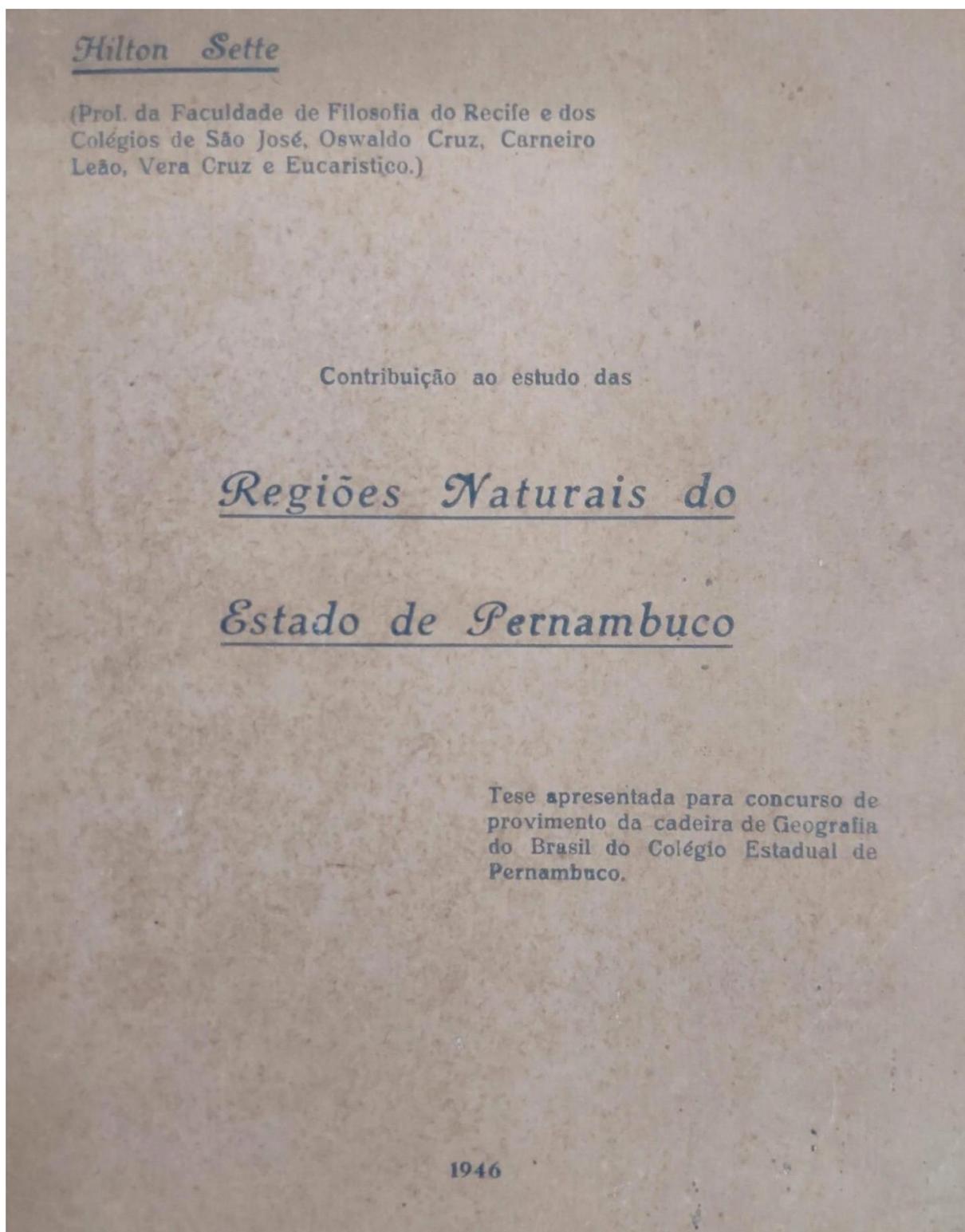
teve afinidades com a disciplina, mas nunca imaginou que seria a responsável pela sua trajetória enquanto pesquisador. Em 1945 pediu exoneração do seu cargo nos Correios e passou a se dedicar exclusivamente ao ensino e pesquisa.

No ano de elaboração da tese para o concurso do Ginásio Pernambucano, Hilton Sette estava há 10 anos ensinando pelas escolas do Recife, como Colégio Nóbrega, Marista, Carneiro Leão, Osvaldo Cruz, Eucarístico, São José, Vera Cruz e a Escola Normal Pinto Júnior. Estava também atuando no ensino superior, acabava de assumir a cadeira de História das Américas e História do Brasil, na Faculdade de Filosofia do Recife e a cadeira de Geografia Física, na Faculdade de Filosofia Manuel da Nóbrega (Sette, 2011).

Contudo, em relação à pesquisa geográfica, seus primeiros passos foram na elaboração da tese “Contribuição ao estudo das regiões naturais do Estado de Pernambuco” (Figura 65). A qual, ele realizou observações *in loco* deliberadas para tal finalidade:

Já em princípios de 1946, eu havia realizado sozinho uma excursão do Recife à Petrolina, no extremo Oeste do Estado, a fim de colher subsídios para elaborar uma tese que pretendia defender em concurso para catedrático no Ginásio Pernambucano. A viagem, mal acomodado numa boleia grande de caminhão, abarrotado de mercadorias, durou dois dias e meio de ida e outros tantos de volta, com pernoites, respectivamente, em Caruaru e Serra Talhada, em Parnamirim e Arcoverde. Com apontamentos de observações, inquirições, diálogos com moradores que trouxe e, aplicando a teoria de Ricchieri, pude identificar a diversificação das paisagens e escrever “Regiões Naturais de Pernambuco” para o tal concurso, que não chegou a se realizar (Sette, s.p., 2011).

Figura 65 – Capa da Tese de Hilton Sette



Fonte: Arquivo Obras Raras FUNDAJ.

Diante do depoimento do autor, temos evidências de que Hilton Sette realizou uma pesquisa de campo deliberada. Nas teses anteriores, apenas Mário Lacerda

expressa que fez um trabalho de observação direcionado para a elaboração da tese. Apesar de haver na escrita dos demais autores elementos que denotem uma observação, alguns nos levam a crer que decorreram de experiências diversas, sendo “observações oportunistas”, por assim dizer.

Nos trabalhos dos geógrafos historiadores, como já mencionamos, Pereira da Costa e Mário Melo fizeram observações deliberadas, com intuito de produzirem os estudos geográficos. Nos trabalhos de Sebastião Galvão há descrições das paisagens que também decorreram da posição de observador privilegiado. Alfredo de Carvalho não desenvolveu esse método (observação), tendo em vista a natureza de seus trabalhos, que requeriam a tradução, história oral, levantamento bibliográfico e documental. No caso de Hilton Sette, o método geográfico nos moldes da Geografia Moderna era familiar. Observamos que nas suas citações e referências bibliográficas estão os primeiros números da Revista Brasileira de Geografia, em circulação desde 1939. Inclusive a sua base metodológica para a definição de “Regiões Naturais”.

No primeiro capítulo da tese, Hilton Sette apresenta seu objetivo de definir regiões do Estado de Pernambuco tendo em vista apenas os aspectos naturais. Ele expressa ser tributário da tendência dominante na Geografia Brasileira, que foi adotada na regionalização do país em 1942. Desse modo, cita o artigo de Fábio Macedo Soares Magalhães¹²⁵, de 1941, “Divisão Regional do Brasil” e reitera os posicionamentos teóricos de Magalhães publicados na Revista Brasileira de Geografia.

O método elaborado por Fábio Macedo Soares Guimarães em 1941 defendia que uma regionalização baseada nos aspectos naturais era mais adequada à realidade brasileira. Com base na obra do geógrafo italiano Giuseppe Ricchieri,

¹²⁵ Fábio Macedo Soares Guimarães, Orlando Valverde, Lúcio de Castro Soares, Lindalvo Bezerra dos Santos e José Veríssimo da Costa Pereira são geógrafos que foram realizar estudos nos Estados Unidos da América, a partir de 1945. A participação da Geografia americana, nessa época, se deu pelos estudiosos que tiveram contato com o geógrafo alemão que trabalhava nesse país, Leo Waibel (1888-1951), que posteriormente passou uma temporada no Brasil, entre 1946 e 1950, contribuindo para os estudos de geografia agrária (Campos, 2011). No pós-guerra houve também a realização de estudos de pós-graduação dos geógrafos brasileiros na França. A perspectiva do planejamento e gestão do território, do caráter utilitarista da Geografia é dominante entre os geógrafos do núcleo carioca, envolvidos com o IBGE e CNG (Lira, 2017), reverberando na Revista Brasileira de Geografia. Portanto, a postura do núcleo de São Paulo, liderado por Pierre Mombeig, caracterizado pelo historicismo, por vezes irá contrastar com essa abordagem. Os geógrafos pernambucanos Mário Lacerda, Gilberto Osório e Hilton Sette, como contemporâneos das primeiras edições da Revista Brasileira de Geografia, se utilizarão das abordagens do núcleo carioca. Eles não foram contemplados pelos investimentos em estudos no exterior, mesmo já tendo publicado suas teses de Geografia e estarem atuando no ensino superior no Recife.

conhecida por meio de Delgado de Carvalho em “Metodologia do Ensino Geográfico” (1925), diferencia os conceitos de “região elementar” e “região natural”. Magalhães admite o conceito do padre alemão naturalizado brasileiro Geraldo Pauwels, publicado na Revista do IHGB em 1925 o qual “[...] região natural é um território que constitui uma unidade por sua própria natureza física tomada dum modo integral” (Pauwels, 1925 *apud* Guimarães, 1941).

As regiões naturais não eram uma novidade na Geografia, como lembra Fábio M. S. Guimarães. A diferenciação entre elas e as “regiões humanas” foram destacadas pelo autor com base em Lucien Gallois, Pierre Deffontaines, Camille Vallaux e Jean Brunhes. Depois de argumentar a favor das “regiões naturais”, Guimarães (1941) levanta as regionalizações do país realizadas até então e recomenda que seja adotada a divisão regional de Delgado de Carvalho, criada em 1913.

A interpretação de Hilton Sette sobre a regionalização é profundamente marcada por esse artigo. Além de citar Fábio M. S. Guimarães, ele buscou os autores citados por Guimarães para compor sua argumentação. Assim, cita também o geógrafo italiano Giuseppe Ricchieri:

O nosso método de trabalho, já revelado em páginas anteriores e inspirado, como dissemos, nos ensinamentos dos professores Giuseppe Ricchieri e Fábio Macedo Soares Guimarães, obedecerá a um plano racional e o mais possível objetivo. Tentaremos, primeiramente, identificar as regiões elementares em função de cada um dos fatores básicos, preferindo a seguinte ordem: geológicos, orográficos, climáticos, hidrográficos e botânicos. Os limites das áreas assim diferenciadas serão marcados numa série de mapas esquemáticos, os quais, pela superposição, farão ressaltar as verdadeiras Regiões naturais do Estado, meta final deste nosso estudo geográfico (Sette, p. 6, 1946).

Esse trecho resume a tendência geográfica adotada, que segundo Lira (2017) estava alinhada à escola norte-americana de Geografia. À despeito das inspirações francesas de Fábio M. S. Guimarães e do doutorado nos E.U.A. ter sido apenas iniciado em 1946, a pesquisadora acredita que já vinha em curso a adoção de ideias da Geografia norte-americana no Brasil, especialmente pelos membros do CNG.

A objetividade e racionalidade defendidas por Hilton Sette denotam um utilitarismo típico da Geografia norte-americana, que se divulgou no Brasil por meio dos ibgeianos (Lira, 2017). Um deles é o Jorge Zarur, citado por Hilton Sette:

O conceito e o interesse pelo estudo da região natural revelou à Geografia o verdadeiro sentido de diferenciação, de personalidade e de importância. Apoiando essa afirmativa, o prof. Jorge Zarur (5) define com acerto: “A Geografia, hoje é, em outras palavras, o estudo dos contrastes regionais” Fazemos nosso esse conceito, fonte de inspiração da presente tese [...] A razão desses conjuntos, a análise e distribuição dos acidentes neles observados, o agrupamento e importância dos mesmos em função dos contrastes e semelhanças que apresentam, constituem, em conclusão, o verdadeiro objetivo da Geografia moderna, regional e utilitária (Sette, p. 4-5, 1946).

Hilton Sette citou nesse trecho o artigo de Jorge Zarur “A Geografia Moderna a serviço do homem”, publicado em 1944 na RBG. No referido artigo, Zarur elogia a renovação da disciplina que se passava nos E.U.A., a qual ele testemunhou de perto ao passar uma temporada de estudos nesse país (Zarur, 1944). Há várias semelhanças nas palavras de Sette e o artigo de Zarur, que defendia uma “geografia utilitária” e “aplicada”. Além disto, apontava a necessidade de se formar “[...] geógrafos especializados em Brasil, conhecedores profundos dos detalhes regionais [...]” (Zarur, p. 314, 1944). Nesse caso, Hilton Sette chamou para si a missão de um geógrafo regional:

[...] A escolha desse tema, já explorado por botânicos, geólogos, climatologistas, mas nunca, segundo nos consta, com a orientação ora adotada, simboliza um preito de amizade e apego no rincão natal e traduz o nosso estímulo em contribuir para o melhor conhecimento da Geografia pátria. A elaboração deste trabalho visa satisfazer uma exigência legal para a nossa participação no concurso da cadeira de Geografia do Brasil a realizar-se no Colégio Estadual de Pernambuco, ao mesmo tempo que procura acudir ao apelo dos eminentes mestres patricios através das palavras do prof. Jorge Zarur (5) quando insiste pela formação de maior número de “geógrafos especializados em Brasil” [...] (Sette, p. 6, 1946).

Hilton Sette expressa literalmente sua intenção de desenvolver uma geografia regional, mas não do tipo vidaliana. A Geografia francesa adotada pelos geógrafos do Rio de Janeiro, vinculados ao Conselho Nacional de Geografia se baseou, sobretudo, em Jean Brunhes, Camille Valloux e Pierre Deffontaines, que eram geógrafos voltados ao naturalismo alemão (Lira, 2017). Jean Brunhes incorporou elementos do positivismo racionalista em seus trabalhos, como a preocupação classificadora e esforço em estabelecer uma tipologia sistemática (Gomes, 2000). Machado (2000) atenta que para Nelson Werneck Sodré, Jean Brunhes e Camille Vallaux se nutriram das ideias de Friedrich Ratzel, sendo afins ao “determinismo geográfico”.

Mário Lacerda, Gilberto Osório e Hilton Sette citam esses três geógrafos em suas teses, o que nos indica uma inclinação à “escola do Rio Janeiro”, com inspiração

nos geógrafos franceses mais sistemáticos. Além disto, eles estavam atentos à Revista Brasileira de Geografia, uma vez que utilizaram diversos artigos desse periódico em suas teses. Como eram autodidatas no trabalho geográfico, buscaram referências no IBGE, que por meio da circulação de sua revista, divulgava essa linha de pensamento.

Contudo, é importante aludir que os pernambucanos mobilizaram algumas teorias, que lhe eram convenientes, questionaram as generalizações francesas e não seguiram à risca a escola do Rio de Janeiro. Vale lembrar os questionamentos feitos por Mário Lacerda e Gilberto Osório, no tocante à contradição dos mocambos do Recife em relação aos aspectos naturais e técnicos e às concepções de atraso mediante a exuberância do Bioma amazônico.

Em relação ao Hilton Sette, observaremos que, apesar da proposta ser “objetiva e racional”, o autor combinou sua regionalização naturalista com aspectos culturais. O traço cultural é marcante em todas as teses e em alguns estudos dos geógrafos do IAHP, nos quais Pernambuco é ovacionado. Com Hilton Sette não foi diferente, o regionalismo pernambucano é expresso no texto que citamos acima, quando justifica a escolha do tema, assim como na dedicatória: “Homenagem ao Estado de Pernambuco, quanto melhor conhecido, mais amado” (Sette, 1946).

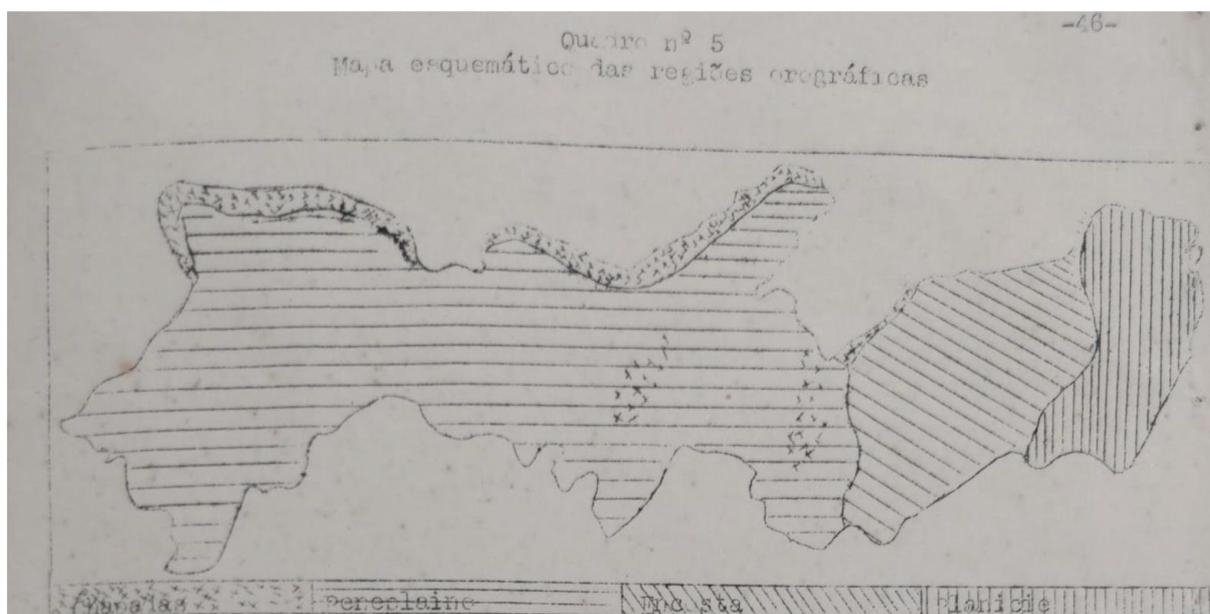
A tese de Hilton Sette foi assim dividida: A importância da Geografia Regional; Regiões Geológicas; Regiões Orográficas; Regiões Climáticas; Regiões Hidrográficas; Regiões Botânicas; Regiões Naturais de Pernambuco. Sua interpretação dos artigos da RBG e do trabalho de Giuseppe Ricchieri o levou a definir que as “regiões elementares” seriam primeiramente definidas, de acordo um aspecto da natureza e depois a sobreposição dos mapas indicaria as “regiões naturais” de Pernambuco.

É importante aludir que o conceito de Região Natural não era novo na ciência geográfica. De acordo com Gomes (2000b). Em primeiro lugar, a noção de Região foi herdada da Geologia. Segundo o referido autor, Vidal de la Blache imprimiu suas leituras dos geólogos na divisão regional expressa em *Tableau de la géographie de la France*, de 1903. Mas foi o seu discípulo L. Gallois, em 1908, que escreveu sobre “regiões naturais”, admitindo que os aspectos da natureza eram decisivos em determinadas configurações da sociedade, porém, sem exclusividade, considerando também outras condições (Gomes, 2000b).

Assim, Hilton Sette estava diante de um tema polêmico da história da Geografia. O debate sobre o peso das condições naturais na conformação das regiões esteve no centro das abordagens da Escola Francesa. Gomes (2000b) explica que a partir dessa discussão, se estabeleceu a noção de que as condições naturais não poderiam explicar totalmente as regiões, não sendo o fundamento da Geografia. Desse modo, a Geografia deveria buscar o resultado das relações entre natureza e sociedade, manifestadas na região, que passaria a ser denominada por “região geográfica” ou “região-paisagem”. Nessa perspectiva, a região era autônoma em relação ao pesquisador, cabendo a ele descrevê-la para encontrar sua unidade distintiva e combinação única. Até que, esse modelo clássico do pensamento regional é contestado, passando os geógrafos e geógrafas a admitirem uma região definida a partir de critérios eleitos por eles.

Nesse contexto, de uma abordagem diferente de região, está o trabalho de Hilton Sette. Assim, ele descreve cada região e delimita de acordo com suas observações de campo, mapas, estudos e relatórios oficiais. As regiões geológicas foram delimitadas e representadas por meio de um mapa (Figura 66). Sette se baseou em vasta literatura especializada, como Orville Derby, John Casper Branner, Delgado de Carvalho, Frederick Hartt, Charles Darwin, Valdemar de Oliveira, Othon Leonardos, Avelino Oliveira, Horatio Small, Eusebio Paulo de Oliveira e outros. Inclusive o texto utilizado de John Casper Branner foi uma tradução publicada pela RIAHGP.

Figura 66 – Regiões Geológicas de Pernambuco por Hilton Sette



Fonte: Sette (1946). Arquivo Obras Raras FUNDAJ.

Assim, de acordo com o mapa a região elementar geológica é composta por: a) Faixa litorânea terciária apresentando arrecifes e as endentações quaternárias; b) Zona das rochas cristalinas profundamente decompostas; c) Área de solo duro, superficial e impermeável; d) Reduzidas porções territoriais capeadas pelas formações cretáceas (Sette, 1946).

Ainda sobre as regiões geológicas, Hilton Sette faz longa citação da obra “Nordeste” de Gilberto Freyre (1937), a qual o sociólogo descreve o solo massapê: “A doçura das terras do massapê contrata com o ranger terrível das áreas secas dos sertões” (Freyre, 1937 *apud* Sette, p. 12, 1946). Essa citação diz respeito à região das rochas cristalinas decompostas, ao término Freyre faz alusão à profundidade do solo, o que justifica sua menção por Sette: “Em cores literárias, o sociólogo conterrâneo dá-nos como acabamos de ler, um resumo descritivo dessa área onde o massapê revela a profundidade do solo, destacando-a das demais zonas pernambucanas que estudaremos a seguir” (Sette, p. 12, 1946).

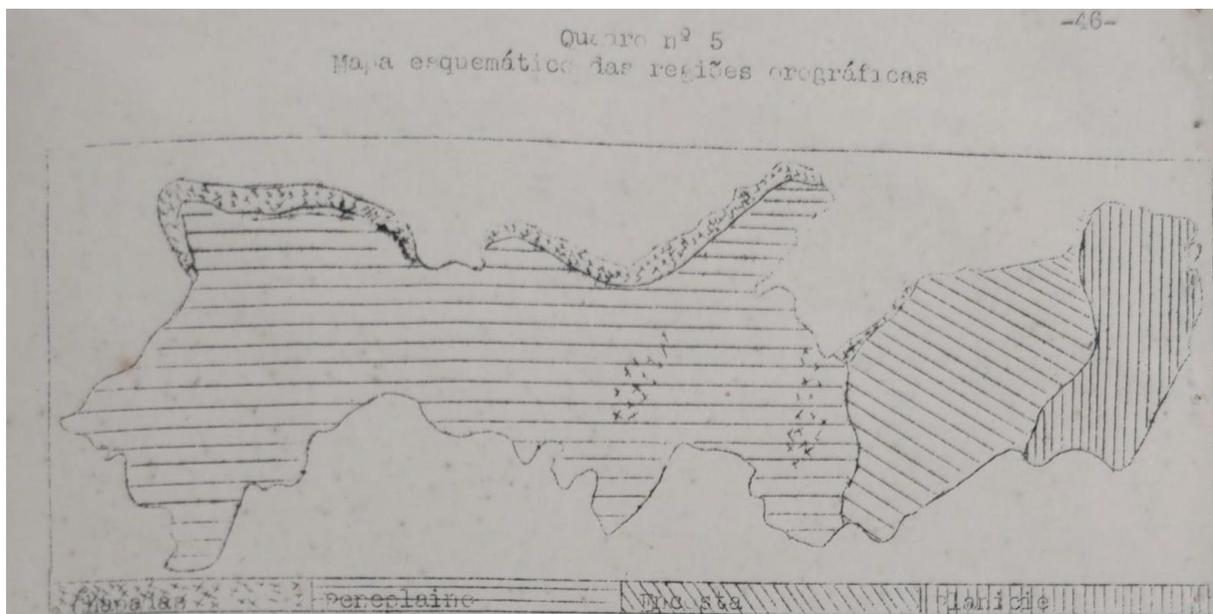
É interessante notar o manejo do autor para mobilizar uma descrição que valorizasse a estética da paisagem com uso da função poética. Mesmo seu trabalho sendo objetivo e racional, abriu um espaço para uma linguagem diferente. Apesar de utilizar muitas citações, Hilton Sette escreve de maneira didática. Ao que parece, como professor, o estudioso teve o cuidado de tornar a leitura fluida e de fácil compreensão.

Sendo assim, segue para as regiões orográficas, com base em Delgado de Carvalho, Roderick Crandall, Lombard. Com menos citações, Sette realiza sua delimitação fundamentado, sobretudo, na carta hipsométrica e suas observações de campo. Portanto, estabeleceu as seguintes regiões: a) A Planície Costeira; b) A Encosta Oriental da Borborema; c) As Chapadas que limitam a Bacia São-franciscana; d) O peneplano. Neste capítulo, há diversos relatos do trabalho de campo, como por exemplo: “Atravessando de caminhão, em fevereiro último, o peneplano sertanejo até Petrolina [...]” ou quando alude que “As pedras surgem no alto das encostas com a posições e formas mais estranhas [...] Avistamos, outrossim, um monumento rochoso [...]” (Sette, p. 12-13, 1946). As regiões orográficas foram representadas cartograficamente, como mostra a Figura 67.

Assim como as regiões climáticas (Figura 68). Elas foram definidas de acordo com a literatura especializada, com aporte de Delgado de Carvalho, Fábio M. S. Guimarães e, sobretudo, de Salomão Sarebrinick. O tema da semiaridez é ressaltado,

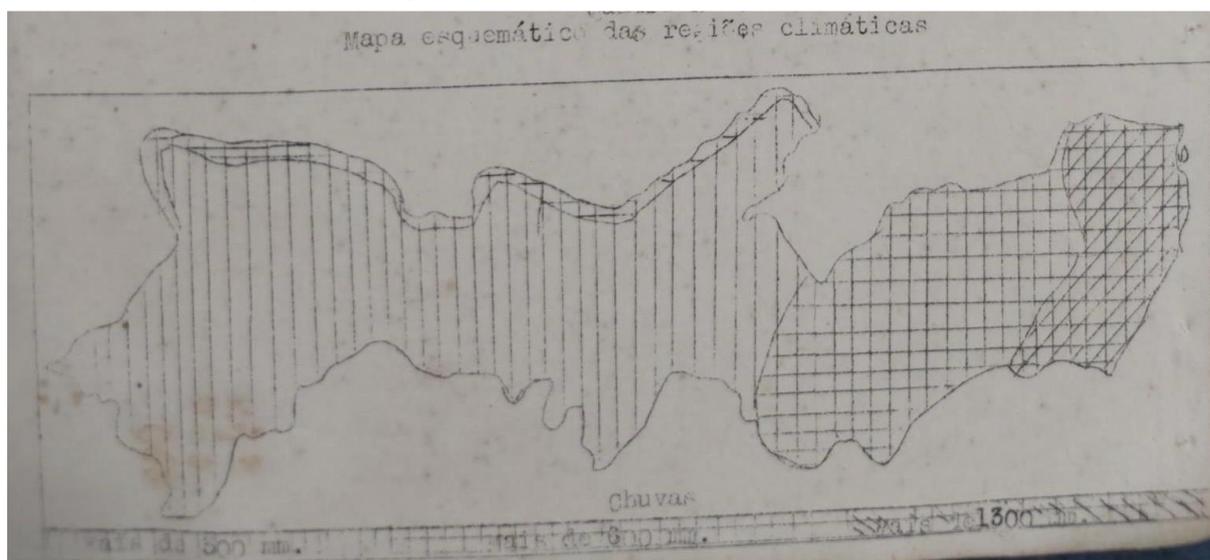
assim como nas teses de Agamenon Magalhães, Dácio Rabello e Albuquerque Filho. Hilton Sette explica suas causas de acordo com as teorias vigentes, utilizando também os escritos de Euclides da Cunha, Vasconcellos Sobrinho e Adalberto Serra.

Figura 67 – Regiões Orográficas de Pernambuco segundo Hilton Sette



Fonte: Sette (1946). Arquivo Obras Raras FUNDAJ.

Figura 68 – Regiões Climáticas de Pernambuco por Hilton Sette



Fonte: Sette (1946). Arquivo Obras Raras FUNDAJ.

Mas, ressalta que por ser um estudo geográfico, não irá conjecturar porque:

Não precisamos investigar a causa remota desse fenômeno de tão funestas consequências para o “habitat” nordestino e tornado tão conhecido através de descrições literárias e científicas. Se o fizéssemos, estaríamos realizando mais meteorologia que geografia regional (Sette, p. 25, 1946).

A questão da invasão de áreas afins pela Geografia, é ressaltada por Hilton Sette em vários trechos da sua tese, haja vista que ele compartilha das ideias de Jorge Zarur (1944):

Não pretendemos reconstituir nesse capítulo, fase por fase, toda a evolução geológica do solo pernambucano, porque assim estaríamos fugindo ao objetivo dessa tese de carácter puramente geográfico. Como já fizemos sentir, os novos Mestres proclamam a necessidade de se delimitar o campo de estudo da Geografia e condenam os “geógrafos imperialistas” (5) [Jorge Zarur] que invadem as esferas das ciências afins (Sette, p. 7, 1946).

Desse modo, na tese de Sette (1946) os temas são abordados sucintamente, extraindo o que lhe apresenta relevância na definição das regiões. No caso das regiões climáticas, foram assim denominadas: a) Clima úmido de planície costeira; b) Clima semi-úmido na encosta da Borborema e Chapadas; c) Clima Semi-árido no peneplano.

À despeito do rigor científico, seguindo os roteiros da RBG, nos quais os artigos tinham, sobretudo, linguagem técnica, Sette lança o conhecimento popular e descreve em termos culturais a relação entre as pessoas e os climas de Pernambuco:

Repetem-se de boca em boca pela tradição oral, episódios de enchentes que arrastam pontes, de rios que tomam água e interrompem o trânsito, de secas que foram a resposta de Deus a história criminosa das cruces fincadas a beira dos caminhos. Uma figura curiosa em torno da meteorologia pitoresca do interior é a do previsor do tempo. Um amigo em Petrolina, observou-nos com acerto: “Todo sertanejo quer ser profeta”. Realmente em qualquer roda, aparecem os que se julgam entendidos em adivinhar, como o José, do Egito, os dias das vacas gordas e das vacas magras (Sette, p. 25, 1946).

Essa característica popular de realizar hipóteses sobre as “invernadas” ou “secas” também foi aludida por Dácio Rabello. É interessante a valorização do conhecimento popular e da cultura local. O próprio autor, descreve o período chuvoso na Zona da Mata, em termos coloquiais: “É chuva que Deus dá, dias seguidos sem se ver a luz do sol com a lavoura apodrecendo nos baixios [...]” (Sette, p. 24, 1946).

Ao dissertar sobre as irregularidades das chuvas no Sertão, narra sua experiência de presenciar fortes chuvas durante o trabalho de campo, cita o

conhecimento científico de Arrojado Lisbôa e dá voz às percepções da população local diante de um aguaceiro: "Num linguajar todo próprio, saboroso e significativo, não variavam os comentários entre o motorista [...] e os seus conhecidos [...]" (Sette, p. 28, 1946). Assim, reproduz as falas que ouviu, como: "Bôa rama na beira da estrada. Quer dizer que a chuva aqui foi pra molhar..." e "Sertão com chuva é um paraíso. Melhor que o Rio de Janeiro" (Sette, p. 28, 1946).

Como já mencionamos, Hilton Sette era filho do poeta Mauro Sette. De acordo com Medeiros (2021), Mauro Sette participou do Movimento Regionalista Tradicionalista de Gilberto Freyre nos anos da década de 1920 e escreveu romances regionalistas. Assim, concordamos com a pesquisadora quando afirma que um dos traços da tese de Hilton Sette é a perspectiva cultural aprendida com seu pai.

O tema da Hidrografia pernambucana é explorado de acordo com os autores locais, como as teses de Dácio Rabello e João Feliciano Motta e Albuquerque Filho, assim como Mário Melo e Vasconcelos Sobrinho¹²⁶. Apesar de discordar do valor aos topônimos conferidos por Mário Melo, citando no primeiro capítulo o livro "Corografia Pernambucana", Sette utiliza as informações do artigo publicado na RIAHGP "Esboço potamográfico: rios de Pernambuco", de 1919. A crítica à tendência das nomenclaturas em 1946, denota uma descontinuidade dessa abordagem¹²⁷. Vale lembrar que em 1921 Agamenon Magalhães também criticou as nomenclaturas.

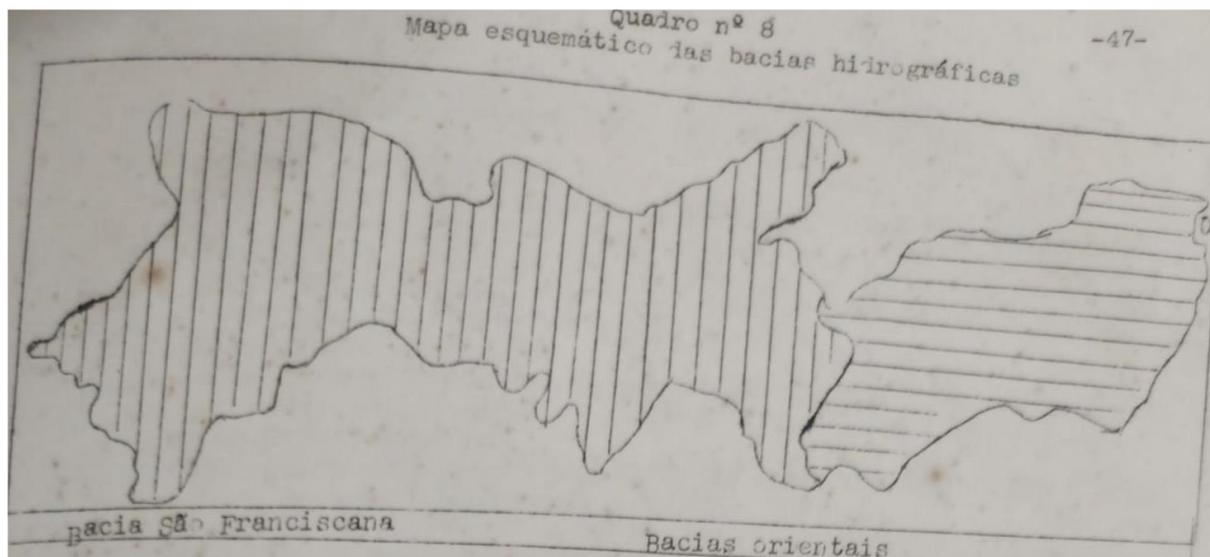
Nesse capítulo, Sette expõe suas impressões do rio São Francisco, conferindo função poética ao seu texto: "Um rio ao mesmo tempo espetáculo e sugestão. Espetáculo daquela imensidade d'água a correr, a fugir para o mar, deixando entregue à sua própria sorte, o sertão da sede e da fome. Sugestão de se resolver o secular problema das secas [...]" (Sette, p. 32, 1946).

Por fim, as regiões hidrográficas foram definidas sob o critério das bacias hidrográficas do Rio São Francisco e Bacias Orientais, sem destacar a diversidade (Figura 69). Acreditamos que essa delimitação generalizada, decorreu das limitações do trabalho de campo, que ficou sujeito à rigidez da rodovia percorrida, sem entradas aos municípios, assim como as dificuldades técnicas instrumentais.

¹²⁶ No caso de Albuquerque Filho, Sette utilizou a tese de 1940, "Os rios e a expansão geográfica em Pernambuco".

¹²⁷ Hilton Sette criticou também os livros didáticos da época, os quais eram compostos por listas de nomes dos objetos naturais brasileiros.

Figura 3 – Regiões Hidrográficas de Pernambuco por Hilton Sette



Fonte: Sette (1946). Arquivo Obras Raras FUNDAJ.

Na composição do seu “quadro de paisagens geográficas”, Hilton Sette seguiu uma sequência, partindo dos aspectos geológicos, topográficos, climáticos e hidrográficos, que foram sendo articulados entre si. Nessa linha de pensamento, finaliza com as “regiões botânicas”, admitindo que a vegetação retrata as condições do clima e solo, citando Jean Brunhes.

Contudo, seu aporte teórico é sobretudo de Vasconcelos Sobrinho. Como já mencionamos, esse engenheiro agrônomo deu grande contribuição aos estudos biogeográficos e ecológicos em Pernambuco (Andrade, 2007; Rocha, 1953). Os seus primeiros escritos foram divulgados a partir do Instituto de Pesquisas Agronômicas de Pernambuco¹²⁸, criado em 1930 durante o governo de Carlos de Lima Cavalcanti (Pantoja, 2009).

Como resultado de sua atuação profissional nesse instituto, Vasconcelos Sobrinho elaborou o trabalho “Regiões Naturais de Pernambuco”, de 1941, citado por Hilton Sette. Na regionalização de Sobrinho, por meio de critérios edáficos e

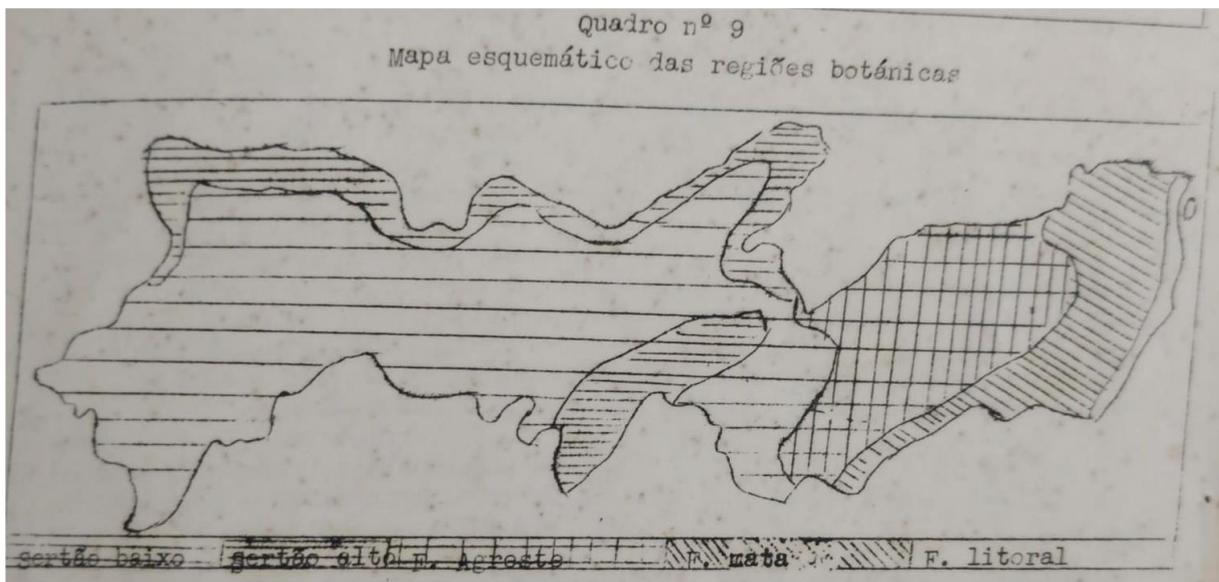
¹²⁸Todavia, foi no Decreto de reorganização da Secretaria de Agricultura, em 1935, que se estruturou tal instituto, definindo que ele deveria se compor de biblioteca, museu, gabinete de desenho e fotomicrografia, herbário, biotério e uma gama de laboratórios, como de: solos, adubos, inseticidas, fermentação, meteorologia, botânica, genética, microbiologia e imunologia (A Nova [...], 1935). A criação dessa instituição de pesquisas tinha o objetivo de desenvolver inovações e soluções para o agronegócio, semelhante ao congênere de Campinas, em São Paulo. Havia expectativas de que o Instituto de Pesquisas Agronômicas de Pernambuco fosse uma referência para o Nordeste (Factos [...], 1935). É percebido que, diante do “desenvolvimentismo nacionalista”, as políticas públicas em Pernambuco foram direcionadas ao agronegócio.

climáticos, delimitou em Pernambuco três regiões: litoral, mata e caatinga. Essa última, é dominante nas áreas denominadas por baixo sertão e alto sertão (Sobrinho, 1941 *apud* Sette, 1946).

Hilton Sette discorda nesse ponto, pois anula a denominação “agreste”, justifica por ele: “Nossa nomenclatura está mais de acordo com a consagração do uso popular, um requisito que não deve ser desprezado, uma vez que faz parte da cultura geral a clássica divisão do Estado em zonas chamadas mata, agreste e sertão” (Sette, p. 38, 1946).

Desse modo, as regiões elementares botânicas (Figura 70) foram assim definidas: a) A floral do litoral; b) As matas; c) As caatingas do agreste; d) As caatingas do sertão alto e baixo. Para tanto, Sette utilizou, além dos estudos de Vasconcelos Sobrinho, o dicionário de Sebastião Galvão, a tese de Mário Lacerda e as descrições da paisagem de Euclides da Cunha e Gilberto Freyre.

Figura 70 – Regiões Botânicas de Pernambuco por Hilton Sette

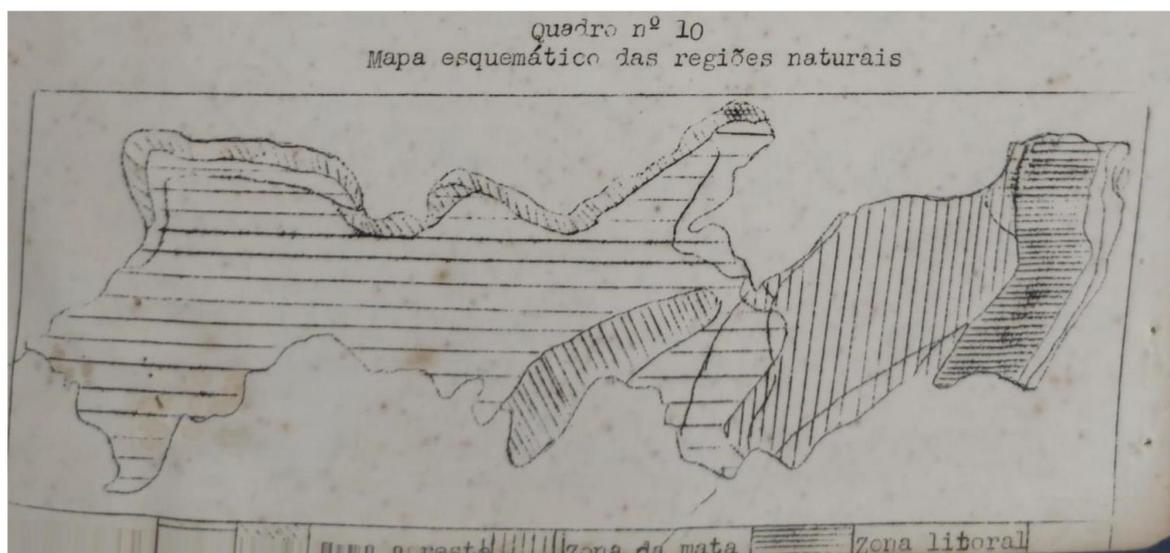


Fonte: Sette (1946). Arquivo Obras Raras FUNDAJ.

Na mesma linha de pensamento de Gilberto Freyre e Mário Lacerda, Sette destaca a devastação da Mata Atlântica pela exploração do pau-brasil e ao longo do desenvolvimento da agroindústria do açúcar. Alude também sobre os Brejos de Altitude, considerando-os áreas de transição “[...] onde a mata ainda não acabou de todo e o sertão das sêcas também ainda não conseguiu se firmar” (Sette, p. 38, 1946).

Por fim, a síntese da tese de Hilton Sette é a definição das regiões naturais: “Em conclusão final, são quatro as regiões naturais, cujos nomes, tendo em vista a tradição do uso popular, gostamos de chamar: zonas do litoral, da mata, do agreste e do sertão” (Sette, p. 41, 1946). Na sequência de leste a oeste do Estado, conforme mostra a Figura 71.

Figura 71 – Regiões Naturais de Pernambuco por Hilton Sette



Fonte: Sette (1946). Arquivo Obras Raras FUNDAJ.

A regionalização de Sette não obedeceu aos limites municipais. Com os critérios exclusivamente naturais, o autor explica que delimitou as regiões conforme os aspectos que julgou de maior relevância. É interessante que na conclusão do seu trabalho, entre as características naturais e citação dos municípios que as compunham, as paisagens também foram descritas:

É a região das praias orladas de coqueirais [Zona Litoral], dos arrecifes utilíssimos, das barreiras coloridas, das colônias de pescadores em jangadas, do tráfego intenso das barcaças carregadas de açúcar, abacaxis e cocos secos, das frutas típicas do Estado [...] O massapê profundo e gorduroso, os canaviais a perder de vista, as casas-grandes de engenhos, a população predominantemente escura, os córregos e ribeirões perenes, os vestígios das extensas matas de outrora coroando os cabeços das colinas arredondadas, constituem os traços pictóricos mais fortes da paisagem regional [Zona da Mata] (Sette, p. 41, 1946).

Aí [Zona do Agreste], as caatingas e os brejos se alternam como num jogo de armazém, os pomares crescem no fundo dos vales úmidos, os algodoados embranquecem o chão dos taboleiros, os rios secam durante as longas estiagens, as rochas maciças afloram nas encostas dos serrotes, aparece o tipo sertanejo, queimado do sol, olhos claros, substituindo aos poucos o negro morador do engenho, as cidades tomam importância e ganham distância uma

das outras [...] E o sertão vem atrás, imenso sugestivo, paradoxal, sofredor, chão de pedra, céu muito alto, montanhas sem cumes, rios sem água, boiadas a descer pelas estradas escaldantes, incontáveis jegues e cabras dando impressão que não têm dono [...] (Sette, p. 42, 1946).

Nesses trechos, percebemos que Hilton Sette não consegue resistir aos apelos culturais das paisagens que regionalizou, recorrendo ao texto com função poética. Não poderia ser diferente, como filho de Mauro Sette, um escritor que descrevia a paisagem do Recife e valorizava um olhar especial da relação entre cultura e espaço. À despeito da análise regional, na qual Sette elegeu critérios e definiu regiões aos moldes da perspectiva científica que estava em curso no Brasil, o autor trouxe também elementos do trabalho humano, como a cultura e atividades econômicas.

Mesmo com os esforços de elaborar um trabalho digno de uma “Geografia Regional Moderna”, como já mencionado, o concurso não foi concretizado. Porém, no mesmo ano Hilton Sette foi indicado por Mário Melo para ser membro da Comissão Técnica do Conselho Nacional de Geografia, no setor de Geografia Humana (Prof. [...], 1946).

Na década de 1950, Hilton Sette conquistou a almejada cátedra, em concurso com defesa da tese “Pesqueira- Aspectos de sua Geografia Urbana e de suas Inter-relações Regionais”, em 1956. Na ocasião, afirma sua satisfação em voltar ao Ginásio Pernambucano, agora na condição de docente: “Tudo o mais dentro de mim, é euforia, é satisfação, é certeza de haver alcançado o ponto alto de minha vida, atingindo a meta difícil e ambicionada desde os meus primeiros passos na arte de ensinar” (Sette, 1957). Hilton Sette também já estava atuando no ensino superior, nas Universidades do Recife, Faculdade Frassinetti do Recife e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Manuel da Nóbrega.

Também na década de 1950, Hilton Sette consolidou seu trabalho na pesquisa geográfica:

Os anos 50 representaram para mim o apogeu de minhas atividades no campo geográfico. Nesse período e na Universidade Federal de Pernambuco, integrei - ao lado de Mario Lacerda de Melo, Gilberto Osório, Manuel Correia de Andrade, Dárdano de Andrade Lima, José Heskett Lavareda e Tadeu Rocha - uma dinâmica equipe de pesquisas geográficas que percorreu quase todo o território pernambucano, paraibano, Sul do Ceará e Oeste de Alagoas em proveitosas excursões (Sette, s.p., 2011).

Ele participou dos congressos da AGB, bem como do 18º Congresso Internacional da União Geográfica, realizado no Brasil em 1956. Como resultado dos

encontros da AGB, produziu os trabalhos: “A Micro-região da Serra Negra” (1952), “A Paisagem Física do Cabo de Santo Agostinho” (1960), “O Sítio Urbano de Garanhuns” (1954), “Atividades Pesqueiras de Pernambuco” (1959).

Publicou ainda obras didáticas entre 1955 e 1968, assim como os artigos: “Geografia Humana, uma Ciência Autônoma” (1949) e “Interpretação Geológica do Relevo Brasileiro”, ambos na Revista da Faculdade de Filosofia Manuel da Nóbrega e o ensaio “O Nordeste através das Paisagens Pernambucanas” (Sette, 2011).

Portanto, pode-se dizer que a pesquisa geográfica se desenvolveu em nome do ensino em Pernambuco, sobretudo, no Ginásio Pernambucano e Escola Normal Oficial. Há de se reconhecer também os esforços de divulgação científica e produção de estudos realizados pelas Faculdades de Filosofia no Recife da década de 1940, como na Revista Verdade e Vida da Faculdade Filosofia, Ciências e Letras Manuel da Nóbrega, a qual publicou artigos de Hilton Sette (Sette, 2011).

4.7 Os olhares geográficos dos Catedráticos

Os autores das teses de Geografia estavam envolvidos em contextos parecidos. Esses professores ganharam o título de “geógrafos” após a publicação de suas teses, que por vezes foram vendidas nas livrarias, sob o respaldo de terem concorrido aos certames, independentemente do resultado.

Com base em Berdoulay (2017) identificamos seus perfis socioprofissionais, tendências de estudos, sistemas de pensamento, demandas sociais e círculos de afinidades que compõem as características internas e externas da ciência geográfica praticada em Pernambuco no período de 1921 a 1946.

As teses de Geografia foram frutos da demanda social de ensino, por meio das exigências ao interessante cargo vitalício de professor catedrático. Elas requereram esforços de aplicação da pesquisa geográfica aos bacharéis em Direito. Esses autodidatas no campo do método geográfico, não tinham experiências anteriores de produção de artigos científicos. Contudo, através desses estudos se forjou um grupo de profissionais fundamentais para a prosperidade dessa ciência em Pernambuco, com destaque na conformação da Geografia Brasileira.

O perfil socioprofissional do grupo pernambucano foi semelhante, todos com a formação da Faculdade Direito do Recife. Apesar de alguns se dedicarem a outras atividades, todos os recém-formados logo se firmaram no ensino de Geografia. O

campo da educação em expansão favoreceu a demanda por professores cada vez mais especializados.

Há de se notar que trabalhavam em diversos estabelecimentos ao mesmo tempo ou conciliavam com outras atividades. Isto denota que, para manter uma renda de classe média, era necessário esse desdobramento. Por isso, o cargo de professor vitalício conferia uma certa estabilidade financeira. Essa realidade vai mudar quando surgem as faculdades católicas de filosofia e posteriormente, a Universidade do Recife, FUNDAJ e SUDENE, mantendo esses profissionais no trabalho geográfico de pesquisa e ensino.

Com exceção de Agamenon Magalhães, esses catedráticos permaneceram no ensino de Geografia ao longo da trajetória profissional. É importante perceber que, Agamenon Magalhães abandonou o ensino de Geografia, mas o pensamento geográfico não foi esquecido por ele. No decorrer de suas ações políticas, como no caso das intervenções urbanas que obrigaram a destruição dos “Mocambos” do Recife, havia um discurso geográfico de relação entre habitação, paisagem e pessoas.

A origem desses catedráticos também se assemelha, sendo das “famílias tradicionais pernambucanas” ligadas ao agronegócio do açúcar, da pecuária ou do funcionalismo público. Mesmo Mário Sette, que era funcionário dos Correios e não tinha formação de nível superior, defendia os valores da elite açucareira. O caso de Hilton Sette, de ter um pai que não era “doutor”, é interessante por não ter seguido a comum tradição de uma família formalmente letrada.

Para efeitos de comparação, dentre os geógrafos historiadores, apenas Mário Melo seguiu no ensino de Geografia, inclusive em nível superior, na Faculdade de Comércio e Universidade do Recife. Isso marca uma progressiva ascensão da Geografia enquanto disciplina autônoma em Pernambuco, com espaços de atuação que demandavam esses profissionais. Esse fato também se deve à idade de Mário Melo, que por ser o mais novo do seu círculo, alcançou a expansão do ensino de Geografia.

Em relação às tendências das teses, a tradição da Geografia Regional é unânime. Não apenas no aspecto de estudo particular, o qual se elege uma área de apreciação. Mas, imbuída por tendências de aplicação do método geográfico em contraposição às descrições analíticas, isto é, sem síntese. Há recorrentes referência à Escola do Recife, por meio das obras de Arthur Orlando e Silvio Romero, inclusive

sendo o primeiro um leitor de Jean Brunhes, que figura entre os geógrafos estrangeiros mais citados.

As citações dos geógrafos estrangeiros e nacionais, que versaram sobre o método moderno geográfico indica que os autores das teses buscaram interpretações desse tipo de pesquisa. Nossa interpretação desses trabalhos leva a crer que circulavam essas ideias em Pernambuco, entre as décadas de 1920-1940, por meio dos Anais dos Congressos Brasileiros de Geografia e Revista Brasileira de Geografia (IBGE).

Assim como os demais intelectuais brasileiros, os catedráticos mobilizavam teorias de acordo com seus interesses. As adaptações e interpretações próprias diante do contexto espacial, histórico e social deram aspectos únicos a cada obra. Além disso, o olhar geográfico de cada um estava imbuído por críticas sociais e problematizações sobre as teorias que utilizaram.

É cada vez mais presente a tendência de trabalhos baseados em citações bibliográficas, com discussão teórica e conceitual, sobre o que havia sido produzido até então. A explicação causal dos fenômenos em estudo, analogia com outros lugares do Brasil e do Mundo é evidenciada nas teses. Essa é uma diferença em relação aos trabalhos dos geógrafos historiadores, que em sua diversidade, apresentavam tanto essa tendência ao passo que permaneciam as descrições analíticas.

Em termos de método, o teor histórico nas teses, também é menor em relação aos estudos anteriores, sem destaque para pesquisa documental, salvo a utilização de mapas antigos e relatórios oficiais. Porém alguns autores possuem maior afinidade com a narrativa histórica, sendo apreciadas em suas teses, são eles: Albuquerque Filho, Mário Lacerda e Gilberto Osório de Andrade.

Os catedráticos de Geografia deram continuidade à ideia de “protagonismo pernambucano” na história do Brasil, comum nos escritos do IAHGP. Mas, agora é associada às conjecturas de um futuro promissor para a nação, seja pelos sertanejos de Agamenon Magalhães, pelo adiantamento educacional de Dácio Rabello, pela altivez pernambucana de Albuquerque Filho ou o poder irradiador do Recife de Mário Lacerda.

Em relação à escrita científica, observamos uma tendência euclidiana, afinada com o romantismo alemão. Na obra “Os Serões”, Euclides da Cunha combina a exposição de informações científicas com a função poética no texto. As descrições

geográficas de Alexander von Humboldt são caracterizadas por essa união entre romantismo e racionalismo, arte e ciência. Os catedráticos eram leitores de Euclides da Cunha, nos levando a crer que o seu contato com romantismo alemão seja, em parte, devido a obra “Os Sertões”.

Essa combinação de ciência e arte, comum na literatura brasileira do período, no caso de Euclides da Cunha é denominada, por Ronaldo de Melo e Souza, de “geopoética” (Silva, 2009). Todavia, na obra euclidiana foi evitado o romantismo ufanista e realismo positivista dos escritores seu tempo. Sua narrativa é plural: “A narrativa euclidiana da terra, assim, funde descrição e percepção, razão e sentimento, ciência e imaginação” (Silva, p. 55, 2009). Para esse feito, admite-se a inspiração de Euclides da Cunha no romantismo alemão.

Todas as teses em algum momento apelaram para a função poética entre as citações e explicações de conceitos. Especialmente quando descrevem suas impressões sobre as paisagens retratadas, oriundas das observações dos autores. Isto abria um espaço para a escrita pessoal, marcada por sentimentos, experiências e eufemismos. Esse traço da escrita é incomum em trabalhos semelhantes na época, mesmo os escritos por pernambucanos, como Vasconcelos Sobrinho. Em breve leitura da Revista Brasileira de Geografia, não encontramos esse tipo de escrita, que valorizasse a função poética e expressões populares ao descrever a paisagem. Contudo não podemos afirmar que era um estilo exclusivo aos catedráticos pernambucanos.

No tocante às observações ou pesquisas de campo, há uma clara tendência aos preceitos de monografias regionais evocados pelos geógrafos franceses. Ela é ressaltada como parte do método geográfico nas teses de Mário Lacerda e Hilton Sette. É evidente a busca em realizar trabalhos de síntese, os quais não se reduziram à descrição estrita, mediante os princípios da analogia e conexão a fim de explicar a paisagem que se debruçaram.

As perspectivas de paisagem adotadas pelos olhares geográficos dos autores, foram marcadas pela atenção aos aspectos naturais e culturais. A cultura aparecia tanto em termos históricos, na conformação das cidades e transformações das atividades produtivas, quanto nos aspectos antropológicos, pela exaltação de “tipos regionais” e linguagem popular. A valorização de termos populares, advém de um culturalismo em voga no Brasil desde o final do século XIX.

Além de Euclides da Cunha, que do início do século XX, que definiu diversos “tipos” dos sertões no Brasil, Oliveira Vianna, Silvio Romero, Nina Rodrigues, Capistrano de Abreu e Roquette-Pinto são alguns exemplos de autores que evocaram os tipos antropológicos a partir de diferentes matrizes (Souza, 2012).

No caso das teses pernambucanas, observamos que se baseavam no conhecimento popular, sem a rigidez metodológica da antropologia física, bem como tinham o teor de “tipos regionais”, ou seja, ancorados numa perspectiva geográfica com ecos dos estudos antropológicos. É interessante notar que, desde as primeiras edições da Revista Brasileira de Geografia, 1939, até a década de 1970 havia uma seção destinada a “Tipos e aspectos do Brasil”, na qual acompanhava uma gravura do desenhista peruano Percy Lau (1908-1972) e um texto descrevendo a cor da pele, costumes e ambiente dos mais diversos homens e mulheres: caboclo amazônico, baianas, vaqueiros, gaúchos, jangadeiros, lavadeiras, dentre outros (IBGE, 2016).

Ainda sobre esse aspecto, Gilberto Freyre também apreciava o tema dos tipos regionais, presentes em suas obras, que por circularem no final da década de 1930, foram citadas por Gilberto Osório, Mário Lacerda e Hilton Sette. As interpretações freyrianas sobre a paisagem nordestina, sobretudo nos aspectos culturais e ecológicos reverberaram nas teses desses autores. Salvo Gilberto Osório que, ao se debruçar sobre a Amazônia não utiliza dessa análise, mas, coloca a obra “Nordeste” em sua bibliografia. Apesar de não utilizar da interpretação sobre a sociedade açucareira, acreditamos que Osório se inspirou também em Gilberto Freyre ao observar os aspectos culturais no seu estudo.

Portanto, os catedráticos tinham ao seu dispor uma gama de obras e autores que desenvolviam as noções de “tipos regionais”, sendo mais afins aos escritos de Euclides da Cunha, Silvio Romero e Gilberto Freyre. A atenção dada ao tema reflete uma preocupação com a paisagem cultural. Mesmo no estudo de Hilton Sette, que se propusera a regionalizar Pernambuco sem levar em conta esses aspectos, o que de fato fez, não deixou de descrever a paisagem em termos culturais. Isto nos leva a crer que o culturalismo repercutiu nas teses de Geografia, especialmente de matriz nos escritos de Gilberto Freyre.

O conhecimento popular, tanto nas informações sobre a natureza e história das regiões, quanto no uso de expressões típicas é valorizado nas teses. É importante notar que os estudos anteriores, dos geógrafos historiadores, esse recurso foi empregado. Vale lembrar que Sebastião Galvão e Alfredo de Carvalho expressam

essas fontes de informações, assim como Pereira da Costa e Mário Melo conferiram especial atenção às expressões populares.

Desse modo, a descrição da paisagem estava ancorada na bibliografia, observação e depoimentos dos habitantes locais. O componente cultural, de valorização dos termos populares, costumes e explicações dos fenômenos é recorrente nas teses. Nesse sentido, nas descrições da paisagem nordestina, era comum a inspiração nos romances regionalistas da década de 1930.

A tradição das narrativas de viagens, em que os cronistas conferiam um tom pessoal, também ecoou nas teses de Geografia. Em alguns trabalhos, um cenário se desenha com função poética, da perspectiva de um observador vislumbrado com o que vê. Essa continuidade é interessante, pois estava em curso uma progressiva cientificidade, principalmente após a criação da AGB e dos cursos superiores de Geografia no Brasil.

Em várias teses se combate o apego à nomenclatura, portanto, é evidente a descontinuidade da toponímia e tradução dos termos em tupi, cara aos estudiosos Mário Melo e Alfredo de Carvalho do IAHGP. As críticas às listas de nomes são injustas e anacrônicas, ao nosso ver, porque os trabalhos que as utilizavam não se reduziram apenas a esse aspecto. As obras corográficas, que descreviam o país em termos gerais, utilizavam essa abordagem a fim de servirem como base de informações. A repercussão desses trabalhos nos compêndios de Geografia, isto é, no campo do ensino é o que deveria ter sido problematizado pelos autores, como fez Hilton Sette. Contudo, ele atribui às corografias o mesmo peso dos livros didáticos.

Na esteira das avaliações sobre a Geografia anterior aos seus trabalhos, a crítica ao determinismo climático é evocada por Gilberto Osório, que teve inspiração na obra de Euclides da Cunha sobre a Amazônia. A respeito disto, é importante notar a mudança de escala nessa tese, que fugiu à regra da abordagem regional direcionada ao Estado de Pernambuco.

As teses de Geografia são representativas sobre a autonomia que a disciplina conquistou nas primeiras décadas do século XX. O hibridismo com a Geologia, História e Antropologia evidenciados nos estudos anteriores não teve continuidade nos trabalhos pernambucanos a partir da década de 1920. Como também há descontinuidade das descrições analíticas, dando vez às análises seguidas por sínteses.

Os catedráticos de Geografia estavam atentos aos debates sobre a ciência geográfica, seu método e teorias. Acreditamos que a crescente sistematização da Geografia, divulgada pela SGRJ e IBGE tenham contribuído para essa apreciação. O debate racial, com aportes do evolucionismo, teve expressão na tese de Agamenon Magalhães. Nos demais trabalhos, o pensamento racial de matriz naturalista perde fôlego, condizente com o que ocorreu em nível nacional a partir da década de 1930. O higienismo se destaca, com as preocupações em saúde e educação, evidenciadas nas teses de Dácio Rabello e Mário Lacerda. Isto no leva a um ponto crucial das teses, o olhar para os problemas nacionais, nas escalas estaduais. Eles não estavam preocupados com a construção de narrativas históricas, apesar de perpetuar algumas delas.

Não há referência à AGB, como mencionamos no primeiro capítulo, seus objetivos de irradiação vão aparecer após a 2ª Guerra Mundial, tendo aproximação com os pernambucanos apenas em 1952. Em contrapartida, há várias referências à Revista Brasileira de Geografia, vinculada ao IBGE. Pierre Deffontaines e Delgado de Carvalho figuram entre os autores citados pelas teses da década de 1940. Ambos estavam envolvidos com o Conselho Nacional de Geografia.

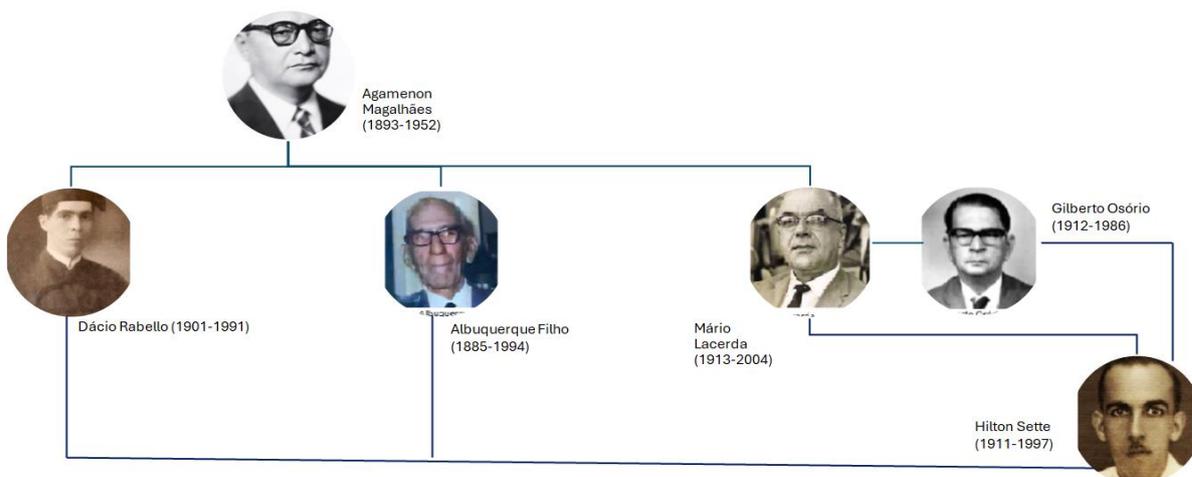
Ao longo do capítulo procuramos estabelecer o círculo de afinidades dos “professores catedráticos”, destacando sempre que possível os encontros profissionais e teóricos entre eles. Acreditamos que está clara a ideia de que, além de trabalharem juntos em diversas instituições de ensino secundário e superior, eles citavam os trabalhos uns dos outros. Portanto, a Figura 72 mostra as relações entre eles e com os geógrafos da época, ressaltando as afinidades pessoais e teóricas.

Nesse sentido, Agamenon Magalhães destacou as contribuições de Bernardino de Souza para a sua perspectiva de Geografia e manteve amizade com Mário Melo. Teve Afinidades teóricas com Dácio Rabello e Mário Lacerda. Rabello, por sua vez, teve longa atuação no Ginásio Pernambucano, assim como Albuquerque Filho, ambos filiados à religião católica, se dedicaram às faculdades de filosofia, no entanto, não encontramos indícios de participação na pesquisa geográfica nas décadas após 1932.

Isto mostra que eles enfatizaram sobretudo o ensino, diferentemente de Mário Lacerda, Gilberto Osório e Hilton Sette, que com outros geógrafos pernambucanos, como Tadeu Rocha, a partir da década de 1950 desenvolvem diversas pesquisas no âmbito da FUNDAJ e AGB. Outra afinidade entre eles é a busca por uma referência de pesquisa geográfica, nesse caso, na Revista Brasileira de Geografia, do IBGE.

Figura 72 – Círculo de afinidades dos Professores Catedráticos de Geografia (1920-1946)

Fonte: Elaborado pela Autora (2024).



Por fim, ao observarmos as bibliografias desses atores, percebemos profícua produção na década de 1950, sendo as teses da década anterior um marco inicial de suas trajetórias intelectuais. Nessas teses, Gilberto Osório, Mário Lacerda e Hilton Sette apresentam traços de seus pensamentos geográficos, que seriam mais tarde continuados em diversos trabalhos. Esses professores geógrafos, que foram levados à pesquisa científica por meio do ensino, consolidaram a uma geração de pesquisadores pernambucanos exclusivamente atentos à Geografia, outrora conciliada com outros temas, como era o caso dos geógrafos do IAHGP.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa tese, percebemos que a Geografia, como qualquer outra ciência, tem uma pluralidade de contextos. Em tempos, espaços e escalas distintas o desenvolvimento científico esteve sujeito às condições sociais, técnicas e naturais que corroboravam na aceitação, refutação e criação de teorias, conceitos e métodos.

A Geografia pernambucana têm uma história regional, conectada à multiescalaridade da circulação da ciência. Enquanto ideias e teorias circulavam no Brasil, essa Geografia admitia algumas, adaptava outras ou as ignorava. Ao observar dois blocos temporais distintos, foi elucidativo perceber esse processo, bem como as continuidades e descontinuidades das tendências.

A cultura regional de Pernambuco, que valorizava a tradição, tinha um olhar atento aos topônimos, lendas, termos e poesias populares, contos sobre a origem dos lugares, descrições poéticas da paisagem, enfim, ao conhecimento popular manifestado por falas dos habitantes das regiões em estudo. Mesmo admitindo pensamentos racionais e positivistas, não havia constrangimento em inserir essa cultura nas pesquisas geográficas. Isto é um traço específico da Geografia pernambucana que apareceu ao longo de todo o período estudado. Se era exclusivo, não sabemos, por acaso se os geógrafos de outras regiões do vasto território brasileiro faziam essa combinação entre ciência, cultura e arte, não há como inferir em nossa tese. Mas diante de uma breve leitura de alguns Anais dos Congressos Brasileiros de Geografia e dos periódicos da SGRJ, podemos afirmar que isso não era comum.

Quando admitimos que a ciência tem uma história regional, adaptada às culturas com as quais se depara, não nos referimos apenas aos aspectos da cultura popular que aludimos agora pouco. Há uma diversidade de contextos que levaram os geógrafos pernambucanos a realizarem suas escolhas temáticas, teóricas e metodológicas.

No primeiro grupo, dos geógrafos historiadores, percebemos o intento comum da “geração de 1870”, de se pensar a nação em suas origens e aspectos naturais com vistas ao almejado progresso. Contudo, havia um regionalismo provinciano que ecoou em suas abordagens, da outrora Capitania de Pernambuco. A saída foi de evocar a nação a partir de Pernambuco, daí ser a escala prioritária desses estudiosos. Um dos temas dessa “geração de 1870” era a miscigenação. À despeito do intenso debate

racial, os geógrafos pernambucanos ficaram alheios às teorias evolucionistas em voga no Brasil.

Para eles, era mais importante o debate indianista, seja nos estudos sobre a origem dos povos indígenas no Brasil ou nas etnografias das populações cujos territórios estão em Pernambuco. A escolha temática estava imbuída pela proteção desses remanescentes do genocídio colonial, mas, carregava a perspectiva da tradição histórica que deveria ser preservada. É dada pouca atenção às razões fundamentais dos direitos dessa população, que se mantinham em luta por sua existência, fato que se perpetua até os dias atuais.

O empenho em prol da narrativa histórica de Pernambuco fez com que esses geógrafos priorizassem estudos históricos sobre os principais eventos do passado remoto, caracterizando-se por pesquisas a fim de forjar uma memória. As pesquisas geográficas deslocaram esse olhar para o tempo presente de então, ao se dedicarem aos temas demandados na época. É esse o caso dos estudos sobre Fernando de Noronha e antiga Comarca do Rio São Francisco, bem como as monografias sobre os municípios. Mesmo assim, nos salta aos olhos o viés da Geografia Histórica nesses estudos.

O intenso intercâmbio entre Geografia e História nas pesquisas dos geógrafos do IAHGP é representativo de uma época, na qual essas ciências foram desenvolvidas sob autodidatismo e interpretações livres de preceitos vindos do exterior. Daí percebermos uma ciência geográfica aberta, tanto às interseções com as demais ciências, quanto à interpretações do que se caracterizava por um trabalho geográfico. Está claro que, para os geógrafos do IAHGP, se debruçar sobre as regiões, em seus aspectos naturais, históricos e sociais, assim como sobre a Antropologia e Etnografia, eram práticas geográficas. Assim, eles valorizaram a observação direta, ou seja, uma abordagem empírica, explicitada em vários trabalhos monográficos. A descrição analítica, que dissecava a paisagem, também foi recorrente, especialmente nas corografias e dicionários. Não há esforços de conexão e analogia não foram evidenciados nos estudos. Porém, percebemos algumas explicações e sínteses ao longo dos trabalhos de Mário Melo.

Cabe destacar a trajetória de Mário Melo, sendo representativa da Geografia brasileira. Esse geógrafo produziu pesquisas entre 1915 e 1945, sendo trinta anos de atuação nesse campo de estudos. A leitura de seus trabalhos é elucidativa sobre a evolução da aplicação do método geográfico, da escrita científica, dos intercâmbios

disciplinares com a História e Antropologia, da descontinuidade da Toponímia e da progressão da análise à síntese geográfica. O teor pragmático desse intelectual, o fez conquistar intervenções práticas a partir de suas pesquisas geográficas sobre Fernando de Noronha e os Fulni-ôs de Águas Belas. Esse olhar, direcionado para a aplicação dos conhecimentos geográficos, o fez também participar do Conselho Nacional de Geografia, associado, obviamente, à amizade com Agamenon Magalhães.

Os trabalhos dos geógrafos historiadores foram, prioritariamente, publicados na Revista do IAHGP, que tinha vínculos com os governos do Estado e Federal, sendo notada a presença de temas afins aos projetos dessas esferas do poder. As questões polêmicas foram, em geral, excluídas de suas análises, salvo o trabalho de Mário Melo sobre os Fulni-ôs. Os flagelos das secas foram pouco citados, assim como omitida a crescente pobreza urbana, as novas formas de ocupação dos espaços, as dificuldades da população negra recém liberta, crises do mercado agroexportador, poluição dos rios, dentre outros assuntos que suscitassem uma memória espacial negativa sobre Pernambuco.

A problematização sobre a nação brasileira, inaugurada desde obras como “Os Sertões” de Euclides da Cunha, também foi uma questão que esses intelectuais se posicionaram alheios. Isto é uma diferença marcante entre eles e o segundo grupo estudado, dos círculos dos “Professores Catedráticos”. Esses professores de Geografia, todos formados na Faculdade de Direito do Recife, foram herdeiros dos trabalhos anteriores ao passo que inauguraram um novo perfil de pesquisadores e de estudos.

Semelhante aos diletantes do IAHGP, os professores de Geografia não tinham formação especializada na disciplina. Eram autodidatas e atentos ao conhecimento empírico, conferindo interpretações próprias do método geográfico, que estava em divulgação no Brasil desde o início do século XX pelos artigos de Bernardino de Souza e mais tarde, no final dos anos de 1930, pela Revista Brasileira de Geografia.

O ímpeto à pesquisa geográfica nasceu de uma exigência para o interessante cargo vitalício no Ginásio Pernambucano ou na Escola Normal Oficial. Entre concursos realizados e cancelados, o ganho foi para a ciência geográfica, que foi notadamente valorizada enquanto uma disciplina autônoma. O destaque que as teses de Geografia ganhavam na imprensa local demonstra essa afirmação. Após a defesa

das teses, eram anunciadas as vendas dos livros resultantes de tais estudos, reiterando seus autores por “geógrafos”.

As teses, compreendidas entre 1920 e 1946, manifestaram olhares geográficos atraídos pela questão da miscigenação, pobreza rural e urbana, povoamento da Amazônia, economia nordestina, flagelos das secas, poluição hídrica e desmatamento, por exemplo. Não se furtaram em propor soluções, apontando caminhos possíveis aos mais variados problemas.

Mesmo marginalizados dos núcleos onde havia investimentos em pesquisa geográfica, com o apoio de geógrafos estrangeiros, o círculo dos professores catedráticos esteve atento ao método e preceitos de uma Geografia Moderna. Leitores de obras em francês, esses homens buscaram o embasamento teórico nos clássicos, além das indicações nos Anais dos Congressos de Geografia e na Revista Brasileira de Geografia, expressamente citados.

As teses, trabalhos monográficos que respeitavam os procedimentos científicos da época, não deixaram de ousar e manifestar a cultura popular entre as citações e discussões teóricas. Seus autores não se furtaram também de discordar dos “mestres” estrangeiros e problematizar suas premissas. Algumas teses mais que outras, apresentaram a continuidade da narrativa histórica do protagonismo pernambucano. Mas, romperam com a tendência da Toponímia, análises não seguidas por sínteses e tradição enciclopédica. Em parte, essas tendências perderam demandas, uma vez que o Brasil contava no final da década de 1930, como IBGE, que faria o papel de levantamento exaustivo das características naturais e sociais do território.

A função poética na escrita das teses é instigante, pois, expressa uma abordagem cultural e artística em meio à cientificidade da Geografia. A valorização da cultura já era evidente nos artigos dos geógrafos do IAHG, sendo um eco do regionalismo provinciano. Seja como for, preferimos admitir que sejam também ecos da tradição geográfica de unir ciência e arte, ao passo que inspirações nos escritos euclidianos, freyrianos e demais intérpretes do Nordeste.

Respeitadas as devidas condições de pesquisa de cada época, os dez geógrafos estudados foram ousados em se dedicarem na seara geográfica sem qualquer experiência ou suporte teórico. Os investimentos recebidos foram limitados, como o financiamento para a participação nos congressos de Geografia. Pode-se dizer que, os trabalhos divulgados na Revista do IAHG até a década de 1920 construíram bases de dados para as teses de Geografia, que por sua vez,

inauguraram um perfil de pesquisadores engajados na consolidação da ciência geográfica em níveis estadual e nacional, como Gilberto Osório de Andrade e Mário Lacerda de Melo. Este último, afirmou certa vez “A Geografia pernambucana se impôs”. Acreditamos que essa frase é elucidativa, pois enquanto os investimentos em pesquisa geográfica eram feitos em São Paulo e Rio de Janeiro, os pernambucanos desenvolveram seus trabalhos. Sendo assim, na década de 1950, ao se conectarem à rede de pesquisadores brasileiros por meio da AGB, estabeleceram o núcleo do Recife.

O perfil social desses dez pesquisadores elucidava as exclusões características do período, como a ausência de mulheres, pessoas pretas, pardas e indígenas nesse grupo. Sobre a questão racial, ainda não está elucidada a raça de Pereira da Costa e de Mário Melo, sendo possivelmente pessoas pardas. O silêncio documental sobre a raça desses pesquisadores denota os constrangimentos que a mestiçagem gerava no Brasil daquela época, especialmente na classe letrada.

Por fim, a Geografia pernambucana tem um passado que merece ser reinterpretado. Acreditamos que conseguimos demonstrar a existência de uma história regional pré-acadêmica a se debruçar, com vários caminhos de interpretação e agendas de pesquisa. Certamente não esgotamos os contextos enunciados, nem era a nossa pretensão. Esperamos que as leitoras e leitores se inspirem pela reflexão acerca dessa história. Num país multicultural como o Brasil, há mais histórias regionais dessa ciência para interpretar.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Jorge. CAETÉ, Francisco Barreto. Bibliografia de Pereira da Costa. *In*: COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos**. Recife: Arquivo Público Estadual, 1966, v.10.

ABREU JÚNIOR, João Batista de. **Diário da Manhã**. 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-da-manha>. Acesso em: 23 abr. 2024.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Biografia de Arthur Orlando**. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/artur-orlando/biografia>. Acesso em: 20 mar. 2024.

ACTO DO GOVERNO. **Jornal do Recife**, Recife, 29 mai.1896. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/36795>. Acesso em: 11 mar. 2024.

ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre dos Santos. O praia Pankararu: objeto-fetichê modernista. **Proa Revista de Antropologia e Arte**, Campinas, 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/proa/article/view/16488>. Acesso em: 20 mar. 2024.

ALBUQUERQUE FILHO, João Feliciano Motta e. **O Nordeste Brasileiro: Pernambuco centro e origem de todas a civilização nordestina**. Recife: [S.n.], 1932. Arquivo de Obras Raras da FUNDAJ.

ALBUQUERQUE FILHO, João Feliciano Motta e. **Os rios e a expansão geográfica em Pernambuco**. Recife: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1946. Arquivo de Obras Raras da FUNDAJ.

ALBUQUERQUE FILHO, João Feliciano Motta e. Ginásio Pernambucano. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 4, 4 jul. 1969. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/71440. Acesso em: 4 abr. 2024.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011. 5ª ed.

ALFREDO de Carvalho. **Vida moderna**, Recife, n. 23, 1919. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/402109/658> Acesso em: 14 ago. 2020.

ALONSO, Ângela Maria. **Idéias em movimento: a geração 70 na crise do Brasil- Império**. 2000. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-20042022-120113/publico/2000_AngelaMariaAlonso.pdf. Acesso em: 15 jul. 2024.

ALVES, Flamarion Dutra. O pensamento francês na geografia rural do Brasil. **Confins**, n. 16, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/7814>. Acesso em: 24 mar. 2024.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/XqQppDv7C8r3MTQ7bWpbRpJ/>. Acesso em: 8 out. 2019.

ANDRADE, Manuel Correia de Oliveira. **Geografia: ciência da sociedade**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

ANDRADE, Manuel Correia de Oliveira. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. São Paulo: Cortez, 2011.

ANDRADE, Manuel Correia de Oliveira. Uma visão autêntica do Nordeste. *In*: FREYRE, Gilberto. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. São Paulo: Global, 2013. *E-book*.

ANDRADE, Thaís de Lourdes. **Vida e obra de Manuel Correia de Andrade: caminhos percorridos na Geografia e contribuições aos estudos regionais e ambientais**. 2019. Tese (Programa de Pós-graduação em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-07062019-122115/pt-br.php>. Acesso em: 5 jan. 2023.

ANIVERSÁRIO DA SOCIEDADE PROPAGADORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. **Jornal Pequeno**, p. 3, 1947. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800643/77198>. Acesso em: 3 abr. 2024.

A NOVA ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGRICULTURA DO ESTADO. **Diário da Manhã**, Recife, 13 mar. 1935. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093262_02/17639. Acesso em: 20 abr. 2024.

A ORIGEM dos cursos jurídicos no Brasil. *[S. l.: s. n.]*, 2018. 1 vídeo (30 mim). Publicado pelo canal Rádio e TV Justiça. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XPFP6Nifb8k>. Acesso em: 22 jan. 2023.

A REUNIÃO DE HONTEM NA D.G.E. **Diário da Manhã**, Recife, p.1, 2 out. 1937. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093262_02/30633. Acesso em: 26 fev. 2024.

AZEVEDO, Aroldo. “Os Sertões” e a Geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 5, 1950. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/download/1398/1257>. Acesso em 16 mar. 2024.

AZEVEDO, José Soares. Relatório do secretário perpétuo, 27 de janeiro de 1868. **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano**, Recife, n. 16, ano 4, 1867.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

BARROS, Paula Melo Rêgo; RÊGO, Rossana Sette de Melo. **Mário Sette: um conceito de pernambucanidade**. Disponível em: <https://www.mariosette.com.br/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

BARROS, Nilson Cortez Crocia de. Delgado de Carvalho e a geografia no Brasil como arte da educação liberal. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 22 (62), 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/tLJfjGsspcFHZQtVshLB6jv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 abr. 2024.

BARROS, Nilson Cortez Crocia de. Antropogeografia: ecologia, cultura e europeização. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 29, n. 2, 2012a. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/229047> Acesso em: 9 set. 2020.

BARROS, Nilson Cortez Crocia de. O geral e o regional na História da Geografia. **Revista Geográfica IPGH/OEA**, n.152, jul.-dez. 2012b. Disponível em: <https://www.revistasipgh.org/index.php/regeo/article/download/507/522>. Acesso em: 29 ago. 2019.

BARROS, Nilson Cortez Crocia de. Tópicos metodológicos para a historiografia da Geografia. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 34, n. 3, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/229386> Acesso em: 16 ago. 2020a.

BARROS, Nilson Cortez Crocia de. **Geografia: história, conceitos e métodos**. Recife: Editora UFPE, 2020. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/56>. Acesso em: 20 nov. 2020b.

BARROS, Nilson Cortez Crocia de. **Introdução à ciência geográfica**. Recife: Editora UFPE, 2021. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/670>. Acesso em: 16 dez. 2021.

BENJAMIN, Walter. O conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica arte e política**. Obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1987. Disponível em: https://monoskop.org/images/3/32/Benjamin_Walter_Obras_escolhidas_1.pdf. Acesso em: 17 mar. 2024.

BERDOULAY, Vincent. A Abordagem Contextual. **Espaço e Cultura**, n.16, pp.47-53, 2003. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/7763/5611> Acesso em: 27 set. 2019.

BERDOULAY, Vincent. **A escola francesa de Geografia**: uma abordagem contextual. Tradução: Oswaldo Bueno Amorim Filho. São Paulo: Perspectiva, 2017.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **O patriotismo constitucional**: Pernambuco, 1820-1822. São Paulo: Hucitec; Recife: UFPE, 2006.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça; PEREIRA, Juliana Melo. Quando a cidade era universitária: a geografia da *Univer-cidade* do Recife antes da construção do campus da UFPE. **Estudos universitários**, v. 7, n. 11, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/estudosuniversitarios/issue/viewIssue/3411/507> Acessado em: 08 fev. 2023.

BESERRA, Milka Lopes; MEDEIROS, Marina Loureiro. A Geografia Pernambucana por Gilberto Osório. Análise da tese: um complexo antropogeográfico para uma Geografia total da Amazônia. *In: Encontro Nacional de Geógrafas e Geógrafos*, 10., 2022. **Anais** [...]. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2022. Disponível em: <https://www.eng2022.agb.org.br/site/anais?AREA=8#M>. Acesso em: 28 mar. 2024.

BESSE, Jean-Marc. A fisionomia da paisagem, de Alexander von Humboldt a Paul Vidal de La Blache. *In: BESSE, Jean-Marc. Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a Geografia*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BEVILÁQUIA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. Recife: Editora Universitária, 2012.

BEZERRA, Ricardo José Lima. A escolarização secundária e a ordem oligárquica em Pernambuco nas primeiras décadas da República Brasileira. **Eccos – Revista Científica**. São Paulo, n. 29, p. 237-249, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/3406>. Acesso em: 05 out. 2023.

BIBLIOTECA Brasileira Guita e José Mindlin. **Dicionários**. São Paulo: USP, 2024. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm-ext/598>. Acesso em 28 fev. 2024.

BLACHE, Paul Vidal de la. **Princípios de Geografia Humana**. Tradução de Fernandes Martins. Lisboa: Edições Cosmos, 1946. Disponível em: <https://www.ige.unicamp.br/lehg/wp-content/uploads/sites/60/2022/07/LA-BLACHE-Paul-Vidal-de.-Principios-de-Geografia-Humana.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2024.

BOLETIM DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO (SGRJ). Rio de Janeiro: SGRJ, 1885-1948. Versão *on line*. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=181897&pagfis=1>. Acesso em: 22 ago. 2022.

BOMENY, Helena. Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, nº 11, p. 24-39, 1993. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/227ee3c4-c2a7-41c4-82b2-aa93d1460804/content>. Acesso em: 27 mar. 2024.

BRANDÃO, Ulisses. Pernambuco versus Bahia. **Revista do Instituto Archeológico, Historico e Geographico Pernambucano**, Recife, v. 28, n. 131-134, p. 5-176, jan./dez. 1927.

BRANNER, John Casper. Geologia de Fernando de Noronha. **Revista do Instituto Archeológico e Geographico Pernambucano**, Recife, v. 6, n. 36, p. 3-22, jan. 1890. 1 mapa, 6 il.

BRANNER, John Casper. Geology of the Northeast Coast of Brazil. **Bulletim of the Geological Society of America**, Rochester, v. 13, p. 41-98, 1902. Disponível em:

<https://www.biodiversitylibrary.org/item/113592#page/9/mode/1up>. Acesso em: 13 abr. 2024.

BRANNER, John Casper. Geologia de Pernambuco. Tradução de Alfredo de Carvalho. **Revista do Instituto Archeológico e Geographico Pernambucano**, Recife, v. 10, n. 58, p. 381-402, jun. 1903. il. mapa; v. 10, n. 59, p. 507-525, set. 1903.

BRASIL. **Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915**. Reorganiza o ensino secundario e o superior na Republica. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe que, o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19851.htm. Acesso em: 5 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto-lei nº 8.457, de 26 de dezembro de 1945**. Dá nova redação ao art. 5º do Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del8457.htm. Acesso em: 5 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto-lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967**. Autoriza o Poder Executivo a instituir a "Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística" e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0161.htm. Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Glossário Eleitoral: Lei Agamenon**. Brasília, 2022a. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/glossario/termos/lei-agamenon> Acessado em: 07 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 1.453, de 30 de dezembro de 1905**. Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1906 e dá outras providencias. Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-1453-30-dezembro-1905-777265-publicacaooriginal-141482pl.html#:~:text=LEI%20N%C2%BA%201.453%2C%20DE%2030%20DE%20DEZEMBRO%20DE,o%20exercicio%20de%201906%20e%20d%C3%A1%20outras%20providencias. Acesso em: 19 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Biblioteca Agamenon Magalhães**. Brasília, 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/cade/pt-br/centrais-de-conteudo/biblioteca-agamenon-magalhaes/quem-e-agamenon-magalhaes> Acessado em: 07 fev. 2023.

BRASIL, Thomaz Pompéo de Souza. **Compendio Elementar de Geographia Geral e Especial do Brasil**. Rio de Janeiro: Laemmert, 4ª ed., 1864. Disponível em:

<https://archive.org/details/compendioelemen00brazgoog/page/462/mode/2up>. Acesso em 27 fev. 2024.

BRUNHES, Jean. **La Géographie Humaine**. Paris: F. Alcan, 1912. Disponível em: <https://archive.org/details/brunhes-la-geographie-humaine-1912/page/n5/mode/2up?q=%22contre+sens%22>. Acesso em: 18 abr. 2024.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot**. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5276022/mod_folder/content/0/Peter-Burke-Hist%C3%B3ria-Social-do-Conhecimento-I.pdf. Acesso em: 27 fev. 2024.

CABRAL, Flávio José Gomes. Os efeitos da notícia da revolução liberal do Porto na província de Pernambuco e a crise do sistema colonial no nordeste do Brasil (1820-1821). **Fronteras de la história**, v. 11, 389–414, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.22380/20274688.540>. Acesso em: 14 dez. 2022.

CABRAL, Newton Darwin de Andrade. Universidade católica de Pernambuco, 75 anos: gênese e evolução. **Boletim UNICAP**, abr. 2018. Disponível em: www.unicap.br/assecom1/universidade-catolica-de-pernambuco-75-anos-genese-e-evolucao/. Acesso em: 15 de out. 2019.

CAMARA dos Deputados. **Jornal do Recife**, Recife, n. 182, p.1, 11 ago. 1906. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/49574>. Acesso em: 20 fev. 2024.

CAMARGO, Angélica Ricci. **Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil**. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/component/content/article?id=756#:~:text=O%20Servi%C3%A7o%20Geol%C3%B3gico%20e%20Mineral%C3%B3gico,recursos%20minerais%20do%20territ%C3%B3rio%20brasileiro>. Acesso em: 14 mar. 2024.

CAPEL, Horácio. **Geografia, ciência e filosofia: introdução ao pensamento geográfico**. 2 ed. Organizado por Jorge Guerra Villalobos. Maringá: Massoni, 2008. v.1. *E-book*.

CARDOSO, André Luíz Rocha. **Usos, preservação e patrimonialização das estações ferroviárias de Pernambuco**. 2021. Dissertação (Pós-graduação em História Social da Cultura Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2021. 141 f. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/bitstream/tede2/9448/2/Andre%20Luiz%20Rocha%20Cardoso.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2024.

CARDOSO, Luciene Pereira Carris. **O lugar da geografia brasileira: a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro entre 1883 e 1945**. São Paulo: Annablume, 2013.

CARVALHO, Alfredo Ferreira de. Brasil pré-histórico. **Revista do Instituto Archeologico e Geografico Pernambucano**, Recife, v. 10, n. 55, p. 207-213, 1901.

CARVALHO, Alfredo Ferreira de. Um novo mapa do Brasil Oriental. **Revista do Instituto Archeologico e Geografico Pernambucano**, Recife, v. 10, n. 58, p. 460-464, jun. 1903.

CARVALHO, Alfredo Ferreira de. O tupi na corografia pernambucana: elucidário etimológico. **Revista do Instituto Archeologico e Geografico Pernambucano**, Recife, v. 12, n. 68, p. 365-417, jun. 1906.

CARVALHO, Alfredo Ferreira de. **O tupi na corografia pernambucana**: elucidário etimológico. Recife: Typ. Jornal do Recife, 1907. 82 p. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mi_bibliografico&pagfis=12768. Acesso em: 15 mar. 2024.

CARVALHO, Alfredo Ferreira de. Pré-história sul-americana: resposta às impugnações dos srs. S. Britto e Armínio de Mello Franco. **Revista do Instituto Archeologico e Geografico Pernambucano**, Recife, v. 14, n. 76, p. 129-293, jun. 1909.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 209-238, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/vbP5XZWJM4Lynrwj8xBTgGn/?format=pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.

CASAMENTO. **Diário da Manhã**, Recife, p. 4, 29 nov. 1942. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093262_03/5453. Acesso em: 9 abr. 2024.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura. Jean Brunhes: a atualidade de um geógrafo do início do século XX. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 06, n. 01, p. 253-272, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistamseu/article/view/229926/24132>. Acesso em: 5 abr. 2024.

CASTRO, Anna Maria de. **Josué de Castro e a descoberta da fome**. São Paulo: USP/ Cátedra Josué de Castro. Disponível em: <https://geografiadafome.fsp.usp.br/josue-de-castro/>. Acesso em: 4 abr. 2024.

CASTRO. Cristovão Leite. Segunda sessão da assembleia geral do Conselho Nacional de Geografia. Relatório. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 2, v. 1, 1939. Disponível em: Disponível em: <https://rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/issue/view/15>. Acesso em: 20 fev. 2024.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CAVALCANTI, Amanda Alves Miranda. **Cadê Mário Melo**: Um historiador do IAHGP pelas ruas do Recife. 2017. Dissertação (Pós-graduação em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. 201 f. Disponível em: https://www.unirio.br/cch/escoladehistoria/pos-graduacao/ppgh/dissertacao_amanda-cavalcanti. Acesso em: 8 set. 2022.

COELHO, Fernando. **Projeto de Lei Complementar nº 141, de 1977**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=F8154476A34B6BDD74C41735BB20C143.proposicoesWeb2?codteor=1233329&filename=A vulso+-PLP+141/1977. Acesso em: 09 mar. 2024.

COLLAÇÃO DE GRAO DAS PROFESSORAS DO COLÉGIO SANTA MARGARIDA. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 5, 9 dez. 1936. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_11/22292. Acesso em: 29 mar. 2024.

COLLEGIO ARCHIDIOCESANO DE OLINDA. **Diário de Pernambuco**, Recife, 1 abr. 1924. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_10/11610. Acesso em: 26 mar. 2024.

CONCURSO de geographia. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 98, n. 103, p. 01, 06 maio 1922. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_10/6393. Acesso em: 07 fev. 2023.

CONSELHO Nacional de Geografia. Histórico da criação do Conselho Nacional de Geografia, **Revista Brasileira de Geografia**, v. 1 n. 1, p. 9-18, 1939a. Disponível em: [//www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/issue/view/1](http://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/issue/view/1). Acesso em: 20 fev. 2024.

CONSELHO Nacional de Geografia. Regulamento do Conselho Nacional de Geografia, **Revista Brasileira de Geografia**, v. 1 n. 1, p. 123-128, 1939b. Disponível em: [//www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/issue/view/1](http://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/issue/view/1). Acesso em: 20 fev. 2024.

CONSELHO Nacional de Geografia. Resolução Nº 18 de 12 de julho de 1938, da assembleia geral do conselho nacional de geografia. Provê à publicação da Revista Brasileira de Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 1 n. 1, p. 7-8, 1939c. Disponível em: [em: //www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/issue/view/1](http://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/issue/view/1). Acesso em: 20 fev. 2024.

CONSELHO Nacional de Geografia. **Noticiário Geral da XIII Sessão Ordinária – 1953**. Rio de Janeiro: CNE, 1953.

CORREIA, Midian Tavares. **As condições de moradia das comunidades pobres na cidade do Recife em meio às políticas públicas de combate à pobreza durante o Estado Novo (1937-1945)**. 2020. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: <http://tede2.ufrpe.br:8080/tede/bitstream/tede2/9457/2/Midian%20Tavares%20Correia.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2024.

CORREIA, Telma Barros. Movimento Regionalista: programa, feitos e legado ao Recife. **Estudos universitários**: revista de cultura, Recife, v. 39, n. 2, p. 79-116, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.51359/2675-7354.2022.255363>. Acesso em: 30 mar. 2024.

COSTA, Afonso *et al.* Parecer do V Congresso de Geografia sobre a memória "Arquipélago de Fernando de Noronha". **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**, Recife, v. 18, n. 92, p. 261-263, abr./jun. 1916.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Em prol da integridade do território de Pernambuco**. Recife: IAGP, 43 p., 1896. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221743>. Acesso em: 07 de jul.2020.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **A Ilha de Fernando de Noronha**: notícia histórica, geográfica e econômica. Recife: Tipografia de Manoel Figueiroa de Faria e Filhos, 1887. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/41348>. Acesso em: 04 mar. 2024.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Discurso do R. [...], na mesma sessão. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**, Recife, v. 10, n. 57, p. 360-364, mar. 1903.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Investigações sobre a mineralogia, flora e fauna de Pernambuco. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**, Recife, v. 14, n. 78, p. 500-628, dez. 1909.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Estudo sobre as causas eficientes da emancipação política do Estado de Alagoas. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, Recife v. 23, n. 111-114, p. 5-70, jan./dez. 1921.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos**. Recife: FUNDARPE, 1983, 2ª ed. v.1.

COSTA, Wendell Rodrigues. **Instruir, disciplinar, trabalhar**: a sociedade dos artistas mecânicos e liberais de Pernambuco e o Liceu de Artes e Ofícios (1880-1908). 2013. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: <https://www.pgh.ufrpe.br/sites/default/files/testes-dissertacoes/>. Acesso em: 13 mai. 2023.

CPRH. **Quem foi Vasconcelos Sobrinho**. Disponível em: <https://www2.cprh.pe.gov.br/publicacoes-e-transparencia/premio-vasconcelos-sobrinho/>. Acesso em: 8 abr. 2024.

CUNHA, Euclides. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/tw4bm/pdf/cunha-9788579820076.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2024.

DACIO DE LYRA RABELLO. **Family Search**. 2021. Disponível em: <https://ancestors.familysearch.org/en/LKB1-S6S/dacio-de-lyra-rabello-1901-1991>. Acesso em: 26 mar. 2024.

DARÁ UMA AULA AOS MEMBROS DO NONO CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAPHIA. **Diário de Pernambuco**, Recife, 4 jul. 1940. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_12/1718. Acesso em: 10 abr. 2024.

DR. DACIO RABELLO. **A Província**, Recife, 9 dez. 1922. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/128066_02/7849. Acesso em: 26 mar. 2024.

EDITAL N.º 546. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 set. 1882. Disponível em: Acesso em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_06/6500. Acesso em: 10 fev. 2023.

ENCYCLOPEDIA of Arkansas. **John Casper Branner (1850-1922)**. Disponível em: <https://encyclopediaofarkansas.net/entries/john-casper-branner-1597/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

EMPOSSADO O CATEDRÁTICO DE GEOGRAFIA DO BRASIL DO COLÉGIO ESTADUAL. **Diário de Pernambuco**, Recife, 11 out. 1952. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_13/12987. Acesso em: 14 abr. 2024.

EM TORNO DO II CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO. **Diário de Pernambuco**, Recife, 10 nov. 1936. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_11/21849. Acesso em: 6 abr. 2024.

FACTOS E COUSAS DO NORDESTE. **Diário da Manhã**, Recife, 23 mar. 1935. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093262_02/17754. Acesso em: 20 abr. 2024.

FACULDADE DE COMMERCIO DE PERNAMBUCO. **Diário de Pernambuco**, Recife, 17 nov. 1926. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_10/19084. Acesso em: 26 mar. 2024.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. **Jornal Pequeno**, Recife, ano 37, 24 mai. 1934. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800643/54115>. Acesso em: 5 abr. 2024.

FACULDADE DE PHILOSOPHIA E SCIENCIAS SOCIAES. **Jornal Pequeno**, Recife, ano 36, n. 215, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800643/52951>. Acessado em: 24 fev. 2022.

FAFIRE. **PDI**: plano de desenvolvimento institucional. Recife: FAFIRE, 2015. Disponível em: https://www.fafire.br/diretorio/PDI_FAFIRE-2016-2020.pdf. Acesso em: 15 jun. 2021.

FEITOSA, Antônio Vicente do Nascimento. Discurso pronunciado pelo orador do instituto, na sessão magna de posse da primeira administração do IAGP em 21 de setembro de 1862. **Revista do Instituto Archeologico e Geografico Pernambucano**, Recife, n. 1, p. 22 – 27, out. de 1863.

FERNANDES, Florestan. Heteronomia racial na sociedade de classes. In: A integração do negro na sociedade de classes. Vol. 1: O legado da “raça branca”. São Paulo: Globo, [1965] 2008.

FERNANDES, Saul Estevam. **Brasil em pedaços**: a história das questões de limites interestaduais (1889-1930). Porto Alegre: EDIPUCS, 2022.

FERREIRA, Leonardo da Costa. Pereira da Costa e a luta por uma identidade pernambucana. **Revista Cantareira**, v.1, n.1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/27858/16265>. Acesso em: 05 mar. 2024.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A crise dos anos vinte e a Revolução de trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/c55ca4c1-b29a-43d8-9d50-12a4c67e168e>. Acesso em: 30 mar. 2024.

FERREIRA, Pinto. A Faculdade de Direito e a Escola do Recife. **Revista de informação legislativa**, v. 14, n. 55, p. 5-20, jul./set. 1977. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/181024>. Acesso em: 8 set. 2022.

FIGUEIRÊDO, Lima. Comentários. Pernambuco: traços de sua Geografia Humana. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 3, n.º 1, 1940. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1941_v3_n1.pdf. Acesso em: 9 abr. 2024.

FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. A Comissão geológica do Império do Brasil. In: DANTES, Maria Amélia M. *et al.* **Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786557081570>. Acesso em: 11 mar. 2024.

FIOCRUZ. Sociedade de Medicina de Pernambuco. In: **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <https://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/socmedpe.htm>. Acessado em: 13 abr. 2023.

FONSECA, Homero. **Mário Melo**: a arte de viver teimosamente. Recife: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2001.

FORSTER, Maria Thereza Diniz. **Oliveira lima e as relações exteriores no Brasil**: o legado de um pioneiro e sua relevância para a diplomacia brasileira. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-43-oliveira_lima_e_as_relacoes_exteriores_do_brasil_o_legado_de_um_pioneiro_e_sua_relevancia_atual_para_a_diplomacia_brasileira. Acesso em: 15 mar. 2024.

FRANCO, Arminio de Mello. As civilizações extintas da América Meridional. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 6 de junho de 1909. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_09/17438 Acesso em: 30 jan. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREYRE, Gilberto. Iniciativas de Estudantes. **Diário de Pernambuco**, Recife, abr. 1946. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_12/22117. Acesso em: 23 fev. 2022.

FREYRE, Gilberto. Mário Melo. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, Recife, v. 45, p. 235-237, 1960.

FUNDAJ. **Pesquisa escolar**. Recife, 2023. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php>. Acesso em: 28 jun. 2023.

GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. **Diccionario Chorographico, Historico e Estatistico de Pernambuco**. Recife: A Provincia, 1897, v. 1. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=pnhMAQAAIAAJ&pg=PP7&hl=ptBR&source=gbs_selected_pages&cad=1#v=onepage&q&f=true Acesso em: 12 fev. 2024.

GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. Geografia pernambucana: município de Goiana. **Revista do Instituto Archeologico e Geografico Pernambucano**, Recife, v. 9, n. 51, p. 27-39, 1898a.

GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. Geografia pernambucana: município do Recife. **Revista do Instituto Archeologico e Geografico Pernambucano**, Recife, v. 9, n. 52, p. 233-338, 1898b.

GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. Geografia pernambucana: município de Limoeiro. **Revista do Instituto Archeologico e Geografico Pernambucano**, Recife, v. 9, n. 54, p. 93-106, 1900.

GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. O Recife cidade e capital. **Revista do Instituto Archeologico e Geografico Pernambucano**, Recife, v. 10, n. 55, p. 229-232, 1901.

GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. **Diccionario Chorographico, Historico e Estatistico de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908-1927. 4 v.

GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. Aos srs. Aprigio e Rodolpho Garcia. **Diário de Pernambuco**, Recife, 17 abr., 1910a, p.4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_09/362. Acesso em: 18 fev. 2024.

GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. Aos srs. Aprigio e Rodolpho Garcia. **A Província**, Recife, 3 de jun., 1910b, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/21026. Acesso em: 18 fev. 2024.

GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. Confederação do Equador. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, ano 28, p. 62-71, 1914. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/1914-2/>. Acesso em: 21 fev. 2024.

GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. Sesmarias. **Revista do Instituto Archeologico e Geografico Pernambucano**, Recife, v. 20, n. 102, p. 243-249, out./dez. 1918.

GARCIA, Rodolfo Augusto de Amorim. GARCIA, Aprígio Carlos de Amorim. Cotas a um dicionário. Etimologias tupis. **Revista do Instituto Archeologico e Geografico Pernambucano**, Recife, v.14, n. 78, p. 629-656, dez. 1909.

GARCIA, Rodolfo Augusto de Amorim. **Bibliographia Geographica Brasileira**. Rio de Janeiro: IHGB, 1919. Disponível em:

https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4119/1/019690_COMPLETO.pdf. Acesso em: 01 mar. 2024.

GASPAR, Lúcia. **Ginásio Pernambucano**. Recife, 2003a. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/ginasio-pernambucano/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

GASPAR, Lúcia. **Manoel Borba**. Recife, 2003b. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/manoel-borba/>. Acesso em: 17 mar. 2024.

GASPAR, Lúcia. **Pereira da Costa**. Recife, 2003c. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/pereira-da-costa/> Acesso em: 11 jul. 2020.

GASPAR, Lúcia. **Gilberto Freyre**. Recife, 2009a. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=272. Acesso em: 10 abr. 2023.

GASPAR, Lúcia. **Josué de Castro**. Recife, 2009b. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

GASPAR, Lúcia. **Liceu de Artes e Ofícios, Recife, PE**. Recife, 2009c. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar./index.php?option=com_content&view=article&id=307. Acesso em: 13 abr. 2023.

GASPAR, Lúcia. **Sylvio Rabello**. Recife, 2010. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/sylvio-rabello/>. Acesso em: 26 mar. 2024.

GASPAR, Lúcia. **Alfredo de Carvalho**. Recife, 2011. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/alfredo-de-carvalho/> Acesso em: 6 fev. 2024.

GASPAR, Lúcia *et al.* **Mário Melo, 1884-1959: uma bibliografia**. Recife: FUNDAJ, 2012a. Disponível em: <https://www.gov.br/fundaj/pt-br/composicao/dimeca-1/biblioteca/acervos/inventarios-documentais-e-indices/mariomelobibliografia.pdf> Acesso em: 7 nov. 2023.

GASPAR, Lúcia. **Mário Lacerda de Melo**. Recife, 2022. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/mario-lacerda-de-melo/>. Acesso em: 5 abr. 2024.

GASPAR, Lúcia. **Sebastião Galvão**. Recife, 2012b. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/sebastiao-galvao/>. Acesso em: 11 jul. 2020.

GEOGRAPHIA PARA PARA O 3º ANNO SECUNDARIO. **Jornal Pequeno**, Recife, p. 1, 20 mai. 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800643/52345>. Acessado em: 4 abr. 2024.

GIBSON, Nilson. **Projeto de Lei Complementar nº 88 de 1983**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1234282. Acesso em: 09 mar. 2024.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000a.

GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de Região. *In*: CASTRO, Ana Fani *et al.* **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000b.

GOMES, Rodrigo Dutra. **Geografia e complexidade**: das diferenciações de áreas à nova cognição do sistema Terra-Mundo. 2010. Tese (Programa de Pós-graduação em Geografia) - UNICAMP, 2010.

GUABERTO, Elisama Carvalho Costa. *et al.* **Assembleia Legislativa de Pernambuco 180 anos**: uma visão histórica de Pernambuco sob o olhar do Legislativo Estadual. Recife: ALEPE, 2015. Disponível em: <https://www.alepe.pe.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/uma-visao-historica-pe.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2024.

GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. Divisão Regional do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 3, n.º 2, 1941. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1941_v3_n2.pdf. Acesso em: 16 abr. 2024.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, ano 156, n. 388, p. 459-613, jul.-set. 1995.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. A presença do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no campo da educação superior: o projeto da Academia de Altos Estudos - Faculdade de Filosofia e Letras: (1916-1921). **Revista de História**, São Paulo, n. 141, p. 91-100, 1999. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/1885>. Acesso em: 03 mar. 2022.

GUIMARÃES, Manoel Luís Lima Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 5-27, 1988. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1935>. Acesso em: 08 ago. 2023.

GYMNASIO DO RECIFE. **Diário da Manhã**, Recife, p. 4, 8 dez. 1939. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093262_02/37543. Acesso em: 5 abr. 2024.

GYMNASIO PERNAMBUCANO. **Diário de Pernambuco**, Recife, 18 set. 1921. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_10/4760. Acesso em: 4 jan. 2023.

HONORATO, Manuel da Costa. **Diccionario Topographico, Estatistico e Historico da Província de Pernambuco**. Recife: Typographia Universal, 1863. Arquivo da Fundação Joaquim Nabuco.

IAGP. Introdução. **Revista do Instituto Archeologico e Geografico Pernambucano**, Recife, n. 1, p. 03 – 05, out. de 1863.

IAGP. Estatutos do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano aprovados em sessão de 16 de agosto de 1862. **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano**, Recife, n. 2, p. 33 – 45, jan. 1864.

IAGP. Expediente. **Revista do Instituto Archeologico e Geografico Pernambucano**, Recife, v. 10, n. 57, mar. 1903.

IAGP. Sessão Ordinaria de 26 de maio de 1904. **Revista do Instituto Archeologico e Geografico Pernambucano**, Recife, v. 17, n. 87, p.172-174, jan./mar. 1915.

IAGP. Expediente. **Revista do Instituto Archeologico e Geografico Pernambucano**, Recife, v. 20, n. 102, out./dez. 1918.

IAHGP. Terremotos em Pernambuco. **Revista do Instituto Archeologico e Geografico Pernambucano**, Recife, v. 22, n. 107-110, jan./dez. 1920.

IAHGP. Sessão de assemblea geral de 24 de março de 1919. **Revista do Instituto Archeológico, Histórico e Geografico Pernambucano**, Recife, vol. 29, n. 135-142, p. 378-380, jan. 1928/dez. 1929.

IAHGP. Atas das sessões. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, Recife, vol. XXXIX, p. 295-373, 1944.

IAHGP. Índice anotado da Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, Recife, vol. XLIV, p. 25-555, 1961.

IAHGP. Índice das Revistas do IAHGP (RIAP). **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, Recife, n. 63, p. 1-129, 2010.

IBGE. Geógrafos desaparecidos. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 320-322, 1962. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1962_v24_n2.pdf
Acesso em: 16 fev. 2024.

IBGE. Índice Onomástico. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 61, 2016. Disponível em: <https://rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/33>. Acesso em: 16 fev. 2024.

IBGE. **Relatórios técnicos de limites territoriais**: definição do traçado da divisa territorial entre os Estados da Bahia e de Pernambuco. Salvador: SEI, 2021. Disponível em:

https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/relatorios/relatorio_tecnico_ba_pe_2021.pdf. Acesso em: 18 mar. 2024.

IBGE. **Catálogo da Biblioteca do IBGE**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?acervo=todos&campo=todos¬qry=&opeqry=&texto=diccionario&digital=false&fraseexata=>. Acesso em: 01 mar. 2024.

IHGB. **Catálogo da Biblioteca do IHGB**. Disponível em: <https://ihgb.org.br/pesquisa/biblioteca.html>. Acesso em: 1 mar. 2024.

INAUGURADO O CONGRESSO DE GEOGRAPHIA DE FLORIANÓPOLIS. **Diário de Pernambuco**, Recife, 10 set 1940. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/029033_12/2435. Acesso em: 10 abr. 2024.

INCISIVO DISCURSO DO DEP. ADERVAL TORRES. **Jornal Pequeno**, Recife, 29 nov. 1946. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800643/81318>. Acesso em: 2 mar. 2023.

INFELIZ Pernambuco. **A Província**, Recife, n.17, p.1, jan. 1920. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/128066_02/128. Acesso em: 30 jun. 2021.

INSTITUTO Archeológico e Geográfico Pernambucano. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 52, n.13, p. 3, 17 de jan. 1876. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_05/14381 Acesso em 10 mar. 2023.

IPHAN. **Recife: convento e basílica Nossa Senhora do Carmo**. Brasília (DF): IPHAN, 2010. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/3_rota_patrimonio_nossa_sra_carmo_recife_pe.pdf Acesso em: 15 fev. 2023.

JATOBÁ, Lucivânio. Gilberto Osório de Andrade (1912-1986). **Revista Brasileira de Geomorfologia**, ano 4, n.º 1, p. 59-61, 2003. Disponível em: <https://vdocuments.mx/gilberto-osorio-de-andrade-revista-brasileira-de-geomorfologia-ano-4-n-1.html?page=1>. Acesso em: 8 abr. 2024.

JOÃO FELICIANO DA MOTA E ALBUQUERQUE FILHO. **Family Search**. Disponível em: <https://ancestors.familysearch.org/en/LYH5-BNC/jo%C3%A3o-feliciano-da-mota-e-albuquerque-filho-1885-1974>. Acesso em : 26 abr. 2024.

LADJANE. Mário Melo e o modernismo. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, Recife, v. 45, p.199-200, 1960.

LAGO, Laurenio. **Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal**: dados biográficos 1828-2001. 3. ed. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2001. p. 220-221.

LAZZARI, Alexandre. A nação na província: o IHGB, o Rio Grande de São Pedro e a história nacional. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo. **Anais** [...]. Disponível em:

<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Alexandre%20Lazzari.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2023.

LÉSPAGNOL, Georges. **L'Evolution de la Terre et de l'Homme**. Paris: Librairie CH. Delagrave, 1905. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5774433m/f1.item>. Acesso em: 23 mar. 2024.

LEVASSEUR, Emile. **Lé Bresil**. Paris: H. Lamirault, 1889. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518670> Acesso em: 15 jan. 2024.

LIRA, Larissa Alves de. A controvérsia da regionalização do Brasil de 1941: Pierre Monbeig e os geógrafos do Conselho Nacional de Geografia. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 169-185, jul-dez 2017. Disponível em: <https://rbhciencia.emnuvens.com.br/revista/article/view/128>. Acesso em: 15 abr. 2024.

LIMA, José Inácio de Abreu e. Apontamentos sobre a Ilha de Fernando de Noronha, **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano**, Recife, v. 6, n. 38, p. 3-17, 1890.

LINS, Rachel Caldas. **Gilberto Osório**: paisagens geográficas e afetivas. [Entrevista cedida a FUNDAJ]. Recife: FUNDAJ, 2002. 1 vídeo (14 min 48 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vMFvgBOtObo>. Acesso: 9 abr. 2024.

LIVINGSTONE, David N. **Putting Science in its place**: Geographies of scientific knowledge. [S. l.]: Universit of Chicago Press, 2010. *E-book Kindle*. 234 p.

LIVINGSTONE, David. N. Science, site and speech: scientific knowledge and the spaces of rhetoric. **History of the human sciences**. v. 20, n. 2, mai. 2007, p. 71-98. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0952695107076516>. Acesso em: 20 jun. 2021.

LIVROS E FOLHETOS. **Diário de Pernambuco**, Recife, 26 jan. 1922. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_10/5707. Acesso em: 7 fev. 2023.

LÓPES-ÓCON, Leoncio. Les Sociétés de Géographie: un instrument de diffusion scientifique en Amérique latine au début du XX^e siècle (1900-1914). In: PETITJEAN, Patrick (ed.). **Les sciences hors d'occident au XX^e siècle**. Les sciences coloniales: figures et institutions. Paris: ORSTOM, 1996. p.79-86. v.2. Disponível em: https://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/carton07/010008827.pdf. Acesso em: 09 ago. 2023.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, Ana Fani *et al.* **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

MACHADO, Lia Osório. As ideias no lugar: o desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil no início do século XX. **Revista Terra Brasilis**, nº 20, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/298>. Acesso em: 19 nov. 2020.

MACHADO, Théa Mirian Medeiros; MACHADO, Maria Márcia Magela; HAMAKAWA, Paulo José. As rotas marítimas do Brasil colônia, os suprimentos e as mercadorias a bordo. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 1., 2011, Paraty. **Anais** [...]. Paraty: Centro de referência em cartografia histórica, 2011. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/MACHADO_THEA_MIRIAM_ET_AL.pdf. Acesso em: 11 abr. 2023.

MAGALHÃES, Agamenon Sérgio de Godoy. **O Nordeste brasileiro**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura do Governo do Estado de Pernambuco, 1970.

MAIA, José Gonçalves. **Direito territorial de Pernambuco sobre a comarca do rio São Francisco**. Recife: Imprensa Industrial, 1919. Disponível em: https://cuislandora.wrlc.org/islandora/object/lima%3A26705?solr_nav%5Bid%5D=4477e81d837abc3d5c2c&solr_nav%5Bpage%5D=0&solr_nav%5Boffset%5D=9&search=maia. Acesso em: 24 fev. 2024.

MARQUES, Antônio Pedro da Silva. Discurso do 1º vice-presidente do Instituto, desembargador [...], na sessão solene de inauguração do retrato do dr. F. A. Pereira da Costa, em 20 de junho de 1902. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**, Recife, v. 10, n. 57, p. 336-338, mar. 1903.

MARTONNE, Emmanuel De. **Traité de géographie physique: climat, hydrographie, relief du sol, biogéographie**. Paris: Armand Colin, 1913. Arquivo Digital da Bibliothèque numérique de la Sorbonne. Disponível em: <https://nubis.univ-paris1.fr/ark:/15733/m4jf>. Acesso em: 23 mar. 2024.

MARY, Cristina Pessanha. **Geografias pátrias: Brasil e Portugal – 1875-1889**. Niterói: Editora da UFF, 2010. *E-book* (192 p.). Disponível em: <https://www.eduff.com.br/produto/geografias-patrias-e-book-pdf-528>. Acesso em 07 ago. 2023.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Tradução: Hilda Pareto Macial e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MEDEIROS, Marina Loureiro. **Reflexões sobre o regionalismo na constituição do pensamento geográfico em Pernambuco (1930-1960)**. 2021. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

MEDEIROS, Pedro Castellan. Relatos, memórias e interpretações: O caso da Revolta do Rodeador, 1820 – Pernambuco, pelo olhar dos intelectuais do século XIX. *In*: Congresso de América Colonial do Laboratório de Estudos Americanos: Historiografia, Acervos e Documentos, 1., 2017, Campinas. **Anais** [...]. Disponível em: <https://leaunicamp.files.wordpress.com/2017/12/pedro-castellan-medeiros.pdf>. Acesso em 01 mar. 2024.

MELO, Juliana. História do Recife passa pela Agamenon Magalhães. **NE10**, Recife, 21 set. 2015. Disponível em: <https://ne10.uol.com.br/canal/noticias/10horas/noticia/2015/09/21/historia-do-recife-passa-pela-agamenon-magalhaes-570062.php> Acessado em: 06 fev. 2023.

MELO, Mário Carneiro do Rego. Dicionário corográfico do Estado da Paraíba. **Revista do Instituto Arqueológico e Geographico Pernambucano**, Recife, v. 17, n. 90, p. 358-362, out./dez. 1915.

MELO, Mário Carneiro do Rego. Ne, sutor, ultra crepidam. **Diário de Pernambuco**, 8 nov., p.3, 1916a. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_09/12743. Acesso em: 17 mar. 2024.

MELO, Mário Carneiro do Rego. **O Arquipélago de Fernando de Noronha**: geographia física e política. Recife: Imprensa Industrial, 1916b. Disponível em: <https://cuislandora.wrlc.org/islandora/object/lima:26713>. Acesso em: 15 fev. 2024.

MELO, Mário Carneiro do Rego. Quinto congresso de Geographia. **Estado do Pará**, Belém, n. 2.009, 14 out. 1916c. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800082/12632>. Acesso em: 17 fev. 2024.

MELO, Mário Carneiro do Rego. **Pau d'algo**: geographia physica e politica. Recife: Imprensa Oficial, 1918. Disponível em: https://cuislandora.wrlc.org/islandora/object/lima%3A24634?solr_nav%5Bid%5D=d05f0a69d64b7f0a4048&solr_nav%5Bpage%5D=0&solr_nav%5Boffset%5D=13&search=geographia. Acesso em: 24 fev. 2024.

MELO, Mário Carneiro do Rego. Limites entre Pernambuco e Bahia. **Revista do Instituto Archeológico, Historico e Geographico Pernambucano**, Recife, v. 21, n. 103-104, p. 196-198, jan./jun. 1919.

MELO, Mário Carneiro do Rego. Relatório do 1º secretário perpétuo : 1920. **Revista do Instituto Archeológico, Histórico e Geographico Pernambucano**, Recife, v. 22, n. 107-110, p.75-86, jan./dez. 1920.

MELO, Mário Carneiro do Rego. O Recife. **Revista do Instituto Archeológico, Histórico e Geographico Pernambucano**, Recife, v. 23, n. 111-114, p. 99-105, jan./dez. 1921.

MELO, Mário Carneiro do Rego. Corografia de Pernambuco. **Revista do Instituto Archeológico, Histórico e Geographico Pernambucano**, Recife, vol. 24, n. 115-118, p. 1-148, 1922.

MELO, Mário Carneiro do Rego. Em torno de um prólogo. **Jornal Pequeno**, Recife, n. 32, 8 fev. 1928. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800643/43250>. Acesso em: 18 fev. 2024.

MELO, Mário Carneiro do Rego. Os Carnijós de Água Belas. **Revista do Instituto Archeológico, Historico e Geographico Pernambucano**, Recife, v. 29, n. 135-142,

p. 179-227, jan. 1928/dez. 1929. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Amelo-1930-carnijos/Melo_1930_Os_carnijos_de_Aguas_Belas.pdf. Acesso em: 19 mar. 2024.

MELO, Mário Carneiro do Rego. A ilha de Itamaracá. **Revista do Instituto Archeológico, Historico e Geographico Pernambucano**, Recife, v. 30, n. 143-146, p. 8-23, jan./dez. 1930.

MELO, Mário Carneiro do Rego. Toponímia Pernambucana. **Revista do Instituto Archeológico, Historico e Geographico Pernambucano**, Recife, v. 30, n. 143-146, p. 175-231, jan./dez. 1930.

MELO, Mário Carneiro do Rego. **Aspectos de etnografia brasílica**. Recife: Livraria Colombo Editora, 1938.

MELO, Mário Carneiro do Rego. **Síntese cronológica de Pernambuco**. Recife: IAHGP, Fundo Mário Melo, caixa 1, 1939.

MELO, Mário Carneiro do Rego. Ontem, hoje e amanhã. **Jornal Pequeno**, Recife, n. 161, p. 1, 17 jul. 1940. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800643/64000>. Acesso em: 20 mar. 2024.

MELO, Mário Carneiro do Rego. **Parecer n.º 959**. Recife: IAHGP, Fundo Mário Melo, caixa 2, 1948.

MELO, Mário Lacerda de. Mata e Agreste. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 7, 26 jun. 1936. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_11/19857. Acesso em: 6 abr. 2024.

MELO, Mário Lacerda de. Sobre Geographia e Economia de Pernambuco. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 2, 25 dez. 1937a. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_11/27340. Acesso em: 5 abr. 2024.

MELO, Mário Lacerda de. Sobre Geographia Economica de Pernambuco. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 2, 30 dez. 1937b. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_11/27380. Acesso em: 5 abr. 2024.

MELO, Mário Lacerda de. **Pernambuco: traços de sua Geografia Humana**. Recife: Oficinas Gráficas do Jornal do Comércio, 1940. Arquivo Obras Raras da FUNDAJ.

MELLO, José Antônio Gonçalves de. Pereira da Costa e suas fontes históricas. *In*: COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos**. Recife: FUNDARPE, 1983, v.1.

MENDONÇA, Emmanuele Ribeiro. **A cidade no rio: conflitos socioambientais na área estuarina do rio Capibaribe, Pernambuco, Brasil**. 2012. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012.

MEMÓRIA. **Universidade Federal Rural de Pernambuco**, Recife, 2024. Disponível em: <https://www.ufrpe.br/br/content/mem%C3%B3ria> Acesso em: 10 fev. 2024.

MESQUITA, Gustavo. Gilberto Freyre e o Estado Novo: a trajetória de uma relação ambígua. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 12, p. 207-229, 2013. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/issue/view/12>. Acesso em: 31 mar. 2024.

MEUCCI, Simone. Entre a escola nova e a oligarquia: a institucionalização da sociologia na Escola Normal de Pernambuco – 1929-1930. **Revista Cronos**, Natal, v. 8, n. 2, p. 451-474, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/1850>. Acesso em: 27 mar. 2024.

MORAES, Antônio Carlos Robert (org.). **Ratzel**. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Território e Identidade na Formação Brasileira. In.: **Ideologias Geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1988.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Ideologias Geográficas e Projetos Nacionais no Brasil. In: **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAIS, Mariana Ramos. Raça, cultura e religião: os Congressos Afro-Brasileiros e a antropologia feita no Brasil nos anos 1930. In **Bérose - Encyclopédie internationale des histoires de l'anthropologie**, Paris. Disponível em: <https://www.berose.fr/article2169.html?lang=fr#nb12>. Acesso em: 6 abr. 2024.

MORAIS, Hugo Arruda *et al.* Euclides da Cunha e a interpretação da formação histórico-territorial do Brasil. **Sociedade e Território**, Natal, vol. 35, nº. 2, p. 246-269, mai-ago, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/29472/18080>. Acesso em: 23 dez. 2023.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2015-2019. 3 v.

MOTA, Mauro. Agenda. **Diário de Pernambuco**, Recife, 13 set. 1974. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_15/60836. Acesso em: 19 abr. 2024.

MOUSINHO, Padre Luiz. A filosofia christã. **Diário de Pernambuco**, Recife, 18 mar. 1941. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_12/4413. Acesso em: 4 abr. 2024.

MUNIZ, Artur. Discurso do orador oficial do Instituto, dr. [...] na sessão solene de inauguração do retrato do dr. F. A. Pereira da Costa, em 20 de junho de 1902. **Revista do Instituto Arqueologico e Geographico Pernambucano**, Recife, v. 10, n. 57, p. 338-360, mar. 1903.

NETO, Manoel Fernandes de Souza. O Compendio Elementar de Geographia Geral e Especial do Brasil. **Terra Brasilis**, n.1, p.1-29, 2012, Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/283>. Acesso em: 30 abr. 2019.

NO GYMNASIO pernambucano. **Diário de Pernambuco**, Recife, n. 844, ano 113, p. 05, 24 dezembro 1937. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_11/27321 Acesso em: 07 fev. 2023.

NORBERT KREBS. *In*: **Österreichisches Biographisches Lexikon**. Disponível em: https://www.biographien.ac.at/oeb1/oeb1_K/Krebs_Norbert_1876_1947.xml. Acesso em; 8 abr. 2024.

NOTAS SOCIAES. **A Província**, Recife, n. 272, 20 nov. 1924. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/128066_02/12396. Acesso em: 22 mar. 2024.

NOVA DIVISÃO REGIONAL DE PERNAMBUCO. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 1, n. 110, ano 143, 1968. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/59224. Acesso em: 4 abr. 2024.

OLIVEIRA, Almir Leal de. Problemas metodológicos no uso de coleções zoológicas: o exemplo das expedições Agassiz (1899) e Stanford (1911) ao Brasil. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 16. 2018, Campina Grande. **Anais** [...]. Campina Grande: UFCG/UEPB, 2018. Disponível em: https://www.16snhct.sbhc.org.br/resources/anais/8/1535990536_ARQUIVO_SBHC2018Anais.pdf. Acesso em: 13 mar. 2024.

OLIVEIRA, Waldemar de. Mário Melo: oração proferida em 20 de junho de 1959 no Instituto Arqueológico. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, Recife, v. 45, p. 85-101, 1960.

O NOVO INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR CREADO EM RECIFE. **Diário da Manhã**, Recife, p. 4, 31 ago. 1933. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093262_02/11455. Acesso em: 4 abr. 2024.

O REAL horto botânico e outras instituições. **Multirio**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/rio-de-janeiro/2480-o-real-horto-botanico-e-outras-instituicoes> Acesso em: 08 abr. 2023.

OS NOSSOS limites com a Bahia. **Jornal do Recife**, Recife, n. 203, p. 1, jul. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/75115>. Acesso em: 01 de jul. 2021.

PAIM, Antônio. **Problemática do Culturalismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. Disponível em: http://www.institutodehumanidades.com.br/arquivos/problematICA_do_culturalismo.pdf. Acesso em: 20 abr. 2024.

PAN AMERICAN INSTITUTE OF GEOGRAPHY AND HISTORY. Obituario: Emmanuel De Martonne. **Revista Geográfica**, tomo 18, n.º 44, p. 155-159, 1956. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40996412>. Acesso em: 23 mar. 2024.

PANTOJA, Silvia. **Carlos de Lima Cavalcanti**. 2009. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAVALCANTI,%20Carlos%20de%20Lima.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

PEIXOTO, Flávia Maria. **A Escola Normal Oficial de Pernambuco: inserção das mulheres**. 2006. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4440>. Acesso em: 09 fev. 2023.

PEREIRA, José Higino Duarte. Relatório sobre as pesquisas realizadas na Holanda, lido na sessão especial de 9 de maio de 1885. **Revista do Instituto Archeologico e Geografico Pernambucano**, Recife, v. 5, n. 30, p. 7-110, jun. 1886.

PESSOA, Gláucia Tomaz de Aquino. **Fernando de Noronha: uma ilha-presídio nos trópicos (1833-1894)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/images/publicacoes/CadernoMAPA10/CadernoMAPA10/assets/common/downloads/publication.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2024.

PETSCHLIES, Erik. **As redes da Etnografia alemã no Brasil (1884-1929)**. 2019. 607 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019. Disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/publicacao/198387/as-redes-da-etnografia-alema-no-brasil-1884-1929/> Acesso em: 06 fev. 2024.

PINTO, Estevão. O general Abreu e Lima. **Revista Ciência e Trópico**, Recife, n. 11, p. 79-94, 1983. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/324>. Acesso em: 17 mar. 2024.

PLENO do STF anula contrato de cessão de Fernando de Noronha firmado em 2002. **G1 PE**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2023/03/17/pleno-do-stf-anula-contrato-de-cessao-de-fernando-de-noronha-firmado-em-2002.ghtml>. Acesso em: 12 mar. 2024.

PORTELLA, Joaquim Pires Machado. Discurso pronunciado pelo senhor presidente interino , no acto da inauguração da sociedade. **Revista do Instituto Archeologico e Geografico Pernambucano**, Recife, n. 1, p. 07 – 11, out. de 1863.

PROF. HILTON SETTE. **Jornal Pequeno**, Recife, 1946. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800643/75418>. Acesso em: 20 abr. 2024.

PUNTONI, Pedro. **História e historiografia do Brasil: a formação da nação**. 1 vídeo (2:29:33). 2016. Disponível em: <https://youtu.be/7pwOV6lgMfQ?si=txSum2CUTMrluLie>. Acesso em: 15 jan. 2024.

QUINTAS, Fátima. **A volta do Seminário de Tropicologia**. Recife: FUNDAJ, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/fundaj/pt-br/composicao/presidencia-1/seminario-de-tropicologia-1>. Acesso em: 12 abr. 2024.

RABELLO, Dácio de Lyra. **O Nordeste**: Pernambuco centro de toda civilização nordestina. Recife: Imprensa Industrial, 1932. Arquivo de Obras Raras da FUNDAJ.

RAJ, Kapil. Conexões, cruzamentos, circulações: passagem da cartografia britânica pela Índia, séculos XVII-XIX. **Cultura**, v. 24, 2007. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cultura/877>. Acesso em: 19 abr. 2019.

RAJ, Kapil. Além do pós-colonialismo... e pós-positivismo: circulação e a história global da ciência. **Revista Maracanan**, n.13, dez. 2015, p. 164-175. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12957/revmar.2015.20133>. Acesso em 4 jul. 2021.

REGO, Artur da Silva; MELO, Mário Carneiro do Rego; CAMPELO, Manuel Neto C. Parecer do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, unanimemente aprovado em sessão de 20 de fevereiro de 1919, ao trabalho de José Gonçalves Maia. **Revista do Instituto Archeologico, Historico e Geographico Pernambucano**, Recife, v. 21, n. 103-104, p. 1-6, jan./jun. 1919.

REIS, Palhares Moreira. A Universidade no Brasil e em Pernambuco: antecedentes históricos. **Revista de informação legislativa**, v. 28, n. 111, p. 375-392, jul./set. 1991. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/175912>. Acesso em 19 abr. 2023.

REVISTA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO (RIAHGP). Recife: IAHGP, 1863-1947. 1 *pen drive*.

REZENDE, Antônio Paulo. **Desencantos Modernos**: histórias da cidade do Recife na década de vinte. Recife: FUNDARPE, 1997.

RIVAS, Lêda. **Gilberto Osório**: um homem do renascimento. Recife: ALEPE, 2001.

ROCHA, Gerlane Gomes; GOMES, Rodrigo Dutra. A influência do Movimento Regionalista de 1926 na formação do ideário geográfico do Nordeste. *In*: Encontro Nacional de Geógrafas e Geógrafos, 10, 2022. **Anais** [...]. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2022. Disponível em: <https://www.eng2022.agb.org.br/site/anais?AREA=8#M>. Acesso em: 28 mar. 2024.

ROCHA, Tadeu. A Geografia Moderna em Pernambuco. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 17, 1954. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1330>. Acesso em: 25 jan. 2020.

RODRIGES, Denise Simões; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino. A pesquisa documental sócio-histórica. *In*: MARCONDES, Maria Inês; TEXEIRA, Elizabeth; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno (orgs.). **Metodologias e técnicas de pesquisa em educação**. Belém: EDUEPA, 2010. Disponível em: https://ccse.uepa.br/ppged/wp-content/uploads/bibliografias/metodologias_e_tecnicas_de_pesquisas_em_educa%C3%A7%C3%A3o.pdf Acessado em: 29 mai. 2022.

RODRIGUES, Gelze Serrat de Souza Campos; ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil: perspectivas geográfica, histórica e ambiental.** Uberlândia: EDUFU, 2020. E-book. (272 p.). Disponível em: http://www.edufu.ufu.br/sites/edufu.ufu.br/files/edufu_a_trajetoria_da_cana-de-acucar_no_brasil_2020_ficha_corrigeida.pdf. Acesso em: 11 abr. 2023.

RODRIGUES, José Honório. Alfredo de Carvalho: vida e obra. **Anais da Biblioteca Nacional**, v. 77, 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1957_00077.pdf Acesso em: 6 fev. 2024.

ROHAN, Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire; BRITO, Pedro Torquato Xavier. Pareceres de comissões espaciais. **Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil**, Rio de Janeiro, tomo 34, p. 355-360, 1871. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/893676/22924>. Acesso em 20 fev. 2024.

SAMPAIO, Eduardo Augusto. Mesa de Abertura. *In*: **Primeira jornada de estudos linguísticos e literários de Pernambuco**, Recife, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vvkbLZ5YMig>. Acesso em: 04 mar. 2024.

SAMPAIO, Theodoro. **O Tupi na Geographia Nacional**: memória lida no Instituto Historico e Geographico de S. Paulo. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica, 1901. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/sampaio_1901_tupi. Acesso em: 21 fev. 2024.

SAMPAIO, Theodoro. As etimologias indígenas de Elias Herckman. **Revista do Instituto Arqcheologico e Geographico Pernambucano**, Recife, v. 11, n. 60, p. 30-36, dez. 1903.

SANTOS, Daniella Miranda; CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. História do ensino jurídico brasileiro: o Seminário de Olinda como precursor dos cursos jurídicos no Brasil Império. **Revista Thesis Juris**, São Paulo, v.2, nº.1, p. 258-287, jan./junho. 2013. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/thesisjuris/article/view/9768>. Acesso em: 23 fev. 2023.

SANTOS, Eveson Malaquias de Moraes *et al.* **A instituição imaginária educacional e catedrática e a primeira greve docente (1951) da UFPE**. Recife: Editora Universitária, 2013. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/79>. Acesso em: 30 mar. 2024.

SANTOS, Yan Soares; SILVA, Adriana Maria Paulo da. O Liceu de Artes e Ofícios do Recife e suas táticas de instrução de trabalhadores negros no período pós-emancipação. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 22, n.1, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v22.2022.e218>. Acesso em: 13 abr. 2023.

SCHRÖDER, Peter. 2023. Curt Nimuendajú. *In*: **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/autor/curt-nimuendaju>. Acesso em: 20 mar. 2024.

SCHLAPPRIZ, Luis. **Vista do Pateo do Carmo**: Casa de Banhos, Convento do Carmo. Recife, PE: Lith. F. H. Carls, [1863-68]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/iconv107carlsi3.jpg. Acesso em: 17 ago. 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil 1870-1930. Companhia das Letras, 1993. Edição do Kindle.

SEPULTADO O PROFESSOR MOTA E ALBUQUERQUE FILHO. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 5, 10 set. 1974. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_15/60751. Acesso em 4 abr. 2024.

SETTE, Hilton. **Contribuição ao estudo das regiões naturais do Estado de Pernambuco**. Recife: [S.n.], 1946. Arquivo Obras Raras FUNDAJ.

SETTE, Hilton. De volta ao Ginásio. **Diário de Pernambuco**, Recife, 4 ago. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_13/41937. Acesso em: 4 jan. 2023.

SETTE, Hilton. **Minha história**. 2010. [Diário]. Disponível em: <https://www.hiltonsette.com.br/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

SGRJ. Introdução. **Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-6, 1885. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/181897/23>. Acesso em: 7 fev. 2024.

SGRJ. Publicações recebidas. **Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 15, p.110-113, ano de 1902, boletins 1 a 4, 1912. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=181897&pesq=%22tokio%22&pagfis=3295>. Acesso em: 08 nov. 2023.

SGRJ. **Annaes do primeiro congresso brasileiro de Geografia. Trabalhos da 8ª comissão**: Antropologia e Etnografia. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1911. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:varios-1911-annaes>. Acesso em 1 ago. 2023.

SGRJ. **Annaes do quarto congresso brasileiro de Geografia**. Recife: Imprensa Oficial, v. 1-2, 1916.

SILVA, Robson André. A narrativa poética da terra em Euclides da Cunha: resenha. **Revista de Letras da Universidade Católica de Brasília**, Brasília, v. 2, n.º 2, 2009. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rl/article/view/1571>. 11 abr. 2024.

SILVA, Wagner Carlos da. **Na trincheira do IAHP**: A trajetória do historiador Mário Melo. 2021. 204 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/40467> Acesso em: 8 set. 2022.

SIMÕES, José Luís; FIGUEIRÔA, Ana Paula Rodrigues. História e memória do Instituto de Educação de Pernambuco. **Contrapontos**, Florianópolis, v. 18, n. 3, jul./set. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.14210/contrapontos.v18n3.p212-226> Acesso em: 16 abr. 2020.

SOARES, Pedro Eugenio. Parecer da 2ª seção do Congresso de Geografia de Belo Horizonte, sobre o trabalho do sr. Mário Melo, intitulado "Esboço potamográfico (rios de Pernambuco)". **Revista do Instituto Archeológico, Histórico e Geographico Pernambucano**, Recife, v. 21, n. 105-106, p. 229-231, jul./dez. 1919.

SOBRINHO, Barbosa Lima. A Bahia e o Rio São Francisco. **Revista do Instituto Archeológico, Histórico e Geographico Pernambucano**, Recife, v. 30, n. 143-146, p. 127-174, jan./dez. 1930.

SOUZA, André Nunes de. Bernardino de Souza e o desenvolvimento da Geografia no Brasil: passagens do 5º Congresso Brasileiro de Geografia. **Terra Brasilis**, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.1980>. Acesso em: 5 dez. 2022.

SOUZA, André Nunes de; VAZ, Caroline Bulhões Nunes. Ressonâncias tropicalistas na Bahia, **Terra Brasilis**, n. 19, 2023. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/13201>. Acesso em: 21 fev. 2024.

SOUZA, Francisco Martins. Prefácio. In: ROMERO, Silvio. **O Brasil social e outros estudos sociológicos**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1057/608112.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: 20 abr. 2024.

SOUZA, George. F. Cabral de.; NEVES, Fernanda Ivo.; LEÃO, Reinaldo Carneiro; GALVÃO, Tácito Cordeiro. **Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano: breve história ilustrada**. Recife: IAHGP, 2010.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Retratos da nação: os 'tipos antropológicos' do Brasil nos estudos de Edgard Roquette-Pinto, 1910-1920. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, n. 7, dez, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-81222012000300003>. Acesso em: 23 abr. 2024.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782000000200005>. Acesso em: 27 mar. 2024.

TELEGRAMMAS. **A Provincia**, Recife, n. 270, 26 nov. 1906. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/18907. Acesso em: 19 fev. 2024.

TIPOGRAFIA Nacional. **Dicionário da Administração Pública Brasileira do Período Imperial (1822-1889)**, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/8iV7VV>. Acesso em: 29 fev. 2024.

TIVERAM INÍCIO, DOMINGO, OS TRABALHOS DO 1º CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO. **Diário da Manhã**, Recife, capa, n. 2274, ano 7, 13 nov. 1934.

Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093262_02/16177. Acesso em: 5 abr. 2024.

UFMG. **Teodoro Sampaio**. Literafro: o portal da literatura afro-brasileira. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1386-teodoro-sampaio> Acesso em: 6 fev. 2024.

UNIVERSIDADE de Pernambuco. **Diário de Pernambuco**, Recife, 1933. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_11/9664. Acesso em: 04 mar. 2022.

VAINSENER, Semira Adler. **Agamenon Magalhães**. Recife, 2003. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/agamenon-magalhaes/>. Acesso em: 06 fev. 2023.

VAINSENER, Semira Adler. **A Biblioteca Pública de Pernambuco**. Recife, 2007. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>. Acesso em: 10 mar. 2023.

VALENTE, Waldemar. Presença de Sylvio Rabello. **Ciência e Trópico**, Recife, n. 72, p. 107-12, jan. 1984. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/viewFile/351/238>. Acesso em: 31 mar. 2024.

VÁRIAS. **Diário de Pernambuco**, Recife, 28 jul. 1921a. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_10/4400. Acesso em: 06 fev. 2023.

VÁRIAS. **Diário de Pernambuco**, Recife, 21 set. 1921b. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_10/4776. Acesso em: 06 fev. 2023.

VERÍSSIMO, José. Um estudioso pernambucano: o sr. Alfredo de Carvalho. **Revista do Instituto Arqueológico e Geographico Pernambucano**. Recife: IAHGP, v. 14, n. 75, p. 118-127, mar. 1909.

VIDA ESCOLAR. **Diário de Pernambuco**, Recife, 30 ago. 1921. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_10/4629. Acesso em: 9 jan. 2023.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Intelligentsia e Intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 16, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38588>. Acesso em: 10 dez. 2022.

VIEIRA, Daniel. Paisagem, experiência e representação: os olhares sobre o Recife dos anos 1920. In.: BARROS, Natália; REZENDE, Antônio Paulo; Silva, Jaílson Pereira. **Os anos de 1920: histórias de um tempo**. Recife: Editora Universitária, 2012. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/download/319/328/965?inline=1>. Acesso em: 22 nov. 2023.

VILLIERS DE L'ILE-ADAM, J. de. **Carta topographica e administrativa das provincias do Pernambuco Alagoas e Sergipe**. Rio de Janeiro: Firmin Didot Irmãos, Belin le Prieur e Morizot, 1848. 1 mapa, col., 25 x 38,5cm. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart67925/cart67925_6.html. Acesso em: 29 jun. 2021.

WIKIPEDIA. **Johann Jakob Egli**. 2024. Disponível em: https://de.wikipedia.org/wiki/Johann_Jakob_Egli?uselang=de. Acesso em: 14 mar. 2024.

XAVIER, Lindolpho. Geographia do Brasil: a grande obra da sociedade de geographia. **Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, tomo XXIX, p. 5-8, 1924. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/181897/4394>. Acesso em: 26 abr. 2024.

ZARUR, Jorge. Geografia: ciência moderna a serviço do homem. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 6, n.º 3, 1944. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1944_v6_n3.pdf. Acesso em: 16 abr. 2024.

ZUSMAN, Perla Brígida. Na procura das origens da AGB... **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.º 78 (2001), p. 7-32, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/issue/view/67>. Acesso em: 19 abr. 2024.

14 DE JULHO. **Diário de Pernambuco**, Recife, 14 jul. 1921. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_10/4284. Acesso em: 26 mar. 2024.